UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Programa de Filologia e Língua Portuguesa

VANESSA MARTINS DO MONTE

Correspondências paulistas:
as formas de tratamento em cartas
de circulação pública (1765-1775)

VERSÃO CORRIGIDA

v. 1

São Paulo
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Programa de Filologia e Língua Portuguesa

VANESSA MARTINS DO MONTE

Correspondências paulistas:
as formas de tratamento em cartas
de circulação pública (1765-1775)

v. 1

Tese apresentada à Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, como requisito para
a obtenção do título de
Doutora em Letras.

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo:

Área de Concentração:
Filologia e Língua Portuguesa

Orientador: Prof. Dr.
Sílvio de Almeida Toledo Neto

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M772c Monte, Vanessa Martins do
Correspondências paulistas: as formas de
tratamento em cartas de circulação pública (1765-
1775) / Vanessa Martins do Monte ; orientador Sílvio
de Almeida Toledo Neto. - São Paulo, 2013.
653 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. filologia. 2. manuscritos. 3. cartas. 4.
formas de tratamento. 5. século XVIII. I. Toledo
Neto, Sílvio de Almeida, orient. II. Título.

Nome: MONTE, Vanessa Martins do
Título: Correspondências paulistas: as formas de
tratamento em cartas da circulação pública (1765-1775)

Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, como requisito para a
obtenção do título de Doutora em
Letras no Programa Filologia e
Língua Portuguesa.

Aprovada em: 05/04/2013.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Afranio Gonçalves Barbosa - UFRJ

Prof. Dr. Fábio Cesar Montanheiro - UFOP

Prof^a. Dr^a. Maria Clara Paixão de Sousa – FFLCH-USP

Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar – FFLCH-USP

Aos meus pais, Lígia Maria e Luiz Sergio,
sem os quais nada teria sentido.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto, a quem admiro a erudição, pela orientação atenta, paciente e cuidadosa.

Ao Prof. Dr. Heitor Megale, eterno mestre, pela confiança que sempre depositou em mim.

À Prof^a. Dr^a. Rita Marquilhas, por ter me recebido em Portugal e pela inspiração a trilhar o mundo das cartas.

Às Prof^{as}. Dr^{as}. Maria Clara Paixão de Sousa e Maria Célia Lima-Hernandes, pelas preciosas contribuições feitas a esta pesquisa no exame de qualificação.

Aos Prof^s. Dr^s. Afranio Gonçalves Barbosa, Fábio Cesar Montanheiro, Maria Clara Paixão de Sousa e Carlos de Almeida Prado Bacellar, pela leitura atenta deste trabalho e pelas sugestões enriquecedoras na defesa desta tese.

A Vera Lucia Fallace, chefe da Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro, pela permissão de consultar os documentos originais da Coleção Morgado de Mateus e pela recepção e pelo apoio dados durante a longa pesquisa efetuada na Biblioteca Nacional.

A Jair Mongelli Junior, do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, pela apresentação do acervo em seus pormenores e pelo auxílio paciente durante a realização das pesquisas.

A Elisabete dos Santos Bernardo, historiadora do Arquivo Público do Estado de São Paulo, pela extensa pesquisa realizada e pelo inestimável apoio durante as consultas ao APESP.

A Tânia Registro, madrinha madrinha, a quem devo o amor pela História, pelos museus e pelos arquivos.

Ao amigo Aleixo Guedes, leitor incansável, pela revisão cuidada desta tese.

A Alain Youssef, pelas preciosas indicações bibliográficas na área da historiografia colonial.

A Kauê Santos, pela sugestão e elaboração de um cronograma de trabalho para a finalização da tese, que, apesar de não seguido a risca, foi fundamental.

A Aline Nogueira, pela amizade verdadeira e pelo auxílio na finalização deste trabalho.

A Mayumi Maeda, por me ensinar o caminho de volta ao equilíbrio.

À Associação Escola Graduada de São Paulo, em especial Gila Fregonesi e Jeff Lippman, pelo apoio durante a realização das pesquisas de campo necessárias para a conclusão da tese.

A Liana Orsi, a Andrea Borges e a Juliana Orsi, que me acolheram amorosamente durante os longos períodos de pesquisa na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, fazendo-me sentir em casa.

A Alessandra Queiroz, pela contribuição valorosa e paciente durante as inesgotáveis pesquisas realizadas nos arquivos de São Paulo.

A Luz, a Guita, a Lulu e ao Pacciulli, por nunca saírem de perto de mim e por me darem carinho.

A todos os meus amigos, mas nomeadamente Rodrigo, Carol, Leka, Denis, Rafa, Gui, Fifo, Gustavo, Fabiano, Bela, Karina, Caio e Panda, por entenderem plenamente minha ausência, por não me cobrarem, por oferecerem excelentes momentos de lazer, sobretudo na reta final, e por terem curiosidade sobre minha pesquisa.

Ao meu amigo, Maurício Feijó Cruz, gêmeo, que nunca deixou de acreditar, de incentivar, de conversar, de acolher as loucuras, de me fazer enxergar a estrutura.

À minha vó Helô, pelo amor e dedicação plenos, por me fazer a criança mais feliz do mundo, esta criança que sempre vai morar dentro de mim.

A Maria Luiza de Mello Stiepcich, pelo apoio, pelas tantas conversas filosóficas e por me trazer a realidade dos jovens lá fora.

A Mariana de Mello Stiepcich, por trazer ao meu pouco tempo de lazer, nesses últimos anos, a leveza, a alegria e o amor pleno. Agora eu vou ler menos, prometo! Ou não... ;)

A minha irmã, pelo incentivo e pela admiração constantes, e por me mostrar sempre o outro lado, repleto de sinceridade, humor e leveza. Sem você, minha vida seria sem graça.

A Luiz Sergio de Araújo do Monte, um homem feito de amor, que me ensinou a admirar o conhecimento, pela confiança, talvez maior que a minha mesma, e pela eterna presença.

A Lígia Maria Martins do Monte, uma mulher incansável, que me ensinou a apreciar o passado e a honrar a memória. Agradeço profundamente seu apoio constante e a contribuição incomensurável na caçada aos "hominhos", feita na Internet, nos arquivos, nas dimensões paralelas. Sem você, definitivamente, não teria sido possível.

A Marco Stiepcich, meu marido, que nunca deixou de me apoiar e de me dar força, que me acompanhou nas pesquisas na BNRJ, pelas fotografias dos documentos, pela dedicação integral e diligente no momento final desta tese, pelas revisões detalhistas e, sobretudo, pelo amor incondicional.

Um filólogo que se preze não resiste aos encantos de um manuscrito autógrafo. Aquele papel, aquela tinta, aquela letra — suportes de interpretações de um mundo e de um tempo que não são os nossos; e sobretudo aqueles traços espontâneos de humanidade, retratos únicos de pessoas — (qual escritores!) — que escreveram textos e que tiveram medos e angústias, sentiram raivas e revoltas, cultivaram sorrisos e afagos — traços que podem ser uma letra mal arrancada por falha da tinta, da caneta ou da mão, uma frase mais confusa, um erro de concordância gramatical, uma palavra mal escolhida, uma interrupção abrupta por mor de algo que se passou ali ao lado, por fora da escrita, um hesitar entre uma ideia e uma outra ideia, cada qual em busca de seu momento de luz — e que dão testemunho, assim os saibamos ler um por um ou no seu conjunto, do processo de produção do texto, do seu processo genético...

Como resistir a tudo isto, a este pulsar do humano e único por detrás dos códigos sociais que são a língua, a escrita, o género literário [...]

Luiz Fagundes Duarte (2005, p. 11)

Resumo

MONTE, Vanessa Martins do. **Correspondências paulistas:** as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775). 2013. 653 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

O objetivo desta tese é analisar, partindo de uma perspectiva filológica, um conjunto de cartas manuscritas, lavradas durante a década de 1765 a 1775, na capitania de São Paulo. Transcrevem-se os textos, para, a partir desse trabalho inicial, buscar-se definir algumas de suas coordenadas sincrônicas e diacrônicas, situacionais e linguísticas.¹ Realiza-se um estudo minucioso de aspectos materiais e formais de um *corpus* predominantemente homogêneo quanto à espécie documental (carta), porém que mostrou apresentar variações. Ao final do trabalho filológico, publica-se a edição semidiplomática dos 137 fólios que compõem o *corpus*, acompanhada dos fac-símiles. Por seu caráter conservador, a edição interessa a linguistas, e, pelo assunto tratado nas cartas, é fonte rica para historiadores. A partir do exame atento das fontes publicadas, trabalha-se com a hipótese da existência de uma relação entre a categoria socioprofissional dos destinatários e as formas de tratamento a eles dirigidas. A contextualização sócio-histórica dos documentos setecentistas culmina com a pesquisa sobre a origem dos remetentes, que localizou e permitiu traçar um perfil social mínimo de metade deles, atestando que pelo menos 32 documentos foram escritos, ou ditados, por homens nascidos na Colônia, principalmente na capitania de São Paulo. A partir dessas informações, da descrição sócio-histórica do período e do estudo de Marquilhas (2000), apresenta-se uma proposta de categorização socioprofissional que dê conta do *corpus*. As formas de tratamento (FT's) em língua portuguesa têm sido objeto de vários estudos, sincrônicos e diacrônicos: parte busca explicar de que maneira se deu a inclusão do pronome *você*, advindo da forma nominal *vossa mercê*, no sistema de tratamentos brasileiro; parte concentra-se na análise das formas nominais e pronominais, buscando descrever sua utilização e comparar o uso em documentos públicos e privados e entre períodos distintos. Número significativo de investigações linguísticas sobre o tema constituem *corpora* a partir de cartas, espécie documental bastante produtiva para tal análise. A teoria do *Poder e da Solidaridade*, desenvolvida por Brown e Gilman, e a análise das relações epistolares a partir das classificações em simétrica e assimétrica são comumente utilizadas em trabalhos recentes. No presente estudo, a análise das FT's comprova que a forma mais frequentemente empregada é *vossa mercê*, resultado que contraria a literatura especializada com relação a documentos oficiais. Além disso, chega-se à conclusão de que tal forma, diferentemente do que se verifica em outras pesquisas, não é utilizada preferencialmente nas relações assimétricas descendentes. O que condiciona seu emprego, na esfera pública, é a categoria socioprofissional do destinatário. Assim, aqueles que pertenciam às categorias socioprofissionais dos militares e dos administradores locais (juízes, ouvidores, provedores) eram tratados por *vossa mercê*. A análise sob o ponto de vista de categorias socioprofissionais

¹ Cf. definição em Xavier e Mateus, 1990, *s.v. filologia*.

permite também identificar que algumas delas, como a dos eclesiásticos, marcavam linguisticamente as posições hierárquicas superiores por meio do uso de FT's de alto valor honorífico, como *vossa senhoria* e *vossa reverendíssima*, enquanto outras, como a dos militares, não apresentavam essa diferenciação, sendo todos tratados por *vossa mercê*.

Palavras-chave: filologia; manuscritos; cartas; formas de tratamento; século XVIII.

Abstract

MONTE, Vanessa Martins do. **Sao Paulo's Correspondence:** forms of address in letters of public circulation (1765-1775). 2013. 653 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

The present study uses a philological perspective to analyse a group of handwritten letters drafted during the decade of 1765-1775, in the Sao Paulo captaincy. From this initial work, the texts are transcribed for one try to define some of their synchronic and dyacronic coordinates, situational and linguistics. Thus, one can do a detailed philological study of material and formal aspects of a mostly homogenous *corpus* of one type of document (letters) but which shows variations. At the end of this philological work, the semi-diplomatic edition of 137 folios is published, along with document facsimiles. Because of its conservative character, the edition is of interest to linguists, and because of the topics covered in the letters, it is a rich source for historians. From the attentive observation of the published sources, it has been possible to raise a possible relation between sociohistorical factors of senders and receivers and about the adress forms used on the texts. To make clear the relationship between social factors and linguistic elements, it has been done a social-historical description of the documents, culminating with research on the senders' origin, and allowing the researcher to outline a basic social profile of half the authors. At least 32 documents were written, or dictated, by men born in the Colony, mainly in the Sao Paulo captaincy. Based on this information, of the social-historical description of the period and of Marquilha's study (2000), we propose a social-professional classification that takes the *corpus* into account. Forms of address (FAs) in Portuguese have been the object of various synchronic and diachronic studies. Some seek to explain how the pronoun *você* (from *vossa mercê*) was included in the Brazilian FA system; some focus on analysis of nouns and pronouns, describing and comparing their use in public and private documents at specified time periods. A significant number of linguistic investigations on the subject base their *corpora* on letters, a very productive kind of document for this analysis. Brown and Gilman's *Theory of Power and Solidarity* and the analysis of epistolary relationships in symmetrical and asymmetrical classifications have often been used in recent works. On the present study, the analysis of the FAs proves that the form of address most frequently used was *vossa mercê*, a result that contradicts the specialized literature related to official documents. Furthermore, one may conclude that this form, differently from that found in other researches, is not used preferentially in descending asymmetrical relationships. What determines one's employment in the public sphere is the social-professional classification of the recipient. Thus, those who belonged to categories of military social-professionals and local administrators (judges, ombudsmen, providers) were addressed as *vossa mercê*. The analysis from the social-professional point of view also allows us to identify that some of them, such as clergy, were linguistically marked, by means of highly honorific FAs, such as *vossa senhoria* and *vossa reverendíssima*, superior hierarchical positions, while others, like those in the military, did not make this distinction, all being addressed as *vossa mercê*.

Keywords: philology; manuscripts; letters; forms of address; 18th century.

Lista de Organogramas, Tabelas, Gráficos e Figuras

Organograma 1 – Companhias de ordenanças: hierarquia.....	59
Organograma 2 – Corpos de auxiliares: hierarquia	63
Organograma 3 - Hierarquia dos corpos de auxiliares e companhias de ordenanças.....	594
Tabela 1 – Categorias temáticas dos documentos.....	75
Tabela 2 – Naturalidade dos Remetentes.....	99
Tabela 3 – Relação de documentos	109
Tabela 4 – Proposta de categorização socioprofissional	128
Tabela 5 – Hierarquia Militar (Defesa da capitania).....	129
Tabela 6 – Circulação de cartas entre as categorias socioprofissionais.....	130
Tabela 7 – Descrição codicológica dos documentos.....	137
Tabela 8 – Descrição de marcas d’água.....	152
Tabela 9 – Marcação de ditongo nasal com ponto.....	181
Tabela 10 – Abreviaturas da forma de tratamento “vossa mercê”	186
Tabela 11 – Abreviaturas da forma de tratamento “vossa senhoria”	192
Tabela 12 – Abreviaturas das formas de tratamento “vossa excelência”, “vossa majestade” e “vossa reverendíssima”	194
Tabela 13 – Grafema <i>h</i> verificado no doc. 13.....	198
Tabela 14 – Grafema <i>h</i> verificado no doc. 14.....	198
Tabela 15 – Grafema <i>h</i> verificado no doc. 15.....	199
Tabela 16 – Exemplos de ausência de <i>cursus</i> no Doc. 14.....	202
Tabela 17 – Grafemas <i>t</i> e <i>r</i>	205
Tabela 18 – Relativa ausência de <i>cursus</i> no doc. 28	207
Tabela 19 – Exemplos de ausência de <i>cursus</i> no Doc. 33.....	209
Tabela 20 – Exemplos de hipersegmentação no Doc. 33.....	210
Tabela 21 – Realização do grafema <i>d</i> no doc. 21	214
Tabela 22 - Realização do grafema <i>v</i> no doc. 25.....	215
Tabela 23 – Partes constitutivas da carta segundo Silva (1988)	224
Tabela 24 – Partes constitutivas das cartas do <i>corpus</i>	225
Tabela 25 – Seção de contato inicial: direção (1.1) - nome do destinatário, cargo e tratamento	228
Tabela 26 – Seção de contato inicial: saudações iniciais (1.2).....	232
Tabela 27 – Seção de despedida: desejo de bons votos ao destinatário ou <i>valedictio</i> (3.1)	242
Tabela 28 - Levantamento exaustivo das fórmulas utilizadas no fecho complementar.....	250
Tabela 29 - Descrição das FT's por Luz (1958) e Cintra (1972)	556
Tabela 30 - Subgrupo 1a) Correspondência entre a categoria socioprofissional militares	596

Tabela 31 - Subgrupo 1b) Enviadas de outra categoria socioprofissional à categoria socioprofissional militares	598
Tabela 32 - Subgrupo 2a) Destinadas à categoria socioprofissional administração geral.....	599
Tabela 33 - Subgrupo 2b) Destinadas à categoria socioprofissional administração local.....	599
Tabela 34 - Subgrupo 2c) Destinadas à categoria socioprofissional eclesiásticos	599
Tabela 35 - Escolha de FT's de acordo com a categoria socioprofissional.....	605
Tabela 36 - Uso de FT's em Schreiner (2007).....	607
Tabela 37 - Uso de FT's em Silveira (2004).....	608
Tabela 38 - Uso de FT's em Lobo (2001)	610
Tabela 39 - Uso de FT's em Marcotulio (2008).....	611
Tabela 40 - Uso de FT's em Rumeu (2004)	613
Tabela 41 - Uso de FT's em Mota (2011).....	615
Tabela 42 - Sistematização do uso de FT's de acordo com a categoria socioprofissional nos <i>corpora</i> usados para cotejo	618
Tabela 43 - Uso de FT's de acordo com a categoria socioprofissional do destinatário.....	619

Gráfico 1 – Distribuição das naturalidades dos remetentes encontrados	101
Gráfico 2 – Local de nascimento dos remetentes brasileiros.....	101
Gráfico 3 – Distribuição das categorias socioprofissionais nas cartas	132
Gráfico 4 – Formato do papel utilizado.....	140
Gráfico 5 – Bifólios – aproveitamento de papel	141
Gráfico 6 – Fólios simples – aproveitamento de papel	146
Gráfico 7 – Distribuição das marcas d'água presentes no <i>corpus</i>	159
Gráfico 8 – Distribuição dos destinatários por categoria socioprofissional.....	600
Gráfico 9 – Distribuição das formas de tratamento dirigidas a militares (Grupo 1)	601

Figura 1 - Vestígios de queimado no doc. 33.....	134
Figura 2 - Reprodução do doc. 3 – fólio 2v.	135
Figura 3 - Sobrescrito do documento 15.....	141
Figura 4 - Sobrescrito do documento 58.....	142
Figura 5 - Vestígio de selo do documento 70.....	143
Figura 6 - Selo do documento 14	143
Figura 7 - Lacre presente no sobrescrito do documento 81	144
Figura 8 - Reprodução de bifólio aberto – Doc. 68.....	144
Figura 9 - Detalhe da marca de abertura do selo do documento 68.....	145
Figura 10 - Reprodução do recto do documento 70.....	145

Figura 11 - Detalhe da marca de abertura do selo do documento 70	146
Figura 12 - Legenda VORNO (Doc. 72)	158
Figura 13 - Legenda POLLERI (Doc. 7)	158
Figura 14 - Letras AGC (Doc. 24).....	158
Figura 15 - Letras AMC (Doc. 41).....	158
Figura 16 - Letras CR (Doc. 51).....	158
Figura 17 - Letras AGC (1755) presentes em Ataíde e Melo (1926, p. 264)	159
Figura 18 - Escudo LIBERTAS SFP (Doc. 6).....	160
Figura 19 - Escudo LIBERTAS SFP (Doc. 1).....	160
Figura 20 - Escudo LIBERTAS VORNO (Doc. 62).....	161
Figura 21 - Escudo LIBERTAS VORNO (Doc. 58).....	161
Figura 22 - Escudo LIBERTAS AP (Doc. 19)	161
Figura 23 - Escudo LIBERTAS SQ (Doc. 16)	161
Figura 24 - Escudo LIBERTAS AG (Doc. 46).....	162
Figura 25 - Escudo LIBERTAS GG (Doc. 29).....	162
Figura 26 - Escudo LIBERTAS GB.....	162
Figura 27 - Escudo LIBERTAS (1753) presente em Ataíde e Melo (1926, p. 263)	163
Figura 28 - Detalhe da parte inferior dos escudos do <i>corpus</i>	163
Figura 29 - Cavalo mais frequente (Doc. 8).....	164
Figura 30 - Cavalo com letras DV (Doc. 71).....	164
Figura 31 - Cavalo: variação (Doc. 5).....	164
Figura 32 - Cavalo: variação (Doc. 52).....	164
Figura 33 - Marca d'água do séc. XVI com figura de cavalo presente em Ataíde e Melo (1926, p. 191).....	165
Figura 34 - Marca d'água do séc. XVIII (1755) presente em Ataíde e Melo (1926, p. 266).....	165
Figura 35 - Marca d'água do <i>corpus</i> (Doc. 66).....	166
Figura 36 - Marca d'água presente em Ataíde e Melo (1926, p. 267).....	166
Figura 37 - Filigrana de folhas e ramos (Doc. 66).....	167
Figura 38 - Filigrana de folhas e ramos (Doc. 67).....	167
Figura 39 - Filigrana somente com a flor central (Doc. 41).....	167
Figura 40 - Escudo de armas reais portuguesas com legenda Costa (Doc. 22).....	168
Figura 41 - Escudo de armas reais portuguesas.....	168
Figura 42 - Escudo com 3 estrelas (Doc. 23).....	168
Figura 43 - Escudo FGGI (Doc. 56).....	168
Figura 44 - Escudo sem inscrição (Doc. 55).....	169
Figura 45 - Escudo GLP (Doc. 74)	169
Figura 46 - Contramarca em forma de balança (Doc. 10)	169
Figura 47 - Contramarca em forma de ferradura (Doc. 10)	169

Figura 48 - Contramarca “N8” (Doc. 62).....	170
Figura 49 - Flor de lis sob coroa de marquês tendo na parte inferior as letras A. P. Amsterdam, Oficina Elvizeriana, 1744. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 243)	171
Figura 50 - Flor de lis sob coroa, presente em fólio que contém a contramarca “P” e outra filigrana (animal assemelhando-se a um urso) no fólio oposto (Doc. 47)	171
Figura 51 - Flor de lis sob coroa de marquês, tendo na parte inferior um monograma formado com as letras CM ligadas, Lisboa, 1750. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 262)	171
Figura 52 - Flor de lis sob coroa, presente em fólio que contém as contramarcas “A” e “C” e outra filigrana (animal assemelhando-se a um urso) no fólio oposto (Doc. 48).....	171
Figura 53 - Flor de lis sob coroa de marquês, tendo na parte inferior uma cruz de Malta encimada por uma flor, 1749. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 251).....	172
Figura 54 - Desenho de três flores com três símbolos, um sobre cada uma, assemelhando-se a estrelas; abaixo das flores há uma cruz de Malta, e abaixo dela, as letras ACM. No fólio oposto, há o escudo de armas reais portuguesas sobre a legenda COSTA (Doc. 22)	172
Figura 55 - Elipse tendo no campo uma cruz solta sob coroa, suportada por 2 leões, acompanhada de duas circunferências tangentes, verticalmente dispostas, e vazias no campo, Lisboa, Oficina dos herdeiros de Antonio e Pedroso Galvão, 1754. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 259)	172
Figura 56 - Desenho de dois animais assemelhando-se a leões sustentando uma elipse com uma cruz no centro, encimada por uma coroa. Abaixo da elipse, há outras duas circunferências, uma sob a outra; a primeira contém as letras GBD, e a segunda, um símbolo parecido com uma ferradura. (Doc. 49)	172
Figura 57 - Leão rompente coroado tendo na parte inferior as letras PQ, Lisboa, 1736. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 252)	173
Figura 58 - Leão com patas bipartidas e com uma coroa sobre a cabeça, além das letras TG na parte inferior. (Doc. 75).....	173
Figura 59 - Leão com patas bipartidas e com uma coroa sobre a cabeça; há duas contramarcas formadas pelas letras “A” e “C”. (Doc. 47).....	173
Figura 60 - Filigrana e letras TG do documento 75.....	174
Figura 61 - Escudo com corneta (Doc. 34).....	176
Figura 62 - Escudo com corneta e legenda Francesco (Doc. 7).....	176
Figura 63 - “Sol” com as letras SADP inscritas e as letras AC abaixo. (Doc. 13)	177
Figura 64 - “Sol” com as letras SADP inscritas (Doc. 72)	177
Figura 65 - “Sol” com as letras SADP inscritas. (Doc. 75).....	177
Figura 66 - “Sol” com as letras NSDC inscritas e a legenda GIVSEPPE abaixo. (Doc. 57)...	177
Figura 67 - Animal assemelhando-se a um touro. (Doc. 3).....	178
Figura 68 - Cavalo montado por cavaleiro. (Doc. 3)	178
Figura 69 - Boi parado, Lisboa, 1758. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 265).....	179
Figura 70 - Boi andante, Lisboa, 1789. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 271).....	179
Figura 71 - Abreviaturas de "vossa excelência" (ARQUIVO..., 1895, v. 8, p. 93)	182
Figura 72 - Abreviaturas de "vossa senhoria" (ARQUIVO..., 1895, v. 8, p. 57 e p. 59)	182
Figura 73 - Abreviatura de "vossa mercê" (ARQUIVO..., 1895, v. 8, p. 88)	183

Figura 74 - Abreviatura duvidosa de “vossa mercê”	183
Figura 75 - Exemplos 3b) e 4b).....	190
Figura 76 - Abreviatura de "vossa mercê" no doc. 29 – 1ª ocorrência	191
Figura 77 - Abreviaturas de "vossa mercê" no doc. 29 – demais ocorrências.....	191
Figura 78 - Doc. 13, reprodução de trecho, "do administrador".	196
Figura 79 - Doc. 14, reprodução de trecho, "soldado a dragao".	196
Figura 80 - Doc. 15, reprodução de trecho, "o soldado a dragão [...] estradâ [...]".....	196
Figura 81 - Doc. 13, “da dita”	197
Figura 82 - Doc. 13, “dezortada”	197
Figuras 83 e 84 - Alógrafos do grafema <i>d</i> , Doc. 14.....	197
Figura 85 - Carta 13, reprodução da assinatura de Manoel de Almeida	199
Figura 86 - Carta 14, reprodução da assinatura de Manoel de Almeida	199
Figura 87 - Carta 15, reprodução da assinatura de Manoel de Almeida.	199
Figura 88 - Alógrafo do grafema <i>d</i> , Doc. 14	200
Figura 89 - Habilidade e inabilidade das mãos verificadas no <i>corpus</i>	201
Figura 90 - Reprodução do doc. 14.....	204
Figura 91 - Reprodução do doc. 28.....	206
Figura 92 - palavra soldado (Doc. 28)	206
Figura 93 - Reprodução do doc. 33.....	208
Figura 94 - Abreviaturas de "vossa mercê" no doc. 33	209
Figura 95 - Assinatura de Anna Maria Cardosa (Doc. 33)	211
Figura 96 - Assinatura de D. Maria Thereza de Nazare (Doc. 60)	211
Figura 97 - Reprodução de parte do doc. 18	212
Figura 98 - Reprodução de trecho do doc. 21	213
Figura 99 - aldea (doc. 21).....	214
Figura 100 - Humilde (doc. 21)	214
Figura 101 - Reprodução de trecho do doc. 25	215
Figura 102 - Reprodução de trecho do doc. 55	216
Figura 103 - Carta modelo do <i>corpus</i> e suas partes constitutivas.....	226
Figura 104 - Ausência de regramento ideal (Doc. 75).....	239
Figura 105 - Ausência de regramento ideal (Doc. 74).....	240
Figura 106 - Estrutura padrão do fecho complementar	248
Figura 107 - Nuvem das palavras comuns do fecho complementar	252

Lista de Abreviaturas

ACMSP – Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

FT – Forma de Tratamento

PB – Português Brasileiro

Sumário

Introdução	20
1. A história externa do <i>corpus</i>	27
1.1. As raízes da intensa militarização na capitania de São Paulo	29
1.1.1. A capitania de São Paulo na época das cartas	43
1.2. Proposta de categorização temática dos documentos	73
1.3. Os remetentes das cartas	87
1.4. À guisa de conclusão	102
2. O <i>Corpus</i>	104
2.1. Apresentação dos documentos da Coleção Morgado de Mateus	104
2.2. A seleção e a constituição do <i>corpus</i>	113
2.2.1. Elementos linguísticos eleitos para análise	119
2.3. Uma proposta de categorização socioprofissional	121
2.4. Descrição codicológica	133
2.4.1. Formato do papel	139
2.4.2. Filigranas	149
2.5. Análise paleográfica	180
2.5.1. Circunstâncias de produção: inabilidade x habilidade no <i>corpus</i>	196
2.6. Análise diplomática	217
2.7. Normas de edição	253
2.8. Edição semidiplomática acompanhada de fac-símile	261
3. Estudo sobre as formas de tratamento	536
3.1. Panorama dos estudos sobre formas de tratamento	536
3.1.1. Do final do século XIX à primeira metade do século XX: descrição de usos das FT's	538
3.1.2. A revolução de 3ª pessoa, por Luz (1958)	542
3.1.3. O estudo de Cintra (1972)	548
3.1.4. As FT's sob perspectivas linguísticas mais recentes	558
3.2. A seleção de <i>corpora</i> para estudos sobre FT's	580
3.3. As formas de tratamento e seus textos reguladores	584
3.4. Descrição e análise do uso das FT's no <i>corpus</i>	590
3.4.1. Estudo comparativo do uso de FTs	606
3.5. Considerações finais sobre o uso de FT's	616
Considerações Finais	622

Fontes e Referências Bibliográficas	628
APÊNDICE A	648
APÊNDICE B	650
APÊNDICE C.....	652

Introdução

Penetra-se no ambiente social de uma época e, na medida em que as palavras o consentem, descobrem-se aspectos curiosos da sua vida íntima.
Marilina dos Santos Luz (1958, p. 1)¹

A tarefa mais difícil que se coloca ao pesquisador que se debruça sobre documentos originais de épocas passadas é a da escolha de um elemento, dentre tantos que lhe saltam aos olhos, para se estudar em profundidade, naqueles documentos que virão a constituir seu *corpus* de pesquisa.

Diante de cartas da administração colonial em circulação pública² lavradas entre 1765 e 1775, que constituem o *corpus* desta tese, escolhem-se como elemento de análise as formas de tratamento usadas para se dirigir ao interlocutor. Trata-se de tema bastante estudado atualmente, a partir de diferentes modelos teóricos. No entanto, Ramos (2011, p. 290), ao compor um cenário sobre os trabalhos produzidos sobre as formas de tratamento na língua portuguesa afirma que "são pouco os trabalhos que permitem uma fotografia detalhada. Uma consequência disso é que continua ainda por fazer uma história das formas de tratamento no Brasil.". Lopes (2006, p. 211), discutindo as pesquisas sobre as formas *vossa mercê* e *você* aponta que "a conjugação de investigações diacrônicas, com base em amostras diversificadas, pode nos dar confiança no estabelecimento de generalizações descritivas de sincronias pretéritas.".

Nesse sentido, a presente tese tem como objetivo contribuir com as investigações sobre as formas de tratamento em língua portuguesa, mais especificamente do português brasileiro, oferecendo uma fotografia do que acontecia nas cartas setecentistas escritas pelos habitantes da capitania de São Paulo, em sua maioria, e das capitanias vizinhas, no que se refere à escolha das formas de tratamento, o que auxiliará na composição da história das formas de tratamento no Brasil.

¹ No prefácio de sua dissertação de licenciatura em Filologia Românica, ao aludir ao tema de seu trabalho: as fórmulas de tratamento no português arcaico.

² Tal classificação dos documentos do período colonial é proposta por Barbosa (1999).

As pesquisas já realizadas sobre o tema apontam a ação de fatores sociais na escolha da forma de tratamento adequada à situação e ao destinatário da mensagem. Para avaliar apropriadamente em que contexto foram produzidas as missivas, procede-se, então, à pesquisa sócio-histórica, com o objetivo de descrever a realidade em que estavam inseridos remetentes e destinatários nesse período. Trata-se de década bastante importante para a história de São Paulo, visto que a capitania havia sido recém-restaurada de sua autonomia, perdida 17 anos antes, quando, por determinação da Coroa portuguesa, ficou subordinada ao Rio de Janeiro. Em 1765, chega de Portugal à capitania o governador capitão-general D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, que assume o governo, e procede a uma rigorosa organização militar, já que um dos principais motivos da restauração estava ligado à necessidade de defender o território dos ataques de espanhóis.³

O *corpus*, constituído de 81 documentos, dos quais 74 são cartas, perfazem 137 fólios. Trata-se de documentos originais, à exceção de dois que são cópias, cujos remetentes e destinatários são em sua maioria militares, diretamente envolvidos com as questões que enfrentava a capitania de São Paulo à época. A edição dos documentos, que ora se publica, seguindo os critérios da edição semidiplomática, constitui fonte de interesse para linguistas, já que está preservado o estado de língua tal qual foi praticado por seus autores, e também para historiadores, que têm utilizado "fontes antes pouco exploradas" para "lidar com os 'figurantes mudos' da História do Brasil" (SAMARA, 2005, p. 39-40). Os remetentes das cartas são majoritariamente figuras desconhecidas da historiografia colonial.

A contextualização sócio-histórica culmina com a pesquisa sobre os remetentes das cartas, a fim de se verificar seu local de nascimento e de traçar um perfil social mínimo de cada um deles. Apesar de a literatura especializada não ser

³ Conforme relato de Amaral (2006, p. 444), o Morgado de Mateus foi “nono governador e capitão-general da capitania de São Paulo, governou de 22-6-1765 a 13-6-1775. Restabelecida a capitania de São Paulo pela carta patente de 12-1-1765, nesse mesmo instrumento nomeou D. José para governador e capitão-general da mesma a D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão. Desembarcando em Santos, logo começou a exercer o cargo, indo tomar posse perante a Câmara a 7-4-1766. Sua administração foi bastante proveitosa. Organizou a tropa em regimentos de cavalaria e de infantaria, formando o Regimento de Tropas Pagas, e ordenou o Trem de Artilharia e a 'armada miúda para navegar nos rios'. Em sua gestão foi fundada a Praça de Iguatemi, na fronteira com o Paraguai. Descobriram-se os Campos de Guarapuava e a Serra de Apucarana e foram criadas mais de vinte povoações e o primeiro correio terrestre entre São Paulo e Rio de Janeiro.”.

animadora a esse respeito, como o trecho abaixo permite entrever, realiza-se tal investigação, que se revela extremamente importante para a análise do uso das formas de tratamento.

A busca de informações a respeito dos remetentes e dos destinatários das cartas é uma etapa relevante, quando se pretende trabalhar com a história social da língua, mas bastante difícil e demorada de se executar, principalmente se o autor da carta é desconhecido. Também não é fácil conhecer algo mais que o nome, ou, no máximo, o cargo dessas pessoas: muitas vezes implica uma longa peregrinação em bibliotecas, cartórios, igrejas ou onde quer que seja possível obter informações, resultando muitas vezes em uma busca inútil. (FONSECA, 2003, p. 107)

Conforme será verificado, foi possível localizar e traçar uma pequena biografia de metade dos remetentes do *corpus*. Tais dados são fundamentais para as conclusões a que se chega a respeito do uso das formas de tratamento. Além disso, a pesquisa revela que a maior parte, cerca de 70%, desses remetentes localizados nasceu no Brasil, e quase a totalidade aí vivia aqui há pelo menos 18 anos. O *corpus* serve assim aos pesquisadores interessados na investigação da história do português brasileiro, mais especificamente dos paulistas, por se estar diante de documentos produzidos por autênticos paulistas.

Para o estudo das formas de tratamento, as cartas, ao lado de outros gêneros de documentos, mostram-se bastante produtivas, uma vez que o remetente se vê obrigado, no texto que escreve, a buscar maneiras de se dirigir a seu destinatário⁴. O entendimento do contexto sócio-histórico em que estavam inseridas as personagens envolvidas nessa correspondência torna-se essencial, tanto para a compreensão da motivação da escrita quanto para a análise do uso das formas de tratamento. Parte-se da hipótese de que o grupo social, ou categoria socioprofissional⁵, dos envolvidos nas relações epistolares, tem papel preponderante na escolha de uma ou outra forma de tratamento. No caso dos militares, que possuem uma hierarquia rígida, formula-se a hipótese de que usariam diferentes formas de tratamento para marcar linguisticamente a posição ocupada na hierarquia.

⁴ Segundo Lopes (2012, p. 41), “as cartas constituem um rico material para análise das formas de referência ao interlocutor pelo seu caráter interativo”.

⁵ Seguindo terminologia usada por Marquilhas (2000).

Os trabalhos recentes que analisaram as formas de tratamento em período similar apontam para o baixo uso da forma *vossa mercê* em documentos da administração colonial em circulação pública, o que revelaria a perda do caráter polido e cortês da forma (RUMEU, 2004); e seu uso vinculado a relações de superior para inferior, chamadas assimétricas descendentes (MARCOTULIO, 2008). Além disso, as formas *vossa excelência* e *vossa senhoria*, ao lado de *vossa mercê*, são frequentemente analisadas à luz da teoria do Poder e da Solidariedade, proposta por Brow e Gilman (1972), e publicada pela primeira vez em 1960. No entanto, conforme Oliveira (2006, p. 7, grifo nosso), é necessário um modelo de análise que "nem tenta nem tem necessidade de **tentar simplificar complexas relações sociais em poucas dimensões**, como é o caso de Poder e Solidariedade". A língua portuguesa apresenta um complexo sistema de tratamentos, conforme apontam diversos pesquisadores (CINTRA, 1972; LUZ, 1958; RODRIGUES, 2003), e tentar estudá-lo reduzindo essa complexidade não parece a melhor solução. Segundo Rodrigues (2003, p. 286),

é certo que os tratamentos de mais elevada cortesia, hoje incluídos na categoria das FT's pronominais, foram, na sua origem e durante muitos anos, FT's nominais. Como explicar que tratamentos constituídos por nomes abstractos tenham perdido o valor semântico-pragmático de elevada cortesia que denotavam (pense-se no caso de *Vossa Mercê* / *you*, por exemplo) e, ao perderem-no, tenham mudado de categoria lexical, enquanto outros, embora tendo mudado de categoria (*V. Ex.a*, por exemplo, seja considerado hoje um tratamento pronominal), mantenham ainda esse valor? Cremos que a explicação se poderá encontrar na abordagem histórica dessas e outras FT's.

Pretende-se portanto levar a cabo uma análise detida dos documentos, submentendo-os ao estudo filológico; de seus remetentes e destinatários, verificando a posição que ocupavam, como e com quem se relacionavam, de que assuntos tratavam nos documentos que produziram; para, finalmente, poder estudar as formas de tratamento que utilizavam.

Dessa forma, propõe-se uma categorização temática dos documentos e uma categorização socioprofissional dos envolvidos nas cartas. Para verificar a pertinência do estudo das formas de tratamento associado ao exame das categorias socioprofissionais, investigam-se *corpora* de período coevo, constituídos de

documentos da mesma natureza, preferencialmente cartas e obrigatoriamente de circulação pública. Na pesquisa para constituição desses *corpora* de cotejo, notou-se que são poucas as edições que trazem documentos escritos por desconhecidos, sendo mais frequentes as edições de documentos daqueles que ocupavam altos cargos na administração colonial, seja na alta esfera da administração geral, seja na categoria socioprofissional dos eclesiásticos ou dos militares.

Com relação aos documentos propriamente ditos, realiza-se sua apresentação, com informações arquivísticas relevantes, seguida da explicitação dos critérios que levaram à seleção do gênero carta e dos 81 documentos em questão, pertencentes à extensa Coleção Morgado de Mateus. O elemento linguístico *formas de tratamento* e as razões de sua eleição para observação e análise neste *corpus* em específico são discutidos a seguir. São realizadas as etapas fundamentais do trabalho filológico: a descrição codicológica, a análise paleográfica, com ênfase nas abreviaturas das formas de tratamento, e a análise diplomática. A seguir, apresenta-se a edição semidiplomática acompanhada de fac-símile, já que, conforme Marquilhas (2009, p. 50),

mortais como todos os outros, os paleógrafos incorrem em leituras equivocadas, por mais perfeccionistas que se anunciem, ou por mais respeitados que se tenham tornado no ambiente acadêmico. Só um empreendimento de edição que ofereça simultaneamente a decifração do manuscrito e a imagem do original (como aliás sempre aconteceu nos manuais de paleografia) pode atingir uma considerável ausência de erros de leitura.

O estudo filológico minucioso de aspectos materiais e formais de um *corpus* predominantemente homogêneo quanto à espécie documental (carta) apresenta variações (papéis, caligrafia, estrutura diplomática) cujo exame indica padrões a princípios desconhecidos e cuja apresentação criteriosa faz avançar mais um passo na compreensão desses aspectos. Como pouco se conhece sobre essas características, as informações apresentadas, de natureza codicológica, paleográfica e diplomática são muito relevantes, ajudando a definir o perfil do documento epistolar nesse período.

Os documentos passam, então, a constituir *corpus* de um estudo que pretende analisar o uso das formas de tratamento na relação com o interlocutor nesse conjunto

de cartas do século XVIII, ou escritas na capitania de São Paulo, como acontece com a maior parte das missivas, ou que tratem de assuntos a ela relacionados. Antes da análise, é apresentado um panorama dos estudos sobre as formas de tratamento, desde o final do século XIX até os dias de hoje. São abordados também os textos reguladores, quais sejam leis, dicionários e manuais de etiqueta, que versavam sobre o uso adequado das formas de tratamento.

Segue-se o estudo das formas de tratamento encontradas no *corpus*, com o levantamento e descrição das formas encontradas; a comparação do uso verificado no *corpus* da presente pesquisa e em outros *corpora* epistolares; e, finalmente, a análise do uso, necessariamente vinculada ao exame das categorias socioprofissionais.

Finalmente, são tecidas as considerações finais. A análise do emprego das formas de tratamento revela que a associação de seu estudo às categorias socioprofissionais a que pertenciam os destinatários mostra-se extremamente produtiva nos documentos da época. O estatuto social e profissional que ocupava o destinatário das missivas é fundamental para a opção por uma ou outra forma de tratamento. Contrariando os resultados obtidos por Rumeu (2004), a forma preferencial de tratamento nas cartas da administração pública do *corpus* é *vossa mercê*, o que revela diferentes níveis de expansão social das formas de tratamento. Verifica-se, também, que a forma *vossa mercê* era utilizada principalmente em relações de inferior para superior. Um exemplo disso é o fato de os militares dirigirem-se aos seus superiores usando tal forma de tratamento; ou seja, a forma não é exclusiva da relação assimétrica descendente, como aponta Marcotulio (2008).

O estudo filológico, portanto, entrelaça-se ao estudo das formas de tratamento em diverso níveis: ao fornecer aparato técnico para o estudo das formas de tratamento, que, aparecendo abreviadas em 100% das ocorrências, necessitam de exame paleográfico cuidado e transparente para o correto desenvolvimento; ao permitir traçar uma gradação entre as mãos mais hábeis ou inábeis e associar essa dimensão ao conhecimento, ou não, do emprego adequado das formas de tratamento às diferentes categorias socioprofissionais; ao fornecer subsídios para a constituição de uma estrutura padrão das cartas do período, revelada por meio da análise

diplomática das mesmas, cuja associação ao uso das formas de tratamento revela-se bastante produtivo, na medida em que, se há o uso de fórmulas epistolares corteses, haveria necessariamente o uso de uma forma de tratamento também cortês.

1. A história externa do *corpus*

A necessidade de contextualizar historicamente os documentos que constituem um *corpus* de pesquisa de natureza linguística tornou-se, pelo exame da literatura na área (BARBOSA, 1999, 2006; CASTILHO, 2011; MARQUILHAS, 2000; MATTOS e SILVA, 2004; OLIVEIRA, 2009), uma obrigatoriedade, independente do elemento linguístico selecionado para análise e da época à qual os textos pertençam. A busca pela interdisciplinaridade, e as dificuldades a ela inerentes —, uma vez que, tradicionalmente, os cursos de Letras brasileiros não oferecem uma formação científica nesse sentido —, não é, portanto, novidade nos trabalhos de cunho filológico-linguísticos.⁶

As cartas aqui editadas e analisadas compõem, como será verificado adiante, um conjunto bastante particular dentro da coleção onde se encontram, pelo fato de não terem sido enviadas ou recebidas, em sua maioria, por figuras da alta esfera de poder da administração colonial. Enquanto há, pelo menos, três gavetas da Coleção Morgado de Mateus dedicadas a cartas recebidas pelo governador de pessoas que ocupavam variadas funções na estrutura colonial, além de duas com correspondência trocada entre ele e outros governadores, há apenas uma única gaveta com cartas não dirigidas a ele. O *corpus* da presente pesquisa, portanto, não é formado de cartas envolvendo vice-reis, governadores, bispos, arcebispos, marqueses, condes e duques. Trata-se de correspondência enviada predominantemente entre militares, padres, ouvidores, juízes, agricultores, mineradores, entre outros.⁷

Tendo em vista que o elemento linguístico selecionado para ser descrito e analisado na presente pesquisa são as formas de tratamento e considerando que um

⁶ Importante comentário a respeito pode ser encontrado na Introdução de Marquilhas (2000, p. 11): "Este texto começou por ser uma dissertação de doutoramento que não poderia ter feito sozinha. Faltando-me uma formação historiográfica curricular [...]".

⁷ Na introdução ao *Catálogo Arquivo de Mateus* (DAMASCENO, 2000), Bellotto alude à variedade e à especificidade dos documentos que compõem a coleção, referindo a grande quantidade de documentos públicos diplomáticos ascendentes que não pertencem ao primeiro escalão. Relata ainda que a coleção não é composta, em sua maioria, de documentos enviados pelo Morgado de Mateus ao governo central, e nem vice-versa; grande parte são requerimentos, petições e cartas de autoridades subalternas ou da própria população enviadas diretamente ao capitão-general. Conclui informando que deve ter sido justamente esse o critério que amparou a legitimidade da existência desses registros, notoriamente públicos, em um arquivo familiar, como é o da Casa de Mateus.

fator condicionante de seu uso esteja estreitamente ligado a componentes sociais (CINTRA, 1972; BIDERMAN, 1973; FARACO, 1996; LOPES, 2002; LUZ, 1958) é imprescindível que seja delineada, valendo-se da historiografia, a sociedade paulista à época da produção das cartas, que configura o cenário social em que estavam inseridos os remetentes e destinatários das epístolas. Assim, a resposta às perguntas como “‘quem falou/escreveu esse texto?’, ‘onde viviam?’, ‘como viviam?’, ‘como era sua movimentação?’, ‘que relações sociais estabeleciam os falantes/escritores?’” (KEWITZ & SIMÕES, 2008) são essenciais para a constituição da chamada ‘história social’ dos documentos.

Nesse sentido, busca-se aqui traçar um perfil, tal qual o definem Lopes et al. (2010, p. 241), ao proporem uma análise sociocultural de redatores em *corpora* históricos, a partir de

um cruzamento de perspectivas, que relacione a trajetória de vida dos sujeitos (que vai mais além das categorias tradicionais de perfil), o contexto de produção dos textos (em que momento foi escrito, o que foi escrito, para quem foi escrito, em que condições e com que finalidades foi escrito) e o mapeamento e descrição das redes de escrita (diálogos estabelecidos e possíveis interlocutores). Isto seguramente nos permitirá localizar a produção escrita de um indivíduo num contexto de produção mais amplo, o que, por sua vez, nos garante a possibilidade de uma conceituação alternada de *perfil sociocultural*.

Será apresentado, a seguir, o contexto sócio-histórico em que se inseria a capitania de São Paulo entre os anos de 1765 a 1775, coincidente com a data-limite do *corpus* editado.

Antes de iniciar-se a descrição, cabe ressaltar que a década de 1765 a 1775 é aquela que antecede a chamada crise do antigo sistema colonial, iniciada em 1777, logo após a independência das colônias britânicas (NOVAIS, 1995). Dessa forma, trata-se de um período peculiar, em que Portugal procurará, sobretudo através da política levada a cabo por seu primeiro ministro, Marquês de Pombal, sanar os problemas advindos da manutenção e exploração das colônias, com destaque para o Brasil.

1.1. As raízes da intensa militarização na capitania de São Paulo

A data-limite abrangida pelas cartas aqui estudadas refere-se ao período em que o governador D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão⁸, o Morgado de Mateus⁹, foi escolhido pela Coroa portuguesa para administrar a capitania de São Paulo, recém-restaurada. Uma das principais tarefas do então governador, aliás, era justamente essa. São Paulo havia ficado de fora do cenário político-econômico da Coroa e era preciso recolocá-la, sobretudo por questões ligadas à segurança do território colonial.

De acordo com Novais (1995, p. 136), "a defesa do patrimônio, isto é, a preservação das colônias, é, evidentemente, na ordem lógica, a primeira tarefa que enfrenta sempre uma metrópole colonizadora.". E, no período de crise, deflagrado a partir de 1777, mas iniciado anteriormente, há um agravamento da competição colonial, que "transparece na persistente preocupação militar que acompanha as instruções de vice-reis e governadores." (NOVAIS, 1995, p. 137). Conforme Salgado (1985, p. 53), "é preciso caracterizar o governador-geral também como um funcionário militar (e há até quem o julgue essencialmente dessa forma).".

A política de militarização, segundo Novais (1995, p. 139), contava com

o aproveitamento dos colonos na defesa do patrimônio metropolitano [...]: 'nenhuma potência, por mais formidável que seja, pode, nem intentou até o presente, defender as suas colônias com as únicas forças do país dominante ou do seu próprio continente'. [...] Com o que se concluía que 'nesta certeza, as principais forças, que hão de defender o Brasil, são as do mesmo Brasil'.

Silva (2009, p. 79) também refere ao auxílio dos locais na defesa, informando que "durante o século XVI, como se pode comprovar pelas Atas da Câmara de São

⁸ Convencionou-se usar a forma D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão para a grafia do nome do governador, seguindo aquela utilizada na obra de Bellotto (2007), apenas acrescentando-se o acento circunflexo em *Antônio*, de acordo com regra de uniformização dos antropônimos, encontrada no apêndice.

⁹ Conforme explicado por Bellotto (2007, p. 45, grifo nosso), "um morgado era constituído por um conjunto de bens vinculados, inalienáveis, indivisíveis e que, por morte do possuidor, passava ao filho primogênito (**que recebia também o título de Morgado**, acrescido do nome da Casa ou terras que lhe competiam).".

Paulo, a defesa da vila e seu termo dependia dos próprios moradores" (SILVA, 2009, p. 79). No entanto, a primeira organização militar propriamente dita em São Paulo se dá no início do século XVII. Com o objetivo de defender a vila de São Paulo contra ataques inimigos, D. Francisco de Sousa, sétimo governador-geral do Brasil, determinou a eleição em Câmara de um capitão e alguns oficiais de milícia. Em 1610, foi solicitado o alistamento de todos os habitantes com mais de 14 anos, inclusive índios. E, em 1615, São Paulo já tem formadas três companhias de Infantaria.

Ao longo do setecentos, os cargos de comando dessas companhias são ocupados pelos grandes sertanistas paulistas, guiando-se pela concepção de que "a aristocracia paulista seiscentista era, antes de tudo, guerreira" (LEONZO, 1979, p. 7). Cabe lembrar, porém, que, apenas em 1710, após São Paulo ser elevada à capitania real, tais companhias passam a ser remuneradas (LEONZO, 1979). Como será referido adiante, novas companhias militares serão formadas em finais do século XVII "em decorrência do ouro e da necessidade da Coroa de cobrar seus quintos" (SILVA, 2009, p. 81); os primeiros exercícios militares propriamente ditos acontecerão a partir de 1698 (LEONZO, 1975).

De acordo com Novais (1995), o processo de colonização ocorrido na época moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, é tradicionalmente conhecido como Antigo Sistema Colonial da era mercantilista. Ainda que as relações entre metrópoles e suas colônias se processem de maneiras particulares, pode-se assumir que, nos tempos modernos, a colonização ocorre por meio de uma forma mercantilista de relações, pautada essencialmente pelo comércio, visto como o próprio 'sentido da colonização' por Caio Prado Jr. (NOVAIS, 1995). Em teoria, "as colônias se deviam constituir em fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole. [...] A história real porém se desenrola mais no plano do atípico e do peculiar do que no quadro dos modelos [...]" (NOVAIS, 1995, p. 59-60).

A relação entre a política mercantilista e a necessidade de aumentar a população é bem exemplificada por Novais (1995, p. 61) no seguinte trecho:

o mercantilismo não é, efetivamente, uma política econômica que vise ao bem-estar social, como se diria hoje; visa ao desenvolvimento nacional a todo custo. Toda forma de estímulos é legitimada, a intervenção do estado deve criar todas as condições de lucratividade

para as empresas poderem exportar excedentes ao máximo. Daí se propugnar uma política de fomento demográfico, meio de ampliar a força de trabalho nacional, e impedir a elevação dos salários, por exemplo.

O governador Morgado de Mateus, seguindo as instruções que trazia, procurou organizar as povoações, vilas e cidades, de forma a reunir a população dispersa e aumentar a força de trabalho.

No nível político, tal modelo exigia "a centralização do poder para unificar o mercado nacional e mobilizar recursos para o desenvolvimento. [...] Tratava-se, em última instância, de subordinar todos ao rei [...]" (NOVAIS, 1995, p. 67).

Desde o princípio da colonização da capitania paulista, cujo início simbólico data de 1532, quando é fundada a vila de São Vicente, que dá nome à capitania¹⁰, observa-se essa política de fomento demográfico em prática. O processo de povoamento e exploração da região é iniciado com a Coroa visando sobretudo a descoberta de ouro. O marco inicial da vila de São Paulo de Piratininga tradicionalmente remonta a 1554, quando foi fundado o Colégio dos Jesuítas na região.¹¹ O local, segundo Bellotto (2007, p. 23),

começou a criar importância em razão de sua posição geográfica, aberta às rotas do sertão. [...] Era, antes de tudo, zona de transição, entroncamento de caminhos. [...] a penetração poderia ser feita, por São Paulo, para os campos do Sul, para as serranias mineiras e para o Oeste, sempre ao longo dos rios. No planalto foi se desenvolvendo uma comunidade luso-tupi, de forte miscigenação, que buscava no sertão a sua subsistência.

A principal atividade comercial da capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII estava ligada à caça ao índio e à "sua venda como braço escravo no litoral, ou para servir no Nordeste açucareiro" (BELLOTTO, 2007, p. 23). As expedições ao sertão, com vistas ao apresamento indígena, eram financiadas pelos próprios

¹⁰ Além da capitania de São Vicente, havia também a capitania de Santo Amaro, porém "na prática, as duas capitanias se confundiram e suas denominações foram sendo alteradas com o tempo." (SILVA, 2009, p. 19).

¹¹ Segundo Silva (2009, p. 35), "não deixa de ser curioso que, só pela força e pelo poder da Companhia de Jesus, a data da fundação de São Paulo seja, na historiografia brasileira, 1554 e não, como em todas as vilas da colônia, a data formal da instalação do pelourinho e do início das atividades da Câmara, o que só ocorreu em 1560".

moradores, no seio da família: "os pais mandavam os filhos dependentes deles, pois desse modo os índios descidos lhes pertenciam. Como esses filhos ainda nada tinham de seu, é óbvio que os pais tinham de financiar a entrada" (SILVA, 2009, p. 61).

Durante o século XVI, portanto, as expedições ao sertão à procura de índios eram realizadas pelos paulistas, para atenderem a necessidade de mão de obra em suas lavouras, havendo raras entradas em busca de ouro a mando da Coroa (SILVA, 2009). Nesse século já é referida a descoberta de ouro, prata e esmeraldas em alguns locais da capitania. No século seguinte, a situação se altera um pouco, com a organização de expedições exclusivamente destinadas à descoberta do ouro; a força de trabalho indígena, porém, logo abandonava o serviço das minas, impondo um problema para a mineração (SILVA, 2009).

Outra questão era o fato de ter sido "sempre a Coroa, e não os paulistas, a procurar a exploração do metal", já que estes "viviam bem da agricultura" (SILVA, 2009, p. 43). A descoberta mais significativa de ouro, no ribeirão do Carmo, e, depois, no rio das Mortes, no sul do atual território do estado de Minas Gerais, acontece somente na última década do século XVII. A partir dela, inclusive, é que se concede a permissão para a capitania paulista começar a receber negros de Angola, que chegavam pelo Rio de Janeiro, pois, até então, os africanos eram muito raros na região (SILVA, 2009), apesar de haver quantidade suficiente de negros em 1711 para a criação de uma irmandade. Com a criação de tropas profissionais para a cobrança de impostos do ouro, segundo Silva (2009, p. 81), "em finais do século XVII, nem sequer a autoridade do donatário, através dos capitães-mores, interferia. A autonomia da capitania estava praticamente extinta".

Diferente do ocorrido com a maioria das capitanias a essa altura, São Paulo permaneceu como capitania donatarial até 1709, quando foi comprada pela Coroa, bastante interessada no valor que adquirira após a descoberta do ouro. Tal particularidade, de acordo com Silva (2009, p. 19), talvez

tenha contribuído para a fama de rebeldes e maus vassalos de que seus habitantes gozaram, sobretudo entre os governadores-gerais e os membros do Conselho Ultramarino. E também para sua pouca apetência por honras e mercês concedidas pela Coroa, ao contrário dos baianos e pernambucanos. Para o governador-geral Câmara

Coutinho, em 1692, a vila de São Paulo havia muitos anos era 'república de per si, sem observância de lei nenhuma, assim divina como humana' [...] A imagem de rebeldia à Coroa passou à posteridade a ponto de, em finais do século XVIII, fr. Gaspar da Madre de Deus e, sobretudo, Pedro Taques de Almeida Pais Leme se esforçarem por demonstrar em suas obras quão fiéis vassalos os paulistas tinham sido [...].

Em 1709, a capitania, agora de propriedade da Coroa, passa a se chamar capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Em 1720, com a justificativa de diminuir as fraudes na arrecadação do quinto, ocorre seu desmembramento, pois, para a Metrópole, a melhor estratégia seria concentrar "a região mineira numa capitania autônoma, solidamente vigiada e controlada" (BELLOTTO, 2007, p. 24). Inicia-se, nas palavras de Bellotto (2007, p. 24), "uma nova era na colonização, centrada nas áreas de mineração", com um necessário controle maior por parte da Metrópole, "esta, que nos séculos precedentes se fizera tão ausente como autoridade, passava agora a sobrepor-se à iniciativa e ao poderio locais." (BELLOTTO, 2007, p. 24).

Além do controle financeiro sobre o ouro, outros desafios apresentados a Portugal em meados do século XVIII recaíam, como visto, sobre a defesa do território, principalmente em seu limite sul, por conta das ofensivas espanholas na região da Colônia de Sacramento e da Lagoa dos Patos; e sobre a questão da precariedade do abastecimento do Brasil, deflagrada a partir do aumento de concentração populacional na área das minas. É principalmente para sanar essas questões que são instaurados os cargos de vice-reis, "primeiro, sediados na Bahia e, depois de 1763, no Rio de Janeiro" (BELLOTTO, 2007, p. 25).

Cabe ressaltar que a fronteira sul, considerada a única fronteira 'viva' do Brasil, apresentava conflitos desde o início do século XVIII, quando uma política definida de arredondamento territorial começa a tomar forma, estendendo-se até depois da Independência (NOVAIS, 1995).

Com as atenções da Metrópole voltadas para esses desafios e com o desmembramento da região das minas, em 1720, a situação do território paulista se torna complexa do ponto de vista administrativo. Essa situação, consoante Silva (2009, p. 100-101), porém, não deve ser confundida com um suposto período de decadência:

de maneira geral, a historiografia paulista tendeu a relacionar o período de descoberta do ouro a uma pretensa fase de decadência da economia paulista, abandonada ou relegada a um segundo plano pelo atrativo da aparente riqueza fácil da mineração. [...] Não há, contudo, qualquer indício convincente de esvaziamento populacional e, pelo contrário, a população paulista cresce consideravelmente no período. Esse crescimento, por sua vez, parece estar relacionado com uma economia dinâmica, e não uma crise. De fato, os primeiros anos de exploração das Gerais foram marcados por uma crise, mas de abastecimento, e circunscrita exatamente aos arraiais mineradores.

As três principais atividades comerciais eram o abastecimento das minas, por meio da produção da agricultura de subsistência realizada em sistema itinerante ('sítios volantes'); o comércio do gado sulino, pelas chamadas Tropas; e as Monções, que se definem como as frotas fluviais de abastecimento da região de exploração do ouro em Mato Grosso (BELLOTTO, 2007).

Em 1733, a capitania perde a área de passagem às Minas Gerais, com a mudança da rota para o 'caminho novo', que ligava o Rio de Janeiro diretamente à região das minas. Assim, "as correntes mercantis, as mais prósperas da colônia, passavam a estimular a atividade econômica do Rio de Janeiro, que em 1763 elevava-se a capital" (CANABRAVA, 1972, p. 215).

Entre 1738 e 1748, a partir das propostas de Antônio Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, governador do Rio de Janeiro desde 1733, a capitania de São Paulo sofre diversos fracionamentos, que culminariam com sua extinção. A Ilha de Santa Catarina e o Rio Grande, em 1738, e Laguna, em 1740, são desmembrados do território paulista e anexados ao do Rio de Janeiro, pois, segundo o Conde de Bobadela "o litoral deveria ser unificado administrativamente para melhor defesa" (BELLOTTO, 2007, p. 25) do sul. Em 1748, é a vez das minas de Cuiabá e Goiás serem separadas de São Paulo, tornando-se capitanias independentes. No mesmo alvará, o rei D. João V considera, então, desnecessário que houvesse em São Paulo mais um governador com patente de capitão-general. O trecho a seguir (BELLOTTO, 2007, p. 26) descreve muito bem os limites do território e a administração política da capitania, a partir desse alvará:

O território de São Paulo, 'athé os confins dos Governos das Minas Geraes, do Rio de Janeiro e da Ilha de Santa Catherina' (sic) seria administrado do ponto de vista militar pelo governador da Praça de Santos. Este, por sua vez, estaria sob a jurisdição do governador do Rio de Janeiro, como já o eram os 'mais governos desta costa athé a colônia'. A permanência do capitão-general D. Luís de Mascarenhas não teria mais razão de ser. Ele devia recolher-se ao Reino.

A extinção da capitania intensificou a desorganização do ponto de vista burocrático. Por isso, segundo afirma Bellotto (2007, p. 33),

o então governador da Praça de Santos, Sá e Queiroga, sugeria que, se os cargos fossem militares, assim como patentes de governadores, o registro seria feito no Livro das Vedorias; se de Justiça, pelos ouvidores das comarcas, se da Fazenda, pelos da provedoria.

Essa tentativa de organização proposta pelo governador de Santos auxilia sobremaneira no entendimento da maneira como se dividiam os cargos públicos da sociedade paulista à época.

Outro dado importante, sobre a organização social da época, é o fato de os senhores rurais, a quem ficou confiada a exploração da capitania no período anterior ao da descoberta do ouro, revestirem-se de uma autoridade presente e atuante, principalmente através das Câmaras. Consoante Bellotto (2007, p. 35),

na capitania paulista, despovoada e pobre,¹² exerciam as Câmaras, notadamente a da Cidade de São Paulo, poder bastante relevante. [...] Seria a representação dos camaristas, alertando sobre a grande decadência em que se achava a capitania um dos elementos imediatos para a restauração de São Paulo.¹³

Consoante Novais (1995), a lavoura de exportação, e mesmo a plantação para consumo interno, sempre foram incentivadas pela Metrópole. No século XVIII, segundo o historiador, o privilégio de não poderem ter seus engenhos sequestrados, já concedido aos senhores rurais da Bahia e do Rio de Janeiro, é estendido aos senhores de São Paulo. Assim, os donos de terras tinham papel de destaque na elite

¹² Cabe ressaltar que o trecho "despovoada e pobre" refere-se provavelmente a uma comparação feita pela autora em relação ao parágrafo anterior, quando comenta sobre as áreas mais ricas e populosas do Brasil, onde, por conta disso, o poder central era maior.

¹³ É de salientar que a Câmara paulistana enviou inúmeras representações, via Conselho Ultramarino, para o rei; e, além dele, para o bispo Frei D. Antônio da Madre de Deus Galvão. (BELLOTTO, 2007)

que se vinha formando no Brasil, e, no caso da capitania em questão, tiveram participação importante no seu restabelecimento.

Outro fator fundamental que colaborou para a restauração da capitania foi a invasão do Rio Grande pelas tropas do espanhol Pedro de Cevallos, em 1762, que provocou graves desentendimentos entre o governo português e o espanhol. O Rio Grande à época, devido ao recente e precário povoamento, não tinha condições de se tornar uma capitania; e o Rio de Janeiro, a quem São Paulo estava subordinado, não teria condições de cuidar de mais esse assunto. A questão da preservação das fronteiras, aliás, era um dos pilares do consulado pombalino, a partir do qual é estruturada de maneira mais sistemática a política mercantilista em Portugal. Assim, além "de São Paulo vir a constituir um tampão defensivo entre a arca hispano-americana e a região da mineração. Paralelamente cobriria a defesa da capital recém-transferida" (BELLOTTO, 2007, p. 40).

A situação econômica da metrópole agravava-se durante a segunda metade do setecentos, o que culminaria com a crise do sistema colonial no último quartel do século XVIII e início do XIX (NOVAIS, 1995). Seguindo os preceitos do governo de Pombal, as colônias eram vistas como uma forma possível de reativação econômica (BELLOTTO, 2007).

Finalmente, em dezembro de 1764, Pombal restaura a capitania, nomeando D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão seu governador e capitão-general, já que ele cumpria exemplarmente as exigências do cargo: pertencia à fidalguia, era um militar experiente (já havia participado de batalhas em que saíra vencedor, no território português)¹⁴, tinha prestígio na Corte e era altamente fiel ao rei e à pátria (BELLOTTO, 2007).

A raiz da decisão de restaurar a capitania de São Paulo, como visto, está, portanto, no combate aos espanhóis. Segundo Bellotto (2007, p. 44), "constata-se assim que, paradoxalmente, o que havia sido razão para a extinção de São Paulo [...] o era agora para seu restabelecimento". Assim, as instruções que o Morgado trazia tratavam majoritariamente da defesa e da militarização do território e das estratégias

¹⁴ Bellotto (2007, p. 47) refere ainda que a formação de D. Luís Antônio "teria obedecido [...] a uma forte influência militar, com orientação do próprio avô."

que deveriam ser utilizadas para atingir o resultado pretendido. Este é o período em que o Marquês de Pombal¹⁵ ocupava a função de primeiro-ministro; as instruções dadas ao capitão-general são, portanto, caracteristicamente pombalinas: visam à defesa do território, à expansão econômica e ao fortalecimento do poder real (BELLOTTO, 2007).

De acordo com a Coroa, os paulistas seriam os homens mais apropriados para a vida militar, e, conseqüentemente, para a defesa do sul do Brasil. Segundo Canabrava (1972, p. 195), "famosos eram os homens de São Paulo como sertanistas audazes, preadores de índios e descobridores de minas, seriam eles 'os mais próprios homens que o Brasil tem para a vida militar'".

Explica-se, assim, a intensa e ativa militarização pela qual passou a capitania durante o governo do Morgado de Mateus. Conforme já referido, a primeira organização militar da capitania de São Vicente em companhias de ordenanças se dá no início do seiscentos, com o objetivo de protegê-la dos ataques inimigos, sobretudo de holandeses. É aplicado, então, pela primeira vez, o *Regimento das Ordenanças*, documento de 1570, promulgado por D. Sebastião, que obrigava a prestação de serviço militar gratuito pelos homens de 18 a 60 anos (LEONZO, 1975). Tal regimento dispunha, também, que o comando das ordenanças deveria ser ocupado pelos principais da terra, da melhor nobreza e cristandade, assim o comando ficava a cargo dos proprietários de terras, "cujas mãos detinham, ao mesmo tempo, como camaristas, as rédeas da administração municipal nas vilas e cidades" (LEONZO, 1979, p. 2). Um documento contendo a legislação militar, atualizada e completa, porém, irá chegar a São Paulo somente em 1758, com a *Provisão das Ordenanças* (LEONZO, 1975, p. 138), ainda que em 1713 e em 1722 os capitães-generais tenham buscado registrar em Câmara súmulas do *Regimento das Ordenanças*¹⁶.

¹⁵ Sebastião José de Carvalho e Melo é nomeado Conde de Oeiras em 1759, recebendo o título de Marquês de Pombal apenas em 1769, aos 71 anos (MAXWELL, 1996). Porém, como ficou mais conhecido por esse último título, será assim referido neste trabalho.

¹⁶ Segundo Leonzo (1975, p. 138), "tudo indica que o 'Regimento das Ordenanças' elaborado por D. Balthazar da Silveira, em 1713, e sua recopilação por Rodrigo Cesar de Menezes, em 1722, constituíram as duas únicas fontes de orientação, ainda que precárias, para as companhias de ordenanças da capitania de São Paulo, até a primeira metade do século XVIII". A *Provisão das Ordenanças*, de 1758, continha cópias do *Regimento das Ordenanças*, de 1570; da *Provisão das Ordenanças*, de 1574; das leis de D. João V, de 1709, 1739 e 1749, que alteraram itens importantes na constituição e organização militar; e ainda disposições de D. José (LEONZO, 1975).

Deve-se lembrar de que, conforme já referido no início desta seção, no Brasil, “desde os primórdios da colonização, frente às deficiências das armadas de policiamento e à insuficiência numérica das forças metropolitanas [...] coube aos moradores atender às necessidades imediatas [...]” (LEONZO, 1979, p. 1). A tentativa de D. Francisco de Sousa, governador-geral do Brasil, no início do século XVII, de organizar, de fato, pela primeira vez as forças militares na capitania de São Vicente foi bem sucedida, porém, somente com a chegada do Morgado de Mateus é que se colocaram em prática planos extensivos de organização militar, com destaque para a formação dos corpos de auxiliares.

Cumprе ressaltar as principais diferenças entre os corpos de auxiliares e as companhias de ordenanças no Brasil, que formavam, juntos, os corpos militares coloniais de segunda e terceira linhas (RODRIGUES, 1978, p. XXIII).¹⁷ Segundo Leonzo (1979, p. 24), as companhias de ordenanças eram “unidades militares que congregavam toda a população masculina válida, para eventual prestação de serviços militares gratuitos”. Já os terços de auxiliares, em que predominaram os interesses metropolitanos, serviam “amplamente à manutenção da posse territorial, da ordem e da lei, o que comprova a notória fidelidade à Coroa por parte dos contemplados com as altas patentes militares e as funções de cunho administrativo e fiscal” (LEONZO, 1979, p. 24). Em 1739, D. João V, além de restringir a atuação das tropas de auxiliares às localidades litorâneas, reduz e regulariza o número de oficiais de ordenanças, visto que, usando-se do argumento da defesa da praça de Santos, muitos postos militares tinham sido providos de forma leviana pelos sucessivos governadores da capitania de São Paulo. Com a alteração, núcleos com menos de 100 habitantes “não teriam capitão-mor e o comando militar caberia ao capitão da companhia” (LEONZO, 1975, p. 48). A partir de 1749, o cargo de capitão-mor das ordenanças passa a ser vitalício, e não trienal, como era desde 1700. Com a chegada do Morgado de Mateus, em 1765, devido aos poucos recursos disponíveis para a manutenção de tropas regulares, são reorganizados os corpos de auxiliares, “dando-lhes forma e existência efetivas” (RODRIGUES, 1978, p. 58). Aos auxiliares são

¹⁷ Os corpos de primeira linha eram formados pela tropa paga e regular, que, na capitania de São Paulo, estava em má situação, por conta da falta de recursos da Provedoria para mantê-la. (LEONZO, 1975, 1979)

concedidos diversos privilégios, que em Portugal apenas os oficiais regulares recebiam, como será verificado adiante.

Quando D. Luís Antônio ainda estava em Santos, onde passou cerca de um ano até partir para São Paulo e assumir seu posto, ocorreu uma sutil mudança nas instruções originais que trazia. Segundo a Coroa justificava, devido a um novo clima, mais ameno, estabelecido nas relações luso-espanholas, a ameaça espanhola no sul do Brasil já não seria tão acintosa, por isso, Portugal optou por um recuo em sua estratégia defensiva, recomendando que o governador não procedesse ao 'menor movimento' em relação aos espanhóis (BELLOTTO, 2007).

Esse abrandamento da necessidade de defender ativamente o território não acompanha, no entanto, uma ordem expressa com relação ao arrefecimento da militarização, que é levada a cabo pelo governador desde o início até o último dia de seu governo, como atesta Bellotto (2007). Dessa forma, entre outros procedimentos, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, foi o responsável pela intensa militarização da capitania e pela consequente organização e recenseamento da mesma, condições essenciais ao processo de recrutamento.

A realidade encontrada pelo Morgado dava conta, segundo Bellotto (2007, p. 77), de

uma população de cerca de sessenta mil almas,¹⁸ distribuída em uma cidade, dezoito vilas, nove aldeias de índios e 38 freguesias, ou dispersa "pelos matos", vivendo da lavoura de subsistência ou de suas atividades mercantis nas rotas do Viamão ou do Cuiabá.

Um dos objetivos primordiais do governador, conforme já referido, era o de defender as fronteiras do país, ameaçadas pelos espanhóis. As estratégias que deveriam ser colocadas em prática para promover essa defesa, no entanto, eram vistas de maneiras bastante distintas por D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, mais adepto de uma guerra ofensiva¹⁹, e por aqueles que representavam a Coroa, que acabava de solicitar um recuo, como visto acima, em relação às primeiras instruções

¹⁸ Conforme será apontado adiante, Marcílio (1974) infere que 80.000 pessoas habitariam a capitania em 1765, ano do início do governo do Morgado de Mateus.

¹⁹ Bellotto (2007, p. 67) nos traz um trecho claro, de autoria do governador, sobre a matéria: "Defensiva que não hé ofensiva hé a perdição".

enviadas ao mandante. Esse conflito na maneira de elaborar as estratégias de defesa acabou por se tornar, inclusive, o principal motivo para a saída do governador e seu consequente retorno a Portugal (BELLOTTO, 2007), depois de 10 anos de governo.

Com as referidas instruções em mente, D. Luís Antônio recrutou, sistematizou, organizou e tentou colocar em prática um rígido quadro militar paulista. O recenseamento da população foi uma das primeiras medidas exigidas pelo capitão-general. Os responsáveis por sua execução eram os capitães-mores, comunicados por meio de ofícios de autoria do governador (CANABRAVA, 1972; LEONZO, 1975), e poderiam ser ajudados por ouvidores locais e pelos curas das paróquias (MARCILIO, 1974).²⁰ Cumpre ressaltar que os recenseamentos populacionais realizados a partir do governo do Morgado são documentos riquíssimos do ponto de vista histórico, tendo sido usados como fontes primordiais de muitos trabalhos da historiografia (BELLOTTO, 2007; CANABRAVA, 1972; MARCILIO, 1974; SOUZA, 1954). Parte das cartas do *corpus*, mais exatamente 12% delas, como será visto adiante, trata justamente desse assunto, relatando diversas dificuldades encontradas para dar conta do cumprimento dessa ordem. Marcilio (1974, p. 80) relata que havia uma série de etapas a serem cumpridas para se proceder ao recenseamento, porém comenta que sua aplicação não era fácil em São Paulo e aduz os principais obstáculos que se interpunham a ela: "precariedade dos meios de comunicação, população dispersa pelos sítios e fazenda, ao longo dos caminhos, no sertão, insuficiências dos meios financeiros, falta de contato humano".

Os oficiais superiores das companhias de ordenanças tiveram papel fundamental nos levantamentos. Assim, em 17 meses, o capitão-general de São Paulo conclui o processo de recenseamento das cidades, vilas e povoações; reestrutura as companhias de ordenanças e forma dois regimentos de tropas auxiliares.

A preocupação com a deserção era um fator importante na administração do Morgado. Quando o governador informa sobre a ampliação dos benefícios

²⁰ Segundo Marcilio (1974), não é possível determinar quem redigia as listas nominativas: se as autoridades militares ou se os vigários, mais bem informados sobre seus fregueses. De qualquer forma, as listas eram sempre assinadas pelos capitães de companhia e de distrito. Marcilio (2004, p. 312) informa que desde o início do século XVIII, havia diretrizes do Arcebispado da Bahia para a elaboração e manutenção dos registros paroquiais, e "a Igreja, a partir do fim do século XVIII, [...] começou a assentar seus registros com mais cuidado [...] de modo mais eficiente e sistemático."

concedidos às tropas de auxiliares — cujos oficiais, desde alferes até coronel, passavam a contar com os privilégios conferidos²¹ aos oficiais das tropas pagas —, os castigos para os desertores também eram aludidos: a proibição de ocuparem quaisquer outros cargos oficiais e a prisão em Santos (BELLOTTO, 2007), além do alistamento na tropa paga e da obrigação de arcarem com as despesas da escolta dos presos (LEONZO, 1979). Se já era difícil convencer os habitantes a prestarem o serviço militar, o fato de os desertores serem punidos à risca, dando exemplo aos demais, dificultava ainda mais a persuasão. Bellotto (2007, p. 97) afirma que "o recrutamento militar não representou, na Idade Moderna, fenômeno de aceitação popular, em parte alguma". Os principais fatores que contribuíram para a fuga dos paulistas ao serviço militar foram: o soldo inexistente ou baixo, e em atraso; o pouco prestígio por parte da população; a disciplina e os castigos; a ida para o sertão inóspito, sujeita ao ataque do gentio; e a necessidade de prestar socorro às fronteiras sulinas (BELLOTTO, 2007; LEONZO, 1979).

Além disso, a necessidade de defender o território não era vista da mesma maneira pelos militares provenientes de Portugal e pelos habitantes do Brasil, alistados no serviço militar. Segundo Mello (2009, p. 188, grifo nosso):

[...] o recrutamento era visto pela comunidade local como uma interferência externa, que desarticulava e mesmo arruinava sua estrutura interna. Mesmo diante da iminência de uma guerra — portanto, da necessidade de remessa de tropas para a área fronteiriça sem litígio —, a comunidade local não admitia tais interferências. **Ela não reconhecia os motivos como inerentemente seus, porque seu espaço social de referência era a esfera local [...], não coincidente, portanto, com a totalidade da extensão territorial da América Portuguesa.**

Silva (2009) relata que, no início do século XVIII, os oficiais da Câmara de São Vicente reclamavam da subtração de número elevado de moradores para servirem de soldados no presídio localizado em Santos, e alertavam para o uso da violência nesse processo. Na segunda metade do mesmo século, constata-se que a situação permanecia inalterada na capitania de São Paulo. Conforme Leonzo (1979, p. 94)

²¹ "Quem servisse nas Tropas, fosse nas Pagas ou nas Auxiliares, teria os maiores privilégios, inclusive na questão da aplicação da Justiça. Crimes, desde que não de muita gravidade, seriam perdoados ou teriam penas amenizadas." (BELLOTTO, 2007, p. 96.)

informa, "não sem crueldades, violências e arbitrariedades dos Governadores e de seus agentes locais, os oficiais de comando das tropas de Auxiliares e de Ordenanças, processaram-se os recrutamentos". Na época do governo do Morgado de Mateus, é referida inclusive a possibilidade da prisão dos familiares dos desertores enquanto os mesmos não se entregassem. A carta 66 (l. 15-17) trata especificamente do assunto: "como tenho | hua ordem de Sua Excelencia que me ordenou prendesse aos dous soldados dezertores Benedito, | Rom[ei]ro; e Ioze Pires de camargo, e não achando prendesse aos pais"; provando que a ordem era, de fato, cumprida pelos subordinados do governador.

Segundo Bellotto (2007, p. 101), "a militarização da capitania de São Paulo era questão tão fechada para a metrópole quanto para os brios do Morgado de Mateus. Ao mesmo tempo, e como era natural, assinalava o seu nunca sanado impasse com os paulistas.". E os procedimentos necessários à militarização estavam ligados sobretudo ao recenseamento da população para o posterior recrutamento, atividades que deveriam ser cumpridas de forma prática pelos militares, nas figuras dos capitães e capitães-mores das vilas e freguesias, mas também de alferes, como se verifica nas cartas do *corpus*, de autoria do alferes de Atibaia, Domingos Leme do Prado.

Além da defesa das fronteiras luso-espanholas, o Morgado de Mateus também se preocupou com a segurança interna, fazendo valer a Lei da Polícia tão logo chegou a São Paulo (BELLOTTO, 2007). A lei dava conta da movimentação da população, sobretudo intracapitania, e tinha como finalidade prática, em primeiro lugar, obstar a deserção, obrigando os moradores a se aglomerarem em núcleos com ao menos 50 vizinhos (LEONZO, 1979), e, em segundo lugar, dificultar a fuga dos criminosos, que comumente se infiltravam nas capitanias vizinhas e também em outras vilas. A fuga de escravos, de criminosos e também de mulheres casadas que desejavam se unir a outro homem, e vice-versa, é amplamente retratada nas cartas do *corpus*.

1.1.1. A capitania de São Paulo na época das cartas

O espaço geográfico ocupado pelos sujeitos envolvidos nas missivas é um dado interessante e que colabora bastante para a construção do cenário social em que estão inseridos remetentes e destinatários dos textos editados.

De acordo com Marcilio (1974, p. 54), "capelas ou paróquias, bairros ou aldeias de índios, compunham um mosaico que fora a origem do povoamento do vasto território da cidade de São Paulo".

Uma imagem interessante da cidade pode ser reconstruída pelos editais da Câmara, publicados pouco tempo antes da chegada do Morgado de Mateus. De acordo com Bellotto (2007, p. 87), os editais ordenavam

que os habitantes caiassem as casas, carpissem as ruas, assim como se lhes entulhassem os buracos [...] obrigava aos padeiros e quitandeiros a enfeitarem de flores e folhas as ruas por onde passaria o capitão-general no dia da sua chegada [...] também seriam obrigados todos os moradores a colocar em suas casas luminárias, pelo espaço de três dias, e a desfilar a cavalo, quando se desse a chegada do governador, demonstrando todos o geral contentamento.

A imagem de Santos, à mesma altura, difere da anterior. Em ofício ao Conde de Oeiras, em 1765, o Morgado relata as oposições notadas em Santos: ao lado dos edifícios, que "ainda mostravam a riqueza passada, do tempo em que o ouro das minas 'corria por este canal'", estavam as "Gazaz que há pelas Ribeiras feitas de Taipas de Canas, cobertas de folhas com suas laranjeiras ao pé, [...] os seus móveis são duas redes, huma em que dormem, e outra com que pescão, [...] sem missa, nem Parocho nem civilidade" (BELLOTTO, 2007, p. 83).

A subida da serra não era fácil, desencorajando, inclusive as iniciativas de exportação: "garimpava por abruptas encostas, com média de 750 metros de altitude, na Serra do Mar e em sua passagem mais favorável." (MARCILIO, 1974, p. 16). De acordo com Morse (1970, p. 30), só se galgava a serra, "agarrando-se às raízes da árvores ao longo de precipícios abruptos".

Sobre a capitania, no geral, pode-se afirmar que os habitantes encontravam-se dispersos, por conta das já referidas Tropas e Monções, e também da lavoura

itinerante, que gerava "a multiplicação de povoações [...] de forma centrífuga, partindo de núcleos primitivos, que iam se esfacelando" (BELLOTTO, 2007, p. 148), devido à crença do esgotamento do solo e da consequente busca por terras virgens. A corrida pelo ouro também contribuiu com a dispersão acima referida na medida em que provocou a queda da procura de terras, uma vez que os paulistas se embrenharam na demanda das minas e no comércio, extremamente necessário à população mineira. No entanto, de acordo com Marcilio (1974, p. 19),

esta população dispersa pelos campos circundantes, estava fortemente ligada ao núcleo urbano da vila: laços de ordem social, político-administrativos, econômicos. Ordens régias fixavam em quatro o número de procissões de participação obrigatória [...] A Câmara Municipal controlava as ausências, claro que particularmente as das autoridades locais, dos "homens-bons"²². [...] Durante estas festas, os habitantes se deslocavam para a cidade com suas famílias, seus agregados e parte de seus escravos.

Dessa forma, apesar de viverem em fazendas afastadas, os habitantes também vinham ao centro urbano, situação que ocorrerá de forma cada vez mais frequente no final do oitocentos, inclusive com senhores construindo chácaras com grande área verde, próximas ao centro: "os paulistas tornavam-se mais sedentários e se ocupavam do comércio" (MARCILIO, 1974, p. 22).

Conforme constata Holanda (1966, p. 62), há duas grandes etapas no processo de povoamento da capitania de São Paulo, :

uma, inaugurada logo depois de bem firmados os europeus no planalto, se interrompe quase abruptamente na última década do século XVII [...] e a segunda, que, desenvolvendo-se a princípio em ritmo vagaroso, após a restauração da Capitania, ganha logo alento, prolongando-se até além da Independência.

Dessa forma, entre 1705, data da fundação de Pindamonhangaba, e 1767, quando o governador Morgado de Mateus começa a incentivar as fundações, "nenhuma vila foi fundada em território paulista" (BELLOTTO, 2007, p. 149).

²² Morse (1970, p. 31) traz interessante descrição a respeito dos 'homens bons': "Os 'homens bons' eram geralmente proprietários cristãos, e não judeus, estrangeiros, artesãos, trabalhadores rurais, exilados ou, falando de maneira ampla, gente do povo. O típico 'homem bom' era um patriarca senhorial, a que obedeciam uma numerosa família ampliada e dependentes."

As vilas e povoações paulistas, em sua maioria, haviam sido fundadas pelos primeiros povoadores, nos séculos XVI e XVII. As povoações formadas após a chegada do Morgado poderiam ser elevadas à freguesia, e posteriormente à vila. Segundo o Morgado de Mateus, em ofício reproduzido por Bellotto (2007, p. 149)

algumas Villas são Povações muito pequenas; os mesmos moradores que nellas se conservão, são os que tem citio mais perto, porque os que os tem longe só acodem à Villa pelas festas do anno, ou em solenidades mayores, fora destes cazos vão seguindo o mato virgem [...].

Holanda (1966, p. 59-60) afirma que, segundo o Morgado de Mateus, os antigos sabiam viver em povoados, sendo a dispersão um fenômeno novo, que se dava "com a maior parte do povo da Capitania, não com os filhos do Reino que tenham seus negócios na cidade, e nem com os bons fidalgos paulistas, que guardam seu antigo modo de vida e mostram tôda a civilidade que se pode pedir.". O relato reforça, portanto, o quadro da população dispersa, o que não facilitava o trabalho de recrutamento e as políticas de fomento econômico que o governador deveria colocar em prática. Devido a essa situação, o Morgado funda muitas vilas e eleva povoações a essa categoria. Por esse motivo, inclusive, será criticado após deixar a capitania pelo terceiro bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressureição, que relata ao Marquês de Pombal a excessiva desagregação de paróquias antigas pelo capitão-general, o que fazia com que as novas povoações tivessem de ser administradas por regulares, já que o bispo não tinha clérigos suficientes para as dirigirem (SILVA, 2009). O apelo do bispo parece não ter sido levado em conta. Se em 1765, São Paulo contava com apenas 19 vilas, o censo de 1803 aponta a existência de 35, e, em 1836, o número sobe para 46 ; o que demonstra como a política de criação de vilas iniciada no governo do Morgado de Mateus perdurou na administração de seus sucessores (MARCILIO, 1974).

Segundo Marcilio (1974, p. 46), "foram os fazendeiros²³ que conseguiram ocupar as terras de maneira mais eficiente [...] eles escolheram os terrenos mais elevados e mais férteis para lá instalarem os núcleos humanos".

Os núcleos mais povoados, segundo Bellotto (2007), em ordem decrescente, eram os oito primeiros:

Vila	Data da fundação ²⁴
1. São Paulo	1554
2. Sorocaba	1670
3. Paranaguá	1646
4. Curitiba	1654
5. Guaratinguetá	1651
6. Taubaté	1645
7. Itu	1654
8. Santos	1546
9. Jacareí	1653
10. Jundiaí	1655
11. Atibaia	1769

A historiadora alerta, porém, para o fato de que

muitos dos moradores, não obstante computados como pertencentes às vilas, viviam na zona rural. [...] Entre a gente dispersa, havia os que tinham atividades definidas: em lavouras, em pousos, no comércio ou nas expedições de exploração. Mas, havia ainda os realmente vadios, vivendo de coleta e caça, sem rendimento e sem ocupação alguma. [...] era ordenado que abandonassem os "sítios volantes" e escolhessem "lugares acomodados, para viverem juntos em Povoações Civis que pelo menos tenham de cinquenta fogos para cima [...]". Exceção era feita aos que tinham uma função definida no sertão: os "Rosseiros" ("que vivem em suas Fazendas com criados, escravos e Fabrica de Lavoura"); os "Rancheiros" ("que pelas Estradas publicas se achão estabelecidos com os seus Ranchos para a Hospitalidade e Comodidade dos Viandantes em beneficio do

²³ As terras foram doadas aos fazendeiros pelo sistema de sesmarias, que "eram doações de terras incultas e devolutas feitas pelo rei [...] ou pelos capitães-mores [...] donatários [...] Os sesmeiros tinham, como obrigação maior, a exploração das terras recebidas e seu povoamento." (MARCILIO, 1974, p. 46).

²⁴ As datas de fundação das vilas foram consultadas em Bellotto (2007) e Silva (2009).

commercio, e da comunização das gentes"); e os "Bandeiros" ou "Tropas" ("que em corpo e sociedade util, e Louvavel vão aos certões congregados em boa união, para nelles fazerem novos descobrimentos"). E esses roceiros, rancheiros e bandeiros passavam a ter autoridade para prender os desocupados, obedecendo-se aos decretos e as leis que visavam implantar a ordem. (BELLOTTO, 2007, p. 150-151)

A configuração espacial, associada à característica da dispersão, parece ficar bem concreta ao ler-se o trecho acima. Assim, a zona rural era constituída tanto dos vadios, que eram itinerantes, quanto daqueles que estavam incluídos diretamente na dinâmica econômica da época, plantando em suas lavouras, criando pousos para os desbravadores dos sertões.

O objetivo de constituir e fixar novas povoações era tão fundamental que a Lei da Polícia deveria ser abrandada com vistas a garantir a permanência dos habitantes: "quando as povoações se transformassem em vilas [...] não deveriam ser chamadas a responder por crimes e dívidas feitas antes de se constituir a povoação" (BELLOTTO, 2007, p. 158). Além da concessão de terras e ferramentas, a dispensa do serviço militar também era uma estratégia usada para garantir a formação de povoações em locais estratégicos, como sucedeu com Guaratuba, no litoral sul.

Depois de implantada uma vila, era necessário que a mesma progredisse, por meio da construção de edifícios públicos, por exemplo, como foi ordenado pelo governador no caso da vila de Faxina (atual Itapeva).

Compreender a sociedade que se organizava na capitania de São Paulo, em torno das vilas, cujas fundações se multiplicaram à época do governo de Morgado de Mateus, implica o entendimento da organização da sociedade colonial como um todo, a compreensão de alguns dados que revelam como a população da capitania, em específico, foi se formando e também de que modo era feita a administração à época.

A sociedade colonial, de acordo com Novais (1995), depende diretamente do 'binômio matriz senhor-escravo', assim, segundo o autor (1995, p. 111)

todos estes componentes da sociedade colonial [...] (funcionários, administradores, clérigos, militares) são no fundo categorias secundárias da sociedade colonial, na medida em que sua presença

no mundo ultramarino decorria da economia escravista e da produção para o capitalismo europeu; — era para produzir para a metrópole que se colonizava, mas a colonização acabava por envolver outros ingredientes. [...] No fundo portanto, e em última análise, no âmbito da colônia, tudo depende da camada senhorial, e a economia mercantil se expande em função dela.

Tem-se, assim, o retrato geral da sociedade que foi se organizando no Brasil ao longo da colonização. Os indivíduos que aqui residiam orbitavam em torno da figura do senhor de terras, responsável máximo pela produção, que possibilita a expansão da economia mercantil. Vale ressaltar, no entanto, que cada capitania apresentava especificidades, sendo difícil traçar um panorama comum que dê conta de explicar o funcionamento global do Brasil. Enquanto algumas capitanias exportavam ouro e produtos agrícolas gerando lucros para a metrópole, como é o caso de Minas e da região nordeste, outras funcionavam como redes de abastecimento para essas regiões, caso de São Paulo. Conforme Marcilio (1974, p. XIII), “São Paulo viveu boa parte de sua história à margem das grandes correntes econômicas da vida brasileira. São Paulo foi, e por muito tempo, uma cidade secundária [...]”.

Cabe ressaltar que senhores de terras, militares e mercadores, como será visto adiante, não são, no entanto, categorias excludentes ou estanques. Era comum um senhor de terras há muito estabelecido em uma vila receber uma patente. Havia, assim, a sobreposição de funções socioprofissionais, ou conforme Marquilhas (2000, p. 113), a “ambiguidade social e funcional”, advinda da “fluidez com que diferentes indivíduos ocupam graus sociais e exercem simultâneas ou sucessivas atividades”. Segundo Marcilio (1974, p. 18), os habitantes da capitania

compunham-se, em sua maioria, de gente pobre, agricultores, criadores, negociantes sem grandes recursos, artesãos. A propriedade rural determinava a condição social e classificava os homens; dela provinha o poder, a autoridade efetiva e o prestígio.

A organização administrativa da época possuía uma lógica própria, havendo “cargos com dupla autoridade, jurisdições pouco delimitadas e hierarquias obscuras” (SALGADO, 1985, p. 21), assim a tentativa de retratar essa organização deve sempre levar em conta o hiato presente entre nossa racionalidade e a do período colonial. Ainda de acordo com a autora (1985, p. 19), no período colonial, mais

especificamente após a consolidação do regime absolutista em Portugal, a “racionalidade administrativa não se apoiava na divisão de poderes; a política de competências funcionais, delegação do poder real, constituía, em última instância, a encarnação do próprio Estado”, e muitos funcionários administrativos eram recrutados pela sua lealdade e confiança.

Ao tratar do povoamento da cidade de São Paulo, Marcilio (1974, p. 31) aduz que "os brancos vieram em pequeno número e, no início da colonização, sós, sem famílias. Foi então com a mistura incessante com os outros grupos humanos que foi realizado o povoamento da cidade". Ainda de acordo com Marcilio (2004, p. 319), o Brasil como um todo recebeu um número relativamente pequeno de europeus, que pertenciam a uma das seguintes categorias: “colonos portugueses (a esmagadora maioria); ‘cristãos-novos’ [...] de várias nacionalidades que fugiam da perseguição no Velho Mundo; invasores franceses, espanhóis, holandeses, italianos e ingleses [...]”.

A população brasileira foi sendo formada, assim, a partir do processo de miscigenação entre o europeu, o índio e o africano (MARCILIO, 2004). A intensa miscigenação na capitania de São Vicente durante o século XVI, segundo Silva (2009), parece ser mais visível ainda do que nas outras capitanias. De acordo com a autora (2009, p. 73),

o casamento das mamelucas com brancos era preconizado logo em 1561 pelos camaristas de São Paulo, [...] para aumentar a população da vila com degredados [...], pois havia na terra muitas mulheres ‘mestiças’ com quem se poderiam casar e ter filhos. Deve-se contudo notar que o que era bem visto no século XVI na Capitania de São Vicente era o casamento da mameluca com branco, e não da índia. Aquela possuía suficiente sangue branco para justificar o matrimônio em vez do concubinato.

Algumas índias e mamelucas, no entanto, jamais se tornavam esposas legítimas, vivendo como concubinas dos brancos. Silva (2009) nota que os herdeiros dessas uniões costumavam ser referidos nos testamentos da época, e muitas vezes

com a anuência da mulher legítima. Os filhos bastardos podiam ser diferenciados dos legítimos principalmente pelos sobrenomes distintos²⁵.

A realidade da capitania quanto aos relativamente altos níveis de miscigenação permanece inalterada durante o século XVIII, quando é colocada em prática pelos senhores de terras uma “política de casamentos entre a população indígena e a população escrava africana [...] que deu origem a uma população cafusa” (SILVA, 2009, p. 115). O principal objetivo dessa política, que perdurou até, pelo menos os meados de setecentos, era o aumento da força de trabalho, já que os filhos dessas uniões, preferencialmente entre uma índia administrada e um escravo negro eram considerados servos.

Marcilio (2004, p. 332) explica, contudo, que, não só durante o século XVIII, mas

desde o início da colonização tanto a coroa quanto a Igreja toleravam os casamentos inter-raciais. [...] A mistura de raças [...] era resultado, primeiro e sobretudo, de uniões estáveis entre parceiros consencientes, o que era a instituição familiar padrão entre as camadas sociais mais pobres, isto é, entre os grupos étnicos não brancos.

Era comum, também, a união extraconjugal temporária, principalmente entre a elite colonizadora branca e os elementos colonizados: índios, escravos e mestiços. Por conta disso o número de filhos ilegítimos nascidos no Brasil é bastante alto. Na cidade de São Paulo, por exemplo, de 1780 a 1810, os nascimentos de ilegítimos na população livre ultrapassam o índice de 40%. (MARCILIO, 2004)

A primeira migração maciça da história demográfica brasileira acontece em fins do século XVII com a descoberta das grandes jazidas de ouro em Minas Gerais (MARCILIO, 2004). Segundo Marcilio (2004, p. 322),

²⁵ A questão dos sobrenomes é dado interessante trazido por Marcilio (1974, p. 70): "Notamos que, em virtude de um costume português transferido para o Brasil colonial, os nomes de famílias dos pais não eram, necessariamente, aqueles de seus filhos. Por outro lado, a mulher casada não adotava nunca o nome ou os nomes de família de seu marido. Finalmente os filhos de uma mesma família tinham, em regra geral, sobrenomes que variavam enormemente. [...] Alguns dos filhos poderiam trazer nomes que não eram nem de seu pai, nem de sua mãe, mas de um dos seus quatro avós."

além da migração interna de várias partes do Brasil para a zona de mineração de ouro, um grande número de portugueses peninsulares emigraram para Minas Gerais. [...] Durante o século XVIII, aproximadamente 400 mil partiram para o Brasil, apesar dos esforços da coroa para impor rígidas restrições à emigração. Os portugueses vieram de todas as regiões da metrópole, mas especialmente do Minho, a província de maior densidade populacional, e de todas as classes sociais e ocupações, desde camponeses até membros da pequena nobreza, incluindo artesãos, comerciantes, padres e muitos sem qualquer ocupação definida.

Conforme já referido anteriormente, ao tratar da descoberta do ouro, os africanos eram raros na região até o início do século XVIII, porém já haveria um número suficiente deles nos primeiros anos do setecentos, quando se fundou uma irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos na vila de São Paulo (SILVA, 2009). As condições de vida da população negra, como será ilustrado adiante, eram bastante precárias.

Havia um desequilíbrio entre os sexos em todas as regiões do Brasil, porém naquelas cuja economia estava diretamente ligada à exportação, o excedente era de homens, adultos e jovens, atraídos pelas monoculturas e pela extração mineral; já nas regiões que possuíam atividade econômica secundária, como era o caso de São Paulo, o excedente era de mulheres (MARCILIO, 2004). “Em ambos os casos, a situação favorecia a miscigenação entre a população branca livre e os setores raciais despossuídos, formados principalmente por mulatos, índios e negros.”, segundo Marcilio (2004, p. 325).

O fato de a capitania de São Paulo ter sua agricultura baseada no trabalho familiar livre durante o século XVIII possibilitou, conforme Marcilio (2004, p. 324-325), que a capitania apresentasse taxas de fertilidade “consideravelmente maiores do que nas zonas dedicadas à monocultura de exportação, operadas pela mão-de-obra escrava” e “uma taxa de crescimento mais acentuada e mais sustentada entre a população livre nas regiões de produção de alimentos e de gado do que em outras regiões do território”. Cabe ressaltar que esse setor pobre da população livre tinha como base a família, que era ao mesmo tempo “a unidade básica de produção e a força de trabalho efetiva na luta pela sobrevivência do grupo” (MARCILIO, 2004, p. 336).

Os dados da população total da capitania e da cidade de São Paulo em 1765 podem ser reconstruídos apenas grosseiramente, segundo informa Marcilio (1974, p. 97), principalmente devido ao fato de não ter sido levantada a população escrava e nem ter sido feita "a repartição da população, por grandes grupos etários e por estado civil, só foi realizada para a paróquia da Sé". Utilizando-se de dados posteriores, de 1767, e da análise da dinâmica populacional, a autora infere os seguintes números para o ano do início do governo do Morgado de Mateus: 20.873 habitantes na cidade de São Paulo, sendo 14.760 livres, e 80.000 habitantes na capitania. Em 1772, seriam 21.272 habitantes na cidade e 100.537 na capitania (MARCILIO, 1974). Em 1765, a cidade contaria com 26,09% da população da capitania e, em 1772, com 21,15%.

A cidade de São Paulo contava até 1769 com as seguintes localidades, listadas a partir da distância decrescente da Sé: Nazaré, Jaguari, Atibaia, Cotia, Itapecerica, Juqueri, São Bernardo, Guarulhos, São Miguel, Santana, Nossa Senhora do Ó, Santo Amaro, Penha, Santa Ifigênia e Brás (MARCILIO, 1974). As três primeiras separaram-se da cidade de São Paulo, em 1769. O próximo desmembramento só viria a ocorrer em 1832, com a separação de Santo Amaro (MARCILIO, 1974). Tais mudanças na base territorial da cidade, como Marcilio (1974) aduz, são muito importantes e devem ser levadas em conta para não se chegar a conclusões enganosas sobre o crescimento demográfico da região a partir de 1765, que, de maneira nenhuma, indica decadência da capitania.

Os índios respondiam por 679 fogos²⁶ em toda a capitania, sendo 1.426 mulheres e 1.098 homens, de acordo com o recenseamento de 1766. Segundo Bellotto (2007, p. 153), devido à situação precária das aldeias e à falta de mantimentos e de assistências, "reuniam-se em quilombos, assim como os constituídos por negros fugidos".

²⁶ "Fogo" é um vocábulo comumente encontrado, durante o setecentos, nas listas nominativas de recenseamento. Segundo Marcilio (1974), "fogo" corresponde ao conceito de domicílio, que "compreende os membros da família vivendo sob o mesmo teto que o chefe. E pode compreender igualmente os netos, ascendentes, parentes colaterais, domésticos e hóspedes." (LANDRY, A. *Traité de Démographie*. Paris: Payot, 1945 apud MARCILIO, 1974, p. 126).

Na cidade de São Paulo, em 1765, a população escrava seria de 5.988, correspondendo a 28,6% da população total (MARCILIO, 1974). De acordo com Bellotto (2007, p. 197),

seu número em São Paulo era muito inferior ao de outras capitanias. Eram absorvidos na cultura de subsistência e nos serviços domésticos. Por muitas vezes, o governador comentou sobre o prejuízo que representava para uma economia pobre, como a de São Paulo, a manutenção de escravaria. A gente mais abastada, demonstrava, através de ostentada ociosidade, a preocupação com a 'manutenção de padrão de aparência'.

Segundo Marcilio (1974, p. 129)

o trabalho escravo exercia-se em setores mais ou menos definidos: da agricultura à criação, dos ofícios artesanais ao pequeno comércio (*negras quitandeiras, escravas padeiras*); escravos empregados nos transportes internos ou externos e finalmente boa parte dos escravos constituía a massa dos domésticos.

Os trechos acima trazem dados ricos para os estudos da história do português paulista, na medida em que se pode afirmar a existência de um convívio próximo entre o paulista há muito estabelecido e o escravo negro, tanto dentro das casas quanto nas lavouras dos senhores de terras e ainda nos comércios dos centros urbanos. Boa parte dos escravos, no entanto, prestava serviços domésticos à população paulista abastada, que se constituía, como já referido, dos senhores de terras, presentes na capitania há bastante tempo. Segundo Novais (1995), a concentração de renda, considerada um elemento essencial para o entendimento dos mecanismos do sistema colonial, dava-se não só com os grupos burgueses da Metrópole diretamente ligados ao comércio com o Brasil, que, obviamente, recebiam a maior parte da renda, mas também com os 'colonos-senhores', que ficavam com uma parte dela, com vistas a garantir a "continuidade do processo produtivo, e mesmo levar uma vida faustosa" (NOVAIS, 1995, p. 107), importando os produtos metropolitanos e também ingleses, para a manutenção do padrão de aparência, conforme citado acima.

Marcilio (1974, p. 104), ao justificar a necessidade de considerar em separado a população livre e a escrava nas análises de demografia histórica, afirma que os "escravos tiveram condições de vida (alimentação, alojamento, trabalho, higiene, saúde) bem diversas dos livres, e estas diferenças forçosamente tiveram repercussões sobre a dinâmica e, mesmo, a biologia dos dois segmentos da população".

A questão do trabalho compulsório e sua associação à colonização da época mercantilista é bastante importante, uma vez que "produzir para o mercado europeu nos quadros do comércio colonial tendentes a promover a acumulação primitiva de capital nas economias européias exigia formas compulsórias de trabalho" (NOVAIS, 1995, p. 102).

Sobre a relação entre o novo poder metropolitano, representado pela figura do capitão-general, e a população de São Paulo à época, uma afirmação fundamental é feita por Bellotto (2007, p. 12) logo na introdução de seu livro:

O elemento local nas diferentes áreas de ação do governador aparece ora resistindo à imposição de uma nova ordem, como na subtração à mobilização militar, ora colaborando, ainda que a contragosto, para a conquista de novos sertões, para a implantação de centros urbanos, ou, ainda, para a renovação agrícola.

Mello (2009, p. 53, grifo nosso) também atesta a contribuição dada pelo elemento local à constituição das instituições, cujo modelo era o português:

Se o sistema administrativo metropolitano português forneceu o modelo das instituições das províncias ultramarinas, a necessidade de intervenção local obrigou a diferenciações da ação política, fazendo com que **o modelo original fosse inevitavelmente modificado, e enriquecido, com a experiência proveniente da vida local.**

A relação entre paulistas e portugueses, chamados emboabas pelos primeiros, não era pautada, de forma geral, pela harmonia. Segundo Bellotto (2007, p. 152): "Por mais que convivessem uns com os outros, não conseguiam vencer suas diferenças, muitas vezes advindas de dissensões muito antigas — 'desimulão, mas nunca se amao'".

Uma das cartas do *corpus*, escrita pelo padre Francisco Xavier Garcia²⁷, que havia sido preso por difamar o governador português Morgado de Mateus (BELLOTTO, 2007), ilustra a situação, de uma maneira particularmente rica, já que o padre cita as chacotas feitas a partir das diferenças de pronúncia verificadas no falar do governador lusitano:

nem eu queria hir contar nada a *Vossa Excelencia* | intendendo lhe
cauzaria paixam grande e o Menistro havia me mandar | fazer mal,
pois athe chacotaz fazia de *Vossa Excelencia* dizendo *que* naõ dizia nao
| senam num (Carta 50 – l. 105-108).

Marcilio (1974) classifica a população ativa e livre da cidade de São Paulo a partir de 1776 apenas, quando haveria dados suficientes para tal análise. As atividades produtivas são repartidas em três categorias: primárias, secundárias e terciárias. As atividades primárias incluíam os agricultores (proprietários de terras), e lavradores (trabalhadores nas terras de outros), que contavam com 54 pessoas. As atividades secundárias abrangiam amplo espectro de profissões, como seleiros, sapateiros, costureiras, ferreiros, ourives, pintores e alfaiates; e totalizavam 126 pessoas em 1776. Já as atividades terciárias foram subdivididas em profissões liberais, como advogados, cirurgiões e médicos, músicos etc.; igreja, como capelães, coroinhas e tonsurados; administração civil, como escrivães, meirinhos e professores; comércio, como taverneiros e vendeiros, mercadores e negociantes; transporte, como tropeiros e condutores; e, finalmente, outros serviços, como barbeiros, cabeleireiros e caixeiros. As atividades do setor terciário que contavam com maior número de pessoas eram aquelas ligadas ao comércio, com 102 habitantes, o que corresponde a quase 59% do total das 174 pessoas envolvidas nas atividades terciárias. Os chamados "vadios e esmolas" e indeterminados respondiam por 33 pessoas em 1776.²⁸

²⁷ Como será verificado adiante, na seção sobre a origem dos autores das missivas, o padre Francisco Xavier Garcia nasceu no Brasil.

²⁸ Cabe ressaltar que se trata aqui dos casos declarados nos censos utilizados por Marcilio (1974), que compreendiam pequena parcela do total estimado de habitantes da cidade de São Paulo na época: 14.760 habitantes livres. Como a historiadora afirma (MARCILIO, 1974, p. 132), deve-se levar em conta "o caráter incompleto das informações oferecidas pelas fontes".

É interessante notar que era comum que os habitantes de São Paulo, a partir de meados do setecentos e até o fim do período colonial, não desejassem exercer funções administrativas, como camaristas ou juizes, sobretudo aqueles que eram negociantes. Para o pedido de dispensa, de acordo com Silva (2009, p. 240), era frequente o "argumento de que, se abandonasse seus negócios, a Coroa também sairia perdendo".

A organização militar estava dividida "em três linhas: a das tropas pagas, a das auxiliares e a de ordenanças, divisão essa que somente vai ser alterada pela Regência, em 1831." (RODRIGUES, 1978, p. XXIII-XXIV). No caso de São Paulo, as tropas pagas estavam em situação decadente, por conta da falta de recursos da Província para mantê-las (LEONZO, 1975, 1979).

Uma passagem que auxilia diretamente na construção do perfil dos militares, remetentes e destinatários de grande parte das cartas do *corpus*, é aquele das já referidas instruções de governo dadas pelo primeiro-ministro português àquela altura, Marquês de Pombal: "os officiaes e soldados dos ditos Regimentos já se vê, que esceptuando-se os Ajudantes, e os Sargentos Mores, devem ser os naturaes de São Paulo, ou Aventureiros habituados a vida dos Certões pois que para as empresas de que se trata, são os Paulistas e Certanistas, os soldados mais próprios." (BELLOTTO, 2007, p. 62). Em edital de 1767, o governador estabelecia "o alistamento de todos os moradores da terra, sem exceção de 'nobres', 'Plebeus, Brancos, Mistiços, Pretos ingenuos e libertos'" (BELLOTTO, 2007, p. 83).

Desde o início do século XVIII, ocupar um dos altos postos da oficialidade trazia prestígio social; ainda que o governador Rodrigo César de Meneses (1721-1728) tenha dado baixa a alguns indivíduos que não mereciam tais honras pela sua falta de nobreza e capacidade (SILVA, 2009). De acordo com Mesgravis (2004, p. 129-130), as "velhas famílias paulistanas uniam-se pelo casamento com burocratas e comerciantes metropolitanos, mas continuavam a exercer sua liderança por meio do monopólio dos cargos de capitães de ordenança e de capitães e coronéis de auxiliares e milícias".

É justamente ao apelo da vaidade, por meio da concessão de mercês, honras, distinções e conveniências, que o Marquês de Pombal irá recorrer quando das instruções dadas ao Morgado de Mateus para "incentivar os paulistas a prestarem

serviços à Coroa" (SILVA, 2009, p. 234). Eram concedidos aos oficiais das ordenanças da capitania privilégios que nem os oficiais portugueses possuíam, como fardar-se trazendo cairéis de ouro e de prata no uniforme, serem despachados como tropas pagas, com hábitos e tenças, e ainda recebendo mercês conforme fossem restaurando invasões dos jesuítas e fundando vilas (LEONZO, 1975; SILVA, 2009). De acordo com Leonzo (1975, p. 74), havia uma recomendação expressa do Marquês de Pombal para que se

tratasse de modo acentuadamente distinto civis e alistados nas tropas pagas, auxiliares ou ordenanças, de modo que os militares reconhecessem ser mais estimados e prontamente atendidos em suas solicitações, sendo que o governador não deveria levar em conta neste particular se os soldados eram brancos, pardos ou índios.

Deve-se ressaltar, no entanto, que, mesmo com todos os privilégios, não foi tarefa fácil montar as tropas auxiliares como o governador desejava. Segundo Leonzo (1975), houve uma série de incidentes durante a elaboração das listas de recenseamento, como o assassinato de um capitão das ordenanças da cidade de São Paulo, e atos de desacato e violência contra os oficiais das ordenanças, em outras vilas. Essa deve ser uma das razões para o que Marcílio (1974, p. 82) informa: a partir do ano de 1766, os capitães das ordenanças, principalmente aqueles das vilas, faziam "um trabalho irregular no tocante ao levantamento dos fogos e dos habitantes de suas circunscrições. Como estes censos deveriam ser realizados anualmente, seus responsáveis limitavam-se, por vezes, em copiar listas dos anos anteriores."

O argumento de Pombal, no sentido de persuadir os paulistas ao serviço militar, explicitado no trecho a seguir, parece, portanto, não causar o efeito pretendido. Segundo Bellotto (2007, p. 61):

Os inicianos serviam-se dos índios — acusava Pombal —, armando-os e despertando-lhes o ódio aos portugueses. Para fazer frente a esses dois antagonistas, deveriam ser usados os paulistas. Que se apelasse para a sua decantada vaidade, lembrando-lhes os feitos dos antepassados contra os castelhanos. Criar-se-ia assim ambiente próprio para levantar Terços de Milícias ou Ordenanças.

Sobre o caráter militar da população paulista, pode-se afirmar que era uma característica anterior ao processo de militarização,²⁹ como permite entrever a afirmação de Bellotto (2007, p. 92), a seguir:

Aliás, a documentação é farta no sentido de quanto as autoridades portuguesas respeitavam as virtudes militares dos paulistas. Mas conheciam também sua aversão à obediência rígida. À pergunta: "Que dificuldades podem haver para se instruírem bem as Milícias nas Evoluções militares?", a resposta [...] era: "Aos Paulistas não se considera dificuldade porque são atiradores, são rijos, são valorosos, o ponto está que elles queirão".

No entanto, mesmo os paulistas sendo considerados militares natos, não estavam, assim como os mineiros, familiarizados com uma estrutura militar propriamente dita, como pode-se atestar pelo trecho a seguir de autoria do governador da capitania de Minas Gerais, em ofício enviado ao Morgado, reproduzido em Bellotto (2007, p. 85):

[...] se V. Excia, achou húa Capitania em que nem o nome de Milícias se sabia eu entrei em outra que existindo só as suas na opinião do vulgo, na realidade era tão aparentes que nem pés de lista havia; porque os officiaes conhecesem os seus Soldados, e estes aos referidos, valendo-se nas ocaziões das mostras (se acaso se pasavão) de cada hum agregar a sy o que lhes parecia, quer fosem de Cavalaria, quer da Infantaria.

A hierarquia militar das ordenanças obedecia ao seguinte organograma (LEONZO, 1975, p. 91):

²⁹ Sobre o perfil militar dos paulistas, Rodrigues (1978, p. 31) transcreve trecho proferido por um comandante em 1865: "Estes são soldados. E devem sê-los, pois os paulistas, seus antepassados, foram bravos, como certifica a história."

Organograma 1 – Companhias de ordenanças: hierarquia

O efetivo das companhias dependia do tamanho da população. Segundo Marcilio (1974, p. 81), "Elas deveriam ser [...] distribuídas por circunscrição geográfica do território do município, que coincidiam, por vezes, com as divisões religiosas – as paróquias – ou civis – os bairros e os distritos.". Na capitania de São Paulo, cada companhia deveria ser composta de cerca de 100 homens, divididos em 10 grupos de 10 a 15 homens, que estariam sob a responsabilidade de um cabo de esquadra (LEONZO, 1975, 1979; MARCILIO, 1974). Nas localidades com menos de 100 habitantes, que possuiriam portanto apenas uma companhia de ordenanças, não havia o posto de capitão-mor, ficando o comando militar a cargo do capitão da companhia.

Com relação ao organograma acima ilustrado, cabe apresentar a forma como eram distribuídas as patentes e quais eram as principais funções dos oficiais.

O cargo de capitão-mor, já vitalício à altura, deveria ser proposto pelas Câmaras e aprovado pelo governador. Era preenchido por "peçoas beneméritas", ou

seja, as 'principais das terras' e 'da melhor nobreza e christandade', que tivessem servido no mínimo por seis anos nas tropas da capitania como alferes ou em posto superior" (LEONZO, 1975, p. 91) e "a escolha [...] recaía em pessoas possuidoras de grossos cabedais" (LEONZO, 1975, p. 92). Assim, era comum que os capitães-mores fossem também comerciantes importantes na capitania.³⁰

Quando da chegada do Morgado, em 12 das 18 vilas havia capitão-mor, a quem o governador prontamente ordenou a elaboração das listas de população. Para as seis vilas restantes, foram enviados oficiais encarregados de auxiliarem no processo de alistamento (LEONZO, 1975).³¹ Além das atribuições militares, quais sejam o recrutamento de soldados para as tropas e a obrigação de relacionar a população de sua vila, mantendo sempre as listas completas e atualizadas, retendo consigo uma cópia das mesmas e enviando a outra à secretaria do governo, cabia ao capitão-mor, no período de governo do Morgado de Mateus (LEONZO, 1975, p. 90-91),

tarefas diversas e curiosas como, por exemplo, assistir com medicação e soldo os soldados da tropa regular, reunir mantimentos para as expedições que partiam rumo ao Iguatemi, remeter para a cidade de São Paulo todas as espécies de pássaros e animais que pudessem obter para serem enviados para as 'Reaes Casa de Campo', etc.

Segundo Leonzo (1975, 1979), durante o governo do Morgado de Mateus, os capitães-mores das ordenanças ganham crescente importância, sendo-lhes atribuídas funções expandidas e diversificadas, em um misto de ocupações de natureza militar e administrativa. A relevância das funções administrativas dos capitães-mores paulistas era comparável a dos mestres de campo, patente superior àquela, no Rio de Janeiro.

Ao sargento-mor das ordenanças, cabia a tarefa de auxiliar o capitão-mor, substituindo-o quando da sua ausência ou impedimento, transmitindo as ordens de

³⁰ Segundo Leonzo (1975, p. 92), "aos eleitos – e a todos os oficiais das ordenanças das conquistas ultramarinas – permitia-se, de acordo com o Alvará de 13 de janeiro de 1724, o exercício de atividades ligadas ao comércio".

³¹ Entre essas seis vilas que não possuíam capitão-mor, estão São Vicente, Conceição de Itanhaém e Cananéia, e Leonzo (1975) refere que a razão para não possuírem tal cargo era o fato de serem pequenas e terem baixo número de moradores alistados nas companhias de ordenanças.

comando, instruindo os soldados, e visitando e coordenando o pessoal das companhias de ordenanças da vila e seu termo (LEONZO, 1975). Os mesmos critérios de escolha do capitão-mor eram aplicados na eleição dos sargentos-mores.

O capitão de cada companhia de ordenanças também deveria ser escolhido de acordo com as regras de eleição do capitão-mor e sargento-mor, sendo que a opinião do capitão-mor prevalecia sobre as demais, e o governador geralmente confirmava sua escolha. Além de comandar a sua companhia, o capitão também deveria nomear um escrivão e um juiz de vintena. (LEONZO, 1975)

Quanto ao ajudante, Leonzo (1975, p. 94) relata não dispor de informações, "a não ser as de que era proposto pelo capitão-mor para o desempenho daquelas funções".

O alferes era "encarregado de conduzir a bandeira da companhia de ordenanças e de substituir, se necessário, o capitão da mesma" (LEONZO, 1975, p. 94), sendo escolhido pelo capitão da companhia e aprovado pelo capitão-mor.

Os sargentos, em número de dois, um sargento do número e outro supra, deveriam transmitir aos cabos as ordens do capitão. Leonzo (1975, p. 95) relata desconhecer suas funções específicas e informa que, em 1767, o Morgado de Mateus ordenou que "se multiplicassem o número de sargentos em cada companhia de ordenanças, para que os cabos de esquadras prontamente pudessem reunir o pessoal e conduzi-lo para os serviços necessários".

Os cabos, também chamados de cabos de esquadras, já que "eram responsáveis pelas esquadras compostas de pessoas vizinhas" (LEONZO, 1975, p. 97), tinham a função de conduzir os soldados aos exercícios militares e demais serviços. Eram pessoas de confiança, de pouca ou nenhuma posse (LEONZO, 1975).

Os homens aptos, de 12 a 60 anos, que não estivessem alistados nem na tropa regular nem na de auxiliares constituíam os soldados das companhias de ordenanças. Assim, de acordo com Leonzo (1975, p. 96) os soldados eram

civis com as mais diversas ocupações: vendeiros, caixeiros, sapateiros, cabeleireiros, carpinteiros, lavradores, músicos, cirurgiões, tabeliões, estudantes, advogados, familiares do Santo Ofício etc. Até os camaristas não se isentavam dos serviços das ordenanças [...]

Ainda segundo Leonzo (1975, p.97), na cidade de São Paulo, as pessoas "agregadas às companhias de ordenanças [...] eram, em sua maioria, pobres, com exceção de algumas mais idosas, o que vem provar que os mais capazes e de boa situação financeira estavam alistados nas companhias de auxiliares".

Os soldados das ordenanças exerceram diversas atividades durante o período de 1765 a 1775: poderiam ser chamados a completar as fileiras da tropa regular e auxiliar; eram obrigados a defender a capitania munidos de armas próprias, segundo suas posses; deveriam trabalhar, gratuitamente, na construção e na manutenção de caminhos, pontes e outras obras públicas³²; foram encarregados, a partir de 1772, de transportar a correspondência da capitania de São Paulo até o Rio de Janeiro, Ilha de Santa Catarina e Viamão, sendo conhecidos por "paradas"³³; além de terem sido esses soldados, juntamente com seus familiares, os principais responsáveis pelo povoamento do Iguatemi (LEONZO, 1975).

A hierarquia dos corpos de auxiliares, por sua vez, organizava-se da seguinte maneira (LEONZO, 1979, p. 88):

³² Segundo Marcilio (1974, p. 51), os caminhos do município de São Paulo apresentavam muitos problemas: "pontes que desabam, inundações que transbordam sobre as passagens baixas e pantanosas, o mato que invade incessantemente as vias de comunicação, buracos cavados pelo uso e pelas águas, etc."

³³ Encontra-se o uso do termo "parada" em uma das cartas do *corpus*, a de número 12 (l. 46-47): "Logo man | dou huá parada para Vila Rica". Talvez o termo fosse usado genericamente para designar os soldados que transportavam correspondência, não se importando o lugar de destino das mesmas.

Organograma 2 – Corpos de auxiliares: hierarquia

Cumprе ressaltar que os postos militares de maior importância nas companhias de auxiliares, a saber, mestre de campo, coronel e tenente-coronel, permaneceram vagos durante o governo do Morgado de Mateus, por conta das concessões indiscriminadas feitas antes de 1748³⁴, data da extinção da capitania (BELLOTTO, 2007; LEONZO, 1979). No entanto, quatro militares são mencionados nas cartas do *corpus* usando-se tais patentes: Afonso Botelho de Sampaio e Souza e José Lopes de Oliveira são tratados por tenente-coronel (cartas 3 e 34, respectivamente), e Francisco Pinto do Rego e João de Souza Lisboa, por coronel (cartas 39 e 73, respectivamente). É provável que tivessem recebido tal patente antes da determinação do governador de suspendê-las, ou que o governador tivesse aberto exceções.

³⁴ Segundo Leonzo (1979, p. 73), “a distribuição, no passado, de patentes ‘ad honorem’ ou de ‘pao vazio’, ou melhor, provimentos para corpos militares inexistentes ou provisão de ‘pessoas menos habéis para a merecerem’ foi apontada por D. Luis Antonio de Souza como principal motivo de desinteresse dos que ‘podião pertender aos ditos postos’.”.

Os regimentos de auxiliares se subdividiam em companhias de infantaria e de cavalaria. Às primeiras, correspondiam os postos de porta-bandeira e tambor, e à segunda, os postos de porta-estandarte e trombeta.

Os postos de sargento-mor, conforme apurado por Leonzo (1979), foram ocupados, a partir de 1766, por militares de origem portuguesa que prestavam serviços no Rio de Janeiro. Além de regular e exercitar os corpos de auxiliares e de ordenanças³⁵, suas atribuições incluíam, segundo Leonzo (1979, p. 68)

a prisão de criminosos, de desertores e de escravos foragidos, a supervisão da abertura e conserto dos caminhos da Capitania, o arranjo dos mantimentos necessários às expedições militares que demandavam em socorro às fronteiras sulinas, a preparação de seus regimentos para a apresentação pública nas comemorações e festividades reais e, ainda, a execução, em nome do Capitão-General, de diligências várias de interesse do 'Real Serviço'.

Os sargentos-mores, segundo Bellotto (2007, p. 93), eram os homens de confiança do Morgado de Mateus: D. José de Macedo Souto Maior e Castro e Manoel Caetano Zuniga (destinatário de cartas do *corpus*), e seus ajudantes, Theotônio José Zuzarte e Manoel José Alberto Pessoa, além do ajudante de ordens e primo Afonso Botelho de Sampaio e Souza (outro destinatário de cartas do *corpus*).

Os sargentos-mores eram as autoridades superiores, desempenhando, muitas vezes, outras funções civis, sobretudo ligadas ao comércio (MELLO, 2009; COTTA, 2005). No início do século XVIII, aliás, o grupo dos mercadores já adquirira importância suficiente para com eles se formar uma companhia de ordenanças, em 1708 (SILVA, 2009).

Um dos sargentos-mores citados por Bellotto (2007, p. 94), Manoel Zuniga, que comandava o "3º Corpo de Infantaria de São Paulo e Vilas de serra-acima, com quinze companhias com 975 praças, e o 4º Corpo de Infantaria de Guaratinguetá e Vilas do Norte de serra-acima com seis Companhias totalizando 390 homens", parece ser destinatário do *corpus*, porém seu nome aparece como Manoel Caetano de Zuniga

³⁵ Leonzo (1975) informa que, durante o governo do Morgado de Mateus, não existia o cargo de sargento-mor da comarca, o qual seria obrigado a visitar e adestrar todas as companhias de ordenanças. Dessa função, encarregavam-se, no seu governo, os sargentos-mores das tropas auxiliares.

nas três cartas que recebe. Contudo, pelo fato de ele ser referido como sargento-mor pelos remetentes, que também são militares, e pelos lugares de onde enviam as missivas estarem sob sua jurisdição, é bastante provável que se trate da mesma pessoa.

Assim como acontecia nas ordenanças, o cargo de capitão da companhia auxiliar deveria ser ocupado pelas pessoas mais nobres e abastadas, que cuidariam com brio das companhias e teriam respeito dos soldados. Ora, as pessoas com maiores cabedais, necessariamente, teriam papel ativo nas atividades comerciais da capitania, assim "o recenseamento da cidade de São Paulo, relativo ao ano de 1767 localiza vários oficiais Auxiliares 'vivendo de seus negócios', 'vendendo' ou, ainda, 'vivendo de sua agencia'" (LEONZO, 1979, p. 90).

Aos capitães das companhias de auxiliares e seus oficiais subalternos, cabiam as funções de manter a ordem pública, capturando escravos foragidos, ciganos e criminosos, além daqueles que desobedecessem as ordens superiores e a lei (LEONZO, 1979). Deveriam também, de acordo com Leonzo (1979, p. 90-91),

com seus comandados, escoltar autoridades visitantes da vila sob sua jurisdição, supervisionar obras públicas e, por vezes, cuidar do despacho, para a cidade de São Paulo, do ouro lavrado nas minas de Paranaguá, bem como da transferência, para o Rio de Janeiro, dos quintos obtidos na Real Casa de Fundição de São Paulo.

Cada companhia de infantaria auxiliar era composta de 60 praças, enquanto a companhia de cavalaria, de 50, incluindo-se os cabos, em número de 4 para cada companhia; sendo que tais números nem sempre eram absolutos (LEONZO, 1979). Os cabos eram encarregados de reunir os soldados da companhia. O tambor era "um familiar ou criado do capitão" (RODRIGUES, 1978, p. 76). Segundo Leonzo (1979, p. 93), os soldados auxiliares tinham como funções

guarnecer as fortalezas da marinha [...], policiar a cidade de São Paulo, conduzir a correspondência de seus oficiais, bem como as importâncias arrecadadas nas vilas da Capitania destinadas à Junta da Fazenda Real, transportar mantimentos e objetos para o 'Real Serviço' e fiscalizar os Registros 'afim de se evitarem dezordens e principalmente para acautelarem os extravios dos Direitos Reaes',

para o que poderiam ser destacados dois, três ou mais soldados durante o período de um mês, apenas com direito à alimentação necessária à subsistência.

Os militares, conforme visto acima, serviam a variados propósitos. Bellotto (2007) comenta algumas situações concretas que comprovam a diversidade de tarefas atribuídas aos oficiais das companhias de ordenanças e auxiliares. Quando da inspeção das fazendas dos jesuítas com a finalidade de voltarem a produzir, o Morgado de Mateus envia o sargento Francisco Gomes Barreto. Quando do intento de instalar um povoamento em Lages³⁶, escolhe como dirigente um capitão-mor, que, inclusive, era proprietário da região desde 1754: Antônio Correia Pinto. A fundação de Caraguatatuba foi atribuída a um sargento, Joaquim da Silva Coelho (remetente de cartas do *corpus*). O capitão Antônio Barbosa Pereira³⁷ foi chamado a fixar povoação na foz do rio Piracicaba sobre o rio Tietê. A visita de averiguação às aldeias ao redor de São Paulo, com a finalidade de transformá-las em vilas, foi ordenada pelo Morgado ao sargento-mor D. José de Macedo, "um de seus auxiliares mais chegados" (BELLOTTO, 2007, p. 164).

Pôde-se verificar, com a explicitação da hierarquia militar, como eram providos os postos das companhias de ordenanças e de auxiliares da capitania de São Paulo, atestando-se inclusive a naturalidade dos oficiais, em sua maioria paulistas.

Além dos militares, encontram-se também figuras ligadas ao poder judiciário como destinatárias ou remetentes dos documentos do *corpus*. A organização da Justiça à época ficava a cargo dos ouvidores, dos juízes ordinários, dos juízes vinteneiros (ou de vintena) e dos juízes de órfãos. Havia, na capitania, apenas um juiz de fora, na vila de Santos, até o início do oitocentos (SILVA, 2009). Os juízes ordinários eram "naturais da terra onde exerciam sua jurisdição e não possuindo a ciência do Direito, não apresentavam condições de bem administrar a justiça" (SILVA, 2009, p. 250), por isso, inclusive, foram criados a partir de 1810 cargos de juiz

³⁶ A posse deste território é controversa, visto que o governador do Rio Grande afirmava ser uma pretensão ilegal anexá-lo à capitania de São Paulo, com o que o Conde da Cunha, vice-rei à época, concordava. (BELLOTTO, 2007).

³⁷ O nome referido por Bellotto, que consultou ofício editado no vol. 67 dos **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**, difere daquele encontrado nas demais documentações (ver NEME, 1943 e duas cartas editadas neste trabalho), que mencionam o capitão Antônio Correia Barbosa e não Pereira como o fundador da vila de Piracicaba.

de fora em algumas vilas da capitania. Tanto os juízes ordinários, para os locais mais densamente povoados, quanto os juízes de vintena, para os locais com 20 a 50 habitantes, eram escolhidos pelas elites locais, os cidadãos e a câmara (VAINFAS, 2000).

Havia uma ouvidoria para cada uma das comarcas, que "constituíam as divisões judiciais das capitanias" (VAINFAS, 2000, p. 338), sendo que, em fins do século XVIII, a capitania de São Paulo contava com três comarcas: Paranaguá, Itu e São Paulo. De acordo com Vainfas (2000, p. 338), "a profunda indissociação entre as atribuições judiciárias, executivas e legislativas, típica do Estado no Antigo Regime, fazia os ouvidores serem fiscais administrativos". A acumulação de funções ocorria, de fato, desde os primórdios da colonização: no *Livro primeiro do governo do Brasil (1607-1633)*, Silva (2009) refere que o ouvidor de São Vicente não recebia ordenado por acumular a função de capitão, que era remunerada, além de a maioria dos ouvidores não ser letrada. O ouvidor-geral nomeado em 1699, Antônio Luís Peleja, deveria, além de tomar as denúncias sobre os descaminhos do ouro, servir de auditor da gente de guerra e atuar "como juiz dos feitos da Coroa em relação aos agravos contra os eclesiásticos", tendo, assim, competência em "dois grupos privilegiados, com foro próprio: os militares e os eclesiásticos" (SILVA, 2009, p. 24).

Com o provedor da Fazenda acontecia situação semelhante, devendo atuar também como juiz da Alfândega e juiz dos defuntos e ausentes, além de deliberar sobre dúvidas surgidas a respeito da propriedade de sesmarias, terras e águas (SILVA, 2009).

Algumas cartas do *corpus* que aqui se edita foram escritas por eclesiásticos ou a eles dirigidas, assim cabe uma breve descrição de como se organizava o clero à época. Conforme Silva (2009), o bispado de São Paulo, sob o controle do arcebispado da Bahia, foi criado em 1745, tendo o primeiro bispo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, tomado posse no final de 1746. De acordo com Silva (2009, p. 119),

o clero secular abarcava funcionários eclesiásticos, a saber arcebispo, bispo e prelado que atuavam respectivamente no arcebispado, no bispado e na prelazia, sendo esta última dividida em distritos compreendendo várias paróquias [...], sob a autoridade do vigário da vara. As paróquias, por sua vez, contavam com território, população

e igreja matriz próprios, governados por um cura, pároco ou vigário. O arcebispo e os bispos eram auxiliados pelo alto clero: cônegos, capitulares, deões, arcediagos, chantres e monsenhores. O baixo clero compreendia os clérigos mais modestos, que exerciam funções como as de capelão, e, entre o alto e o baixo clero, estavam os párocos.

O clero secular atuou, em São Paulo, na criação de novas paróquias, como Nossa Senhora da Guia de Xirica (1763) e Nossa Senhora da Conceição de Jaguari (1765). Na falta de um seminário para a formação do clero secular da capitania, "aqueles que pretendiam seguir a carreira eclesiástica passavam por todas as aulas régias da cidade de São Paulo: Gramática Latina, Retórica e Filosofia." (SILVA, 2009, p. 258).

Encontra-se no processo de habilitação de *genere e moribus* de Ignácio Rodrigues Barbosa (Processo de habilitação, n. 166), um dos remetentes do *corpus*, uma referência à sua formação:

Estudou solfa, e gram- | matica nesta cidade, e tambem na freguesia da Araçari- | guama, honde assistira sette mezes, em a da | Cutia hum anno [pou]co mais, ou menos, tendo por Mestre o | Reverendo Padre Ioaõ Dominguez, e não me consta fizesse | assistencia em outras partes, e que tivesse outr[o] em | prego mais do que o estudo de grammatica, a que aind[a] | hoje se applica em c[a]za [...].

A associação do trecho às informações trazidas pela historiografia dão conta do processo de formação dos párocos à altura. Ressalte-se que, mesmo fora da freguesia da Sé, era possível aprender as disciplinas ensinadas nas aulas régias, já que o padre Ignácio Barbosa estudou em Araçariguama e em Cotia, que pertencia ao termo de São Paulo, mas constituía uma freguesia independente (SILVA, 2009). É interessante notar que o aspirante a padre prosseguisse os estudos de gramática em casa. O padre José Cardoso de Almeida, sem seu processo de habilitação, também afirma estudar gramática, mas não informa em que local fazia isso.

Sobre os níveis de alfabetização da população da capitania à época, é possível recolher algumas informações, mas não há dados tão precisos quanto aqueles levantados, por exemplo, sobre a França e Portugal no mesmo período.³⁸

³⁸ Gandra (2012) anuncia um "projeto de investigação, coordenado pela professora Tânia Lobo (UFBA) e pelo professor Klebson Oliveira (UFBA), que pretende analisar a difusão social da escrita no mundo

Villalta (1997, p. 332-385), em um ensaio sobre instrução e leitura no período colonial, traz alguns dados que auxiliam na composição desse quadro à época. Utilizando-se da metodologia de contagem de assinaturas, realizadas em 163 inventários de Mariana até 1822, o pesquisador verifica que 63,2% dos inventariantes assinaram, o que revela proximidade com os índices encontrados no Reino no final do século XVI e no século XVII, respectivamente de 76% (para os homens) e 72,8% (para os homens). Em virtude dos casamentos entre brancos e índias ou mamelucas, ocorridos frequentemente no período inicial da colonização da capitania de São Paulo, conforme aduzido acima, e, considerando-se a baixa presença de africanos na região,

a 'língua geral' tornou-se hegemônica, difundindo-se por todas as camadas sociais e irradiando-se do privado para o público. Apenas no domínio público encontrava alguma rivalidade do português. No espaço doméstico, mulheres de origem indígena uniam-se a portugueses e a mamelucos, transmitindo, por gerações e gerações, costumes e língua. [...] Os escravos, em sua maioria de origem indígena, reforçavam o uso da 'língua geral' no âmbito do privado. O português era uma língua que existia no espaço público: era aprendido por aqueles poucos que frequentavam a escola dos padres, utilizado nos documentos escritos e cerimônias, possuindo, assim, um caráter mais propriamente oficial do que público. [...] foram recorrentes, até os inícios do Setecentos, os pedidos das autoridades para que se enviassem à capitania somente vigários versados na língua dos índios. (VILLALTA, 1997, p. 339)

A escola historicamente recebeu pouca atenção da Coroa, sobretudo no Brasil. As escolas da Companhia de Jesus e aquelas vinculadas às outras ordens religiosas foram o principal agente da educação até 1759. Após as reformas educacionais propostas por Marquês de Pombal, "o ensino, do nível das primeiras letras ao secundário, passou a ser ministrado sob a forma de aulas avulsas, fragmentando o processo pedagógico." (VILLALTA, 1997, p. 349). Além de fragmentado, o ensino sofria com a falta de professores, o atraso no pagamento dos salários, com os escassos materiais didáticos e com a pouca oferta ao longo das vilas e cidades do Brasil,

colonial ibérico, através de fontes da Inquisição portuguesa e espanhola, mais especificamente, os livros das confissões, das denúncias e das ratificações do Tribunal da Inquisição escritos durante as visitas realizadas às colônias.". Trata-se de projeto que usará o método de contagem de assinaturas para trazer dados sobre o nível de alfabetismo na Colônia.

provocando a necessidade de deslocamento para quem quisesse ter instrução (SILVA, 2009; VILLALTA, 1997).

De acordo com Marcílio (2004, p. 261), a cidade de São Paulo foi especialmente afetada com a expulsão dos jesuítas: "quando o governador, Morgado de Mateus, chegou na Cidade, em 1765, enfrentou sérias dificuldades para encontrar um cidadão alfabetizado para cumprir funções administrativas em sua secretaria de Governo [...]". A historiadora (2004, p. 261) afirma, ainda, que, na passagem para o século XIX, "apenas entre 10% e 20% dos chefes de domicílio podiam assinar seu nome, nos primeiros anos do oitocentos."

Em 1818, por exemplo, com as reformas já implantadas, as aulas régias atingiam apenas 2,5% da população livre (VILLALTA, 1997). Analisando as determinações passadas aos tutores de órfãos pelas *Ordenações Filipinas*, Villalta (1997, p. 351) aponta que a instrução variava de acordo com o grupo social e o sexo. Os homens, por exemplo, deveriam aprender a ler, a escrever e a contar e, durante certo tempo, somente aqueles de classes abastadas tinham direito a esse tipo de instrução; às mulheres cabia o dever de aprender tarefas domésticas, como costurar e lavar.

De acordo com Villalta (1997, p. 352), a própria realidade em que viviam os habitantes do Brasil excluía a possibilidade da escola: "Como pensar em escola [...] sendo homem livre expropriado, pobre, [...] encontrando-se sempre sob a expectativa de recrutamento pelas autoridades para a execução de tarefas as mais diversas?". Nesse cenário, eram poucos, somente os proprietários de terras e grandes comerciantes, que podiam valorizar e ter acesso ao ensino. Segundo Villalta (1997, p. 354), porém, grande parte dos comerciantes europeus que veio para o Brasil não sabia ler e escrever e, ao ascenderem economicamente, permaneceram assim.

Silva (2009) relata um caso interessante sobre a instrução dos clérigos. No início do século XIX, uma denúncia feita por um capelão, que fora acusado de ignorante pelo bispo, informa que muitos párocos nem sabiam ler o português. Ou seja, mesmo passando pelas aulas régias em São Paulo, que incluíam Gramática Latina, Retórica e Filosofia, o clérigo podia sair sem a formação mínima desejável.

Muitos letrados, na falta da escola pública, formaram-se no espaço privado, no sistema de mestre e aprendizes ou valendo-se do autodidatismo, utilizando-se dos livros que tinham à disposição nas raras bibliotecas pessoais do Brasil, essas que, a partir do século XVIII, passaram a ser mais numerosas e compostas não apenas de obras devocionais e religiosas, mas também de livros de ciências e saberes profanos (VILLALTA, 1997).

Em uma sociedade em que imperava o analfabetismo, “a leitura oral, pública e privada, proliferou [...]. A oralidade e a publicidade da leitura, embora comuns entre os letrados, representavam sobretudo uma alternativa para os analfabetos [...]” (VILLALTA, 1997, p. 374) e, mesmo com a ampliação do número de bibliotecas privadas, a cultura da oralidade se fez presente durante todo o setecentos.

Cabe ressaltar ainda que, segundo Villalta (1997, p. 383), a instrução escolar,

sendo apanágio de poucos, perpassada por juízos estamentais, constituiu, ao mesmo tempo, um elemento de reprodução da ordem social e de ostentação, integrando a civilidade das aparências característica das sociedades do Antigo Regime.

Os poucos dados encontrados sobre a forma como se davam as comunicações a distância na capitania nesse período sugerem a ausência de correios regulares em São Paulo, já que a capitania não pertencia ao Correio Maior do Reino. O Morgado de Mateus buscou a autorização da metrópole para organizar um contrato de correios, mas não a obteve. O máximo que conseguiu foi regularizar, em 1772, o serviço da circulação da correspondência oficial entre São Paulo e a capital do Estado do Brasil à altura, Rio de Janeiro, que era o canal de comunicação via porto da correspondência entre Brasil e Portugal. Ademais, a correspondência oficial por terra era distribuída pelos soldados, provavelmente aqueles das companhias de ordenanças, que, segundo a ordem do governador, deveriam executar o serviço sempre em dois, para o caso de um adoecer (BELLOTTO, 2007). A carta 36 (l. 24-28) do *corpus* permite a comprovação desse dado:

tinha elle Escrivão | entregue ao Capitão Fernando Leite, que as remetera na | vespera, ou antevespera de Santo Antonio pelo soldado Ioaõ | Baptista Saes, que fora entaõ acompanhando huns Pretos, | que Levavam huãs panellas de Peixe para Vossa Excelencia

Mesmo com esse serviço precário, pode-se supor, analisando a quantidade de correspondências que compõem a Coleção Morgado de Mateus, que houvesse um número significativo de cartas circulando à altura, entre os militares majoritariamente, mas também, como atestam os documentos do *corpus*, entre moradores e militares, entre moradores e juízes, entre eclesiásticos etc. Além, é claro, das cartas e outros documentos trocados entre figuras da esfera mais alta de poder, que não fazem parte da seleção deste *corpus*. Constata-se, assim, que havia à época uma necessidade premente de informar, seja aos superiores, seja a um representante da administração local, o estado em que tudo andava, como as ordens estavam sendo cumpridas, quais eram as dificuldades encontradas, entre outros.

A investigação do tempo de circulação de informações, ou seja, o tempo que uma informação escrita levava para chegar ao seu destinatário, não é tarefa simples, visto que, na ausência do correio oficial à época, não se produziram registros de envios e recebimentos de correspondências. Dados relativos a isso, no entanto, podem ser extraídos de um documento ou outro que aludem, de passagem, à questão. No *corpus* deste trabalho, encontram-se, por exemplo, as cartas 31 e 32, que revelam importantes comentários sobre esse tempo de circulação de informações. Na carta 31, o vigário capitular, Manoel José Vaz, escreve, de São Paulo, ao pároco de São João de Atibaia, solicitando que lhe forneça informações “com a brevidade possível”, por meio da entrevista com pessoas fidedignas, a respeito de uma dada petição. A missiva do vigário é datada de 26 de fevereiro de 1767. A resposta do pároco, que executou a diligência exemplarmente, é de 9 de março do mesmo ano, ou seja, 11 dias depois. Conclui-se, assim, que um caso urgente levou 11 dias para ser concluído e, provavelmente, mais um dia para ser remetida a correspondência com a resposta do pároco ao vigário.

Rubert³⁹ (1981 apud SILVA, 2009, p. 122), ao problematizar a divisão das comarcas em São Paulo, refere que as freguesias de Nazaré e do Desterro distavam cerca de duzentas léguas da comarca do Rio das Mortes, à qual pertenciam, sendo necessária uma viagem de quinze dias para despachar uma petição. Como Nazaré

³⁹ RUBERT, A. **A igreja no Brasil**. Santa Maria: Livraria Editora Pallotti, 1981. 3 v.

distava sete léguas de São Paulo e Desterro, quatro, era mais conveniente que se subordinassem à comarca de São Paulo, cuja viagem demoraria bem menos: "se pode lá chegar ao meio dia, partindo de manhã cedo.". Vê-se, neste caso, como a organização administrativa se dava e como era pautada pelo tempo de circulação das informações.

O trecho final da carta 26 (l. 24-30) ilustra um dos motivos que levava à comunicação por escrito, a execução de uma ordem de prisão, e demonstra como o tempo era fundamental nesse processo:

*vossa merce não Repare neste avi | zo que faso a vossa merce
que o verdadeiro era dar eu | parte ao dito senhor para eLe
ordenar a vossa merce porem como | temo que emcoanto se fas
huã couza e outra | ou outra tenha aLgũm avizo destas partes e
se | escape, que eu esta mesma parte fico dando a | sua
Excelencia [...].*

Como o assunto necessitava de uma ação rápida, a prisão de uma mulher casada que havia fugido, o remetente decide deixar de seguir o procedimento em prática — de avisar ao governador, para que este passasse uma ordem ao sargento-mor —, ordenando diretamente ao sargento o que deveria fazer. A razão para a tomada da decisão não protocolar está diretamente relacionada ao tempo que as comunicações por escrito levavam para chegar a seu destino final.

1.2. Proposta de categorização temática dos documentos

A contextualização sócio-histórica elaborada permite uma leitura mais precisa e, por consequência, uma compreensão mais acertada dos temas tratados nos documentos que compõem o *corpus* deste trabalho. De uma forma geral, pode se observar detalhadamente nos textos ora publicados como as linhas de ação propostas por D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão eram realizadas na prática, pelos capitães-mores, sargentos-mores, alferes e demais militares da hierarquia.

Dessa forma, se Bellotto (2007, p. 89) atesta que "das primeiras atividades [do Morgado de Mateus] em São Paulo dão-nos conta os bandos, portarias, ordens e editais", que são documentos oficiais mais formulares, as cartas de seus subordinados indiretos — uma vez que os remetentes não se subordinavam diretamente ao governador — constituem-se em verdadeiros testemunhos do cotidiano dos habitantes da capitania de São Paulo e de uma ou outra vila de capitanias limítrofes, como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Provavelmente tais documentos constituam mais uma fonte interessante à historiografia, quando considerados na sua perspectiva de registros históricos, auxiliando na construção desse momento fundamental da história de São Paulo.

Nas missivas dos habitantes da capitania de São Paulo, são testemunhados os diversos desafios impostos aos militares no plano da administração das vilas e cidades; os indícios de uma rede de intrigas que permeava a administração do Morgado de Mateus, além de outros conflitos de poder; as súplicas daqueles que queriam ver seus parentes e apadrinhados livres do serviço militar; a rigorosa manutenção da ordem e da lei, por meio da denúncia de crimes, como aqueles cometidos por vadios e por esposas fugitivas; a delicada relação entre o poder eclesiástico e o poder do governador, entre outros temas.

A partir da leitura e análise dos assuntos trazidos em cada um dos 81 documentos, procurou-se categorizá-los levando-se em conta os temas de que tratavam. Para o estabelecimento das categorias temáticas, foi imensamente válida a contextualização sócio-histórica, que permitiu situar os documentos de acordo com os principais temas com que se defrontavam administradores, moradores ⁴⁰ e militares na capitania de São Paulo.

⁴⁰ Os moradores, como será visto na seção 2.3, no próximo capítulo, são aqueles remetentes que se dirigem a um representante da administração pública para tratar de assuntos de ordem pessoal, cujo encaminhamento depende do poder público.

Tabela 1 – Categorias temáticas dos documentos

Categorias Temáticas	Documentos	Total	%⁴¹
Crimes (defesa, denúncia, investigação ou advertência)	4, 5, <u>6</u> , 7, 9, 21, <u>22</u> , 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 36, <u>39</u> , 40, <u>41</u> , 42, <u>44</u> , 46, <u>47</u> , <u>49</u> , <u>50</u> , 58, 59, <u>63</u> , 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 76, 77 e 80	38	47%
Assuntos financeiros (cobrança de impostos, dívidas ou soldos; acerto de contas)	11, 12, 13, 23, <u>24</u> , 34, 38, <u>39</u> , <u>45</u> , 55, 73, <u>78</u> e 79	13	16%
Alistamento e Recenseamento (inclui remessas de soldados e presos e solicitação de trabalhadores)	1, <u>22</u> , <u>41</u> , <u>44</u> , <u>53</u> , 56, <u>63</u> , <u>66</u> , 71 e <u>81</u>	10	12%
Categorias Temáticas	Documentos	Total	%
Nomeação de militares	43, 48, 51, <u>52</u> , <u>53</u> e 62	6	7%
Delimitação de fronteiras e posse territorial	10, 14, 15, <u>52</u> , 61 e 75	6	7%
Conflitos e abusos de poder	17, <u>22</u> , <u>24</u> , <u>50</u> , 54 e <u>81</u>	6	7%
Exploração territorial	3, <u>6</u> , 19 e 20	4	5%
Diversos	30, 37, 60 e 74	4	5%
Dispensa do serviço militar e Mudança de posto ou de companhia militar (solicitação ou recusa de pedido)	16, 27 e 51	3	4%
Remessa de correspondência	2, 35 e <u>49</u>	3	4%
Comércio	18, 57 e <u>78</u>	3	4%
Construção de fortalezas/obras públicas	<u>45</u> e <u>47</u>	2	2%
Apoio político	8 e 72	2	2%

Levou-se em conta o principal tema tratado no documento para a classificação na categoria temática mais adequada. Nos casos em que a carta tratava de mais de um tema, no entanto, optou-se pela classificação em duas ou, mais raramente, em três categorias simultaneamente. É o caso de todos os documentos cujo número está sublinhado na tabela acima.

A seguir serão descritas cada uma dessas categorias, utilizando como exemplos cartas representativas selecionadas a partir de *corpus*, em que ficasse claro o assunto tratado e a classificação realizada.

Pelo que se pôde verificar, a categoria temática mais recorrente nos documentos são os crimes. Incluem-se nessa categoria denúncias de crimes,

⁴¹ A soma das frequências será superior a 100% já que há cartas classificadas em mais de uma categoria.

apresentação de defesas de acusações recebidas, pedidos de diligências para investigar denúncias e solicitação para que se advertisse alguém. Os crimes pertenciam a diferentes naturezas, porém nota-se alta incidência de crimes militares relacionados à insubordinação ou à deserção, e também de crimes relacionados a uniões ilícitas, como o caso de casais amancebados ou de esposas ou esposos que abandonavam o lar. Das 38 cartas classificadas na categoria temática **crimes**, 12, ou 31,5%, tratam dos crimes militares acima mencionados e 5, ou 13%, de crimes ligados a uniões ilícitas. Os demais documentos dão conta de crimes de diversas naturezas, entre eles os de abuso sexual, os de vadiagem e aqueles relacionados à fuga de escravos ou criminosos.

Um produtivo remetente de cartas de denúncias e solicitações de investigação de crimes de deserção e insubordinação foi o alferes de São João de Atibaia, Domingos Leme do Prado, que enviou 5 missivas tratando do assunto e solicitando providências. Alguns trechos de suas cartas permitem entrever a seriedade e o afinco com que cumpria seu dever de manter a ordem e a lei. Na carta 62 (l. 15-19), dirigida ao sargento-mor Manoel Caetano de Zuniga, que comandava simultaneamente o 3º Corpo de Infantaria de São Paulo e vilas de serra acima e o 4º Corpo de Infantaria de Guaratinguetá e vilas do Norte de serra acima (BELLOTTO, 2007; LEONZO, 1979), totalizando 1365 praças, Domingos Leme do Prado afirma:

Eu com toda a *minha* Lemitacão, e as vezes molesto, nuc[a] | poupej o meu corpo *para* o real seruico, e estou seruindo de dia, e de nojte | com grande risco de *minha* vida, e com algum dispendio de *minha* fazenda, pr= | endendo, e afugentando aos criminozos, e pacificando a todos, evitando | mortes, e oviando ruinas, e tudo tenho por bem empregado.

Como a documentação comprova, o alferes realmente trabalhava intensamente na pacificação do lugar e na prisão de criminosos. Na mesma carta (l. 27-30), ao se referir aos homens eleitos para ocuparem postos de alta patente que tentavam se ver livre do serviço militar, o alferes comenta:

A eu ter poce como estes nuca Largaria | desta domestica *companhia*, *que* sinto priuar me deste gosto a poca furtu= | na *que* tenho de não ter modo *para* me poder tratar; e assim parece me não | ser justo *que* estes homens fiquem izentos [...].

Na carta 64 (l. 31-37), o alferes justifica a remessa de um preso para São Paulo, explicando que se tratava de um exemplo didático que serviria aos demais moradores:

este remetj para exzemplo dos mais, por aSim ser preci= | zo, e do contrario não hauera medo algum nem os ca= | bos serão obedecidos, se vossa merce e Sua eExcelencia não quiser | que eu os mande para lá por lhe cauzar molestias, mand= | ar me a ordem para cá os castigar na prizão o tempo | que me ordenarem, pois tambem para mim e de major | molestia remeter para lá [...]

Pelo que se depreende da carta, o capitão-mor havia reclamado do excesso de presos remetidos à capital pelo militar. Comenta também, na carta 63 (l. 20-24), a pobreza em que viviam os moradores da região, que não poderiam comparecer ao exercício militar geral por não terem roupas adequadas:

Somentes dezejo que vossa merce tenha a bondade | de alcançar de sua Excelencia para que este pouo não va a essa | cidade a mostra geral, por rezaõ de Serem muitos pobres que a m= | ajor parte delles vem a esta Freguesia com ropas prestadas por | [[por]] não faltarem a sua obrigacão.

Em alguns casos, o crime de deserção acontecia simultaneamente ao crime de união ilícita, como é o caso da carta 69, também de autoria do alferes Domingos Leme do Prado. Um soldado de sua companhia, chamado José Bicudo Lima, havia fugido com Teresa, uma mulher mulata casada. Além disso, o soldado persuadiu um mulato, que trabalhava na mesma casa que Teresa, a roubar sua senhora e a levar os objetos furtados na fuga. A carta é dirigida ao capitão Leandro de Melo, responsável pelo distrito para onde o alferes acreditava terem ido os três criminosos.

Há duas cartas que relatam crimes de abuso e violência sexual: as cartas 33 e 58. A primeira delas é um dos dois únicos documentos do *corpus* assinados por mulheres. Anna Maria Cardosa relata o crime de abuso sexual cometido pelo seu pai contra ela e suas duas irmãs, além das sobrinhas dele:

Minha Irman Maria pariu de meu | pai tirou huã filha dele que esta em | caza de catharina cardoza <mai de Ignacia Gomes> criando se

to | do o mundo sabe esa he a Rezam por | onde minha irman
 Antonia saiu do po | der dele por se uer persiguida dele por | hesa
 Rezam sahi da companhia dele e meu | Irmão sebastiam [pu]c[h]ou
 me de faca por que | rer se intender commigo esa foi a Re | zam
 porque eu sahi da companhia dele e meu | pai querer dormir
 cummigo eles não Re | zeruam Irmãos nen subrinhas nen nada
 (Carta 33 – l. 2-13)

Trata-se de uma carta extraordinária, tanto por ter sido escrita por uma mulher quanto pela descrição do crime e das ameaças que recebiam, e também pela forma como foi escrita: sem pontuação; sem margens, ocupando inteiramente o fôlio; com uma grafia descuidada. Denota-se por esses fatores extratextuais e pelo texto propriamente dito que a remetente tinha pressa durante a escrita da missiva.

As cartas relatando uniões ilícitas normalmente se referem à fuga do marido ou da mulher, como visto na carta 69 acima, ou a uniões não consagradas pela igreja, como é o caso da carta 7. Nela, o militar Paulino Aires de Aguirre, de Sorocaba, adverte o Sr. Jacinto José de Abreu sobre a ida de uma mulata chamada Maria Nardes juntamente com sua filha, que iria prestar queixa contra José Fogaça, por este ter agredido seu marido, João Antunes. Refere o remetente da carta, no entanto, que o tal João Antunes vivia amancebado com a mulher, de quem tinha duas filhas, também mulatas, a quem reconhecia e tratava como tal. O início da contenda, segundo Paulino, foi o testemunho prestado por José Fogaça, "sugeito natural desta vila bem procedido p[a] | sifico, e casado, [...]" (Carta 7 – l. 11-12), contra João Antunes. Este decidiu se vingar, mandando dar um tiro no delator, que, no dia seguinte, reagiu, usando um porrete contra seu agressor. Porém, como João Antunes tinha um parentesco com um soldado de Minas Gerais, que, por sua vez, afirmava ser parente do governador, o capitão achou por bem comunicar os detalhes do caso, para que Fogaça não recebesse castigo.

A carta 26 informa sobre a fuga de uma mulher casada acompanhada de um homem, também casado. Ela havia se casado na vila de Sorocaba enquanto ele, na vila de Jacareí. O marido abandonado queixou-se ao governador, que mandou "ordem para se prender don | de qer que se achasem qer a sogeita como o sogeito" (Carta 26 – l. 7-8). O remetente, Lourenço Bicudo Brito, capitão-mor de Jacareí, informa ao sargento-mor de outro distrito que havia conseguido prender o homem e

que soube, na vila de Mogi-Mirim, que a mulher esteve por lá, mas já havia fugido e usava outro nome: “Jâ com o nome muda | do, eLa chama se Angela Ferreira e agora | Francisca Ferreira eLa corpoLenta com hum filho | macho” (Carta 26 – l. 17-20). Solicita, assim, que o sargento-mor prenda a mulher, dando parte ao governador.

A segunda categoria temática mais recorrente nos documentos foram os assuntos financeiros, envolvendo cobranças de impostos, dívidas ou soldos, além de acerto de contas; assuntos verificados em 13 documentos. Pelo que as cartas demonstram, era comum os militares que cuidavam dos registros terem problemas com o recebimento de impostos devidos. Nas cartas 11 e 12, ambas provenientes de Jacuí, José Gomes Pinto de Almeida, responsável pelo registro relativo ao contrato das entradas, relata que um comandante de Minas Gerais, além de se recusar a pagar o imposto devido, cobrava dos viajantes, pela segunda vez, o imposto quando entravam na capitania mineira: “não | deixem passar pessoua aLguma ssem primejro | pagar as emtradas porque aqui as fazem pagar | ssegunda ves” (Carta 11 – l. 16-19). Algumas vezes, o comandante usava da força para obrigar o pagamento das quantias: “e chegando os ditos andantes | a este Arrayal a forssa o dito Comandante lhe fes passar novas obri | gaçoens dizendo *que para* iso tinha Ordem do Senhor Conde | de Valladares *para Cobrar as entradas*” (Carta 12 – l. 26-29). A violência, aliás, não era recurso incomum. O mesmo comandante ameaçou de morte o militar paulista José Gomes Pinto de Almeida, remetente das cartas em questão, e mandou colocá-lo no tronco:

e elle me | deo por reposta com vozes alteradas *que* eu não avia de Cobrar | nem tampouco havia de Concentir *que* o Iuiz do mesmo Arra | yal me cumprisse a Precatoria da Fazenda Real *para* por Ver | tude della Cobrar dos andantes e dizendo-lhe eu *que* a hia | cumprir *para* cobrar dos andantes a esta vos me disse *que* me | avia de pregar duas Ballas nos peittos ao *que* eu lhe respondi | *bastantemente* aguniado *que* não temia as Suas Ballas e a esta | reposta gritou a dous SoLdados *que* me prendecem e me mete | cem de tronco de pescosso o *que* Logo executaraõ (Carta 12 – l. 32-41)

Segundo o remetente da carta, a atitude de metê-lo no tronco advinha de uma vontade de se vingar da gente de São Paulo. Ao mesmo assunto e ao mesmo local, na mesma época, fevereiro de 1772, refere-se João da Costa Barros, na carta 23 (l. 2-4),

dirigida ao rei de Portugal: “Dou Parte A Vossa Magestade Em como a goarda das Geraes *que* | [[*que*]] se acha no Rio Pardo Rezista, e cobra, os quintos, que por dire- | ito pertencem A esta capitania, e apertaó *mu*ito com os homens”.

Algumas cartas se constituíam em verdadeiros relatórios dos rendimentos dos registros e passagens, como é o caso da carta 13, que especifica os valores recebidos em cada um dos meses no registro de Sapucaí.

O acerto de contas e a remessa de quantias em espécie são procedimentos bem ilustrados na carta 34 (l. 3-5), enviada ao capitão-mor Antônio Galvão de França pelo capitão-mor da cidade de São Paulo, Manoel de Oliveira Cardoso: “recebi a de Vossa Merce de 27 do pas | sado, por maõ do Reverendo Padre Antonio Iozé de Mendonça Silva e juntamente | os sinco mil e duzentos reis que Vossa Merce por elle me remeteo, para total ajustamento | da nossa continha”. A conta a ser acertada entre os dois capitães-mores refere-se ao pagamento de patentes de militares e também à ajuda financeira que o capitão-mor Antônio Galvão de França havia dado ao afilhado do capitão-mor da cidade de São Paulo.

A carta 39, de autoria de Francisco Gomes de Carvalho, relata detalhadamente a diluição de uma sociedade comercial, por conta de dívidas de um sócio para com o outro. Como o remetente da carta não recebia a quantia devida, solicitou a prisão do sócio, apelidado de “Pedro de Malasartes” pelo credor. Ao final da missiva, suplica ao remetente, um militar da cidade de São Paulo:

se hoje poço dizer naó tenho nada, naó foy | porque o bebece, dece ao diabo, ou jugace, e pregunte ce nessa | cidade onde senpre me conceruey, mas foy *mu*ita desgraça | toda topar com semelhante camarada Deus lhe perdoe o *que* | me tem cauzado, e peço ao mesmo *senhor* o salue mas que pa | gue câ o *que* deue. (Carta 39 – l. 96-101)

Na carta 73, o sargento de número Jerônimo Dias Ribeiro, responsável pelo registro de Itupeva⁴², vê-se obrigado a escrever ao provedor da Fazenda Real, José Honório de Valadares e Aboim, para relatar a recusa sistemática de um padre a pagar impostos sobre suas mercadorias: 6 potros comprados em Sorocaba. Nas

⁴² Cabe ressaltar que Itupeva provavelmente não se refira à cidade de Itupeva hoje existente, próxima a Jundiaí. É mais provável que se trate de outra localidade, próxima à fronteira nordeste com Minas Gerais.

palavras do sargento (Carta 73 – l. 12- 15): “este | CLerigo o não quer dar entrada no regizto dizendo | que não tem obrigação aLgua de pagar direitos e fiado | em Ser clerigo. A dous annos paçou o dito regizto com | vioLência não atendendo a dous Soldados”. O militar continua o relato, informando que, ao se ver obrigado a pagar o imposto, o padre (Carta 73 – l. 32-33) “emtemtou romper as guardas deste registo | com violência pegando em armas”. Ao final, como não fosse autorizada sua passagem, o sargento afirma que o padre retirou-se para a vila de Mogi-Guaçu e alerta para o fato de que provavelmente iria se queixar de lá ao capitão-general.

Os processos de recenseamento e alistamento de moradores aparecem como a terceira categoria temática mais produtiva do *corpus*, contando com 10 documentos. Conforme visto, era obrigação dos militares remeter anualmente listas dos habitantes de seus distritos, por isso a correspondência sobre o assunto. Muitas vezes relatam-se as dificuldades encontradas para elaborar os mapas de população. O remetente da carta 1 (l. 2-8), por exemplo, enviada ao capitão Manoel da Silva Reis, declara:

Estou promptissimo para executar as Ordens de Sua Excelencia, porem | na occasiam prezente naó esta o roL capaz de nada pelas | mudanças e Variedades, que há de hum anno para outro. Eu | por elle estou desobrigando o povo; e nestes quinze dias hei | de promptificar o roL novo, que todos os annos devemos | fazer, e appresentar aos Reverendos Vigarios de Vara. Entaó | darey esse a Vossa Merce que hé o que pode servir.

Depreendem-se desse parágrafo dois elementos importantes: a dificuldade de se estabelecer uma lista dos moradores por conta das mudanças ocorridas a cada ano, provavelmente se referindo às variações populacionais, e o fato de os eclesiásticos terem o hábito de recensear a população de suas varas, prática já aduzida na seção 1.2.

As categorias temáticas **nomeação de militares, delimitação de fronteiras /posse territorial e conflitos e abusos de poder** correspondem juntas ao quarto lugar, cada uma contando com 6 documentos. A nomeação de militares era assunto frequente à época, quando o governador buscava formar as companhias e preencher os postos da oficialidade. A delimitação de fronteiras, sobretudo entre a capitania de São Paulo e de Minas Gerais, foi tema controverso à altura, já que diretamente

relacionado ao recebimento de impostos. O assunto é verificado na carta 10, que trata inclusive da mesma região referida nas cartas 11, 12 e 23: a região do Rio Pardo, no sul do atual estado de Minas Gerais. Haveria ali à época três núcleos populacionais: a vila de Jacuí, o Descoberto de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Verde e o Descoberto do Rio Pardo. A carta 61 trata do conflito familiar envolvendo a posse de terrenos férteis e com vestígios de ouro. O proprietário, que informa estar no local há 25 anos, autorizado por carta de data e posse judicial, reclama à madre do Recolhimento de Santa Teresa, em São Paulo, que, após a morte de seu irmão, seu sobrinho, um capitão das ordenanças, havia se apossado da terra. Trata-se da única carta do *corpus* dirigida a uma mulher e também da única em que se verifica um conflito de posse de terreno privado.

As cartas que relatam conflitos e abusos de poder são extremamente interessantes, pois permitem entrever como se dava a relação entre os paulistas e os portugueses, entre os paulistas e os mineiros, entre os eclesiásticos e os militares, e entre os próprios militares. É o caso da carta 17, escrita ao capitão de Jaguari, José Leme da Silva, pelo militar Manoel Joaquim de Avarenga, que ilustra tanto o conflito existente entre mineiros e paulistas quanto o conflito entre as jurisdições eclesiástica e militar, como se observa no trecho a seguir:

Todos estes pequenos extremos são. Partes | do dezejo que tenho de ver a *vossa merce*, pois espero que com a vista não | a de demenuhir a ffama *que* publicam as vozes, engrandecendo-o | a *vossa merce*: e o dezejo que tenho de o ver he nassido da boa no[t]icia, e taõ= | bem por me segurarem sermos (fallando por hronia), daquel= | Las Aldeas das Minas Geraes: Ora não. quero deyxa llo confu= | zo; este modo agora meu, **he por que (não todos) mas alguns | senhores de Sao Paulo, talves criados a veyra do Rio Tieté, com | os Bagrinhos dos Lodos dele, cuidam que nem os melhores cida= | da[o]ns de Rôma, Lisboa, Pariz, ou Londres, as 4 cidades mais fa= | mosas lhes chegam**; porem meo *senhor* dizem que presumção; e A= | goa benta, cada qual toma como lhe parece [...] **tambem lhe di= | go, que me diceraõ a respeito do seo vigario que vossa merce não. era cappitam | delle, i elle que era vigario de vossa merce [...]** (Carta 17 - l. 9-42, grifo nosso)

A carta 22 refere os conflitos de poder que ocorriam dentro da própria jurisdição militar. Encarregado de alistar os filhos de um morador de Paranapanema,

o militar Manoel Luiz Barreto vê-se obrigado a escrever ao capitão-mor de Sorocaba, José de Almeida Leme, para relatar a contestada autoridade que possuía, conforme ilustrado no trecho a seguir:

dizendo o podia faser pois *vossa merce* naõ. tinha mandado | nelle e
sõ. Sua *Excelencia* o podia contrariar e ao mesmo tempo | dizem
trouxera correntes e algemas *para* mim e os mais | que eu llevasse a
tomar lhe o passo (Carta 22 – l. 11-14)

A carta 24, correspondência trocada entre dois padres, relata uma situação de abuso de poder por parte do sargento-mor Manoel Joaquim. Sempre que visitava a vila de Faxina, o sargento-mor ficava hospedado na casa do padre Manoel de Barros. Por conta de uma citação feita pelo militar a um conhecido do padre, Antônio de Oliveira Barros, que devia 12.800 réis, o abuso de poder se inicia:

e logo *que* entrou em *minha* caza somente se lhe | ouvia dizer, *que* o
dito olyveira era hum velhaço, e re | dicolo, e repetio estas palavras
duas mil vezes, pou | co mais, ou menos; eu dezejozo do sucego, e
quie | taçaõ do posto, lembrado do *que* tanto me emcomen | dou sua
Excelencia, lhe dice assim // *senhor* sargento mor eu | devo a meu
comp[*adr*]e olyveira hua dobra, pouco mais | ou menos, e na occasiao
prezente naó tenho com que | lhe pague, por obviar duvidas, eu me
obrigo a as | tisfazer a *vossa merce* logo depois de Paschoa (Carta 24 –
l. 16-25)

Logo após a discussão ocorrida na casa do padre, o sargento-mor deixa sua residência “dizendo [...] *que* o pior homem *que* tem emcontrado | no mundo, era o Padre Manoel de Barros, e *que* hia a Sao Pau | lo aos pes de sua *Excelencia*, e do nosso Reverendissimo Prelado a queychar | ce [...]” (Carta 24 – l. 58-61). Dirige-se, então, ao sítio de Tomé de Almeida Pais, quem, nas palavras do padre:

anda semeando | falsamente couzas de circunstancias, so *para que* eu
fi- | que mal, pois o seu dezejo hé ver me daqui fora, | e tudo o mais
que o *dito* mor tem dito foy emsaya- | do pelo *dito* Thome, *que* me
parece ser na realidade | pior, *que* Lucifer (Carta 24 – l. 70-75).

Na verdade, a situação descrita na carta dava conta, além do abuso de poder por parte do sargento-mor, de uma intriga política levada a cabo pelo militar e seu companheiro, Tomé de Almeida Pais, que, segundo o padre, era “hum Thome, *que*

lhe confesso, *que* vejo o, mas | o não creyo” (Carta 24 – l. 94-95). Ao final da carta, o padre relata ainda que o sargento-mor vivia “concu | binado com hua meretriz de porta adentro” (Carta 24 – l. 114-115) e solicita ao eclesiástico a quem envia a missiva que lhe mande notícias sobre sua situação, perguntando se tinha realmente sucessor ou se estava nomeado para alguma leva.

A carta 50, escrita pelo padre Francisco Xavier Garcia, é interessantíssima, pois o sacerdote escreve da cadeia de Santos ao governador, contando-lhe supostamente toda a verdade acerca de uma situação envolvendo um ataque moral ao Morgado de Mateus. Conforme Bellotto (2007), o padre era acusado de ter escrito e afixado pela cidade versos satirizando a figura do capitão-general, e ainda de ter participado da fuga frustrada de dois criados do governador. Apesar de não ter sido encontrado nenhum documento da época com o texto completo dos versos, Alberto Rangel, autor de um romance histórico intitulado **Fura-mundo**, de 1930, publica o suposto texto (RANGEL, 1930, p. 66 apud BELLOTTO, 2007, p. 218)⁴³:

Fidalgote d'aldeia e de meia tigela,
Intratavel Mourão, represa as tuas ganas,
Abotôa os calções e aperreia a fivela
Chocarreiro chumpim das tropas paulistanas.

Durindana na mão, o chapéu à bolina,
Com teu grande fervor põe no trinque o fardão
E manda o Zé marchar deixando-te na mina
Quentinha dos lenções, meu burdo sargentão!

A gran pata te poz o espavento d'un ovo.
Aceitar afinal do Tinhoso o conselho
D'ajuntar batalhões no cangote do povo,
Que ha de o samba dansar nas costas de dom
Botelho!

Na carta, o padre não faz referência explícita a esses versos, mas relata em detalhes as atitudes de um ministro, opositor do governo de D. Luís Antonio, que teria sido o responsável pelo plano de fuga dos criados. Além de escrever

⁴³ RANGEL, Alberto. **Fura-mundo (1773-1794)**. Paris: Ducharte, 1930. Bellotto (2007) alerta para o fato de que algumas palavras que o governador cita que estariam nas sátiras não pertencem ao texto publicado por Rangel, o que fortaleceria a hipótese de o autor ter composto os versos usando estruturas textuais e língua próprias do século XVIII.

regularmente a um desembargador dando-lhe conta de todos os movimentos do Morgado, o ministro fazia continuamente críticas ao governador – "desdenhava de *Vossa Excelencia* e dizia lhe homem diga là a esse patife *que* | mande ca buscar o *que* precisar, veja *quando* quer vou hir *para* terra de brancos e | tire ce daquele galego" (Carta 50 – l. 30-32) –, além de zombarias – "escrevendo a hum [Reverendo] Governador de Evora substituto ao do rio e nella muitas | zombarias do governo de *Vossa Excelencia*" (Carta 50 – l. 47-48) – e chacotas – "athe chacotaz fazia de *Vossa Excelencia* dizendo *que* não dizia nao | senam num" (Carta 50 – l. 107-108).

A missiva relata ainda como o mesmo ministro tentou subornar o padre para que não registrasse como cativo um filho ilegítimo seu com uma crioula, filha de um ferreiro, a quem tinha recolhido, junto com a irmã, de sua fazenda à sua casa. Francisco Xavier Garcia afirma que já havia permitido tanto o batizado da criança na cidade, na paróquia de Santa Ana, quanto o registro como filho de pai incerto, mesmo sabendo quem era o pai. Ao recusar o pedido de assentá-lo como cativo, a mãe da criança e sua irmã "fizeram disto susurro *grande*" (Carta 50 – l. 73) e o padre recebeu ameaças do pai da criança, que afirmou colocaria no sacerdote a culpa de seus delitos.

De acordo com Bellotto (2007), Francisco Xavier Garcia fugiu da Fortaleza da Barra, em Santos, em 1768, o que leva a crer que a carta 50, datada de 6 de dezembro de 1767, não provocou o efeito pretendido pelo padre.

Pela leitura dos documentos, corrobora-se a ideia de que pelo fato de o povoamento desse espaço ter sido iniciado há dois séculos, já havia sido formada uma estrutura social de poder, sobre a qual a metrópole, representada por sua figura máxima, o governador, não tinha conhecimento exato. As cartas relacionadas a conflitos e abusos de poder retratam diversas situações que mostram isso.

A categoria temática **exploração territorial**, que conta com 4 documentos, inclui uma missiva riquíssima, a carta 3, que relata em detalhes uma expedição feita ao Tibagi. A conquista do Tibagi foi uma importante empreitada levada a cabo pelo Morgado de Mateus, ao lado de outras expedições enviadas pelo governador para estudar os principais rios da capitania (BELLOTTO, 2007; JOÃO, 2006). Nessa carta, Antônio da Silveira Peixoto, citado por João (2006) como capitão-comandante da

expedição, relata ao capitão Caetano Gago da Câmara a viagem efetuada, em fins de 1769, a partir do "Rio do Rezisto de coritiua" e que, por conta das dificuldades intransponíveis do percurso, causadas, entre outros, pela falta de exatidão dos mapas, levou-o à prisão pelos espanhóis. Apesar de o governador ser bastante diligente no que se referia ao conhecimento geográfico e ao consequente uso e elaboração de mapas, estava insatisfeito com aqueles de que dispunha (BELLOTTO, 2007, p. 97) e, como se vê nessa missiva, tinha razões para isso. Por conta de um mapa mal traçado, o português encontrava-se preso no forte de Buenos Aires, de onde escreve ao capitão, em maio de 1772, pedindo que se comunique com Miguel de Aedo e lhe peça 5 doblas:

os Amigos nestas ocaziõs se | conhesem y no Suposto que istou taõ.
nesesitado qui | zera dever a *vossa merce* o favôr de comonicar se con
Doutor Mi | gel de Aedo ô manetâ para que por sua via Mande | aqui
entregar me coatro ou 5 doblas que tantas su | plico a *vossa merce*
que me empreste pagando lhe o seu | acresimo xhegado *que* Seja a
paranagoâ (Carta 3 - l. 113-119)

Nesta carta, como em outras, é possível perceber como a comunicação, a princípio oficial⁴⁴, reveste-se de um caráter mais pessoal. Os motivos que levam o comandante preso a redigir a missiva relacionam-se a necessidades primitivas, fazendo com que o pedido do empréstimo, assim como vários trechos da carta, estejam permeados de impressões pessoais e íntimas.

A categoria temática **diversos** perfaz quatro documentos. A carta 30, bastante sucinta, consiste do aviso de um militar ao capitão-mor informando que iria encontrá-lo em breve. A carta 37, também muito sumária, é dirigida a um capitão comandante, dando-lhe conta da ciência do remetente sobre sua confissão. A carta 60, de autoria de uma mulher, Dona Maria Tereza de Nazaré⁴⁵, solicita a um frei que, interceda junto ao governador, para que seu filho tenha mantido o privilégio de

⁴⁴ Conforme será analisado no capítulo seguinte, seção 2.2, o termo "oficial", quando aplicado aos documentos do *corpus*, refere-se a documentos da administração colonial em circulação pública, classificação desenvolvida por Barbosa (1999).

⁴⁵ Cabe ressaltar que o termo autoria pode se referir tanto à autoria material quanto intelectual do documento. O fato é que a carta está assinada, por extenso, com o nome de D. Maria Thereza de Nazare, mas, como será verificado na seção 2.5 adiante, trata-se de um idiógrafo, documento escrito por outrem sob a supervisão do autor intelectual.

moradia no convento onde se achava estudando. A carta 74, por sua vez, trata do relato de um incêndio já controlado em Jacuí.

As demais categorias temáticas contam com 3 ou 2 documentos cada e, à exceção do tema **dispensa do serviço militar e mudança de posto ou companhia militar**, contém pelo menos um documento que se encaixa também em outra categoria.

As cartas permitem entrever, em maior ou menor grau, as figuras do remetente e do destinatário, a maneira como se dava a relação entre eles e, em alguns casos, seu ponto de vista sobre as situações em que estavam envolvidos. O grau de distanciamento entre os interlocutores também parece interferir bastante na comunicação efetuada por meio da correspondência: quanto mais íntimos, maior o grau de confiança, o que tende a fazer com que o remetente coloque mais de si e de suas verdadeiras opiniões sobre os assuntos que circundavam a sociedade da época, como é o caso das missivas que tratam de intrigas políticas, por exemplo.

Apesar de ser possível estabelecer temas mais ou menos comuns nas missivas, como se fez acima, não se pode deixar de considerar que a motivação e o momento de escrita de cada uma das cartas foram distintos, dessa forma o conteúdo e a estrutura nuclear das mesmas se mostraram variáveis, mesmo quando classificadas dentro da mesma categoria temática. Essa variação, a princípio tênue, foi abrandada com vistas ao recorte das categorias temáticas das missivas. Não se pretendeu, com isso, homogeneizar as cartas editadas, mas tão somente verificar os assuntos mais recorrentes no *corpus* ora publicado, que representam as questões com que os habitantes da capitania mais frequentemente tinham de lidar.

1.3. Os remetentes das cartas

Os remetentes das cartas do *corpus*, como já explicado, são, em sua maioria, oficiais militares: sargentos-mores, capitães-mores, capitães, sargentos e alferes. Parte deles pertencia às companhias de ordenanças, como era o caso dos capitães-mores, e

parte aos terços de auxiliares, conforme os assuntos das missivas e a consulta às obras de Leonzo (1975; 1979) permitem identificar. Consoante o verificado ao tratar da seleção dos militares, à exceção dos primeiros sargentos-mores nomeados nas companhias de auxiliares, os demais oficiais deveriam ser escolhidos entre os naturais da terra. Com vistas a comprovar tal dado, realizou-se uma pesquisa intensiva sobre a naturalidade dos remetentes das missivas, tanto militares quanto eclesiásticos, incluindo também aqueles que ocupavam outras funções. Dentre as fontes primárias, foram pesquisadas diversas séries documentais, como livros de registro de casamento; processos *de generis e moribus* e livros de sesmarias, patentes e provisões; pertencentes ao Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro e ao Arquivo do Estado de São Paulo. Consultaram-se também as obras de genealogia disponíveis *online*, como a Genealogia Paulistana⁴⁶, de Leme (1903), e o Projeto Compartilhar⁴⁷; além de obras da historiografia, tanto atuais, ligadas à área da História Social, como antigas, que tratam da história de determinadas cidades e regiões.

Apesar de a literatura especializada não encorajar pesquisas desse tipo, como demonstram os excertos abaixo, decidiu-se pela investigação, que, como será visto, trouxe dados extremamente relevantes.

A busca de informações a respeito dos remetentes e dos destinatários das cartas é uma etapa relevante, quando se pretende trabalhar com a história social da língua, mas bastante difícil e demorada de se executar, principalmente se o autor da carta é desconhecido. Também não é fácil conhecer algo mais que o nome, ou, no máximo, o cargo dessas pessoas: muitas vezes implica uma longa peregrinação em bibliotecas, cartórios, igrejas ou onde quer que seja possível obter informações, resultando muitas vezes em uma busca inútil. (FONSECA, 2003, p. 107)

Além da precariedade e das limitações dos dados, no que se refere particularmente à identificação dos informantes, a busca incessante de documentos que revelem os usos lingüísticos de outra sincronia não tem sido tarefa simples. (LOPES; MACHADO, 2011, p. 51)

⁴⁶ Disponível em: <<http://archive.org/details/GenealogiaPaulistana>>. O ano de 1903 refere-se à data de publicação do primeiro volume da obra **Genealogia Paulistana**. O nono e último volume foi publicado em 1905.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.projetocompartilhar.org>>.

O principal objetivo da pesquisa sobre a naturalidade dos remetentes das missivas é o de apresentar, tanto aos pesquisadores da história do português brasileiro e do português paulista, quanto aos historiadores, públicos centrais da edição que ora se publica, dados relevantes sobre a origem dos remetentes das cartas, revelando, quando possível, há quanto tempo o remetente estava em contato com o ambiente linguístico do Brasil, particularmente aquele da capitania de São Paulo. Essas informações enriquecem sobremaneira as pesquisas que se debruçam sobre a edição dos documentos aqui publicados.

Dos 55 remetentes do *corpus*, foi possível precisar, com relativa segurança, o local de nascimento de 25 deles. De um dos remetentes, o sargento-mor Manoel João de Marins Rangel, apesar de não ter sido possível encontrar o local do nascimento, conseguiu-se estabelecer a quantidade mínima de anos há que vivia no Brasil. Em 1749, ele estava casado com Theresa de Góes Moreira (Leme, 1905, v. 8) e muito provavelmente vivessem em São Sebastião, de onde era a família de Theresa e de onde foi escrita a carta do *corpus* de autoria do sargento-mor. Infere-se, portanto, que o remetente vivia na capitania de São Paulo há pelo menos 18 anos quando da escrita da missiva, datada de 1767.

Além desse, podem-se inferir informações sobre dois outros remetentes por conta do cargo que ocupavam. É provável que Ignácio de Lima Prado, por ser juiz vinteneiro, seja brasileiro, já que esses juízes eram escolhidos pelos oficiais das companhias de ordenanças entre os naturais da terra (LEONZO, 1975; SALGADO, 1985). O vigário capitular, Manoel José Vaz, pelo alto cargo eclesiástico que ocupava, provavelmente tivesse vindo de Portugal, ainda que vivesse no Brasil pelo menos desde 1745, quando assume interinamente o bispado de São Paulo até a chegada do novo bispo (SILVA, 2009). Assim, foi possível precisar, com relativo grau de confiabilidade, a naturalidade ou o local em que haviam vivido os últimos anos antecedentes à escrita das cartas, de 28 remetentes, ou 50% do total.

Serão descritas a seguir as informações encontradas a respeito dos remetentes sobre os quais foi possível obter dados relativos a seu nascimento.

A obra **Genealogia Paulistana**, de autoria de Luiz Gonzaga da Silva Leme (1903), disponível na internet, composta de nove volumes, apresenta muitas

informações sobre as famílias mais importantes da capitania. Nessa obra, foi possível encontrar, com relativa segurança, a naturalidade de nove remetentes. A comparação de nomes e sobrenomes; a datação tópica da carta, ou a menção ao local onde vivia o remetente; a datação cronológica e o cargo foram os quatro principais elementos analisados para se confirmar que se tratava da mesma pessoa, tanto com relação à **Genealogia** quanto com relação às demais fontes de pesquisa. A título de exemplo, ao se pesquisar o nome Antônio Galvão de França, remetente de duas missivas, verificou-se que ele possuía um homônimo. Ao se analisar os registros de ambos na Genealogia Paulistana, verifica-se que, além de o cargo ser diferente — um era alferes e outro, capitão-mor —, a época também denuncia qual dos dois seria o remetente da missiva: um deles é fruto de um casamento ocorrido em 1758. Se tivesse nascido no ano em que seus pais se casaram, teria 8 anos quando da escrita de suas cartas, datadas de 1766. Portanto, o remetente das cartas só poderia ser o Antônio Galvão de França que aparece como capitão-mor de Guaratinguetá, tanto nas cartas quanto na Genealogia. Além disso, os dados acerca da datação confirmam a possibilidade: o capitão-mor casou-se em 1736 com Izabel Leite de Barros, nascida em São Paulo. O remetente das cartas do *corpus* seria então avô do alferes de mesmo nome. O Antônio Galvão de França, capitão-mor de Guaratinguetá e remetente das cartas, portanto, segundo verificado na Genealogia Paulistana (LEME, 1904, v. 3), era português, nascido no Algarve. Como ele se casou em 1736, pode-se afirmar que vivia no Brasil há pelo menos 30 anos, já que sua carta data de 1766.

O capitão-mor de Sorocaba, José de Almeida Leme, nasceu nessa mesma vila e sua família estava presente na capitania desde o século XVI: seu tetravô, Matheus Leme, e sua tetravó, Antônia de Chaves, nasceram ambos em São Vicente (LEME, 1904, v. 2). De acordo com Leme (1904, v. 2, p. 310), o pai de Antônia de Chaves, Domingos Dias, que era natural do termo de Lourinhã, em Portugal, "foi nobre povoador da vila de S. Vicente". O capitão-mor, remetente do *corpus*, correspondia, portanto, à sexta geração que habitava no Brasil.

O mesmo se pode dizer do capitão-mor de Jacareí, Lourenço Bicudo de Brito. Sua família estava presente na capitania há seis gerações: seu tetravô, Antônio Bicudo Carneiro, veio da ilha de São Miguel para a capitania de São Vicente em

meados do século XVI, e aqui se casou com Isabel Rodrigues, natural de São Paulo, de quem teve seis filhos (LEME, 1905, v. 6). Seu tetraneto, Lourenço Bicudo de Brito, era, portanto, brasileiro, nascido provavelmente na vila de Jacareí, onde se casou em 1762 (LEME, 1905, v. 6). O pai de Lourenço, o também capitão Domingos Bicudo de Brito, nasceu na capitania de São Paulo, em Guaratinguetá, e "foi pessoa de autoridade em Jacarehy, onde occupou o cargo de juiz ordinário e de órfãos até 1753, anno de seu fallecimento" (LEME, 1905, v. 6, p. 435).

O militar Paulino Aires de Aguirre também corresponde à sexta geração presente na capitania: seu tetravô, Domingos Afonso Gaia, estabeleceu-se em Santos, e casou-se com Bárbara Pires Pancas, nascida em Santos, descendente de Alexandre de Gusmão, fidalgo da casa real (LEME, 1905, v. 8). Paulino, nascido em São Sebastião, vila onde seus pais nasceram, mudou-se para Sorocaba, onde se casou duas vezes: pela primeira vez com Ana Maria de Oliveira Leme, de quem teve nove filhos, e, pela segunda vez, com Maria Nazaré, de quem teve três filhos.

O militar Pedro Frazão de Brito era muito provavelmente trineto de Pedro Taques, que chegou ao Brasil em companhia do sétimo governador geral, D. Francisco de Souza, em 1591, e ocupou cargos importantes na cidade de São Paulo, como o ofício vitalício de juiz dos órfãos (LEME, 1904, v. 4). Como tal família possui vasta geração e o nome "Pedro Frazão de Brito" aparece em pelo menos quatro gerações, foi necessário analisar-se detidamente os dados para verificar se o militar que escreveu as cartas do *corpus* seria o filho ou neto do militar homônimo Pedro Frazão de Brito, que "foi capitão-mór regente das minas do Ribeirão do Carmo [...] ahi falleceu em 1722" (LEME, 1904, v. 4, p. 296). Tudo indica que se trate do filho desse capitão-mor, já que na carta 27 do *corpus* ele solicita uma mudança de companhia militar para seu filho, Pedro. Conforme informado por Leme (1904, v. 4), somente o filho do capitão-mor teria um filho chamado Pedro; seu neto não deu o nome "Pedro" a nenhum de seus filhos. Como seu pai, o capitão-mor das minas, casou-se e morou em Parnaíba até 1702, partindo depois para Ribeirão do Carmo, onde faleceu em 1722, não se pode precisar o local de nascimento do remetente do *corpus*. Pedro Frazão de Brito, remetente do *corpus*, teria se casado em 1740, em Mogi-Guaçu (LEME, 1904, v. 4).

Remetente de 9 cartas do *corpus*, foi possível também reconstituir a genealogia do alferes Domingos Leme do Prado até seus tetravós: seu tetravô, João do Prado, "veiu nos principios da povoação de S. Vicente com muitos outros nobres povoadores na companhia do donatario Martim Affonso de Sousa pelos annos de 1531" (LEME, 1904, v. 3, p. 90) e se casou com Filipa Vicente, filha de portugueses que foram também povoadores e donos de parte do Engenho dos Erasmos. Conforme informa Leme (1904, v. 3), o militar foi um nobre cidadão de Atibaia, onde se casou duas vezes, tendo nove filhos do primeiro casamento e dois do segundo, e onde faleceu, em 1794.

Bernardo Bicudo Chassim (LEME, 1905) nasceu no Brasil, na capitania de São Paulo ou na recém-criada capitania de Cuiabá, já que seu pai, o capitão Rodrigo Bicudo Chassim, havia ido para lá quando de seu descobrimento. O capitão Bernardo corresponde à terceira geração da família no Brasil, já que seu avô, natural do Algarve, veio para São Paulo no século XVI, onde se casou, em 1688, com Maria Leme de Brito, natural da cidade de São Paulo. Leme (1905, v. 6, p. 544) informa que o "Capitão Bernardo Bicudo Chassim, da infantaria auxiliar de Araçariguama, foi notavel pela força muscular e velocidade na carreira com quanto fosse muito gordo".

O pai de Bernardo, também militar, ajudou a combater os franceses no Rio de Janeiro, em 1711 e foi

nobre cidadão de Parnahiba onde teve sempre as redeas do governo e onde falleceu com testamento em 1742. Foi estabelecido na freguesia de N. S.^a da Penha de Araçariguama, onde teve uma opulenta fazenda com numerosos escravos da qual percebia avultados rendimentos. (LEME, 1905, v. 6, p. 533)

O remetente Claudio Furquim de Almeida, conforme verificado no Livro de Registros de Casamento da Paróquia da Sé (livro 2 – 1690-1767 – 1-3-16 – fl. 201v), havia nascido na cidade de São Paulo, assim como sua esposa, Anna Vieira da Silva, e assim como os pais e avós de ambos, à exceção do avô paterno da esposa:

Claudio Forquim de Almeyda | Anna Vieyra da Silva | Aos vinte e seis de Outubro de mil e settecentos e secenta e dous annos nesta sê | feytas as denunciaçoens costumadas sem se descobrir impedimento, como me cons- | tou dos baxhos, e da Provizaõ do Muyto Reverendo

Doutor Vigario Geral Ma- | noel Ioseph Vas, que fica em meu poder de manhã e em minha presença, e | das testemunhas os Muyto Reverendos Doutores o Arcedigo Matt[heo]s Lou- | renco de Carvalho, e o chantre Manoel de IESUS Pereyra pessoas con[he]cidas | se receberão em face da Igreja solemnemente por palavras Claudio For- | quim de Almeyda filho de Ioaõ da Cunha de Almeyda, e sua mulher Maria | forquim da Silva, netto por parte paterna de [[de]] Miguel de Almeyda do | Prado, e sua mulher Maria de Camargo, e pella materna de Cláudio de Abreu, e | [[e]] Leonor de Syqueyra todos naturaes desta Cidade com Anna vieyra da Silva vi- | uva por fallecimento de P[ro]copio Pinto Guedes filha de Ignacio Vieyra An- | tunes, e de sua mulher Maria da Silva Ferreyra naturaes desta Cidade [...]

Segundo Leme (1904, v. 5), Cláudio Furquim de Almeida seria tetraneto de Henrique da Cunha, amigo de Martim Afonso de Sousa, com quem teria vindo ao Brasil, especificamente a São Vicente, em 1532. Ele e sua esposa, Filippa Gago, teriam permanecido na capitania de São Paulo, onde tiveram cinco filhos. Cláudio Furquim de Almeida corresponderia, assim, à sexta geração nascida no Brasil.

O mesmo Livro de Registros de Casamento (livro 2 - 1690-1767 - 1-3-16 - fl. 197v) informa que o sargento João da Costa Barros havia nascido na vila de Santos, filho de pai lisboeta e mãe paulista: "o Sargento Ioaõ da Costa Bar | ros natural da Villa de Sanctos, filho legitimo de Antonio Pe- | reyra do Sanctos novos da Cidade de Lixboa, e sua mulher Vero- | nica de IESUS natural de Sam Paulo [...]".

Encontra-se a naturalidade de dois militares portugueses no mesmo Livro de Registros de Casamento (livro 2 - 1690-1767 - 1-3-16 - fls. 31v, 32r, 45r, 45v): o capitão-mor Manoel de Oliveira Cardoso, natural da cidade do Porto, que se casou na Paróquia da Sé no dia 18/01/1733; e o militar Francisco Gomes de Carvalho, natural da cidade de Lisboa Oriental, casado no mesmo ano. Verifica-se que ambos estavam na capitania há pelo menos 22 anos quando da chegada do governador Morgado de Mateus.

Sobre o capitão-mor da cidade de São Paulo, Manoel de Oliveira Cardoso, foi ainda possível apurar que ele havia saído do Porto com 11 anos, morado no Rio de Janeiro por algum tempo e, finalmente, fixado residência na cidade de São Paulo, onde "foi considerado um dos principais homens de negócios [...] mandando várias e

grandes carregações de fazendas e escravos para as minas da capitania" (BORREGO, 2007, p. 181).

Antônio Ferreira Lustosa, remetente de uma carta enviada a um padre, nasceu em Santos, casou-se em 1759 com Escholastica Victoria de Camargo, na vila de Parnaíba, e faleceu em Goiás (LEME, 1905, v. 7). Como o missivista consta apenas da genealogia da família de sua esposa, só foi possível localizar as seguintes informações sobre sua ascendência: "f.º do sargento-mór do mesmo nome e de Catharina da Silva de Almeida, por esta, neto do capitão-mór Manuel Mendes de Almeida, natural de Figueiró dos Vinhos, e de Maria Gomes de Sá" (LEME, 1905, v. 7, p. 483). Seu auto de inventário (APESP, Auto de Inventário, 15.925), de 1775, foi localizado, porém não há informações sobre sua ascendência. Por esse documento, sabe-se que o remetente seria um capitão e que teria falecido nas minas de Goiás.

Antônio Correia Barbosa, fundador da vila de Piracicaba, nasceu em São Paulo, segundo informa Neme (1943). Barbosa foi o capitão povoador da vila, tendo se envolvido em diversos conflitos de poder, tanto com o governador quanto com o eclesiástico responsável pela paróquia de seu distrito. Segundo aduz Neme (1943), o capitão não era bem visto por grande parte da população, que constantemente reclamava de seus métodos altamente violentos.

O sargento de número Jerônimo Dias Ribeiro, apesar de ocupar uma patente inferior, para a qual foi nomeado em 1758, teve papel preponderante na conquista do sertão do Rio Pardo e do Rio Grande e na manutenção das fronteiras da capitania de São Paulo naquela região, tendo sido nomeado alferes da tropa de Santos em 1774 (CAMPANHOLE, 1976). Nascido em Cotia, de família presente há pelo menos três gerações na capitania, casou-se em 1768, em Mogi-Guaçu, e tinha cerca de 36 anos em 1765, datação cronológica mais recuada de uma de suas cartas (CAMPANHOLE, 1976)⁴⁸. O sargento Jerônimo faleceu em São Mateus, no dia 18 de julho de 1808 (CAMPANHOLE, 1976).

José Gomes de Gouveia, capitão de Jaguari, provavelmente nasceu em Mogi-Mirim, segundo Leme (1905, v. 8). A dúvida sobre sua origem se instala por conta do

⁴⁸ Deve-se ressaltar que para o cálculo aproximado de sua idade, foi utilizada a idade de 70 anos apontada no recenseamento de Mogi-Mirim efetuado em 1799 (CAMPANHOLE, 1976).

último sobrenome referido pelo remetente: José Gomes de Gouveia e Silva, que seria neto de José Gomes de Gouveia, natural do Algarve, e falecido em 1737. Conforme verificado, porém, o capitão de Jaguari assinava sem o sobrenome "Silva" e era mencionado nos documentos da época da mesma maneira (ARQUIVO..., 1902, v. 6). Sua companhia era referida apenas por "Gouvea" no mapeamento do Regimento de auxiliares da capitania de São Paulo enviado pelo Morgado de Mateus ao Marquês de Pombal (LEONZO, 1979, p. 40), conforme costume da época de nomear as companhias utilizando-se o último sobrenome de seu comandante.

Antônio da Silveira Peixoto, o capitão de uma das expedições ao Tibagi, nasceu na Ilha de Faial, nos Açores, em 15 de fevereiro de 1737 (LIMA, 1922, p. 422), e se casou com uma paulista, Maria Josefa de Jesus. O capitão faleceu em São Paulo, em 1814, com 77 anos.

O juiz de fora de Santos, que também ocupou os cargos de ouvidor-geral e provedor interino da Fazenda, José Gomes Pinto de Moraes, nasceu em Portugal, em Trás-os-Montes, segundo informa Fonda (1972, p. 68). Os cargos que ocupava, segundo Salgado (1985), eram providos pelo rei, o que explica a naturalidade do Sr. José Gomes.

Do morador José Rodrigues Pais, foi possível localizar suas contas de testamento, datadas de 1804 (APESP, Provedoria Geral de Resíduos, Contas de testamento do defunto José Rodrigues Paes..., Lata C05486). Trata-se de documento riquíssimo, com cerca de 40 páginas, escrito pelo próprio José Rodrigues Pais: o remetente informa ter nascido em São Paulo e refere-se às terras que possuía, que, por não ter herdeiros, doa a suas irmãs, freiras no convento de Santa Teresa, em São Paulo. Em sua carta do *corpus*, dirigida à madre do mesmo convento, o morador reivindica a posse dessas mesmas terras, em que vivia há pelo menos 25 anos, e das quais seus sobrinhos, após a morte de seu irmão, estavam tentando se apropriar: “ALem da grande opreção, e perdição que a quazi dous annos padesso sem poder | trabalhar nas *minhas* Lavras de que estava de posse actual, e pacifica a 25 annos com | carta de datta, e posse judicial, e servisso de rebaxe” (Carta 61 – l. 2-4).

O governador da praça de Santos, Alexandre Luiz de Souza Menezes, nasceu em Marialva, província da Beira, Portugal, tendo vindo ao Brasil em 1740 como

tenente de dragões das Minas (LEME, 1871). Casou-se em 1742, em Pitangui, com uma dama disputada, filha do capitão-mor dessa vila. Voltou para Lisboa, onde “obteve patente de coronel sem corpo e passou na frota de 1757 para governador da praça de Santos” (LEME, 1871, p. 214). Leme (1871) informa ainda que, com a chegada do governador Morgado de Mateus, Alexandre Menezes foi dispensado de seu cargo, tendo embarcado em fins de 1766 para o Rio de Janeiro, depois para a Bahia e finalmente para Lisboa. A carta régia de 1765 informava ao então governador de Santos que ele estava “desobrigado da homenagem que nas suas reaes mãos fizera pelo governo da praça de Santos, tanto que D. Luiz [o Morgado de Mateus] tomasse posse do seu governo” (LEME, 1871, p. 216). O governador da capitania de São Paulo, ainda segundo Leme (1871, p. 217), começa “a exercitar o seu governo na villa de Santos a 5 de Setembro de 1765”. Assim, quando da escrita da carta do *corpus*, datada de 16 de março de 1765, o Sr. Alexandre Luiz de Souza Menezes ainda exerceria a função de governador de Santos.

Veríssimo João de Carvalho, guarda-mor, era natural da Freguesia de São Salvador, Concelho de Ribeira da Pena, Arcebispado de Braga, e veio ao Brasil ainda menor de idade, segundo informou ao juízo da Vara Eclesiástica de Taubaté para casar-se com a paulista Maria de Godói (CAMPANHOLE, 1976). Ainda segundo o autor (1976), em 1735, vivia em Jacareí. Veríssimo pertenceu à Câmara de Mogi das Cruzes; em 1746, foi nomeado intendente das minas de Santa Ana do Sapucaí, de onde também foi guarda-mor; em 1762, descobriu ouro nas minas de N. S. do Carmo do Cabo Verde, tendo sido nomeado, anos depois, guarda-mor dessas minas; faleceu em 1779 (CAMPANHOLE, 1976). Sobre Veríssimo João de Carvalho, Derby (1898, p. 271) afirma que haveria atuado diretamente no estabelecimento da fronteira entre São Paulo e Minas Gerais, na região do Rio Pardo, sendo mais favorável a Minas do que a São Paulo na demarcação que propôs entre 1764 e 1771.

Quanto aos oito eclesiásticos que escreveram cartas, foi possível encontrar informações sobre seis deles. O vigário capitular Manoel José Vaz, conforme já referido, estava na capitania de São Paulo desde, pelo menos, 1745, quando recebeu uma procuração do bispo nomeado para que tomasse interinamente a posse do bispado recém-criado até que ele chegasse do Rio de Janeiro. O eclesiástico ocupava

até então “o cargo de vigário de vara da comarca da Sé” (ZANON, 1999, p. 52). No processo para se tornar cônego, na década de 1750, há a informação de que o vigário era bacharel formado em cânones pela Universidade de Coimbra (Processo de Collações de Dignidades e Conezias da Sé, nº 3-21-04, ACMSP). Por conta do alto cargo que ocupava, de sua formação e da não localização de dados a respeito de sua família nas genealogias brasileiras, infere-se que o eclesiástico tenha nascido em Portugal.⁴⁹ Cabe ressaltar que, segundo informa Zanon (1999, p. 68), o eclesiástico foi visitador de Araçariguama no período de 1750 a 1764.

Francisco Xavier Garcia, o padre acusado de ser opositor do governador, conforme verificado na seção 1.4, nasceu na capitania de Minas Gerais, em Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, filho de pai mineiro e de mãe paulista, e teria vindo para a vila de Itu, na capitania de São Paulo, com a mãe por volta de 1746 (Processo de habilitação, n. 273). O padre Ignácio Rodrigues Barbosa nasceu na cidade de São Paulo e seus ascendentes paternos e maternos, até seus avós, eram todos nascidos na mesma cidade, declarados cristãos velhos em seu processo de *genere e moribus* (Processo de habilitação, n. 166, f. 4r):

Ignacio Rodriguez Barboza he por seus Pays, e Avos | tido, e havido
por christão velho, e de limpo san- | gue sem que na sua geração
houvesse rumor, [ou] | fama do contrario; parece me de boa
capacidade, e vive | sem notta em seu procedimento, e costumes [...]

José Cardoso de Almeida, padre também natural da cidade de São Paulo, assim como seus pais, afirma em seu processo que estudava gramática para se ordenar (Processo de habilitação, n. 174, f. 2r):

Diz Ioze Cardozo de Almeida, natural desta cidade, e nella bap |
tizado, filho legitimo de Bartholameo Cardozo de Almeyda, e de Sua
| molher Maria Leme de IESUS, ambos naturaes, e baptizados nesta
cidade | que elle tem ardente dezejo de Servir a Deos no estado

⁴⁹ Além disso, caso bastante semelhante ocorreu no bispado de Mariana. O vigário Lourenço José de Queiroz Coimbra e Vasconcelos, destinatário de duas cartas do *corpus* aqui editado, toma interinamente a posse do bispado até que o bispo recém-nomeado chegasse à capitania de Minas Gerais. Esse vigário era português formado pela Universidade de Coimbra, tendo vindo ao Brasil por volta de 1734 (ALVES, 2008), onde se tornou vigário colado de Sabará. Trata-se de trajetória bastante semelhante à do cônego Manoel José Vaz, o que reforçaria a hipótese de este ter nascido em Portugal.

Clerical, para o que atualmente se applica ao estudo de Grammatica [...]

Contudo, não há a menção ao local onde se realizava o estudo, diferentemente do que ocorre no processo do padre Ignácio Rodrigues Barbosa, que afirma estudar em casa.

Antônio Antunes de Campos também era nascido no Brasil, ou na cidade de São Paulo, onde seu pai, Estanislau Furquim Pedroso ocupou o cargo de vereador, ou em Parnaíba, onde seu pai se casou, em 1724, com Anna de Campos, sua mãe (LEME, 1905, v. 6, p. 260). O padre representava a quinta geração da família no Brasil: Claudio Furquim Francez, seu trisavô, nascido em São Paulo, era filho de um francês (daí a origem de seu último "sobrenome"), Estevão Furquim, natural de Lorraine, e se casou em São Paulo com Suzanna Moreira, filha de portugueses. O casamento deve ter ocorrido em finais do século XVI, já que Claudio Furquim tinha uma loja de fazenda em São Paulo em 1610 (LEME, 1905, v. 6, p. 237).

Sobre o padre Manoel de Barros, só foi possível saber que ele foi presbítero secular vigário de Araçariguama de 1764 a 1770 e vigário em Itapeva-SP (antiga vila de Faxina), de 15/09/1770 a 21/09/1775, e depois de 4/11/1781 a 12/7/1785 (ACMSP, Ficha Biográfica do Clero - manuscrita). Pela falta de informações relevantes sobre a naturalidade do padre ou sobre há quanto tempo estava no Brasil, optou-se por não incluí-lo na tabela 2, a seguir.⁵⁰

Os demais eclesiásticos, não encontrados, foram pesquisados nos seguintes documentos do ACMSP:

- Série: *Processos de habilitação*;
- Série: *Padres estrangeiros*;
- Série: *Breves Apostolicos (Oratorios)*;
- Série: *Collações de Parochos*;
- Série: *Demissórias e Reverendas*;

⁵⁰ Encontrou-se em Leme (1905, v. 7, p. 176) o padre Manoel de Barros Freire, que corresponderia à 4ª geração no Brasil, porém, pelo fato de não constar o uso do último sobrenome, "Freire", nem nas cartas, nem na ficha biográfica do Clero, optou-se por não incluí-lo na lista, já que não se tem segurança suficiente de se tratar da mesma pessoa, ainda que a função exercida, as datas e o local sejam coincidentes: o padre teria nascido em São Paulo em data não-informada e falecido em 1789.

- Série: *Collações de Dignidades e Conezias da Sé*;
- Série: *Fichas de Testamentos do Interior de São Paulo – século XVIII*;
- Série: *Fichas Biográficas do Clero (manuscritas)*;
- Série: *Documentos interessantes*.

A tabela a seguir reúne as informações encontradas sobre a naturalidade dos remetentes, que foram divididos nas seguintes categorias: militares, eclesiásticos e aqueles que exerciam outras funções.

Tabela 2 – Naturalidade dos Remetentes

Nº	Remetente ⁵¹	Cargo ⁵²	Naturalidade	Observações ⁵³
MILITARES	Militares			
	1. Paulino Aires de Aguirre	militar	São Sebastião	6ª geração
	2. Antônio Correia Barbosa	capitão	São Paulo	
	3. João da Costa Barros	sargento	Santos	1ª geração (pai português + mãe paulista)
	4. Lourenço Bicudo de Brito	capitão-mor	Jacaré	6ª geração
	5. Pedro Frazão de Brito	militar	Paranaíba ou Ribeirão do Carmo	5ª geração
	6. Manoel de Oliveira Cardoso	capitão-mor	Porto	Há mais de 30 anos no Brasil
	7. Francisco Gomes de Carvalho	militar	Lisboa Oriental	Há mais de 30 anos no Brasil
	8. Bernardo Bicudo Chassim	capitão	Capitania de São Paulo ou de Cuiabá	3ª geração
	9. Antônio Galvão de França	capitão-mor	Algarve	Há mais de 30 anos no Brasil
	10. José de Almeida Leme	capitão-mor	Sorocaba	6ª geração
	11. José Gomes de Gouveia	capitão	Mogi-Mirim	2ª geração
	12. Antônio da Silveira Peixoto	capitão	Açores	
	13. Domingos Leme do Prado	alferes	Atibaia	6ª geração
	14. Manoel João de Marins Rangel	sargento-mor	?	Há pelo menos 18 anos no Brasil
	15. Jerônimo Dias Ribeiro	sargento de número	Cotia	3ª geração
ECLESIÁSTICOS	Eclesiásticos			
	1. José Cardoso de Almeida	padre	São Paulo	2ª geração pelo menos
	2. Ignácio Rodrigues Barbosa	padre	São Paulo	3ª geração pelo menos
	3. Antônio Antunes de Campos	padre	Parnaíba ou São Paulo	5ª geração
	4. Francisco Xavier Garcia	padre	N. S. da Conceição de Aiuruoca	2ª geração pelo menos
	5. Manoel José Vaz	vigário capitular	Portugal (inferido)	Há pelo menos 22 anos no Brasil

⁵¹ Os remetentes foram listados em ordem alfabética de seu último sobrenome.

⁵² Nos casos em que não foi possível apurar o cargo exato ocupado pelo militar, usou-se apenas “militar” neste campo.

⁵³ As estimativas de datas usaram a data da missiva escrita pelo remetente como *terminus ad quem*.

OUTRAS FUNÇÕES	Outras funções			
	1.	Claudio Furquim de Almeida	morador	São Paulo
	2.	Veríssimo João de Carvalho	guarda-mor	São Salvador - Braga (Portugal)
	3.	Antônio Ferreira Lustosa	morador	Santos
	4.	Alexandre Luiz de Souza Menezes	governador da praça	Marialva (Portugal)
	5.	José Gomes Pinto de Moraes	juiz de fora ouvidor-geral provedor interino	Trás-os-Montes (Portugal)
	6.	Luís Antônio de Souza Botelho Mourão	governador	Vila Real (Portugal)
	7.	José Rodrigues Pais	morador	São Paulo
	8.	Ignácio de Lima Prado	juiz vinteneiro	Atibaia (inferido)
Total de rementes localizados = 28				

A análise dos dados acima comprova que os oficiais militares realmente provinham das famílias naturais da terra e possuidoras de cabedais, conforme instruíam os critérios de seleção e eleição desses oficiais, aduzidos na seção 1.2. Dos 15 militares localizados, quatro deles vinham de famílias que estavam no Brasil há 6 gerações e, pelo que se pôde apurar, descendiam de portugueses nobres, alguns fidalgos da casa real, que vieram para a capitania de São Vicente no século XVI, período inicial de seu povoamento. Três daqueles nascidos em Portugal viviam no Brasil há pelo menos 30 anos.

Quanto aos eclesiásticos, os quatro padres que foram localizados nasceram no Brasil, dois na cidade de São Paulo, um em São Paulo ou Parnaíba e um na capitania de Minas Gerais. De acordo com os documentos, as famílias estariam no Brasil há pelo menos duas gerações. Tal informação comprova o que Vainfas (2000, p. 295) afirma sobre a origem do clero, na segunda metade do século XVIII, ser majoritariamente brasileira.

Com relação aos remetentes que ocupavam outras funções, verificou-se que um, nascido em São Paulo, provinha de uma família que estava há seis gerações no Brasil; outro havia nascido em Santos, e um terceiro vivia na capitania de São Paulo há pelo menos 25 anos, onde trabalhava como lavrador.

Com relação aos 27 remetentes⁵⁴ cuja naturalidade foi possível apurar ou inferir, tem-se:

Gráfico 1 - Distribuição das naturalidades dos remetentes encontrados

Daqueles remetentes nascidos no Brasil, a maioria nasceu na capitania de São Paulo, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Local de nascimento dos remetentes brasileiros

⁵⁴ Excluiu-se o remetente Manoel João de Marins Rangel, sobre o qual não foi possível obter dados acerca de seu local de nascimento.

Considerando-se o total geral de remetentes, 55, pode-se afirmar, portanto, que 24, ou 44%, viviam no Brasil há pelo menos 18 anos, sendo que 18 deles, ou 33% do *corpus*, haviam nascido no Brasil; destes 18 brasileiros, 15, ou 27%, nasceram na capitania de São Paulo. Constatase ainda que estes quinze paulistas escreveram 32 documentos do *corpus* que ora se publica.

Deve-se frisar, conforme já aduzido, que o levantamento das informações sobre os remetentes assentou-se sobretudo no cruzamento dos seguintes dados: a comparação de nomes e sobrenomes; a datação tópica da carta, ou a menção ao local onde vivia o remetente; a datação cronológica e o cargo. A partir da coincidência desses quatro fatores, considerou-se tratar da mesma pessoa.

1.4. À guisa de conclusão

As cartas editadas no presente trabalho referem-se a um momento muito específico tanto da história do Brasil, qual seja o quartel que antecede a decadência do antigo sistema colonial (NOVAIS, 1995), quanto da capitania de São Paulo, que acabava de ser restaurada pela metrópole. Os temas das missivas, como visto, giram em torno das principais questões que envolviam a sociedade paulista que se formava à época: os crimes e a violência muito frequentes, os assuntos financeiros, o recenseamento com vistas ao recrutamento militar e os desafios impostos a esse processo, as empreitadas com objetivo de chegar às fronteiras espanholas, as intrigas políticas e os conflitos e abusos de poder, entre outros. As cartas são escritas sobretudo por homens, e na sua minoria, mulheres, que representavam papéis sociais relativamente bem estabelecidos no interior da hierarquia sob o comando do então governador de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão: os oficiais militares, que eram ao mesmo tempo os homens mais importantes das vilas onde habitavam, possuindo provavelmente rendas advindas da posse de terras ou das atividades comerciais; os eclesiásticos, que participavam ativamente da sociedade, por meio da paróquia sob sua responsabilidade; os moradores, que

escreviam para solicitar favores ou para se defender de denúncias; e os funcionários da alta administração, como o juiz de fora, o ouvidor e o próprio governador.

Pela leitura das cartas, é possível perceber como os homens donos de terras estavam fixados na capitania de São Paulo há tempo suficiente para não aceitarem tão facilmente ou mesmo para rejeitarem frontalmente o novo modo de organização militar imposto e as ordens que lhes faziam cumprir. Ficam claros também, pela leitura, os conflitos existentes entre alguns desses homens e os eclesiásticos, que apelam para a autoridade vigente.

Pretendeu-se, com este primeiro capítulo, dar conta da história social relativa aos documentos aqui editados, procurando responder às perguntas já mencionadas: 'quem falou/escreveu esse texto?', 'onde viviam?', 'como viviam?', 'como era sua movimentação?', 'que relações sociais estabeleciam os falantes/escritores?'. Consideram-se essas respostas essenciais para quem venha a se debruçar sobre esse *corpus*, na medida em que fornecem dados sociais de relevância para qualquer análise levada a cabo tanto por pesquisadores preocupados com a história da língua portuguesa quanto por aqueles interessados na historiografia colonial. Além disso, trazem dados extremamente relevantes para o estudo do uso das formas de tratamento como será verificado adiante.

2. O *Corpus*

Este capítulo dá conta da descrição minuciosa da fonte primária que constitui o *corpus* deste estudo. São apresentados os documentos e sua localização, bem como as justificativas para a seleção dos mesmos em função do estudo das formas de tratamento. Além disso, são analisados os cargos ocupados por remetentes e destinatários no interior da administração colonial, levando-se em conta as informações trazidas pelos documentos e a contextualização sócio-histórica realizada no capítulo anterior. A partir dessa análise e de estudo semelhante feito por Marquilhas (2000), elabora-se uma proposta de categorização socioprofissional que dê conta do *corpus* desta tese e de *corpora* de cartas coloniais de período coevo.

Em seguida, são realizadas as etapas fundamentais do trabalho filológico: a descrição codicológica, que traz informações sobre o formato de papel e as filigranas nele presentes; a análise paleográfica, com ênfase nas abreviaturas das formas de tratamento, nas circunstâncias de produção dos documentos e na caracterização de punhos mais hábeis ou inábeis presentes no *corpus*; e a análise diplomática, em que se apresenta a estrutura padrão verificada nas cartas estudadas e suas variações. Para a realização das descrições e análises, segue-se a metodologia de trabalho proposta por Spina (1994) e Cambraia (2005). Por fim, apresentam-se as normas de edição e a publicação da lição semidiplomática acompanhada dos fac-símiles dos manuscritos.

2.1. Apresentação dos documentos da Coleção Morgado de Mateus

Diferentemente da função da descrição de documentos na arquivística, qual seja "a elaboração dos chamados instrumentos de pesquisa [...] as vias de acesso do historiador ao documento" (BELLOTTO, 2006, p. 33), tal descrição no âmbito da pesquisa filológica tem como principal função fornecer informações, as mais detalhadas possíveis, a um público que provavelmente não irá ter contato físico com as fontes primárias. Neste público, incluem-se principalmente linguistas e

historiadores. Ademais, a descrição, sobretudo nos domínios codicológico, diplomático e paleográfico, dá contribuição inestimável à constituição do contexto de produção dos documentos, o que enriquece a abordagem sobre as práticas de escrita no Brasil do setecentos, cuja bibliografia é ainda reduzida. De acordo com Barbosa (1999, p. 106):

[...] edições que avancem ao máximo na descrição, portanto, não só do contexto sócio-histórico do texto, mas na das condições de produção, relação entre emissor e receptor, modalidade, estilo, etc, tornam-se imperativas para estabelecer confiabilidade e fidedignidade ao material posto à disposição da comunidade acadêmica [...].

Os documentos que integram a presente tese fazem parte da Coleção Morgado de Mateus – Documentos avulsos, e estão arquivados na Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Trata-se de correspondência oficial a princípio não expedida nem recebida pelo então governador da capitania de São Paulo, que dá nome à coleção, microfilmada no rolo nº 23 do conjunto MS-553 (localização: Gaveta I-30, 21). Deve-se ressaltar que foram encontrados neste rolo duas cartas dirigidas ao Morgado de Mateus e um mandado por ele expedido⁵⁵, cuja edição foi efetuada por duas razões principais: são documentos que estão organicamente relacionados a outros documentos do *corpus*, compondo com esses uma relação epistolar⁵⁶ completa; segundo, tratam de assuntos de extrema relevância para a historiografia (carta nº 50) e para o estudo das práticas de escrita setecentistas no Brasil colonial (mandado nº 35 e carta nº 36), como será visto adiante.

⁵⁵ Apesar de os documentos da gaveta I-30, 21 (microfilmados no rolo nº 23 da referida Coleção) serem constituídos, a princípio, por documentos de terceiros, ou seja não expedidos nem recebidos pelo governador da capitania, há três documentos que o envolvem: em dois é destinatário e no outro é remetente. A razão para a presença desses documentos em um conjunto que a princípio não os incluiria, por terem sido enviados pelo Morgado e a ele remetidos, assenta-se no fato de os mesmos estarem organicamente relacionados a outros documentos, estes sim de autoria de terceiros, compondo com eles um relação epistolar. Um exemplo disso são os documentos 35 e 36: o governador enviou um mandado (Doc. 35) ao juiz de fora de Santos, que lhe respondeu por meio de carta (Doc. 36). Como o mandado e a carta foram escritos no mesmo bifólio, constam de uma única pasta dentro da gaveta I-30, 21, arquivada com o nome do remetente da carta, o juiz de fora José Gomes Pinto de Moraes. Seria impossível, além de improdutivo, separá-los.

⁵⁶ A expressão “relação epistolar” é utilizada por Anastácio (2007) para se referir à relação estabelecida entre remetente e destinatário de cartas por meio dos testemunhos enviados entre os mesmos.

As datas-limite dos documentos coincidem com o período em que o Morgado de Mateus administrou a capitania, de 1765 a 1775, o que justifica sua inclusão na referida Coleção.⁵⁷ Os documentos, como já aduzido, relacionam-se, em maior ou menor grau, com os principais temas que a capitania passa a lidar, com a chegada do novo dirigente: “política de intensa militarização, de exploração e conquistas territoriais, de urbanização e fomento económico” (BELLOTTO, 1979, p. 69). No quadro da administração do Brasil colonial do período, seus remetentes e destinatários ocupam, em sua maioria, cargos militares, a que correspondem 62% dos remetentes e destinatários, ou eclesiásticos, 15%.

Deste conjunto documental microfilmado, que totaliza 189 documentos, foram selecionados 81 manuscritos, em sua maioria cartas, que são representativos do conjunto global desta espécie documental no acervo estudado. Após verificar-se que a maior parte deste acervo havia sido ou redigida por militares ou a eles enviada, decidiu-se manter essa mesma proporção no *corpus*, selecionando-se também missivas que tivessem sido enviadas ou recebidas por remetentes pertencentes a outras categorias socioprofissionais,⁵⁸ tais como eclesiásticos, juizes, homens ligados à alta administração e simples moradores. A razão para esse procedimento liga-se à hipótese inicial de que haveria variação quanto ao uso das formas de tratamento de acordo com as posições ocupadas por remetentes e destinatários, sendo importante a perseguição de elementos para cotejo entre os diferentes grupos. Além do propósito linguístico, existe também grande interesse na descrição de características materiais e gráficas desse conjunto documental, que é único dentro da Coleção na qual está inserido, já que se trata da única gaveta constituída de documentos oficiais produzidos, à exceção dos três manuscritos já comentados, por terceiros, durante o período de governo do Morgado de Mateus.

Pelo fato de os documentos terem sido microfilmados, como referido acima, o acesso aos originais é restrito a pesquisadores da área. Muitos deles apresentam bom estado de conservação, o que facilita a leitura por meios digitais, a saber, a

⁵⁷ Convém ressaltar que nesta gaveta há uma série de sete cartas lavradas durante a década de 1780, de autoria de Marcelino Pereira Cleto Cortez da Silva e Vasconcelos, então juiz de fora de Santos. São os únicos documentos que não pertencem ao período de 1765 a 1775.

⁵⁸ A definição do conceito de categorias socioprofissionais será realizada na seção 2.3 adiante.

digitalização do microfilme, a partir de onde foi lida e transcrita a maior parte dos documentos. Outros, no entanto, apresentam páginas manchadas, mutiladas, ilegíveis, tendo sido excluídos da seleção inicial ou lidos e transcritos *in loco* na Biblioteca Nacional.

Dessa forma, leu-se, transcreveu-se e editou-se um conjunto de 81 documentos, sendo 74 cartas, 2 ofícios (Docs. 53 e 79), 1 informe (Doc. 28), 1 auto de corpo de delito (Doc. 67) e 3 mandados (Docs. 31, 35 e 77). Mesmo não sendo cartas, decidiu-se pela edição dessas últimas quatro espécies documentais por considerar-se relevante a sua publicação: ou por estarem estritamente relacionadas às cartas que lhe estão associadas, caso do auto de corpo de delito e de dois mandados, ou por serem documentos interessantes do ponto de vista histórico e paleográfico, caso do informe e do outro mandado. Além disso, o ofício apresenta estrutura bastante próxima à das cartas, residindo a diferença entre tais espécies no fato de a primeira ser o meio de comunicação do serviço público e a segunda, de entidades privadas (BELLOTTO, 2002). Os documentos que compõem o *corpus* são originais, à exceção de duas cópias: a carta nº 12 e o ofício nº 79, de cujos cabeçalhos consta a informação de terem sido copiados. Além disso, no verso da carta nº 34, há uma cópia exata do mandado de nº 35, de autoria do governador Morgado de Mateus.

Os documentos do *corpus* perfazem um total de 137 fólios. Dispõe-se abaixo a lista dos mesmos, ordenando-os pela ordem alfabética do último sobrenome do remetente, que é o mesmo critério utilizado em toda a Coleção Morgado de Mateus. Nos casos, porém, em que dois documentos de remetentes distintos encontravam-se arquivados em uma mesma pasta dentro da gaveta I-30, 21 na BNRJ, por estarem organicamente relacionados entre si, optou-se por respeitar essa ordenação. Pode-se ver um exemplo dessa situação nos documentos 2 e 3: o primeiro documento é uma carta escrita por Miguel de Aedo ao capitão Caetano Gago da Câmara, a quem substituía, informando o recebimento de uma carta de Antônio Silveira Peixoto, originalmente endereçada ao capitão Caetano. A carta de Peixoto é remetida juntamente com a carta que faz menção a ela. Assim, pelo fato de a carta 2 estar diretamente relacionada à carta 3, inclusive fazendo referência explícita a ela,

decidiu-se por mantê-las na sequência, evitando possíveis prejuízos na compreensão do teor dos documentos durante a leitura da edição.

As colunas com a informação sobre o cargo dos remetentes e destinatários foi preenchida preferencialmente seguindo os cargos nominalmente referidos nos próprios documentos. Quando esses não eram informados, utilizaram-se os dados encontrados na **Genealogia Paulistana** (LEME, 1903) e nos documentos do ACMSP e/ou do APESP, referidos no capítulo anterior, quando se tratou do perfil dos remetentes. Em alguns casos, foi possível obter-se o cargo pela consulta a obras que mencionavam especificamente alguns dos missivistas do *corpus*, como o caso do capitão Antônio Correia Barbosa (NEME, 1943) e o do sargento de número Jerônimo Dias Ribeiro (CAMPANHOLE, 1976). Nas situações em que essa informação estava ausente nos documentos e não foi possível recuperá-la nas fontes mencionadas anteriormente, analisou-se o conteúdo da missiva e o cargo do destinatário, em associação com as informações sobre a organização da sociedade paulista no período, descritas no capítulo anterior. A seção 2.3 traz mais detalhes sobre a determinação dos cargos de remetentes e destinatários. Por ora, cabe informar que as designações genéricas “militar” e “morador” encontradas na tabela a seguir são resultados dessa análise realizada na ausência de uma referência explícita ao cargo. Quando a análise do conteúdo associada ao contexto sócio-histórico permitia, além da inferência sobre o cargo, a recolha de informações mais precisas, como a determinação da patente máxima possível de um militar, fez-se menção a ela entre parênteses logo abaixo da designação genérica.

Um exemplo é o caso dos remetentes José Gomes Pinto de Almeida e Manoel de Almeida, remetentes das cartas 11 a 15. Ambos relatam em suas missivas a ocupação de postos de passagem, sendo incumbidos de controlarem as fronteiras intercapitanias ou de cobrarem impostos. Trata-se de funções exercidas pelos oficiais com patente abaixo de capitão, conforme explicitado no primeiro capítulo deste trabalho, por isso usar-se a informação “< capitão” logo abaixo do cargo “militar”.

Tabela 3 – Relação de documentos

Nº	Datação Cronológica	Datação Tópica	Remetente	Cargo	Destinatário	Cargo
1.	9/05/1772	Guaratinguetá	Antônio José de Abreu	militar (<capitão-mor)	Manoel da Silva Reis	capitão-mor
2.	2/01/1773	Colônia (do Sacramento)	Miguel de Aedo	militar (<capitão)	Caetano Gago da Câmara	capitão
3.	13/05/1772	Buenos Aires	Antônio da Silveira Peixoto	capitão ⁵⁹	Caetano Gago da Câmara	capitão
4.	8/05/1768	Jacareí ⁶⁰	Manoel Alvarez de Afonseca	morador (minerador)	Bento Pires de Morais	juiz ordinário
5.	9/05/1768	Jacareí	Manoel Alvarez de Afonseca	morador (minerador)	Bento Pires de Morais	juiz ordinário
6.	22/12/1770	Jacareí	Manoel Alvarez de Afonseca	morador (minerador)	Raimundo José de Souza	tenente
7.	27/07/1768	Sorocaba	Paulino Aires de Aguirre	militar	Jacinto José de Abreu	militar
8.	1/12/1773	Parati	Francisco Ângelo Xavier de Aguirre	capelão	Manoel Antônio de Carvalho	capitão
9.	29/03/1769	Santos	Claudio Furquim de Almeida	morador	Manoel Rodriguez Belém	capitão
10.	30/11/1766	N.S.da Assunção do Cabo Verde ⁶¹	José Cardoso de Almeida	padre /capelão	Afonso Botelho de Sampaio (e Souza) ⁶²	ajudante de ordens ⁶³
11.	9/02/1772	Jacuí	José Pinto Gomes de Almeida	militar (<capitão)	Jerônimo Dias Ribeiro	sargento de número
12.	5/02/1772	Jacuí	José Pinto Gomes de Almeida	militar (<capitão)	Antônio Fernandez do Vale	administrador
13.	22/11/1768	Sapucaí	Manoel de Almeida ⁶⁴	militar (<capitão)	Jerônimo Dias Ribeiro	sargento de número
14.	12/03/1772	Sapucaí	Manoel de Almeida	militar (<capitão)	Jerônimo Dias Ribeiro	sargento de número
15.	14/03/1772	Sapucaí	Manoel de Almeida	militar (<capitão)	Jerônimo Dias Ribeiro	sargento de número
16.	8/03/1771	Lapa	José Pires de Arruda ⁶⁵	morador	Lourenço José de Queiroz Coimbra e Vasconcelos	vigário colado
17.	15/06/1769	Araçariguama	Manoel Joaquim de Avarenga ⁶⁶	militar	José Leme da Silva	capitão

⁵⁹ Segundo João (2006), Antônio da Silveira Peixoto foi um dos capitães enviados para as expedições ao Tibagi, cujo comando geral estava a cargo de Afonso Botelho de Sampaio e Souza.

⁶⁰ Esta carta e a seguinte, de número 5, não possuem datação tópica, porém, como se trata do mesmo remetente da carta 6, que apresenta datação tópica, inferiu-se terem sido escritas na mesma localidade: Jacareí.

⁶¹ É bastante provável que o “Descoberto de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Verde”, datação tópica do documento 10, corresponda ao atual município de Cabo Verde, no sul de Minas Gerais. Em 1765, o local era um subdistrito de Santana do Sapucaí, pertencente à comarca do Rio das Mortes (JUNQUEIRA & SETTE, 2012).

⁶² O último sobrenome não consta do documento original, mas é conhecido, pelo fato de Afonso Botelho de Sampaio e Souza ter sido referido em obras da historiografia colonial. Os parênteses servirão para marcar inferências semelhantes realizadas nesta tabela (v. documento 19).

⁶³ Além de ajudante de ordens, era também tenente-coronel (BELLOTTO, 2007; JOÃO, 2006).

⁶⁴ Trata-se de autor intelectual do documento, que é um idiógrafo. O mesmo vale para o documento 15.

⁶⁵ Trata-se de autor intelectual do documento, que é um idiógrafo.

⁶⁶ Optou-se por manter a grafia original deste sobrenome, sem incluir o grafema *l*.

Nº	Datação Cronológica	Datação Tópica	Remetente	Cargo	Destinatário	Cargo
18.	3/10/1773	(Atibaia)	Joaquim Bueno de Azeredo ⁶⁷	morador	Manoel Pereira Padilha	juiz ordinário
19.	9/01/1771	Piracicaba	Antônio Correia Barbosa	capitão	Antônio Galvão (de França)	capitão-mor ⁶⁸
20.	24/01/1771	Piracicaba	Antônio Correia Barbosa ⁶⁹	capitão	José Galvão de Moura e Lacerda	capitão (de infantaria) ⁷⁰
21.	12/10/1768	Mboy	Ignácio Rodrigues Barbosa ⁷¹	pároco	(Manoel José Vaz)	vigário capitular
22.	15/08/1767	Paranapanema	Manoel Luiz Barreto	militar (capitão)	José de Almeida Leme	capitão-mor
23.	15/02/1772	Itupeva	João da Costa Barros	sargento	D. José I ⁷²	rei
24.	13/04/1772	Faxina	Manoel de Barros	padre	Ignácio de Azevedo Silva	padre
25.	4/02/1771	Vila Boa	Custódio Barroso Basto ⁷³	morador	João Martins da Fonseca	morador
26.	17/03/1768	Jacareí	Lourenço Bicudo de Brito	capitão-mor	[não consta o nome]	sargento-mor
27.	17/07/1771	Ponte Alta	Pedro Frazão de Brito	militar (< capitão)	Manoel Caetano de Zuniga	sargento-mor
28.	s/d	s/l	Antônio de Siqueira Dias	—	—	—
29.	s/d	Piedade ⁷⁴	Manoel da Silva Caldas	militar (< capitão)	Joaquim Peres de Oliveira	capitão
30.	6/07/1766	Facão	Manoel de Moura Camelo	militar (< capitão-mor)	Antônio Galvão de França	capitão-mor
31.	26/02/1767	São Paulo	Manoel José Vaz ⁷⁵	vigário capitular	Antônio Antunes de Campos	pároco
32.	9/03/1767	Atibaia	Antônio Antunes de Campos	pároco	Manoel José Vaz ⁷⁶	vigário capitular
33.	16/03/1765	(Atibaia)	Anna Maria Cardoso	moradora	Domingos Leme do Prado	alferes
34.	9/06/1767	São Paulo	Manoel de Oliveira Cardoso ⁷⁷	capitão-mor	Antônio Galvão de França	capitão-mor

⁶⁷ Trata-se de autor intelectual do documento, que é um idiógrafo.

⁶⁸ Cargo especificado na carta 30.

⁶⁹ Trata-se de autor intelectual do documento, que é um idiógrafo.

⁷⁰ Informação referida no documento 72, enviado ao mesmo destinatário.

⁷¹ Trata-se do autor intelectual do documento, que é um idiógrafo.

⁷² Informa-se que o nome do rei não consta da missiva, apenas a abreviatura correspondente à forma de tratamento *Vossa Majestade*.

⁷³ Trata-se de autor intelectual do documento, que é um idiógrafo.

⁷⁴ No sobrescrito consta a informação de que o destinatário é da freguesia de Piedade. Supõe-se, pelo conteúdo da carta, que o remetente também o seja.

⁷⁵ Este documento é um mandado expedido pelo vigário ao pároco, que lhe responde por meio da carta 32. Não consta do referido mandado o nome do destinatário, somente a menção a seu cargo (*Pároco de São João*), mas foi possível sabê-lo ao examinar o documento 32, de sua autoria; o remetente do documento 31 assina por meio de seu último sobrenome.

⁷⁶ O nome completo do referido vigário capitular é informado pela ementa do documento, redigida pelos funcionários da Biblioteca Nacional. O remetente da carta limita-se a nomeá-lo *vigário capitular*. O mesmo acontece com a carta 46.

⁷⁷ Trata-se de autor intelectual do documento, que é um idiógrafo.

Nº	Datação Cronológica	Datação Tópica	Remetente	Cargo	Destinatário	Cargo
35.	28/06/1767	São Paulo	Luís Antônio de Souza Botelho Mourão	governador	José Gomes Pinto de Moraes	juiz de fora
36.	1/07/1767	Santos	José Gomes Pinto de Moraes	juiz de fora	Luís Antônio de Souza Botelho Mourão	governador
37.	7/7/1769	Jaguari	Bernardo Antônio de Carvalho	militar (< capitão)	João Leme da Silva	capitão
38.	27/11/1774	Itapetininga	Francisco Carvalho	militar (< capitão)	José Gomes Pinto de Moraes	ouvidor-geral ⁷⁸
39.	15/09/1768	Ouro Fino	Francisco Gomes de Carvalho	militar (< capitão)	Thomás Pinto da Silva	capitão
40.	6/10/1769	Paraíba de Campo Alegre	Henrique José de Carvalho	capelão	Joaquim Peres de Oliveira	capitão
41.	27/06/1768	N. S. Ass. do Cabo Verde	Veríssimo João de Carvalho	guarda-mor das minas ⁷⁹	Manoel Rodrigues (de) Araújo Belém	capitão (de cavalaria)
42.	14/09/1771	Rio Pardo	César Bezerra Cavalcanti	morador	Manoel Rodrigues (de) Araújo Belém	capitão de cavalaria
43.	19/03/1767	Faxina	Bernardo Bicudo Chassim	capitão	Antônio Correia de Lemos Leite	capitão-mor
44.	30/06/1771	São Sebastião	Joaquim da Silva Coelho	sargento ⁸⁰	José Galvão de Moura e Lacerda	capitão (de infantaria)
45.	26/05/1774	São Sebastião	Joaquim da Silva Coelho	sargento	Raimundo José de Souza	ajudante de ordens
46.	26/03/1767	Santos	João Lins de Córdova	militar	(Manoel José Vaz)	vigário capitular
47.	12/07/1766	Guaratinguetá	Antônio Galvão de França	capitão-mor	Afonso Botelho de Sampaio e Souza	ajudante de ordens
48.	16/07/1766	Guaratinguetá	Antônio Galvão de França ⁸¹	capitão-mor	Afonso Botelho de Sampaio e Souza	ajudante de ordens
49.	7/12/1767	Barra Grande	Francisco Xavier Garcia	padre	José Gomes (Pinto de Moraes)	juiz de fora
50.	6/12/1767	Barra Grande	Francisco Xavier Garcia	padre	Luís Antônio de Souza Botelho Mourão	governador
51.	24/09/1766	Jaguari	José Gomes de Gouveia	capitão	Afonso Botelho de Sampaio e Souza	ajudante de ordens
52.	15/11/1766	Jaguari	José Gomes de Gouveia	capitão	Manoel Caetano de Zuniga	sargento-mor
53.	23/07/1771	Jaguari	José Gomes de Gouveia	capitão de granadores	Oficiais Militares de Jundiá	militares
54.	30/06/1769	São João (Del Rey)	Manoel Caetano Monteiro Guedes	intendente	Joaquim de São José Silva	frei

⁷⁸ O nome do destinatário consta da ementa do documento redigida pela BNRJ. Além de ouvidor-geral, o destinatário é provedor interino da Fazenda Real, segundo informação do remetente desta carta, de 1774, cargo que teria exercido de 1771 a 1775, segundo o Catálogo Histórico das Aduanas Brasileiras (2012). Nas cartas 35, 36 e 49, datadas de 1767, o cargo de José Gomes Pinto de Moraes é referido como juiz de fora.

⁷⁹ Informação fornecida pela ementa do documento, redigida pela BNRJ, e confirmada em Campanhole (1976).

⁸⁰ O cargo é referido por Bellotto (2007, p. 163).

⁸¹ Trata-se de autor intelectual do documento, que é um idiógrafo.

Nº	Datação Cronológica	Datação Tópica	Remetente	Cargo	Destinatário	Cargo
55.	29/08/1770	São João (Del Rey)	Manoel Caetano Monteiro Guedes ⁸²	intendente	Lourenço (José) de Queiroz Coimbra (e Vasconcelos)	vigário colado
56.	30/06/1766	Sorocaba	José de Almeida Leme ⁸³	capitão-mor	Afonso Botelho de Sampaio e Souza	ajudante de ordens
57.	10/10/1771	São Paulo	Antônio Ferreira Lustosa	morador	Ignácio de Azevedo Silva	padre
58.	22/01/1769	Nazaré	Antônio Ferreira de Meireles	morador	José Gonçalves da Costa	padre
59.	16/03/1765	Santos	Alexandre Luiz de Souza Menezes	gov. pça. de Santos	José de Almeida Leme	capitão-mor
60.	13/08/1769	(Sabará)	Maria Tereza de Nazaré ⁸⁴	moradora	Manoel de Santana	frei
61.	14/10/1774	Paranapanema	José Rodrigues Pais	morador	Maria Madalena da Conceição	madre
62.	24/10/1767	São João (Atibaia)	Domingos Leme do Prado	alferes	Manoel Caetano de Zuniga	sargento-mor
63.	16/08/1767	São João (Atibaia)	Domingos Leme do Prado	alferes	Manoel de Oliveira Cardoso	capitão-mor
64.	27/08/1767	Sítio (Atibaia)	Domingos Leme do Prado	alferes	Manoel de Oliveira Cardoso	capitão-mor
65.	19/08/1767	Sítio (Atibaia)	Domingos Leme do Prado	alferes	Manoel de Oliveira Cardoso	capitão-mor
66.	13/08/1768	Sítio (Atibaia)	Domingos Leme do Prado	alferes	José Pires Rosa	tenente
67.	12/08/1768	(Atibaia)	Ignácio de Lima Prado	juiz vinteneiro	—	—
68.	6/04/1769	Sítio (Atibaia)	Domingos Leme do Prado	alferes	José Leme da Silva	capitão
69.	14/07/1771	São João (Atibaia)	Domingos Leme do Prado	alferes	Leandro de Melo	capitão
70.	22/02/1772	São João (Atibaia)	Domingos Leme do Prado	alferes	José Galvão de Moura e Lacerda	capitão de infantaria
71.	26/01/1774	Sítio (Atibaia)	Domingos Leme do Prado	alferes	Raimundo José de Souza	ajudante de ordens
72.	8/11/1767	São Sebastião	Manoel João de Marins Rangel	sargento-mor	(primo)	militar
73.	14/12/1765	Itupeva	Jerônimo Dias Ribeiro	sargento de número	José Honório de Valadares e Aboim	provedor da Fazenda Real
74.	1/04/1769	Itupeva	Jerônimo Dias Ribeiro ⁸⁵	sargento de número	Ignácio da Silva Costa	capitão
75.	8/02/1772	Guarda do Rio Pardo	Jerônimo Dias Ribeiro	sargento de número	Ignácio da Silva Costa	capitão
76.	28/08/1766	Casa (São Paulo)	Salvador Pereira da Silva	ouvidor	Francisco Xavier Garcia	padre
77.	18/10/1766	São Paulo	Salvador Pereira da Silva	ouvidor	—	—

⁸² Trata-se de autor intelectual do documento, que é um idiógrafo.

⁸³ Trata-se de autor intelectual do documento, que é um idiógrafo.

⁸⁴ Trata-se de autor intelectual do documento, que é um idiógrafo.

⁸⁵ Trata-se de autor intelectual do documento, que é um idiógrafo.

Nº	Datação Cronológica	Datação Tópica	Remetente	Cargo	Destinatário	Cargo
78.	30/11/1766	Cidade (São Paulo)	Salvador Pereira da Silva	ouvidor	Francisco Xavier Garcia	padre
79.	9/01/1769	São Paulo	Salvador Pereira da Silva	ouvidor	Camaristas de São Sebastião	camaristas
80.	20/04/1767	Guaratinguetá	Antônio Siqueira	militar (<capitão)	Joaquim Peres de Oliveira	capitão
81.	7/03/1773	Vargem	Antônio Siqueira	militar (<capitão)	Manoel da Silva Reis	capitão-mor

Devido à variação verificada na grafia dos antropônimos ao longo dos documentos, optou-se pela uniformização gráfica dos nomes próprios, com vistas a facilitar a referência aos remetentes e destinatários ao longo do trabalho. Como era comum o remetente de uma carta ser destinatário de outras e como era necessário fazer referência a esses nomes próprios no texto desta tese, julgou-se mais produtivo, em vez da escolha aleatória de uma forma específica, a uniformização gráfica, procedimento já realizado em edição de *corpus* epistolar português de época coeva (ANASTÁCIO, 2007). Cabe ressaltar que, na edição semidiplomática dos documentos, no entanto, como era de se esperar, manteve-se a grafia original presente nos manuscritos. Encontram-se no apêndice deste trabalho as uniformizações efetuadas.

Informa-se que, na tabela acima, optou-se por incluir os nomes dos remetentes e destinatários seguidos dos cargos que ocupavam. Não se usou, portanto, a forma tradicional de apresentação de documentos editados, que prioriza o *incipit* dos manuscritos, por considerar-se mais relevante para a pesquisa aqui efetuada as informações relativas à ocupação dos envolvidos nas missivas.

2.2. A seleção e a constituição do *corpus*

A decisão de elegerem-se cartas como as fontes primárias para o presente trabalho está diretamente relacionada ao objetivo de analisar o uso das formas de tratamento; além da busca de uma caracterização codicológica, paleográfica e diplomática dessa espécie documental no período estudado. As pesquisas

linguísticas com objetivos coincidentes fizeram uso de textos teatrais, atas da corte, poesias e textos epistolares (CINTRA, 1972; LUZ, 1958; MARCOTULIO, 2008; RUMEU, 2004, 2006; SALLES, 2001). Dentre esses, são os últimos aqueles que mais se aproximam de uma representação de língua menos cuidada e menos monitorada, uma vez que os processos de revisão e reescrita, o "passar a limpo", ocorrem com menos frequência quando comparados aos outros tipos de textos acima referidos. Sobre a edição de textos não literários, comenta Barbosa (1999, p. 106):

Nessa altura em que se debruçam por sobre os diversos escritos produzidos na América Portuguesa [...], tornou-se imprescindível editarem-se textos em prosa não literária que não apresentem semelhantes limitações às diversas abordagens possíveis com os dados deles oriundos.

Lopes (2012, p. 41), justifica da seguinte maneira a escolha do tema formas de tratamento e de um *corpus* constituído de cartas do século XIX:

o interesse pelo tema se justifica pelas fortes alterações sofridas pelo sistema pronominal no PB com a inserção de novas formas gramaticalizadas como é o caso de *você*. As cartas constituem um rico material para análise das formas de referência ao interlocutor pelo seu caráter interativo.

A escolha do conjunto de cartas que se edita nesta tese teve como objetivo, ainda, a constituição de um *corpus* que pudesse representar o estado de língua do período, registrado pelos remetentes das missivas. Esses pertenciam, em sua maioria, à esfera militar, composta essencialmente por moradores da capitania que, em muitos casos, até onde foi possível apurar, provinham de famílias presentes na capitania há muitas gerações. Trata-se, pois, de *corpus* que contempla material escrito por brasileiros. A edição e/ou análise de cartas de figuras históricas da alta administração colonial, como capitães-generais, vice-reis, e eclesiásticos detentores de altos cargos, consta de muitos trabalhos contemporâneos (CONCEIÇÃO, 2011; MARCOTULIO, 2008; RUMEU, 2004), por isso, também, torna-se interessante trazer a lume documentos da mesma espécie documental, porém escritos por aqueles que, além de não possuírem tanto poder, pertenciam a outros estratos socioprofissionais.

Pelo conteúdo dos documentos e pela análise do contexto sócio-histórico, conforme visto no primeiro capítulo, a convivência dos destinatários e remetentes com as camadas menos favorecidas da população, leia-se destituídas de poder, era intensa e frequente. Pelas análises codicológica, paleográfica e diplomática, realizadas a seguir, formula-se a hipótese de estar-se diante de documentos escritos por uma das camadas letradas mais baixas, pouco acima da massa de analfabetos que habitava o Brasil à época.

Apesar de não ser o objetivo principal desta tese, sabe-se da extrema importância da publicação de edições fidedignas, já que o “estudo linguístico [...] só se justifica sobre um *corpus* fidedigno gerado pela Filologia.” (MEGALE, 1999, p. 214). Sabe-se ainda que os documentos coloniais assumem posição de destaque no âmbito das pesquisas linguísticas voltadas à história do português no Brasil e do Brasil. Sabe-se também que é interessante para o linguista ter em mãos textos produzidos não só por escritores com alto nível de instrução, mas por “cidadão com instrução média ou abaixo da média”, já que este “tem muito maior probabilidade de oferecer dados linguísticos interessantes” (MEGALE, 1999, p. 194), e, a par disso, por remetentes brasileiros, mais especificamente paulistas, como é o caso de 27% deles. Além disso, pode-se afirmar que 44% dos 55 remetentes viviam no Brasil há mais de 18 anos. Ainda que não seja possível saber-se exatamente a instrução recebida pelos remetentes do *corpus*, ofereceu-se uma ideia, no capítulo anterior, de como funcionavam as escolas e a alfabetização no período e revelou-se como os mestres eram escassos na capitania à época da escrita das missivas. Dessa forma, trazer a público um material que se considera rico sob essa perspectiva também configura-se como um objetivo deste trabalho.

Cerca de 40% dos remetentes das cartas aqui editadas chegou a manter correspondência com o governador da capitania, como atesta o cruzamento de dados entre a lista de remetentes das cartas selecionadas neste *corpus*, constantes da gaveta I-30, 21, e a lista geral de remetentes que se corresponderam com Morgado de Mateus, disponíveis nas ementas de cada documento presentes nos rolos de microfilme da Coleção Morgado de Mateus. Com relação aos outros 60%, não foram encontrados documentos de sua autoria enviados ao governador, dado que mostra

ou que as cartas se perderam ou que a maioria dos remetentes deste *corpus* não se correspondeu diretamente com o governador, talvez por ocuparem cargos inferiores aos daqueles que normalmente se correspondiam com o capitão-general. Cabe ressaltar que o alferes Domingos Leme do Prado, apesar de não ocupar uma patente militar tão elevada, foi produtivo correspondente de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, dirigindo-lhe 43 cartas no período de 1765 a 1774.⁸⁶

Deve-se alertar, no entanto, para o fato de se ter acesso atualmente apenas aos documentos das diversas relações epistolares que foram preservados pela administração pública da época. Não é possível, portanto, garantir que não haveria mais cartas trocadas entre os militares, além dessas, ou determinar os critérios de arquivamento das correspondências no período, ou ainda estabelecer as razões que levaram à preservação dessas cartas em detrimento de outras. Apresenta-se, assim, uma lacuna, que provavelmente não será preenchida, mas que deve ser enfatizada, já que se traça aqui um retrato do que foi preservado, e não propriamente um retrato da realidade epistolar à época.⁸⁷

Esta lacuna, inclusive, parece ser própria dos epistolários. Segundo Anastácio (2007, p. LVIII):

[...] pela sua natureza, a correspondência apresenta problemas específicos ao editor. A incompletude do conjunto de cartas [...] constitui um traço comum à generalidade das colecções de documentos deste tipo. Na verdade, tanto o facto de raramente haver a certeza de estarmos na presença de todos os testemunhos de uma dada relação epistolar, como o facto de as cartas preservarem, com frequência, apenas a parte da informação trocada entre os correspondentes nos momentos em que não podem comunicar de viva voz, devem alertar o editor e o leitor para o carácter lacunar e descontínuo dos *corpus* conservados, que faz com que um epistolário

⁸⁶ As 43 cartas de Domingos Leme do Prado dirigidas ao governador da capitania de São Paulo estão arquivadas na BRNJ, dentro da Coleção Morgado de Mateus, na pasta nº 34 da gaveta I-30, 15.

⁸⁷ Sabe-se que os documentos que compõem a Coleção Morgado de Mateus foram adquiridos em 1959 pela BNRJ ao Arquivo de Mateus, em Portugal; e, segundo informação de Bellotto na apresentação do catálogo da Coleção (DAMASCENO, 2000, p. 19), “é de se perguntar se dele [Arquivo de Mateus] nunca constaram registros mais estritamente pessoais e/ou familiares, ou se estes segmentos foram alienados, ao virem para o Brasil, continuando a integrar o arquivo da Casa, uma vez que, aparentemente, a ausência de conteúdo político-administrativo de alguns documentos não interessasse aos pesquisadores brasileiros. De outro lado, é de se perguntar onde reside, neste acervo, a frágil, maleável, instigante, nebulosa e difícil fronteira que separa documentos e seus teores, enquanto realidade jurídico-administrativas, mas também íntimas e éticas, setorizando-os em públicos e privados.”.

possa ser comparado a um *puzzle* a que faltam sempre peças. [...] a correspondência se encontra profundamente imbricada com as circunstâncias em que é produzida, pelo que, sem conhecer a situação da escrita, tanto do ponto de vista da história em geral, como da história particular do seu autor e do seu círculo de relações, se torna muito difícil entender, ou até ler estes documentos.

Na extensa pesquisa realizada junto à Coleção Morgado de Mateus, na BNRJ, a gaveta I-30, 21, conforme já afirmado, foi a única em que se encontraram cartas não dirigidas ao governador, nem escritas por ele, categorizadas como correspondência oficial de terceiros. As outras vinte gavetas que compõem a extensa coleção, formada por 13.000 documentos, contêm correspondência oficial recebida e expedida pelo governador, distribuídas em pelo menos oito gavetas; um livro de registro de cartas particulares; além de larga documentação pertencente a outras espécies documentais, quais sejam representações, alvarás, ordens, portarias, bandos, editais, entre outros (DAMASCENO, 2000).

Além dos critérios acima aduzidos, julgou-se produtivo o trabalho com um conjunto documental sobre o qual é possível extrair uma série relevante de informações extratextuais. Trata-se de cartas relacionadas obrigatoriamente ao período específico de 1765 a 1775, quando a capitania de São Paulo era reestabelecida e recebia um novo governador, depois de passar 17 anos subordinada ao Rio de Janeiro. Foram escritas, em sua grande maioria, por habitantes da capitania de São Paulo, dos quais 44% viviam há pelo menos 18 anos no Brasil, com cerca de 33% nascidos no país e, destes, 27% naturais da própria capitania de São Paulo. Este recorte permite um trabalho mais preciso com os documentos, uma vez que se consegue situá-los historicamente e tematicamente, além de estarem limitados geograficamente, ora por terem sido lavrados em vilas e/ou cidades pertencentes à capitania de São Paulo, o que ocorre com a maioria dos documentos, ora por tratarem de assuntos relativos à mesma.

As 74 cartas e os 7 documentos representantes de outras espécies documentais (2 ofícios, 1 informe, 1 auto de corpo de delito e 3 mandados) que compõem o *corpus* desta tese classificam-se, segundo a terminologia proposta por Barbosa (1999), como documentos da administração colonial em circulação pública. Segundo o autor, a

formulação dessa classificação torna-se extremamente necessária para que não sejam “aplicadas noções contemporâneas tais como *texto formal* e *texto informal* aos escritos do Brasil colônia” (BARBOSA, 1999, p. 147). Tal classificação, que é utilizada nesta tese, propõe a divisão dos documentos em três macrocategorias: administração pública, administração privada e textos particulares (de caráter estritamente pessoal). Com relação à administração pública, que interessa particularmente a esta pesquisa, levou-se em conta para o estabelecimento de sua tipologia

os aspectos temáticos, ou seja, classificando os textos pelas diversas funções em que se subdividiu a administração colonial. Ao que nos parece, será melhor, optar por esta última para o bem fazer de uma tipologia baseada nos critérios daquela época. Em linhas gerais, a estrutura de administração pública estava dividida nos setores do governo, do judiciário, da fazenda, da organização militar, e eclesiástico. (BARBOSA, 1999, p. 149)

Os documentos da administração colonial em circulação pública são tanto “aqueles de caráter deliberativo oficial, quanto os de requerimento pessoal junto à estrutura de poder, em que pelo menos um dos interessados esteja na condição de pessoa jurídica ou de representação oficial do Estado.” (BARBOSA, 1999, p. 149). São exemplos desse último tipo as cartas enviadas pelos moradores da capitania, que tratam de assuntos de ordem pessoal, aos representantes da administração pública, de quem depende a solução ou o encaminhamento do assunto exposto na missiva.

Sabe-se, como a leitura das cartas irá mostrar, que em muitas delas a linha entre o conteúdo oficial x não-oficial, público x privado, mostra-se bastante tênue. Daí a importância da existência de critérios claros para a classificação desses documentos, como aqueles propostos por Barbosa (1999), visto que é fundamental uma classificação desse tipo para que possa haver comparabilidade dos dados⁸⁸. Ou seja, ao se deparar com uma pesquisa que anuncie investigar cartas da administração colonial em circulação pública, é possível estabelecer um parâmetro de comparação; ao passo que, se as cartas de outra pesquisa forem caracterizadas como pertencentes

⁸⁸ O Prof. Dr. César Nardelli Cambraia tem trazido à discussão a questão sobre a importância que deve ser conferida à comparabilidade dos dados em pesquisas científicas. Pode-se nomear duas conferências recentes, ambas ocorridas em julho de 2012, em que Cambraia tratou do tema: no XXVII Encontro Nacional da Anpoll - ENANPOLL, em Niterói-RJ; e no I Congresso Internacional de Estudos Filológicos, em Salvador-BA.

à administração privada, será estabelecido um outro parâmetro de comparação. Por outro lado, se as cartas não receberem classificação alguma, não será possível traçar um viés comparativo, caminho oposto do que se tem pretendido com os projetos que investigam a história da língua portuguesa no Brasil. Cabe ressaltar que a classificação e a terminologia propostas por Barbosa (1999) para os documentos coloniais é complementar à classificação em espécies documentais ou em tipologias textuais, tendo sido usada recentemente por pesquisadores que editam *corpus*, como Fachin (2011).

Com efeito, compõe-se um *corpus* fidedigno "à expressão do processo de gestação do português brasileiro na América Portuguesa" (RUMEU, 2006, p. 819), que colabora indiretamente com projetos como o Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) e, mais especificamente, com o Projeto *História do Português Paulista* / PHPP: Projeto Caipira. Como informa a pesquisadora (2006, p. 822),

julga-se que, a partir dos textos escritos em terras brasileiras, seja possível contribuir para a análise da face assumida pela língua portuguesa na realidade sócio-histórica colonial e imperial do Brasil. [...] A partir de estudos comparativos entre os traços do português europeu em oposição aos do português brasileiro, seja possível entrever-se, criteriosamente, a expressão brasileira da língua portuguesa.

Constitui-se e publica-se, portanto, um *corpus* que colabora com os estudos comparativos. Colabora-se, ainda, com a questão assim formulada por Barbosa (1999, p. 15): "só se poderá saber o que seria o Português do Brasil naquela época se se souber o que viria a ser o Português no Brasil". Tem-se no *corpus* tanto representantes do Português do Brasil (textos escritos por remetentes nascidos aqui) e do Português no Brasil (textos escritos por portugueses que residiam no Brasil).

2.2.1. Elementos linguísticos eleitos para análise

As cartas trazem as formas de tratamento em posição de destaque, visto que em todos os documentos é verificado o uso de um tratamento como maneira de se dirigir

ao interlocutor. É importante notar que, em nenhuma das epístolas, verificou-se o uso das formas pronominais de tratamento (*tu, vós, você*)⁸⁹ para se dirigir ao interlocutor, como ocorre com cartas pessoais brasileiras dos séculos XVIII e XIX (RUMEU, 2008; SALLES, 2001).

É interessante ressaltar que pesquisas situadas no domínio de investigação da cortesia linguística debruçam-se sobre textos literários, já que seu objetivo é estudar “nos seus diferentes valores e potencialidades, as diferentes formas e fórmulas de cortesia [não só as de tratamento], algumas delas em construções surpreendentemente originais” (RODRIGUES, 2003, p. 29). Trata-se de uma abordagem diferente daquela utilizada nesta tese, visto que os fenômenos de cortesia, e descortesia, naquele caso, são estudados sob o quadro teórico da Linguística Pragmática, considerando-se, entre outros, o contexto de comunicação, as diferentes práticas discursivo-textuais nele inseridas e os papéis exercidos pelo locutor e alocutário.⁹⁰

A frequente associação entre os aspectos sociais e o funcionamento do quadro dos tratamentos em língua portuguesa, comprovada pela literatura especializada a respeito do tema, foi um fator decisivo. Ora, se é fundamental para a pesquisa linguística a contextualização sócio-histórica dos *corpora* utilizados, a eleição de um elemento cujo uso mostra-se altamente condicionado à sócio-história afigura-se como bastante produtiva.

Esses dados, somados ao conhecimento da literatura sobre o tema⁹¹, cujos *corpora* são constituídos por textos do gênero dramático (LOPES, 2002; SALLES, 2001), por cartas pessoais (RUMEU, 2008; SALLES, 2001) ou por cartas da administração pública enviadas e recebidas por aqueles pertencentes à alta esfera da administração colonial (MARCOTULIO, 2008; RUMEU, 2004), levaram à eleição das

⁸⁹ A diferenciação entre formas nominais e pronominais de tratamento segue a classificação proposta por Cintra (1972) e será aduzida com mais detalhes no capítulo 3.

⁹⁰ Segundo Rodrigues (2003, p. 13), a expressão “cortesia linguística” designa “os fenômenos verbais de cortesia e as suas regras [...] Designa também a teoria linguística que os estuda”, cujo início, segundo o autor, data dos princípios dos anos 70 do século passado, tendo apresentado desenvolvimento surpreendente a partir da década seguinte. Destacam-se nessa área de pesquisa os trabalhos de “Lakoff, Leech, Brown & Levinson e Kerbrat-Orecchioni” (RODRIGUES, 2003, p. 106).

⁹¹ Listam-se aqui pesquisas que utilizaram *corpus* constituído de fontes primárias para o estudo específico das formas de tratamento.

formas de tratamento como os elementos linguísticos a serem analisados a partir das cartas oficiais dos representantes das instâncias inferiores de poder, como será visto a seguir.

2.3. Uma proposta de categorização socioprofissional

Em muitas das missivas aqui editadas, o cargo de destinatários e remetentes aparece exposto no corpo da carta e, em alguns casos, no sobrescrito. Em outras cartas, porém, não está indicada claramente a função exercida pelos interlocutores, sendo necessário um trabalho de investigação das pistas documentais deixadas pelos mesmos, conforme já informado quando da apresentação da tabela de documentos editados. Uma dessas estratégias foi a análise da fórmula de despedida das missivas, que, algumas vezes, contém expressões do tipo “O mais obediente soldado” (Carta 44), o que permite concluir que o remetente pertencia à hierarquia militar.

De acordo com Bluteau (1720, v. 7, p. 700), *soldado* significava o “homem de guerra [...] o bom soldado ha de ser homem de bem, e valente”. Segundo Silva (1789, v. 2, p. 716), *soldado* significava “homem alistado para serviço militar, e exercitado nelle, na graduação he a ultima classe, abaixo dos anseçadas.”. Conforme se verifica, os remetentes das cartas aplicavam o termo no sentido mais geral referido por Bluteau, já que remetentes e destinatários não ocupavam a última classe da graduação militar, sentido específico e exato da palavra aduzido por Silva. O termo seria usado, então, no encerramento das missivas, como uma expressão de modéstia em relação ao destinatário, pertencente à mesma categoria socioprofissional, qual seja a dos militares. Além de Bluteau e Silva, uma carta do próprio Morgado de Mateus à Coroa, em que discorre sobre as dificuldades inerentes ao recrutamento para a formação de corpos de auxiliares, dá conta do significado da palavra à época para aqueles que eram obrigados a se alistar, os homens do povo: “[...] repugnancia com q’

os Povos fogem de ser soldados [...]" e "[...] aborrecem elles todos naturalmente o nome de Soldados [...]" (1765 apud MELLO, 2009, p. 189).⁹²

No caso da ausência de pistas documentais explícitas, como as aduzidas acima, foi necessário proceder-se à análise do teor do documento em contraste com as informações da historiografia sobre o período para se chegar a dados que permitissem tirar conclusões seguras a respeito da ocupação do remetente e/ou do destinatário da missiva. Observe-se o seguinte exemplo: "o *qual* se acha confirmado por *Sua | Excellencia* no posto de Tenente da *minha companhia*" (Doc. 51 – l. 4). Pelo estudo do contexto sócio-histórico, realizado no capítulo anterior, comprova-se que a palavra "companhia" refere-se às companhias auxiliares, que eram as que possuíam a patente de tenente, e assim conclui-se que a missiva trata da interação entre militares e que o remetente, José Gomes de Gouveia, só poderia ser capitão ou sargento-mor, já que solicita a um superior a manutenção de um homem como tenente de sua companhia. Ora, as patentes imediatamente superiores àquela eram capitão ou sargento-mor. A pesquisa levada a cabo sobre a naturalidade dos remetentes, aduzida no final do primeiro capítulo, indicou que se tratava realmente de um capitão, e a carta por ele enviada 5 anos depois dessa (Doc. 53), confirma a patente: capitão de granadores.

Em outra carta, encontra-se a seguinte informação: "Estou promptissimo para executar as Ordens de *Sua Excelencia*, porem | na occasiam prezente naó esta o roL capaz de nada pelas | mudanças e *Variedades*, que há de hum anno para outro." (Doc. 1 – l. 2-4). O fato de o remetente, Antônio José de Abreu, referir-se à execução do rol dos moradores de Guaratinguetá (conforme consta da parte final da carta) e dirigir-se a um capitão-mor, permite afirmar que se trata de um militar, já que eram eles os responsáveis à época pelo envio dos róis com vistas ao recrutamento.⁹³

Em outros documentos, no entanto, não havia nenhuma indicação textual da categoria socioprofissional. Neste caso, mostrou-se produtiva a análise do *corpus* em

⁹² Ofício de D. Luís Antônio de Souza Mourão para o Conde de Oeiras, 4/11/1765. AHU, SP, Avulsos, Cx. 24, Doc. 2.265. e Ofício nº terceiro do Governador Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, 31/07/1765. AHU, SP, Avulsos, Cx. 23, Doc. 2.237.

⁹³ "O próprio Regimento de Capitães-Mores estabelecia que aquelas autoridades militares procedessem ao levantamento da gente das vilas que estavam a seus cuidados. Assim, D. Luís simplesmente fez cumprir aquela disposição." (BELLOTTO, 2007, p. 79).

sua totalidade, buscando-se outro documento que tivesse sido escrito ou recebido pela mesma pessoa. Assim ocorreu com as cartas 13, 14 e 15. Na primeira delas, escreve o remetente, Manoel de Almeida, "ordena Sua Excelencia vâ eu a Sua prezenca para dar contas | do rendimento desta pasage do tempo de coatro mezez" (Doc. 13 – l. 3-4). Afigura-se, por este trecho e pelo teor da carta, que o remetente é responsável pelo recolhimento dos impostos em uma passagem, função exercida pelos militares com patentes inferiores à de capitão, conforme verificado no primeiro capítulo. A carta seguinte, nº 14, apresenta a fórmula de despedida "De Vossa Merce | Soldado muito attento", o que confirma a categorização socioprofissional de seu remetente como militar. A carta 15 não apresenta claras pistas textuais sobre a profissão do remetente. Além disso, a observação cuidada aponta que o punho responsável pela redação de cada uma das três cartas não foi o mesmo. O exame paleográfico detalhado dos três documentos e da assinatura neles presente, nesse caso, permitiu a conclusão de que todos eram de mesma autoria, no caso, de um militar.⁹⁴

Ao analisar os cargos de remetentes e destinatários, como no exemplo ilustrado acima, parte-se da premissa de que a mudança entre categorias socioprofissionais, de militar para eclesiástico, ou de militar para juiz, por exemplo, não fosse uma prática comum na época; ainda mais considerando o período curto de tempo que o recorte desta tese adota: 10 anos. Tal premissa se confirma ao se verificar, por exemplo, que o vigário capitular, Manoel José Vaz, já ocupava um cargo na Sé em 1745; ou que era frequente um militar pertencer a uma família com tradição nessa área, como é o caso do capitão Bernardo Bicudo Chassim.⁹⁵ Assim, pressupõe-se que um homem, ao ingressar na carreira militar, permanecesse na mesma, apenas mudando de patente, conforme o caso.

Dessa forma, pela leitura das cartas e pela identificação de pistas textuais, tornou-se possível a atribuição de ocupações aos remetentes e aos destinatários. A partir disso, seguiu-se metodologia semelhante àquela utilizada por Marquilhas (2000) para a elaboração de uma proposta de categorização socioprofissional que

⁹⁴ Consultar adiante a subseção 2.5, relativa à análise paleográfica, para mais detalhes sobre a questão.

⁹⁵ Esses exemplos estão detalhados no capítulo 1, quando se expõe a pesquisa sobre a origem, se possível com o local de nascimento, dos remetentes das cartas.

desse conta das ocupações dos remetentes deste *corpus* e de *corpora* de cartas oficiais brasileiras de período coevo, que serão utilizadas para fins de cotejo no terceiro capítulo. Levou-se em conta também, para a elaboração dessa proposta, o contexto sócio-histórico em que os documentos estão inseridos, já que, conforme comenta a pesquisadora portuguesa (2000, p. 110):

Escalonar uma sociedade do passado exige um grau de familiaridade com as relações hierárquicas dos seus elementos, e com seus códigos de ordenação, que de maneira nenhuma se atinge com a simples exploração das fontes inquisitoriais. Foi por isso necessário recorrer a construções socioprofissionais já preparadas para comunidades semelhantes à do *corpus*.

Em seu trabalho, cujo *corpus* é constituído pelos depoimentos prestados aos tribunais do Santo Ofício e pelos documentos judiciais conservados como provas em Portugal, durante o século XVII, Marquilhas (2000) partiu dos dados disponíveis sobre os depoentes, retirados das fontes inquisitoriais⁹⁶, combinando-os a propostas de categorização para comunidades semelhantes à do *corpus* por ela analisado, a saber, os processos do tribunal de Toledo e da alta Andaluzia estudados por Rodríguez e Bennassar⁹⁷ (1978 apud MARQUILHAS, 2000, p. 109). Associou ainda, para a composição de sua proposta, a extensa pesquisa sócio-histórica efetuada sobre a época.

De imediato, duas dificuldades se impuseram à elaboração de uma proposta semelhante para o *corpus* desta pesquisa. Primeiro, o fato de se trabalhar com documentos de natureza distinta, as cartas oficiais, que, portanto, têm circunstâncias de produção também distintas. Dessa forma, não existia um conjunto documental com características parecidas àsquelas das fontes inquisitoriais, em que havia funcionários do Tribunal do Santo Ofício responsáveis por recolher dados relativos aos depoentes (idade, residência e profissão). Em segundo lugar, não se tem notícia

⁹⁶ As fontes inquisitoriais traziam dados que contemplavam “o sexo, a idade, a residência, a data do depoimento e a classe socioprofissional das testemunhas [...]” (MARQUILHAS, 2000, p. 109).

⁹⁷ RODRÍGUEZ, Marie-Christine e BENNASSAR, Bartolomé, 1978. Signatures et niveau culturels des témoins et accusés dans les procès d'inquisition du ressort du Tribunal de Tolède (1525-1817) et du ressort du Tribunal de Cordoue (1595-1632). Caravelle. **Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien**, 31. Toulouse, Université de Toulouse-Le Mirail, p. 19-46.

de uma proposta de categorização socioprofissional já elaborada para comunicados semelhantes à do *corpus* aqui estudado.

Não se pode deixar de mencionar, contudo, o trabalho de Barbosa (1999), já referido na seção 2.2 acima, que, apesar de não tratar exatamente sobre os estatutos profissionais dos letrados da época, estabeleceu um recorte para os textos não literários baseado no modo de circulação dos documentos, dividindo-os em três macrocategorias: administração pública, administração privada e textos particulares (de caráter estritamente pessoal).

Para o estabelecimento de uma proposta de categorização socioprofissional que desse conta dos documentos aqui editados, levou-se em conta a contextualização sócio-histórica apresentada no capítulo anterior, bem como a extensa pesquisa de Salgado (1985) sobre a administração no Brasil colonial e as informações trazidas por Wehling e Wehling (2005), discutidas a seguir.

Considerou-se também a distribuição das ocupações dos remetentes e destinatários deste *corpus* e de outros, compostos por documentos da administração pública do Brasil colonial de período coevo: vice-rei (MARCOTULIO, 2008; RUMEU, 2004; SCHREINER, 2007); governador (RUMEU, 2004; SCHREINER, 2007); desembargador e juiz (LOBO, 2001); militares de alta patente (SILVEIRA, 2004); eclesiásticos (MOTA, 2011). Além de trazerem cartas de período coevo produzidas no Brasil, os documentos editados nesses trabalhos serão utilizados para cotejo dos usos das formas de tratamento, conforme será verificado no último capítulo desta tese, por isso sua inclusão na proposta a seguir.

A proposta de categorização socioprofissional dos remetentes e destinatários do *corpus* e dos *corpora* acima citados está dividida em cinco esferas, a que correspondem diferentes cargos relacionados à administração colonial. Na primeira esfera, da administração geral, que corresponderia à alta esfera de poder, há seu representante máximo, o rei de Portugal, e aqueles diretamente subordinados a ele, como o vice-rei do Brasil, os governadores das capitanias e os desembargadores. A segunda esfera conta com representantes da administração local, que atuavam dentro dos limites da capitania, como os cargos da estrutura judicial, ouvidor, juiz de fora,

juiz ordinário e juiz de vintena; e os cargos da administração fazendária, como o provedor, o intendente do ouro, o guarda-mor das minas.⁹⁸

A terceira esfera contempla todos aqueles ligados à Igreja, e a quarta é constituída dos homens que possuíam cargos na hierarquia militar. A quinta e última esfera inclui aqueles classificados simplesmente como moradores: são remetentes de cartas que se dirigem à administração pública para tratar de assuntos pessoais, como prejuízos causados pela fuga de um escravo (Doc. 9) ou pela passagem de soldados por sua propriedade (Doc. 42); denúncias de crimes feitos contra eles ou contra pessoas próximas (Docs. 33, 58 e 61); defesas de acusações recebidas de outrem (Docs. 4, 5 e 6); pedidos para beneficiar filhos, afilhados e criados (Docs. 16 e 60); compra de casas ou chácaras (Docs. 18 e 57); e aviso para proteger amigos ou conhecidos (Doc. 25). São missivas escritas pelos habitantes da capitania de São Paulo e capitanias vizinhas (Docs. 25 e 61) que recorriam a eclesiásticos, juízes e militares para terem suas solicitações atendidas. Exceção se faz à carta 25, em que o remetente, de Vila Boa de Goiás, dirige-se a seu primo, provavelmente habitante da capitania de São Paulo, mas não lhe faz nenhuma solicitação.

Alguns moradores deixam entrever a função socioprofissional que exerciam, como José Rodrigues Pais (Doc. 60), que refere as lavras de terra que possuía e nas quais trabalhava há 25 anos⁹⁹; e Manoel Alvarez de Afonseca, que comenta sobre extração de pedras (Doc. 6). Assim, essas profissões, a de agricultor e a de minerador, respectivamente foram incluídas.

Ainda que já tenha sido referida no primeiro capítulo, cabe aqui fazer um comentário sobre a análise realizada por Marcílio (1974, p. 128-136) a respeito da estrutura da população ativa livre da cidade de São Paulo. Divididas em atividades primárias, secundárias e terciárias, são listadas diversas ocupações exercidas pelos habitantes da cidade e informadas nos recenseamentos de 1776, 1798 e 1836¹⁰⁰. Algumas profissões, como mercadores e negociantes, classificadas, dentre as atividades terciárias, na subcategoria comércio, eram frequentemente acumuladas

⁹⁸ As nomenclaturas *estrutura judicial* e *administração fazendária*, bem como todos os cargos nelas listados constam de Salgado (1985).

⁹⁹ Tal informação foi ainda confirmada nas suas contas de testamento (APESP, Provedoria Geral de Resíduos, Contas de testamento do defunto José Rodrigues Paes..., Lata C05486).

¹⁰⁰ Dos recenseamentos anteriores a 1776, não constavam as profissões (MARCILIO, 1974).

com cargos ligados à administração pública e militar. Um exemplo disso é o remetente do *corpus* Manoel de Oliveira Cardoso, que, além de capitão-mor, era um importante negociante da cidade.¹⁰¹

Não se sabe, no entanto, se os demais militares exerceriam outras ocupações, mas é provável que sim, como indica o caso do alferes Domingos Leme do Prado, que habitava em um sítio na vila de Atibaia. É bastante possível que seu sítio produzisse gêneros agrícolas e que, além de militar, fosse também um agricultor. No entanto, como no *corpus* as cartas que envia são sempre relacionadas ao cargo exercido na hierarquia militar, tal remetente é incluído na categoria socioprofissional *Militares*.

A categorização socioprofissional proposta a seguir relaciona-se, então, exclusivamente às ocupações de remetentes e destinatários deste *corpus* e daqueles *corpora* já mencionados. Assim trata-se de um recorte metodológico que aqui se propõe com vistas a beneficiar os estudos que se debruçam sobre documentos oficiais da administração pública do Brasil colonial de período coevo. É uma proposta preliminar, inserida nesse contexto específico da documentação a que se teve acesso, mas que poderia ser ampliada pelos pesquisadores que trabalham com documentos de natureza semelhante, e de período similar.

Deve-se ressaltar que tal proposta não tem o objetivo de descrever a totalidade das categorias socioprofissionais da administração colonial na capitania de São Paulo à época, tarefa momumental, que não faz parte do escopo desta tese. Trabalhos dessa natureza foram realizados por Salgado (1985), em âmbito nacional, e por Marcílio (1974), no domínio da cidade de São Paulo. O objetivo da proposta abaixo é tão somente categorizar aqueles que escreveram ou receberam cartas no *corpus* aqui estudado, além de acrescentar um ou outro representantes dos cargos verificados nos *corpora* que editaram documentos de período coevo, já referidos acima.

¹⁰¹ De acordo com Borrego (2006, p. 119), Manoel de Oliveira Cardoso participava diretamente de uma rede de comércio de longo alcance, atuando “tanto na rede do Rio de Janeiro como na do Rio Grande”, desde pelo menos 1749. Ainda de acordo com a autora (2006, p. 160-162), em 1739, o Sr. Manoel de Oliveira Cardoso possuía cargo na Câmara Municipal, e, em 1743, acumulava as funções de sargento-mor, homem de negócio e ministro da igreja.

Tabela 4 – Proposta de categorização socioprofissional

1 – administração geral – alta esfera (rei, vice-rei, governador, desembargador)
2 – administração local (ouvidor, provedor, juiz de fora, juiz ordinário, juiz de vintena, intendente do ouro, guarda-mor das minas)
3 – eclesiásticos (vigário capitular, frei, padre, pároco, capelão)
4 – militares (sargento-mor, ajudante de ordens, capitão-mor, capitão, tenente, alferes, sargento)
5 – moradores (agricultores, mineradores)

Wehling e Wehling (2005, p. 311) informam que os funcionários coloniais preenchem "postos na administração civil, eclesiástica e militar", havendo uma 'burocracia' municipal nas câmaras dos maiores centros urbanos do Brasil (Rio de Janeiro, Salvador e Vila Rica) e

esses funcionários podem ser [...] agrupados em alta burocracia (chanceleres, desembargadores, ouvidores, juízes de fora, oficiais superiores), média burocracia (setores 'técnicos' da justiça e da fazenda) e pequena burocracia (escriturários, porteiros, etc.). (WEHLING, WEHLING, 2005, p. 311)

Salgado (1985) propõe três instâncias de organização da administração colonial no Brasil: o governo-geral, que corresponderia à instância da administração metropolitana direta na colônia, abarcando todo seu território, representado, entre outros, pelo governador-geral, provedor-mor e desembargadores; a instância relativa à área territorialmente delimitada da capitania, que seria composta por governadores, ouvidores, provedores etc., formalmente subordinados ao governo-geral; e a terceira instância seria a administração municipal, referente às cidades e às vilas de cada capitania, incluindo capitães-mores, vereadores, procurador, tesoureiro, dependentes da autoridade da capitania.

Combinando as duas divisões propostas acima, por Salgado (1985) e Wehling e Wehling (2005), dividiu-se, então, a administração civil em dois níveis, geral e local, de acordo com sua esfera de ação, e, conseqüentemente, com o poder que lhes era atribuído. No primeiro nível, que corresponderia à esfera da alta administração, foram incluídos o rei, e aqueles cuja provisão do cargo ficava sob sua responsabilidade, como o vice-rei, o governador, o governador de praça e os

desembargadores. Trata-se de altos cargos da administração, que compunham o governo-geral, caso do rei e do vice-rei, ou estavam diretamente subordinados a ele, caso do governador de capitania e dos desembargadores.

No segundo nível, o da administração local, foram incluídos os cargos que agiam no raio de alcance da capitania, estando subordinados formalmente ao governador da mesma, como o ouvidor e o provedor de capitania, que no caso de São Paulo, eram funções ocupadas pela mesma pessoa; o juiz de fora, cargo que, apesar de provido pelo rei, estava vinculado à esfera municipal¹⁰² (SALGADO, 1985, p. 359); o juiz de vintena, eleito “pelos juízes, procurador e vereadores da Câmara” (SALGADO, p. 1985, p. 360); e o intendente do ouro, cargo provido pelo rei, mas subordinado ao governador da capitania de Minas (SALGADO, 1985).

A terceira categoria responde pelos eclesiásticos, e a quarta pelos militares. Vale ressaltar que nenhum oficial da hierarquia das companhias de ordenanças ou de auxiliares era provido pelo rei. Apenas as patentes mais altas, como sargento-mor, capitão-mor e capitão (de companhia), eram indicadas pelo governador, e deveriam ter confirmação régia.

Conforme já ilustrado no primeiro capítulo, dentro da categoria 4, dos militares, é possível, ainda, estabelecer-se uma hierarquia, conforme as patentes, seguindo o disposto em Salgado (1985, p. 403), quando trata do tema *Defesa/Capitania*, com relação às companhias de ordenanças:

Tabela 5 - Hierarquia Militar (Defesa da capitania)

Capitão-Mor (cargo vitalício a partir de 1749)

Sargento-Mor

Capitão-de-companhia

Alferes

Sargento do número

Sargento supra

Cabo-de-esquadra

Ajudante [do sargento-mor]

¹⁰² Apesar de não haver à época o conceito de “município”, optou-se por seguir esta nomenclatura, em acordo com Salgado (1985).

Cabe ressaltar que se trata de uma hierarquia formal, apenas teoricamente seguida à risca. Conforme Salgado (1985, p. 11-12) destaca, a organização administrativa de um estado é bastante dinâmica:

nesse campo nada jamais é definitivamente abolido [...] o ritmo dessas transformações é que dará a medida das continuidades e descontinuidades administrativas: novas estruturas se formando com funções antigas ou as funções se renovando com a permanência de velhas estruturas.

Um caso que ilustra bem a questão é o fato de o alferes Domingos Leme do Prado, produtivo remetente do *corpus* (documentos 62 a 66, e 68 a 71), possuir tal patente e dirigir-se diretamente ao governador da capitania e ao capitão-mor de São Paulo. Se isso acontecia pela ausência temporária de seu capitão, não é possível saber, porém o alto número de missivas expedidas por esse simples alferes ao Morgado de Mateus não pode passar despercebido.

Com base na proposta de categorização profissional acima ilustrada, é possível retratar a circulação das cartas do *corpus* entre as categorias, conforme se verifica na tabela abaixo.

Tabela 6 – Circulação de cartas entre as categorias socioprofissionais¹⁰³

Categorias socioprofissionais	Quantidade de cartas	Localização das cartas	%
entre militares	43	1-3, 7, 11, 13-15, 17, 19, 20, 22, 26, 27, 29, 30, 34, 37, 39, 43-45, 47, 48, 51-53, 56, 62-66, 68-72, 74, 75, 80, 81	54%
de morador a eclesiástico	5	16, 57, 58, 60, 61	6%
entre eclesiásticos	4	21, 24, 31, 32	5%
de morador a militar	4	6, 9, 33, 42	5%
de administrador local a eclesiástico	4	54, 55, 76, 78	5%
de morador a administrador local	3	4, 5, 18	4%
de eclesiástico a militar	3	8, 10, 40	4%

¹⁰³ Não constam dessa relação os documentos 28 (informe), 67 (auto de corpo de delito) e 77 (mandado) por não terem sido dirigidos a nenhum remetente específico.

de militar a administrador local	3	12, 38, 73	4%
de administrador local a militar	2	41, 59	3%
de militar a eclesiástico	1	46	1%
de militar a administrador geral	1	23	1%
de eclesiástico a administrador local	1	49	1%
de eclesiástico a administrador geral	1	50	1%
entre administradores locais	1	79	1%
de administrador geral a administrador local	1	35	1%
de administrador local a administrador geral	1	36	1%
entre moradores	1	25	1%

Percebe-se, assim, quais eram os remetentes e destinatários mais frequentes nas cartas do *corpus*. Há um alto número de cartas trocadas entre militares, que correspondem a 54% do total. Além disso, verifica-se como segundo grupo mais produtivo, o dos moradores enviando cartas a eclesiásticos, que corresponde a 6% do total. Em terceiro lugar, empatados com 4 cartas cada, equivalente a 5% do total, estão a correspondência entre eclesiásticos, de administrador local a eclesiástico e de morador a militar. Em quarto lugar, também empatam três grupos, com 3 cartas cada: morador a administrador local, eclesiástico a militar e militar a administrador local.

Para observar as categorias que mais frequentemente estavam presentes nas cartas do *corpus*, seja na posição de remetente, seja na de destinatário, apresenta-se o gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Distribuição das categorias socioprofissionais nas cartas

Verifica-se que os militares aparecem em 62% das missivas, independente da posição de remetentes ou destinatários; seguidos pelos eclesiásticos, presentes em 15% das cartas; e pelos administradores locais (ouvidor, provedor, juiz, intendente, guarda-mor) e moradores, que surgem quase empatados, com 11% e 9%, respectivamente; seguidos pela categoria menos produtiva, aparecendo em 3% das cartas apenas, os administradores gerais, que incluem o governador e o rei, ligados às mais altas esferas de poder.

A baixa frequência de administradores gerais verificada no gráfico acima não está, necessariamente, relacionada ao fato de haver pouca comunicação entre as categorias socioprofissionais mais frequentes no *corpus* e as altas esferas de poder. Conforme já mencionado, 23 dos 55 remetentes, ou seja, 40%, corresponderam-se diretamente com o governador. Aliás, Bellotto faz interessante comentário sobre isso na apresentação do catálogo da Coleção Morgado de Mateus (DAMASCENO, 2000, p. 19), afirmando que grande parte dos documentos que compõem a coleção são requerimentos, petições e cartas de autoridades subalternas ou da própria população enviadas diretamente ao capitão-general. Esse fato, inclusive, segundo a historiadora,

teria conferido legitimidade à existência desses registros, notoriamente públicos, em um arquivo familiar, como é o da Casa de Mateus, em Portugal.

2.4. Descrição codicológica

Procede-se nesta seção a uma descrição pormenorizada do suporte em que foram lavradas as missivas que compõem o *corpus*. Em primeiro lugar, tal descrição é interessante na medida em que auxilia a composição de um panorama dos papéis utilizados no Brasil para a comunicação epistolar, e para a administração local, de uma forma geral. Auxilia, ainda, o panorama maior relativo ao quadro de consumo de papéis em Portugal. Por último, o estudo codicológico é capaz de trazer informações relevantes a respeito de aspectos materiais da correspondência no Brasil Colônia, como, por exemplo, dados sobre o aproveitamento de papel e a forma como costumavam ser lavradas as missivas.

O modelo de descrição codicológica ora apresentado segue aquele proposto por Cambraia (2005), diferindo apenas no modo de apresentação das informações. Devido à quantidade de documentos e ao fato de pertencerem todos à mesma cota, optou-se por apresentar os principais dados em tabelas em vez de usar o modelo de fichas codicológicas. Também foram utilizadas como referência as descrições realizadas por Anastácio (2007), que lidou com cartas pessoais portuguesas do período de 1771 a 1777.

A forma de usar o papel e o sobrescrito se mostram variáveis dentro do *corpus*. Alguns remetentes optavam pelo uso exaustivo do papel, ocupando praticamente toda a mancha, como se pode observar na carta 33, e, em alguns casos, o in-folio inteiro, como atesta a carta 3. A razão provável para este aproveitamento máximo do suporte está ligada à ausência de papel em abundância ao alcance do remetente. Em ambos os casos, a condição de produção e a motivação da escrita corroboram essa hipótese.

A carta 33 é a única que tem como remetente uma mulher, que muito provavelmente terá lavrado a carta de próprio punho: em primeiro lugar, pelo fato

de estar textualmente assinada (em vez de usar símbolos, como a cruz); e, em decorrência disso, pela comparação possível entre o punho do corpo do texto e o da assinatura, que confirma se tratar de mesmo punho. Anna Maria Cardoso, uma moradora de Atibaia, é levada a denunciar seu pai e seu irmão ao alferes daquela vila por abusos sexuais constantes cometidos contra ela e suas irmãs. O relato sobre como a família foi obrigada a conviver com a situação é longo e detalhado e talvez um único fólio não bastasse para a narração, já que a mulher passa a escrever na vertical do mesmo. Além disso, o fólio foi dobrado e seu verso utilizado como sobrescrito, o que só aconteceu em único documento do *corpus* escrito em fólio único, além desse, a carta nº 4. Talvez tal dado aponte para uma possível escassez de papel por parte dessa moradora e do remetente da carta nº 4. Há também uma marca de queimado no centro do fólio, no vértice formado pela dobradura, o que poderia indicar que a remetente, ao selar a carta, queimou-a. Não há, porém, vestígios do selo no original.

Figura 1 - Vestígios de queimado no doc. 33

A outra missiva, de nº 3, foi escrita clandestinamente de dentro da prisão de Buenos Aires e a limitação de papel, devida às condições de produção da carta, torna-se patente: o remetente, Antônio da Silveira Peixoto, que informa que o portador não lhe dava lugar para escrever mais, foi obrigado a assinar a carta na vertical utilizando a margem lateral do último fólio, como se observa na figura 2.

Duarte (2005, p. 22) ao referir a importância de fornecer detalhes sobre manuscritos autógrafos, afirma que “letra miúda e apertada, palavras abreviadas, parágrafos sem translineação, papel sem margens, podem querer dizer ‘carta escrita na prisão’, onde o papel e a tinta eram bens difíceis de obter”. Algumas dessas características podem ser observadas na missiva abaixo, a única do *corpus* a ter sido lavrada na prisão.

Figura 2 – Reprodução do doc. 3 – fólho 2v.

Em outros casos, porém, nota-se que a escassez de papel não era um problema. É comum encontrar um bifólio apenas com o recto preenchido, permanecendo o verso e o outro fólho inteiramente brancos.

Uma consideração relevante sobre os reclames cabe ser realizada. São 23 as cartas do *corpus* que se estenderam por mais de um fólho, correspondendo a 28% do total, estando por isso sujeitas ao uso dos reclames, que consiste na repetição da última palavra (ou de parte dessa palavra ou ainda de um grupo de palavras) escrita em um fólho no alto do fólho seguinte, visando principalmente à organização e à facilidade da leitura.

Somente 9 dessas 23 cartas, ou seja, 40%, apresentaram o uso dos reclames. Tal dado se contrapõe àquele verificado nas cartas setecentistas editadas por Rumeu

(2004, v. 2, p. 4-5), em que o uso da estratégia acontece de forma mais sistemática; tanto é que autora alerta para a importância de se conhecer esse uso:

Uma possível desatenção do lingüista-pesquisador para a técnica dos *reclames* como uma estratégia de coesão entre as páginas da *carta setecentista* poderia provocar erros nas conclusões por ele tecidas, em virtude de ter havido uma falha no cômputo dos dados.

São listados por Rumeu (2004) muitos exemplos de reclames nas cartas de figuras coevas a do *corpus* aqui editado, como Afonso Botelho de Sampaio e Souza, tenente-coronel e ajudante de ordens; Marquês de Lavradio, vice-rei do Brasil; e Raimundo José de Souza, ajudante de ordens. Esses remetentes pertenciam ao alto escalão de poder, em oposição à maioria dos remetentes que compõem o *corpus* desta tese. Talvez tal discrepância seja uma pista de que a descrição de usos do reclame nos manuscritos da época possa se constituir em mais uma importante etapa de análise, visto que revelam maior ou menor conhecimento que os escribas tinham da estratégia, que parece circular mais frequentemente entre os mais letrados, mesmo que pertencentes a categorias socioprofissionais mais baixas.

Apresenta-se, a seguir, a tabela geral dos documentos com as informações codicológicas preliminares. Na primeira coluna, há a numeração dos documentos no *corpus*; na segunda, as medidas da altura e da largura do fólio, respectivamente, em milímetros; na terceira, o formato do papel, bifólio ou fólio único; na quarta, são referidas as faces do papel utilizadas para a escrita do documento; na quinta, há a informação sobre o número de pontusais, sendo que, no caso dos bifólios, há o número de pontusais do primeiro fólio seguido do símbolo + e da quantidade de pontusais no segundo fólio; na penúltima coluna, coloca-se a distância, em milímetros, entre os pontusais; e, finalmente, na última coluna, a medição, também em milímetros, da margem esquerda utilizada no documento.

Tabela 7 – Descrição codicológica dos documentos

Doc. Nº	Medidas fólio: Altura x Largura (mm)	Formato do papel	Aproveitamento de papel	Número de pontusais	Distância entre pontusais (mm)	Margem esquerda (mm)
1	306 x 214	bifólio	recto	8 + 8	24 a 25	50
2	307 x 210	fólio	reto e verso	8	27 ¹⁰⁴	61
3	303 x 210	bifólio	todas as faces	10 + 10	20 a 21	38
4	312 x 222	fólio	recto	8	26 a 28	65
5	309 x 218	bifólio	recto e verso	8 + 8	27 a 29	50
6	308 x 212	bifólio	recto	9 + 9	22 a 23	33
7	350 x 230	bifólio	recto e verso	10 + 10	22 a 25	52
8	309 x 212	fólio	recto	8	27 a 28	32
9	304 x 202	fólio	recto	9	22 a 23	40
10	305 x 214	bifólio	recto e verso	9 + 9	22 a 25	43
11	307 x 212	fólio	recto	8	28 a 30	47
12	306 x 212	bifólio	recto, verso e recto	9 + 9	22 a 23	42
13	301 x 207	bifólio	recto	9 + 9	23 a 24	35
14	308 x 214	bifólio	recto	9 + 8 ¹⁰⁵	22 a 23	55
15	307 x 211	bifólio	recto	9 + 9	22 a 23	55
16	308 x 212	bifólio	recto	9 + 9	22 a 24	52
17	309 x 215	fólio	recto e verso	8	27 a 29	60 ¹⁰⁶
18	305 x 210	bifólio	recto	9 + 9	22 a 23	37
19	307 x 210	bifólio	recto	9 + 9	22 a 23	56
20	310 x 210	bifólio	recto	9 + 9	22 a 23	55
21	308 x 217	bifólio	recto	9 + 9	22 a 23	55
22	310 x 205	bifólio	recto	9 + 8 ¹⁰⁷	22 a 24	65
23	317 x 222	bifólio	recto	8 + 8	27 a 29 ¹⁰⁸	63
24	308 x 212	bifólio	todas as faces	8 + 7	28 a 29	35
25	308 x 211	bifólio	recto	8 + 7	28 a 29	48
26	305 x 210	fólio	recto e verso	9	22 a 24	45
27	307 x 210	fólio	recto	9	22 a 24	60
28 ¹⁰⁹	307 x 210	fólio	verso	9	22 a 24	42
29 ¹¹⁰	215 x 155	fólio	recto	9	22 a 24	30
30	308 x 214	fólio	recto	8	24 a 25	53
31	307 x 212	bifólio	recto	9 + 9	22 a 24	10
32 ¹¹¹	307 x 212	bifólio	verso	9 + 9	22 a 24	50
33	310 x 215	fólio	recto e verso	7	22 a 24	22 a 45 ¹¹²

¹⁰⁴ Os pontusais deste fólio estão pouco visíveis.

¹⁰⁵ Como um dos fólhos foi cortado na lateral para a confecção do envelope, só se contaram 8 pontusais nele, mas haveria espaço para mais 1; tendo o bifólio 9 pontusais em cada um dos fólhos.

¹⁰⁶ A margem utilizada no verso de fólio mede 52 mm.

¹⁰⁷ Acontece o mesmo indicado em relação ao documento 14, na nota 74. O bifólio teria 9 pontusais em cada um dos fólhos.

¹⁰⁸ A distância entre os últimos pontusais fica entre 18 e 19 mm.

¹⁰⁹ O documento 28 foi escrito no mesmo fólio descrito anteriormente.

¹¹⁰ O documento foi escrito em um fólio dobrado ao meio.

¹¹¹ O documento 32 foi escrito no mesmo fólio descrito anteriormente.

¹¹² As margens deste documento são bastante irregulares.

Doc. N°	Medidas fólíio: Altura x Largura (mm)	Formato do papel	Aproveitamento de papel	Número de pontusais	Distância entre pontusais (mm)	Margem esquerda (mm)
34	348 x 231	bifólíio	recto, verso e verso	9 + 9	24 a 26 ¹¹³	47
35	302 x 210	bifólíio	recto	8 + 8	25 a 28	40
36 ¹¹⁴	302 x 210	bifólíio	todas as faces	8 + 8	25 a 28	72
37	307 x 213	bifólíio	recto	8 + 8	27 a 29 ¹¹⁵	47
38	305 x 210	bifólíio	recto	8 + 8	27 a 29 ¹¹⁶	47
39	306 x 212	bifólíio	todas as faces	não visíveis	-	23
40	307 x 212	fólíio	recto	8	26 a 27	45
41	303 x 211	bifólíio	recto	9 + 9	21 a 24	48
42	303 x 213	bifólíio	recto	9 + 9	22 a 24	47
43	306 x 211	bifólíio	recto	9 + 10	20 a 23	75
44	307 x 213	bifólíio	recto	8 + 8	25 a 28	53
45	306 x 211	bifólíio	recto e verso	8 + 8	27 a 29 ¹¹⁷	50
46	301 x 213	bifólíio	recto	9 + 8	23 a 27	55
47	304 x 209	bifólíio	recto	9 + 9	22 a 23	52
48	306 x 212	bifólíio	recto e verso	9 + 9	22 a 24	55
49	307 x 214	bifólíio	recto	9 + 9	22 a 23	50
50	330 x 219	bifólíio	todas as faces	9 + 9	23 a 25	40
51	312 x 211	bifólíio	recto	8 + 7	26 a 28	35
52	311 x 213	bifólíio	recto	8 + 8	27 a 29	20
53	306 x 214	fólíio	recto	8	23 a 27	20
54	309 x 215	bifólíio	recto e verso	8 + 8	27 a 29 ¹¹⁸	70
55	337 x 218	bifólíio	recto	8 + ? ¹¹⁹	23 a 27	60
56	313 x 220	bifólíio	recto	9 + 8	26 a 28 ¹²⁰	72
57	305 x 212	bifólíio	recto	9 + 9	22 a 25	60
58	299 x 212	bifólíio	recto	9 + 9	22 a 24	57
59	311 x 220	bifólíio	recto	9 + 8	26 a 28 ¹²¹	62
60	308 x 217	bifólíio	recto	9 + 8	23 a 26	52
61	310 x 213	bifólíio	recto	9 + 9	21 a 24	32
62	305 x 214	bifólíio	recto e recto	9 + 9	22 a 24	47
63	302 x 210	fólíio	recto e verso	9	22 a 24	48
64	305 x 212	fólíio	recto e verso	9	23 a 24	50
65	305 x 208	bifólíio	recto e verso	9 + 9	22 a 24	43
66	300 x 208	bifólíio	recto e verso	9 + 9	22 a 24	39
67	306 x 212	fólíio	recto	9	22 a 24	38
68	306 x 211	bifólíio	recto	8 + 8	27 a 29 ¹²²	56

¹¹³ A distância entre os primeiros pontusais é de 32 mm, e entre os últimos, de 30 mm.

¹¹⁴ O documento 36 foi escrito no mesmo fólíio descrito anteriormente.

¹¹⁵ A distância entre os dois primeiros pontusais é de 15 mm.

¹¹⁶ A distância entre os dois primeiros pontusais é de 16 mm.

¹¹⁷ A distância entre os dois primeiros pontusais é de 15 mm.

¹¹⁸ A distância entre os dois primeiros pontusais é de 16 mm.

¹¹⁹ Os pontusais de um dos fólíios estão apagados.

¹²⁰ A distância entre os dois primeiros pontusais é de 16 mm.

¹²¹ A distância entre os dois primeiros pontusais é de 16 mm.

¹²² A distância entre os dois primeiros pontusais é de 15 mm.

Doc. N°	Medidas fólho: Altura x Largura (mm)	Formato do papel	Aproveitamento de papel	Número de pontusais	Distância entre pontusais (mm)	Margem esquerda (mm)
69	306 x 209	bifólio	recto	9 + 9	22 a 23	47
70	314 x 221	bifólio	recto	8 + 8	27 a 29	38
71	306 x 212	bifólio	recto	9 + 9	21 a 23	50
72	303 x 211	bifólio	recto	9 + 9	22 a 24	43
73	300 x 209	bifólio	recto, verso e recto	9 + 9	21 a 24	50
74	311 x 220	bifólio	recto	8 + 8	27 a 29	57
75	311 x 208	bifólio	recto e verso	9 + 9	22 a 24	50
76	151 x 219 ¹²³	fólio	recto	9	22 a 24	42
77	213 x 155 ¹²⁴	fólio	recto	10	22 a 24	5 a 19
78	225 x 170 ¹²⁵	fólio	recto e verso	9	25 a 26 ¹²⁶	15 a 20
79	298 x 211	bifólio	recto	8 + 7	27 a 29	55
80	304 x 214	bifólio	recto	8 + 9	24 a 29 ¹²⁷	53
81	308 x 212	bifólio	recto	9 + 8	25 a 29 ¹²⁸	45

2.4.1. Formato do papel

Pela análise da tabela acima, pode-se afirmar que, à exceção dos documentos que utilizaram fólhos simples dobrados ou cortados ao meio, os demais foram escritos em fólhos medindo de 298 a 350 mm de altura e de 202 a 231 mm de largura. A grande maioria mede de 298 a 317 mm de altura por 202 a 222 mm de largura, sendo que apenas cinco fogem a esta regra, apresentando medidas maiores: de 350 mm x 230 mm (doc. 7), 348 mm x 231 mm (doc. 34), 341 x 225 mm (doc. 78), 337 mm x 218 mm (doc. 55), 330 mm x 219 mm (doc. 50).

Com relação ao formato do papel, 76% dos documentos, como se observa no gráfico a seguir, foram escritos em fólhos dobrados em bifólios, enquanto 24%, em fólhos.¹²⁹

¹²³ O fólho onde está escrito este documento foi cortado aproximadamente na metade e usado deitado, por isso a altura ser menor do que a largura.

¹²⁴ O fólho onde está escrito este documento também foi cortado aproximadamente na metade, e escrito no sentido vertical do mesmo.

¹²⁵ O documento foi escrito em um fólho dobrado ao meio. O fólho inteiro apresenta as seguintes medidas: 341 x 225 mm.

¹²⁶ A distância entre os dois primeiros pontusais é de 31 mm.

¹²⁷ A distância entre os dois primeiros pontusais e entre os dois últimos é de 20 mm, e a distância entre o penúltimo e o antepenúltimo é de 15 mm.

¹²⁸ A distância entre os dois primeiros pontusais é de 14 mm.

Gráfico 4 - Formato do papel utilizado

A análise do aproveitamento de papel revela que 71% dos documentos escritos em bifólios utilizaram apenas o recto do primeiro fólio para a escrita. Destes, 31% aproveitaram o segundo fólio (normalmente seu verso) como sobrescrito da missiva. Os documentos que se serviram tanto do recto quanto do verso do primeiro fólio respondem por 17% dos bifólios, enquanto aqueles escritos em todas as faces — recto, verso, recto e verso — somam apenas 7%, o que corresponde a 4 cartas. Duas cartas foram escritas em três faces — no recto, no verso e no recto — dos bifólios e uma utilizou o recto do primeiro fólio e o recto do segundo, ficando o verso do primeiro fólio em branco (doc. 62).

¹²⁹ Para essas análises quantitativas, informa-se que foram excluídos os documentos 28, 32 e 36, escritos no mesmo fólio (doc. 28) ou bifólio (docs. 32 e 36) dos documentos 27, 31 e 35, respectivamente. Apesar de escritos no mesmo papel, caracterizam-se como documentos independentes.

Gráfico 5 – Bifólios – aproveitamento de papel

Os sobrescritos utilizados em 13 dos 42 bifólios apresentam formato semelhante, como se pode observar nas imagens a seguir:

Figura 3 – Sobrescrito do documento 15

Como se observa na figura 3 acima, o verso do segundo fólio era utilizado para a escrita do nome do remetente e do local onde o mesmo se encontrava. O fólio era dividido em três e cortado na sua extremidade para formar o envelope, que era, por sua vez, selado.

Processo semelhante ao descrito acima foi utilizado no documento 58, como pode ser verificado na figura 4 a seguir. A diferença é que não se cortou a extremidade do fólio para se produzir o envelope. No caso deste documento, como ilustrado abaixo, provavelmente a abertura da missiva pelo seu destinatário tenha ocasionado a mutilação do papel.

Figura 4 – Sobrescrito do documento 58

O selo usado para o fechamento do envelope produzido com o último fólio pode ser observado em muitos dos documentos que utilizam tal procedimento. A variação de cor pode ser notada ao se comparar a figura 4 acima com as figuras 5 e 6 a seguir, em que os selos apresentam coloração mais forte, em tons de vermelho e rosa.

Figura 5 – Vestígio de selo do documento 70

Figura 6 – Selo do documento 14

Nos documentos 22, 61 e 81, verifica-se o uso de lacre vermelho para o fechamento da correspondência, como pode ser observado na figura 7 a seguir.

Figura 7 - Lacre presente no sobrescrito do documento 81

A abertura da carta selada poderia provocar a laceração da mesma, normalmente restrita à área do selo, conforme ilustrado na figura 8 abaixo.

Figura 8 - Reprodução de bifólio aberto - Doc. 68

Figura 11 - Detalhe da marca de abertura do selo do documento 70

Dos documentos escritos em fólho único, 63% usam apenas o recto para a escrita, enquanto 37% se serviram tanto do recto quanto do verso. Apenas 2 deles, ou 10%, utilizaram o verso do fólho como sobrescrito, sendo que um fez uso de selo (Doc. 4).

Gráfico 6 - Fólhos simples - aproveitamento de papel

Verifica-se que 69% dos documentos utilizam apenas o recto do fólho para a escrita do mesmo, não importando se escritos em bifólhos ou fólhos simples. Tal dado indica que a correspondência oficial à época não costumava ser mais longa do que isso, além do fato de que o alto índice de bifólhos escritos apenas no recto, 71%, demonstra que não haveria, de forma geral, uma preocupação tão grande com o

aproveitamento máximo de papel no *corpus* estudado. Cabe ressaltar, no entanto, que, destes 71%, cerca de 1/3 utilizou o verso do segundo fólio como sobrescrito. O restante deixou-o em branco.

Sobre o processo de fabricação manual de papel realizado a época, transcreve-se trecho a seguir de Costa (1946, p. 72), que, apesar de longo, vale a pena ser reproduzido por descrever em detalhes tal processo:

Como matéria prima principal usava-se o trapo de linho e de algodão. Algumas fábricas obtinham papel que, em qualidade, podia rivalizar com o estrangeiro.

O modo de trabalhar era o seguinte:

A massa depois de preparada, deitava-se na tina onde um operário mergulhava a forma, caixilho do tamanho da folha com fundo constituído por teia metálica de fios finos de bronze, muito juntos, para o papel velino, ou para o papel vergé, por fios também muito juntos, estendidos na menor direcção do caixilho, e ligados, de longe a longe, por outros que os atravessam perpendicularmente.

Na parte central da teia fazia-se, muitas vezes, o desenho, também em fio de bronze, da marca do papel. Pode apreciar-se uma grande colecção de formas na fábrica de Marianaia.

Da tina retirava-se a forma sacudindo-a ligeiramente em todos os sentidos a fim de a camada da massa ficar uniforme e, depois desta tomar consistência conveniente, em virtude da água ir escorrendo através da rede e das fibras se irem ligando umas às outras, tirava-se a folha de papel da forma e colocava-se sobre um feltro. Depois de se obter certo número de folhas de papel e de se terem colocado as folhas alternadamente com feltros, submetia-se o conjunto à prensagem para extraír a água. A secagem do papel fazia-se ao ar.

As folhas de papel depois de secas eram de novo prensadas.

Nos papéis colados, a colagem fazia-se, geralmente, depois do papel seco, mergulhando este no banho de cola. Depois secava-se o papel lentamente ao ar e, em seguida, prensava-se.

Como se sabe, é devido ao uso da forma que se chama ao papel obtido por este processo, papel de forma.

A teia metálica de fios finos de bronze utilizada para a confecção do papel deixava marcas, conhecidas por pontusais e vergaturas. Os pontusais são, portanto, "os fios mais grossos utilizados para dar segurança e resistência à trama de vergaturas", sendo que "a sua diferente forma apresentada em diferentes épocas nos auxilia à identificação do papel" (BANDEIRA, 1995, p. 39). Por esse motivo, a análise dos pontusais é um dado fundamental na descrição codicológica.

Com relação aos documentos do *corpus*, 57% dos fólhos apresentam 9 pontusais, enquanto 33%, 8 pontusais. Dos restantes 10%, cinco fólhos possuem 7 pontusais, seis fólhos apresentam 10 pontusais, e em um bifólio e um fólho, os pontusais não estão visíveis. A maioria dos bifólios, 78%, apresenta o mesmo número de pontusais em ambos os fólhos. A distância entre os pontusais varia entre 20 e 30 mm, sendo que alguns fólhos apresentam distâncias variáveis entre os dois primeiros e/ou os dois últimos pontusais, conforme se verifica nos documentos 23, 34, 37, 38, 45, 54, 56, 59, 68, 78, 80 e 81. Na maioria dos casos, tal distância é menor, variando de 14 a 16 mm. Esse fato é referido por Ataíde e Melo (1926, p. 17), quando afirma que "desde o século XIV e sobretudo desde o século XV, coloca-se na margem da fôlha um pontusal especial". Em francês, tal pontusal é chamado *pontuseau d'appui*, sendo definido como um "pontuseau supplémentaire, placé à courte distance du bord de la feuille, auquel est fixée la tranchefile" (MUZERELLE, 2002).

Com relação às vergaturas, verificou-se que a distância entre elas foi uniforme em todos os documentos, medindo cerca de 1 mm, assim como observado em papéis da segunda metade do século XVIII por Monte (2007). Segundo Bandeira (1995, p. 39), as vergaturas eram

o conjunto de fios dispostos horizontalmente, com reduzidos espaços de separação, constituindo a base da teia metálica utilizada como molde de papel [e] sabe-se que à medida que evolui o sistema de fabricação do papel, tornando-se mais fino e delicado, também aquelas deixam de se apresentar com fios grossos, passando a constituir uma trama mais fina. Repare-se como ainda hoje se utiliza a designação de *vergé* para o papel fabricado à imitação da textura manual.

É interessante ressaltar que, durante o século XVIII, Portugal, que apresentava até então produção tímida¹³⁰ frente à Holanda, França, Itália e Alemanha, vê florescer diversas fábricas de papel em seu território: Paranhos, em 1740; Lousã, em 1748;¹³¹ S.

¹³⁰ Cabe informar que se supõe que o país tenha produzido papel antes de 1411 (MCMURTRIE, 1969), mas em 1537 verificava-se a escassez do material, sendo necessário recorrer "a produto vindo do estrangeiro, sobretudo da França." (MCMURTRIE, 1969, p. 78).

¹³¹ As informações sobre a fundação da fábrica de Lousã são controversas. Bandeira (1995, p. 44), por exemplo, afirma que José Maria Otone administrava-a já em 1715 e que esta teria dado origem a "uma outra que se diz ter sido fundada na Lousã em 1748. De novo aparece o nome de José Maria Otone, obtendo permissão para construir aí uma fábrica, concedendo-lhe o rei um empréstimo.". Já Sequeira (1935 – livro sem paginação) informa que "José Maria Ottone já tinha morrido em 1741 e as contas com

José, Braga, em 1750; a famosa Abelheira, na década de 1750; Queluz, em 1755; entre outras (COSTA, 1946). Segundo McMurtrie (1969, p. 78),

foi da passagem do séc. XVII para o séc. XVIII, que se operou a verdadeira transformação da indústria do papel entre nós [portugueses]. Até aí era uma indústria de tipo artesanal para passar a ser no reinado de D. João V uma indústria manufactureira.

A qualidade do papel já tinha avançado bastante à altura, a ponto de se produzirem papéis finos em Lousã e em Nossa Senhora da Lapa, na Feira, além de “papel pintado e estampado em Lisboa” (COSTA, 1946, p. 7). Nessa época, portanto, as vergaturas já não apresentariam os fios grossos de outrora, mas sim uma trama fina.

Pode-se observar, ainda, que as medidas da margem esquerda são bastante variáveis nos documentos, podendo medir de 5 a 75 mm. Alguns documentos apresentam margens bastante irregulares, como é o caso dos documentos 33 e 77. A maior parte dos documentos, 73%, apresenta margens entre 40 e 70 mm. As margens inferiores a 40 mm respondem por 21% dos documentos, enquanto as margens superiores a 70 mm correspondem a 4%, equivalendo a 3 documentos apenas.

2.4.2. Filigranas

A descrição de marcas d'água é um importante procedimento para a análise codicológica, uma vez que por meio dela torna-se possível, por exemplo, o estabelecimento de catálogos de marcas d'água que auxiliam na determinação da data cronológica de documentos não datados. Segundo Ataíde e Melo (1926, p. 13),

a Academia [Real de História] eram então feitas com António Correia Barreto, credor da herança do fundador. Não tendo sido satisfeita a dívida, Pombal, mais tarde, apropriou-se da fábrica ficando o Estado a administrá-la. Depois passou de novo a particulares. Em 1769 estava em poder de Anselmo José da Cruz & C.^a e produzia bastante. Jácome Ratton, a conselho de um sujeito de Coimbra, foi vê-la, e diz nas suas *Recordações* que ela era então dirigida por um oficial genovês.”. McMurtrie (1969, p.78) afirma que a fábrica da Lousã teria sido “criada já nos finais do séc. XVII” e que “em 1716, fornecia mesmo a tipografia dos jesuítas no Colégio das Artes, fabricando o papel de três sortes”.

"identificar uns [documentos], rejeitar outros, apresentar a verdade, tal é o fim que compete às marcas de água". De acordo com Bandeira (1995, p. 39),

É sabido como o desenho ou inscrição que aparece numa folha de papel quando esta é olhada à transparência constitui um dos principais elementos de identificação do papel. A utilização de certos temas em determinadas épocas permite identificar a origem dos documentos não datados, bem como a origem do papel utilizado em certos incunábulo falhos de indicação de localidade, de impressor ou de data. Este elemento associado ao estudo da disposição das vergaturas e pontusais, que ficam marcados na folha, constituiu a base para a identificação de determinados tipos de papel.

São volumosos e detalhistas os dicionários e catálogos de marcas d'água, que se debruçam majoritariamente sobre a época medieval, avançando até o século XVI. A obra clássica de Briquet, de 1907, **Les Filigranes - Dictionnaire historique des marques du papier, dès leur apparition vers 1282 jusqu'en 1600**,¹³² é um exemplo da magnitude de obras desse tipo. Entre 1961 e 1997, Piccard publicou, em alemão, cerca de um terço de sua coleção de marcas d'água, em 25 volumes.¹³³

Há diversas iniciativas para divulgar *online* bancos de dados de filigranas, como Bernstein - Memory of Paper¹³⁴, BO - Briquet Online¹³⁵, Wasserzeichenkartei Piccard¹³⁶ e LIMA: Watermark Databases¹³⁷, sobretudo aquelas pertencentes a períodos anteriores ao século XVII.¹³⁸

¹³² Tal obra foi reimpressa em 1968, em Amsterdam, por Alan Stevenson.

¹³³ Não foi possível localizar nenhuma dessas obras em bibliotecas e instituições brasileiras.

¹³⁴ Bernstein - Memory of Paper. Disponível em:

<http://www.memoryofpaper.eu:8080/BernsteinPortal/appl_start.disp>. Acesso em: 21 out. 2012.

¹³⁵ BO - Briquet Online. Disponível em: <http://www.ksbm.oeaw.ac.at/_scripts/php/BR.php>. Acesso em: 21 out. 2012.

¹³⁶ Piccard (somente em alemão). Disponível em: <<http://www.piccard-online.de>>. Acesso em: 21 out. 2012. O período principal coberto pela coleção são os séculos XIV, XV, XVI e XVII.

¹³⁷ LIMA: Watermark Databases. Disponível em:

<<http://www2.warwick.ac.uk/fac/arts/ren/projects/publications/lima/paper/describing/databases>>. Acesso em: 21 out. 2012. Tal endereço, na verdade, reúne alguns bancos de dados de filigranas, não sendo ele em si um banco de dados.

¹³⁸ Os sistemas de busca desses bancos, em geral, ainda não apresentam uma interface muito amigável, o que pode dificultar a pesquisa. O próprio banco de dados LIMA (2012, texto de apresentação) refere a essa questão, explicando as principais razões para o fato: "Online databases such as Gravell are more discriminating, using a combination of type (primary descriptors) and numerous secondary descriptors (ornaments and additions to the basic type). However this is a system of considerable taxonomic complexity (you need to know your trefoils from your fleurons). This problem would become acute in a database of watermarks of significantly greater scope than any of the existing resources. What none of these systems allow for is the computerised search of the images themselves,

O mais conhecido catálogo sobre as marcas d'água modernas foi editado por Edward Heawood, em 1950, com reimpressão em 1957. O autor concentrou-se nas filigranas dos séculos XVII a XVIII. Assim como os catálogos de Briquet e Piccard, também não foi possível localizar esta obra em instituições brasileiras. Os bancos de dados *online* não costumam incluir as marcas d'água desta obra. Desse modo, foi impossibilitada a comparação entre as filigranas encontradas nos documentos do *corpus* com o catálogo de Heawood. Exceção seja feita às comparações possibilitadas pelas descrições realizadas por Barbosa (1999), que teve acesso à obra de Heawood, a respeito das marcas d'água verificadas nas cartas que compuseram seu *corpus* de estudo, de período contemporâneo (século XVIII) aos documentos aqui editados. Em alguns casos, as descrições coincidem com as marcas d'água encontradas nesta pesquisa.

Cabe esclarecer que o exame das filigranas dos documentos que constituem o *corpus* desta pesquisa foi realizado *in loco*, com a permissão e sob a supervisão da Chefe da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Vera Lucia Fallace, a qual cedeu gentilmente um equipamento que emite luz ultravioleta, o negatoscópio, para a observação das marcas d'água. Além da descrição e da medida das mesmas, realizou-se o registro fotográfico de algumas delas.¹³⁹

Para as descrições das filigranas, utilizou-se como modelo aquelas realizadas por Ataíde e Melo (1926). Além disso, consultou-se a obra de Faria e Pericão (2008) para auxiliar na escolha dos termos mais adequados para descrever as figuras. Assim, optou-se pelo vocábulo “escudo”, em vez de brasão, já que, conforme referem os autores (2008, p. 484, grifo nosso): “as marcas d'água apresentam desenhos muito variados: **escudos**, emblemas heráldicos, castelos, figuras mitológicas [...]”.

which would clearly be preferable. Such a system is being developed: SHREW is a research programme on shape recognition software based at the University of Northumbria at Newcastle. It aims to determine the best method for reproducing watermark images, and to develop software that will search images. Unfortunately at the time of writing SHREW is on hold due to lack of funding.”.

¹³⁹ Devido ao limite de imagens gratuitas estabelecido pela BNRJ, não foi possível fotografar todas as marcas d'água.

Tabela 8 – Descrição de marcas d'água

Doc. N°	Marca d'água	Posição (em relação aos pontusais)	Altura em mm
1	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. Abaixo, há as letras SFP.	entre 4º e 6º	125
2	Escudo com coroa no cimo e uma inscrição no centro começando com a letra L, de difícil leitura, provavelmente se trata da palavra LIBERTAS. Há as letras SFP abaixo do mesmo.	entre 3º e 5º	120
3	Em um fólio, há a figura de um animal, que parece um touro, com o desenho dos chifres bem marcado; no outro, há um desenho de um cavalo montado por um cavaleiro armado com uma lança e usando um capacete com chifres; no canto inferior do fólio há uma contramarca ¹⁴⁰ com as letras PP.	entre 4º e 8º	74 (touro) e 95 (cavalo + cavaleiro)
4	Não está visível.	-	-
5	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás; no mesmo fólio, no canto inferior direito, há uma contramarca com a letra A.	entre 3º e 6º	75
6	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. Há as letras SFP abaixo. A figura é bastante parecida com aquela do doc. 1, diferindo apenas no cimo da coroa.	entre 4º e 6º	110
7	Escudo com coroa no cimo e, no seu interior, um objeto parecido com uma corneta; há um traço com uma volta sobre a mesma e a legenda FRANCESCO abaixo. No outro fólio, no centro há a legenda POLLERI, e, no canto inferior direito, há contramarca formada pelas letras FP.	entre 4º e 6º	88
8	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás; no canto inferior há uma contramarca assemelhando-se a um número 4.	entre 4º e 6º	45
9	Não está visível.	-	-
10	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro; há a legenda VORNO abaixo do mesmo; no canto inferior esquerdo há uma contramarca que se assemelha a uma ferradura. No canto inferior direito do outro fólio, há uma contramarca em forma de balança.	entre 4º e 6º	108
11	Não está visível.	-	-
12	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. Há as letras SFP abaixo. Praticamente idêntica à marca do doc. 6.	entre 4º e 6º	110
13	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro, muito parecido com o doc. 8; há a legenda VORNO abaixo do mesmo. No outro fólio, há um círculo, assemelhando-se a um sol. No centro há as letras SADP. Abaixo do desenho, há as letras AC.	entre 4º e 6º (ambas)	108 (escudo) e 70 (sol)

¹⁴⁰ Segundo Muzerelle (2002), a contramarca se define como “filigrane de petites dimensions placé dans l'un des angles de la moitié de la feuille qui ne contient pas le filigrane principal, généralement composée d'initiales permettant de distinguer les différents fabricants utilisant le même type de filigrane”. A palavra *contramarca*, com a mesma aceção, é também referida em textos brasileiros: “A filigrana principal era, frequentemente, acompanhada por uma outra chamada ‘contramarca’, localizada no centro da outra metade da folha. Algumas vezes, tanto as filigranas como suas contramarcas podem também ser encontradas nos cantos das folhas.” (RODÉS, 1995, p. 57).

Doc. Nº	Marca d'água	Posição (em relação aos pontusais)	Altura em mm
14	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. Há as letras SFP abaixo. Praticamente idêntica à marca do doc. 6.	entre 4º e 6º	110
15	Marca d'água idêntica à descrita logo acima.	entre 4º e 6º	111
16	Escudo com coroa no cimo e com a inscrição LIBERTAS no centro; há as letras SQ abaixo do mesmo.	entre 4º e 6º	116
17	Há as letras AGC no centro do fólio (observadas com muita dificuldade).	entre 4º e 6º	-
18	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. Há as letras SFP abaixo. Praticamente idêntica à marca do doc. 6.	entre 4º e 6º	111
19	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro; há as letras AP abaixo.	entre 4º e 6º	117
20	Marca d'água idêntica à descrita logo acima.	entre 4º e 6º	112
21	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. Abaixo, há as letras SFP. Assemelha-se ao do doc. 1, mas difere no desenho da coroa e dos arabescos do escudo.	entre 4º e 6º	120
22	Desenho de três flores com três símbolos, um sobre cada uma, assemelhando-se a uma estrela; abaixo das flores há uma cruz de Malta, e abaixo dela, as letras ACM. No outro fólio há o escudo de armas reais portuguesas, com a legenda COSTA abaixo do mesmo.	entre 4º e 6º (flores) e entre 3º e 7º (escudo)	133 (cruz + flores + símbolo) e 158 (escudo)
23	Escudo com uma faixa em branco no centro e três estrelas em seu interior.	entre 3º e 5º	81
24	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás (muito semelhante ao doc. 8); no outro fólio há as letras AGC.	entre 3º e 5º	45
25	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás (muito semelhante aos docs. 8 e 24); no outro fólio há as letras AGC, e, no canto superior esquerdo, há uma contramarca constituída por um símbolo pequeno assemelhando-se a uma ferradura.	entre 3º e 5º	45
26	Não está visível.	-	-
27	Não está visível.	-	-
28	Trata-se do mesmo fólio descrito logo acima, em que a marca d'água não está visível.	-	-
29	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. Abaixo, há as letras GG.	entre 4º e 6º	121
30	Há as letras B[C]B no centro do fólio.	entre 2º e 4º	-
31	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro; há as letras SQ abaixo do mesmo. No canto inferior esquerdo do outro fólio, observa-se a contramarca formada pela letra F, em posição invertida.	entre 4º e 6º	113
32	Trata-se do mesmo fólio descrito anteriormente.		
33	Há as letras AGC no centro do fólio.	entre 3º e 4º	-
34	Escudo com coroa no cimo e, no seu interior, um objeto parecido com uma corneta; há um traço com uma volta sobre o mesmo. No outro fólio, no canto inferior direito, há uma contramarca formada pelas letras SQ.	entre 4º e 6º	74

Doc. Nº	Marca d'água	Posição (em relação aos pontusais)	Altura em mm
35	Observa-se, com muita dificuldade, uma figura que se assemelha a de um cavalo. No outro fólio, há uma letra que parece ser C ou G.	entre 4º e 6º	-
36	Trata-se do mesmo fólio descrito logo acima.		
37	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás (muito semelhante aos docs. 8, 24 e 25); no outro fólio há as letras AGC, sendo que a letra G está invertida.	entre 4º e 6º	48
38	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás (muito semelhante aos docs. 8, 24, 35 e 37); no outro fólio há as letras AGC.	entre 4º e 6º	44
39	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro; há as letras AP abaixo.	-	120
40	Há as letras AGC no centro do fólio.	entre 4º e 6º	-
41	Escudo arredondado com o escudo de armas reais portuguesas ao centro, encimado por uma coroa. Na borda, é possível ler as palavras "CORTE DI POTO GAL CARTA", todas escritas em caixa alta. No centro do outro fólio, há uma flor com muitas pétalas; e no canto inferior direito há uma contramarca formada pelas letras AMC.	entre 3º e 7º	99
42	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro; há a legenda VORNO abaixo do mesmo. No outro fólio, há, no canto inferior esquerdo uma contramarca formada pelas letras GCB.	entre 4º e 6º	139
43	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro; há a legenda FRANCESCO abaixo do mesmo. No outro fólio, há um círculo, assemelhando-se a um sol. Em seu centro há as letras SADP. Abaixo do sol, há a legenda POLLERI. No canto inferior direito deste fólio há uma contramarca formada pelas letras FP, provavelmente acrônimo de Francesco Polleri.	entre 4º e 6º (escudo) e entre 5º e 7º (sol)	106 (escudo) e 63 (sol)
44	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. Abaixo, há as letras G[F].	entre 3º e 5º	111
45	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás (muito semelhante aos docs. 8, 24, 25, 37 e 38); no outro fólio há as letras AGC.	entre 4º e 6º	46
46	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. Abaixo, há as letras AG.	entre 3º e 5º	113
47	Há a figura de animal assemelhando-se a um leão, com uma coroa sobre a cabeça; há duas contramarcas: uma no canto superior esquerdo formada pela letra A, e outra no canto inferior esquerdo, pela letra C. No outro fólio, há o desenho de uma flor de lis com ornamentações e uma coroa no cimo; no canto inferior direito do fólio, há uma contramarca formada pela letra P.	entre 5º e 6º (urso) e entre 4º e 6º (flor de lis)	60 (urso + coroa) e 99 (flor + coroa)

Doc. Nº	Marca d'água	Posição (em relação aos pontusais)	Altura em mm
48	Há a figura de animal assemelhando-se a um leão, com uma coroa sobre a cabeça; há duas contramarcas: uma no canto superior direito formada pela letra E, e outra no canto inferior direito, pela letra P. No outro fólio, há o desenho de uma flor de lis com ornamentações e uma coroa no cimo; há também duas contramarcas: uma no canto superior esquerdo constituída pela letra A, e outra no canto inferior esquerdo, pela letra C.	entre 5º e 6º (urso) e entre 4º e 6º (flor de lis)	59 (urso + coroa) e 96 (flor + coroa)
49	Há um desenho de dois animais assemelhando-se a leões sustentando uma elipse com uma cruz no centro, encimada por uma coroa. Abaixo da elipse há outras duas circunferências, uma sob a outra; a primeira contém as letras GBD, e a segunda, um símbolo parecido com uma ferradura.	entre 4º e 6º	114
50	Escudo com coroa no cimo e o restante difícil de se observar.	entre 3º e 5º	113
51	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás (o desenho difere um pouco dos demais cavalos, sendo este mais estreito, com a cauda diferente e com as patas grosseiramente traçadas); no outro fólio há as letras CR.	entre 5º e 6º	50
52	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás. O cavalo está em uma posição mais empinada que os demais e o desenho da cauda e da crina diferem bastante dos outros cavalos; no outro fólio há as letras CR.	entre 3º e 4º	60
53	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro; há as letras AP abaixo.	entre 3º e 5º	108
54	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás (muito semelhante aos docs. 8, 24, 25, 37, 38, 45 e 52); no outro fólio há as letras AGC.	entre 4º e 5º	54
55	Escudo sem inscrição ornado com arabescos, apoiado sobre uma linha reta. No outro fólio há as letras GB.	entre 3º e 6º	123
56	Escudo com as letras FGGI nos dois fólhos.	entre 4º e 6º / entre 4º e 5º	57
57	Sol com as inscrições NSDC e a legenda GIVSEPPE abaixo. No canto inferior esquerdo há uma contramarca formada pelas letras GP, provavelmente acrônimo de Giuseppe Picardo. No outro fólio, há um escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. Abaixo, há a legenda PICARDO.	entre 4º e 6º	120
58	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro; há a legenda VORNO abaixo do mesmo. No canto inferior direito do outro fólio, há uma contramarca em forma de balança.	entre 4º e 6º	107
59	Escudo com as letras FGGI nos dois fólhos.	entre 4º e 6º / entre 4º e 5º	57
60	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. Abaixo, há as letras GB intercaladas por uma estrela de seis pontas.	entre 3º e 6º	118
61	Há as letras FMR no centro do fólio.	entre 4º e 6º	-

Doc. Nº	Marca d'água	Posição (em relação aos pontusais)	Altura em mm
62	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro; há a legenda VORNO abaixo do mesmo. No canto inferior esquerdo do outro fólio, há uma contramarca formada pelo “código” N8.	entre 4º e 6º	133
63	Escudo de armas reais portuguesas no centro e as letras GBR abaixo.	entre 4º e 6º	124
64	Não está visível.	-	-
65	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. No canto inferior direito do outro fólio há uma contramarca formada pelas letras TG.	entre 4º e 6º	89
66	Escudo arredondado com o escudo real de armas portuguesas ao centro, encimado por uma coroa. Na borda, é possível ler as palavras CARTA PER LA REAL CORTE DI POTO GAL. Trata-se de escudo bastante semelhante àquele do doc. 41. No centro do outro fólio, há uma flor envolta por um círculo decorado com ramos de folhas; e no canto inferior direito deste fólio há uma contramarca constituída das letras AMC.	entre 3º e 7º (ambas)	97 (escudo) e 88 (flores)
67	Há uma flor, idêntica à do fólio anterior, envolta por um círculo decorado com ramos de folhas; e no canto inferior direito deste fólio há a mesma contramarca descrita logo acima, formada pelas letras AMC.	entre 3º e 7º	90
68	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás (muito semelhante aos docs. 8, 24, 25, 37, 38, 45, 52 e 54); no outro fólio há as letras AGC. No canto inferior direito deste fólio há uma contramarca formada pela letra I.	entre 4º e 6º	45
69	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. Abaixo, há as letras SFP.	entre 4º e 6º	113
70	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás (muito semelhante aos docs. 8, 24, 25, 37, 38, 45, 52, 54 e 68); no outro fólio há as letras LMC.	entre 4º e 6º	58
71	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás (o desenho é mais grosseiro do que os demais). Há as letras DV abaixo do mesmo.	entre 4º e 6º	53
72	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS invertida no centro, muito parecido com o doc. 10; há a legenda VORNO abaixo do mesmo. No canto inferior esquerdo deste fólio há uma contramarca formada pela letra I. No outro fólio, há um círculo, assemelhando-se a um sol, com as letras SADP no centro. Abaixo do desenho, há as letras GB[C].	entre 4º e 6º	128 (escudo) e 53 (sol)
73	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro; há a legenda VORNO abaixo do mesmo. No canto inferior direito do outro fólio, há uma contramarca formada por uma balança.	entre 4º e 6º	111
74	Escudo com a inscrição GLP no centro. No outro fólio há a legenda OLLE envolta por uma forma oval rodeada de arabescos.	entre 3º e 6º	118

Doc. Nº	Marca d'água	Posição (em relação aos pontusais)	Altura em mm
75	Há um círculo, assemelhando-se a um sol, com as letras SADP no centro. No outro fólio, há a figura de um animal assemelhando-se a um leão, com uma coroa sobre a cabeça, semelhante àqueles dos docs. 47 e 48, mas com algumas diferenças, como o desenho da cauda. Abaixo da figura há as letras TG.	entre 4º e 6º (ambas)	81 (sol) e 70 (urso)
76	No canto inferior direito do fólio há um animal assemelhando a um pássaro, com bico comprido e penas levantadas.	entre 6º e 8º	32
77	Não está visível.	-	-
78	A marca d'água não está visível. Há apenas as letras SP no canto inferior esquerdo do fólio.	-	-
79	Figura de um cavalo com as patas dianteiras levantadas e olhando para trás (muito semelhante aos docs. 8, 24, 25, 37, 38, 45, 52, 54, 68 e 70); no outro fólio há as letras AGC.	entre 3º e 5º	45
80	Há as letras DA no centro do fólio.	entre 4º e 5º	-
81	Escudo com coroa no cimo e a inscrição LIBERTAS no centro. Abaixo, há as letras GBG.	entre 3º e 5º	120

Verificou-se que as duas marcas que mais se repetiram no *corpus*, ainda que com traçados ou adornos ligeiramente diferentes, foram o escudo com a inscrição LIBERTAS e a figura do cavalo com crina esvoaçante e patas dianteiras levantadas. Em 7 documentos, os papéis apresentavam somente letras, sem filigrana, sendo que dois destes foram escritos em fólhos simples e cinco em bifólios, ou seja, à época poderiam ser fabricados papéis sem figuras (escudos, animais, flores etc.) apenas com letras ou legenda. Seguindo-se o modelo de descrição observado em Ataíde e Melo (1926), considerou-se legenda os substantivos próprios indicativos do nome do fabricante ou do local de fabricação do papel, como POLLERI, GIVSEPPE e VORNO, ao passo que os acrônimos, como AGC, AMC, GP, FP, entre outros, foram descritos como letras. Ilustram-se alguns exemplos a seguir:

Figura 12 - Legenda VORNO (Doc. 72)

Figura 13 - Legenda POLLERI (Doc. 7)

Figura 14 - Letras AGC (Doc. 24)

Figura 15 - Letras AMC (Doc. 41)

Figura 16 - Letras CR (Doc. 51)

As letras AGC, presentes em número significativo de documentos, acompanhando em muitos casos a marca d'água com a figura do cavalo de crina esvoaçante, também é referida por Ataíde e Melo (1926, p. 264) em documento de 1755, como se observa na figura 17.

Figura 17 - Letras AGC (1755) presentes em Ataíde e Melo (1926, p. 264)

O gráfico abaixo indica a distribuição de marcas d'água verificadas nos documentos do *corpus*:

Gráfico 7 - Distribuição das marcas d'água presentes no *corpus*

Os papéis que traziam o escudo com a inscrição LIBERTAS, 29 no total, apresentavam diferentes letras e legendas abaixo do mesmo, e o próprio desenho do escudo podia variar, sendo ora mais alongado, ora menos; ora com mais adornos, ora com menos. As coroas sobrepostas ao escudo também apresentavam desenho variável. As letras e legendas mais frequentes foram: SFP (9 documentos), VORNO (7 documentos), AP (4 documentos) e SQ (2 documentos). À exceção das letras SQ, que também foram encontradas no canto inferior direito do documento 34, formando a contramarca, as demais só foram localizadas abaixo do escudo com a inscrição LIBERTAS.

A seguir são ilustradas algumas dessas marcas d'água.¹⁴¹

Figura 18 – Escudo LIBERTAS SFP (Doc. 6)

Figura 19 – Escudo LIBERTAS SFP (Doc. 1)

¹⁴¹ Note-se que, na figura 18, na lateral direita do fólio, há marca de corrosão por papirófagos. No processo de fabricação do papel, como refere Bandeira (1995, p. 28), “para evitar um papel com porosidade, havia ainda que proceder à distribuição de cola por toda a superfície da folha. Primeiramente utilizou-se uma base de amido e fécula de batata – elementos que tão bem sabemos hoje como faziam as delícias dos bibliófagos! – e depois, por influência italiana, passou a utilizar-se uma gelatina.”.

Figura 20 – Escudo LIBERTAS VORNO (Doc. 62)

Figura 21 – Escudo LIBERTAS VORNO (Doc. 58)

Figura 22 – Escudo LIBERTAS AP (Doc. 19)

Figura 23 – Escudo LIBERTAS SQ (Doc. 16)

Figura 24 - Escudo LIBERTAS AG (Doc. 46)

Figura 25 - Escudo LIBERTAS GG (Doc. 29)

Figura 26 - Escudo LIBERTAS GB

Ataíde e Melo (1926, p. 263) também descreve o escudo LIBERTAS, informando que havia as letras CB abaixo do mesmo. Segundo o autor, o papel teria sido utilizado na oficina tipográfica dos herdeiros de Antonio Pedroso, em Lisboa, no ano de 1753 para a elaboração do documento "Pauta das avaliações das fazendas". Note-se que o desenho, apesar de bem semelhante, não é idêntico a nenhum dos escudos encontrados no *corpus*, que, por sua vez, também não são idênticos entre si.

Além da variação das letras e legendas colocadas abaixo do escudo, o desenho do mesmo e da coroa variavam. Vale ressaltar que a parte inferior do escudo, na ilustração de Ataíde e Melo (1926, p. 263), não apresenta o adorno verificado nos escudos do *corpus*.

Figura 27 - Escudo LIBERTAS (1753) presente em Ataíde e Melo (1926, p. 263)

Figura 28 - Detalhe da parte inferior dos escudos do *corpus*

Outra marca d'água frequente foi a figura do cavalo com crina esvoaçante, encontrada em 15 documentos. Assim como ocorreu com o escudo LIBERTAS, seu desenho também podia variar, sendo mais grosseiro (figura 31 abaixo - Doc. 5) ou apresentando um detalhe diferente, como é o caso da cauda do animal observada na filigrana do documento 52 (figura 32 abaixo). As letras que mais frequentemente acompanhavam esta filigrana, nunca abaixo da mesma, mas sempre no fólio oposto, foram AGC, presentes em 8 documentos. Em 3 documentos, os fólios não apresentaram nenhuma legenda ou letras no fólio oposto, apenas contramarcas formadas por letras ou números isolados, posicionados nos cantos do fólio. As letras CR apareceram em 2 documentos, e as letras LMC e DV foram encontradas em um documento cada, sempre no fólio oposto àquele em que havia a figura do cavalo. Encontram-se a seguir alguns exemplos dessa filigrana:

Figura 29 - Cavalo mais frequente (Doc. 8)

Figura 30 - Cavalo com letras DV (Doc. 71)

Figura 31 - Cavalo: variação (Doc. 5)

Figura 32 - Cavalo: variação (Doc. 52)

É interessante ressaltar que a marca d'água com o desenho de um cavalo também foi catalogada por Ataíde e Melo (1926, p. 191, 266), como se observa nas figuras a seguir, tanto em papel do século XVI, em uma carta da rainha D. Catarina para o bispo D. Jerônimo Osório, datada de 1571, quanto em papel do século XVIII, em documento de 1755. Note-se que o desenho seiscentista do cavalo diferia daqueles encontrados nos documentos setecentistas, sobretudo nos detalhes do pescoço e da cabeça do animal, que apresentavam mais elementos e desenho mais bem elaborado no século XVIII. Além disso, as letras PP não foram encontradas nos papéis do *corpus*.

Figura 33 - Marca d'água do séc. XVI com figura de cavalo presente em Ataíde e Melo (1926, p. 191)

Figura 34 - Marca d'água do séc. XVIII (1755) presente em Ataíde e Melo (1926, p. 266)

As marcas d'água que traziam o escudo de armas reais portuguesas aparecem em cinco documentos.¹⁴² Três deles trazem o escudo envolto em um círculo em cuja borda é possível ler "CARTA PER LA REAL CORTE DI POTO GAL", como se observa na figura 35. Pelas marcas linguísticas observadas em tal frase, é bastante provável que se trate de papel fabricado na Itália. Ataíde e Melo (1926, p. 267) confirma essa hipótese ao descrever marca d'água bastante semelhante: "Por esta marca se vê, que ou era fabricado papel em Itália de propósito para Portugal, ou que havia algum italiano que o fabricava em Portugal. Parece-me mais verosímil a 1ª hipótese.". Além dele, Sequeira (1935)¹⁴³ identifica a marca d'água como sendo de origem italiana:

É bom, porém, frisar que aparece papel setecentista, com as armas portuguesas por marca, fabricado em Itália. No livro *Despertador de Marte*, de Francisco Borges de Sousa, impresso em Lisboa em 1762, o papel acusa uma marca circular com essas armas, tendo ao redor a seguinte legenda: *Carta per la corte di Portogal*. Igualmente se encontra

¹⁴² A descrição deste escudo é referida por Faria e Pericão (2008, p. 305): "escudo de armas reais portuguesas – aquele em que figuram os sete castelos e os escudetes com as cinco chagas de Cristo, encimado por coroa real que se conserva aberta até D. Sebastião, após o qual passa a ser fechada (coroa imperial).".

¹⁴³ O livro não apresenta paginação.

marca semelhante, mas sem a legenda, no papel que se imprimiu a *Arte de Furtar*, em 1744.

Figura 35 – Marca d'água do *corpus* (Doc. 66)

Figura 36 – Marca d'água presente em Ataíde e Melo (1926, p. 267)

Note-se que o escudo de armas reais portuguesas inserido no centro apresenta consideráveis diferenças: enquanto o desenho daqueles verificados nos documentos 41 e 66 do *corpus* trazem o escudo alongado, terminando de uma forma mais pontiaguda, a filigrana referida por Ataíde e Melo (1926, p. 267) termina arredondando os cantos da forma retangular do escudo. Além disso, o escudo encontrado no *corpus* traz apenas quatro castelos em vez dos sete tradicionalmente verificados.

No fólio oposto dos documentos 66 e 67, em que aparece a marca d'água acima ilustrada, encontram-se uma contramarca formada pelas letras AMC, além de outra filigrana, no centro do fólio, em que se verifica uma flor com muitas pétalas envolta por um círculo decorado com ramos de folhas, como se observa nas figuras a seguir. No documento 41, há a mesma contramarca, porém a filigrana é constituída apenas pela flor central.

Figura 37 - Filigrana de folhas e ramos (Doc. 66)

Figura 38 - Filigrana de folhas e ramos (Doc. 67)

Figura 39 - Filigrana somente com a flor central (Doc. 41)

Em outros dois documentos, observa-se o escudo de armas reais portuguesas, com desenhos relativamente parecidos, diferindo na coroa, nos arabescos, e, ligeiramente, nos desenhos internos que compõem o escudo. Em um deles há a legenda COSTA abaixo do escudo e, no outro, a legenda GBR.

Figura 41 - Escudo de armas reais portuguesas (Doc. 63)¹⁴⁴

Figura 40 - Escudo de armas reais portuguesas com legenda Costa (Doc. 22)

Ilustram-se a seguir mais exemplos de marcas d'água com desenho de escudos, que não foram encontradas em Ataíde e Melo (1926).

Figura 42 - Escudo com 3 estrelas (Doc. 23)

Figura 43 - Escudo FGGI (Doc. 56)

¹⁴⁴ Não foi possível reproduzir as letras GBR abaixo do escudo, pois as mesmas não apresentavam contraste suficiente, não sendo possível observá-las na fotografia.

Figura 44 - Escudo sem inscrição (Doc. 55)

Figura 45 - Escudo GLP (Doc. 74)

Em alguns documentos, conforme informado na tabela descritiva das marcas d'água, foram encontradas contramarcas, sempre posicionadas nos cantos dos fólhos. Alguns exemplos podem ser observados a seguir:

Figura 46 - Contramarca em forma de balança (Doc. 10)

Figura 47 - Contramarca em forma de ferradura (Doc. 10)

Figura 48 - Contramarca "N8" (Doc. 62)

Devido à multiplicação de filigranas, com vistas a "tornar a marca de água mais significativa, mais pessoal, mais fácil de reivindicar" (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 28), não é tarefa simples estabelecer a relação entre elas, as contramarcas, as legendas e/ou letras presentes nos fólhos e a fábrica de papel onde os fólhos foram produzidos. Além disso, segundo informa o sítio LIMA (2012, texto de apresentação):

Whilst the scholarship and industry of these databases is very impressive, they should be used cautiously. Firstly, none of the printed or on-line databases are remotely close to being comprehensive. The number of watermarks from the hand-made paper period that do not appear in any database greatly outnumber those that do.

Confirma-se assim a importância de fornecer a descrição e, na medida do possível, a reprodução de marcas d'água encontradas em documentos brasileiros.

Em Ataíde e Melo (1926), foi possível encontrar algumas filigranas parecidas com aquelas verificadas nos documentos do *corpus*, além daquelas já referidas acima. Ilustram-se abaixo esses exemplos.

Figura 49 – Flor de lis sob coroa de marquês tendo na parte inferior as letras A. P. Amsterdan, Oficina Elvizeriana, 1744. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 243)

Figura 50 – Flor de lis sob coroa, presente em fólho que contém a contramarca “P” e outra filigrana (animal assemelhando-se a um urso) no fólho oposto (Doc. 47)

Figura 51 – Flor de lis sob coroa de marquês, tendo na parte inferior um monograma formado com as letras CM ligadas, Lisboa, 1750. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 262)

Figura 52 – Flor de lis sob coroa, presente em fólho que contém as contramarcas “A” e “C” e outra filigrana (animal assemelhando-se a um urso) no fólho oposto (Doc. 48)

Figura 53 – Flor de lis sob coroa de marquês, tendo na parte inferior uma cruz de Malta encimada por uma flor, 1749. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 251)

Figura 55 – Elipse tendo no campo uma cruz solta sob coroa, suportada por 2 leões, acompanhada de duas circunferências tangentes, verticalmente dispostas, e vazias no campo, Lisboa, Oficina dos herdeiros de Antonio e Pedroso Galvão, 1754. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 259)

Figura 54 - Desenho de três flores com três símbolos, um sobre cada uma, assemelhando-se a estrelas; abaixo das flores há uma cruz de Malta, e abaixo dela, as letras ACM. No fôlio oposto, há o escudo de armas reais portuguesas sobre a legenda COSTA (Doc. 22)

Figura 56 – Desenho de dois animais assemelhando-se a leões sustentando uma elipse com uma cruz no centro, encimada por uma coroa. Abaixo da elipse, há outras duas circunferências, uma sob a outra; a primeira contém as letras GBD, e a segunda, um símbolo parecido com uma ferradura. (Doc. 49)

Na figura 56 acima, optou-se por descrever os animais que suportam a elipse contendo cruz como leões, seguindo a descrição feita por Ataíde e Melo (1926) de marca d'água bastante parecida. Cabe ressaltar que o autor (1926, p. 220) descreve filigrana bastante parecida em documento datado de 1668.

Figura 57 - Leão rompente coroado tendo na parte inferior as letras PQ, Lisboa, 1736. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 252)

Figura 58 - Leão com patas bipartidas e com uma coroa sobre a cabeça, além das letras TG na parte inferior. (Doc. 75)

Figura 59 - Leão com patas bipartidas e com uma coroa sobre a cabeça; há duas contramarcas formadas pelas letras "A" e "C". (Doc. 47)

Segue abaixo a ilustração do fólho completo do documento 75, com as letras TG, omitidas na figura 58 acima para se preservar a observação dos detalhes do desenho do leão.

Figura 60 – Filigrana e letras TG do documento 75

As semelhanças verificadas entre as filigranas encontradas no *corpus* e aquelas referidas por Ataíde e Melo (1926), porém, não permitem uma afirmação categórica a respeito do fabricante ou da procedência do papel, mesmo porque no próprio livro do autor não são frequentes essas indicações para as marcas d'água deste período. Nos casos em que havia a indicação, transcreveu-se a mesma acompanhando a legenda da figura. A comparação serve, no entanto, para mostrar que os papéis com figuras semelhantes foram utilizados na mesma época. Segundo Bandeira (1995, p. 40):

Em Portugal não está feito um estudo sistematizado das marcas de água utilizadas. Existem algumas recolhas, com destaque para a que foi feita por Ataíde e Melo [...] e a de João Amaral [...]. Apresentam marcas de água que surgem em obras impressas em Portugal, e no estrangeiro, com os emblemas temáticos mais correntes: a mão enluvada e suas variantes (com estrela, com flor), as coroas, o licórnio, a flor-de-lis, o escudo, o cacho de uvas, as circunferências tangentes, o veado, o cavalo e outros animais, mas sem identificar na totalidade a proveniência do fabrico de papel com estas marcas.

Comparando-se as filigranas encontradas no *corpus* desta pesquisa àquelas encontradas nos trabalhos de Barbosa (1999), Monte (2007) e Schreiner (2007), verifica-se que nenhuma se repete. Em Schreiner (2007), que trabalhou com documentos catarinenses do último decênio do século XVIII, e em Monte (2007), que editou documentos brasileiros e portugueses da segunda metade do mesmo século, não há sequer uma filigrana semelhante àquelas descritas acima.

Em Barbosa (1999), que publicou cartas de comércio lavradas por negociadores brasileiros e portugueses na última década do setecentos, também não há nenhuma coincidência exata de filigranas. Há apenas repetições de letras como AP e de legendas como POLLERI, esta, porém, acompanhada da legenda BERNARDO, e não FRANCESCO como se verifica neste *corpus*. Segundo Sequeira (1935),

no século XVIII, amiudam-se as marcas de água constituídas pelos nomes ou firmas de industriais e comerciantes, principalmente italianos. *Gior^o Magnani* e os *Polléri*, são os mais comuns. Estes foram uma dinastia de negociantes napolitanos estabelecidos em Lisboa. Aparecem papeis com os nomes de *Bernardo*, *Francisco*, e *Nicolo Polléri*[...].

Uma das descrições de Barbosa (1999, p. 403) dá conta de uma figura semelhante àquela presente nos documentos 7 e 34: “dentro do dito brasão, uma corneta curva voltada para a esquerda. Há uma correia dando uma volta em si mesma sustentando a corneta.”. Como não há ilustração da filigrana na obra, apenas sua descrição, não é possível fazer a comparação dos desenhos, mas provavelmente se trate de figuras bastante parecidas. O papel referido em Barbosa (1999) foi fabricado por D&C Blauw, enquanto em relação àqueles do *corpus*, um foi fabricado por Francesco Polleri e outro não se pôde averiguar, já que apresenta apenas uma contramarca formada pelas letras SQ.

Figura 61 - Escudo com corneta (Doc. 34)

Figura 62 - Escudo com corneta e legenda Francesco (Doc. 7)

Como visto, não se encontra nenhuma coincidência exata entre os papéis do último decênio do século XVIII (BARBOSA, 1999; SCHREINER, 2007) e do período entre 1765 e 1775. Uma razão possível seria a variedade de marcas, conforme já aduzido.¹⁴⁵ Barbosa (1999, p. 95) informa que no final do setecentos já haveria no Rio de Janeiro lojas que comercializavam papel de variadas marcas e formula a hipótese de ter havido uma tipografia no Brasil antes mesmo da chegada da família real.

Ilustram-se a seguir exemplos de marcas d'água com figura semelhante, encontradas em quatro documentos: um círculo com raios em forma de pirâmides alongadas e raios em curva, assemelhando-se a um sol com a inscrição SADP no centro. Encontraram-se também as letras NSDC inscritas no sol, como se verifica na figura 66.

¹⁴⁵ Outra hipótese que se pode formular é a de que as remessas de papéis enviadas ao Brasil não durassem tempo tão extenso, da década de 1765 até a de 1790, por exemplo, sendo necessário o envio de novas remessas, com papéis diferentes.

Figura 63 - "Sol" com as letras SADP inscritas e as letras AC abaixo. (Doc. 13)

Figura 64 - "Sol" com as letras SADP inscritas (Doc. 72)

Figura 65 - "Sol" com as letras SADP inscritas. (Doc. 75)

Figura 66 - "Sol" com as letras NSDC inscritas e a legenda GIVSEPPE abaixo. (Doc. 57)

Segundo Bayley (1909, p. 35), que verifica tal marca d'água em papel fabricado por Francesco Polleri, a figura representaria um sol nascente, com uma estrela de seis pontas e o círculo da eternidade, em desenho bastante semelhante, conforme se observa acima, àquele das figuras 63 e 65.

Na carta 3, enviada da prisão de Buenos Aires, o papel apresentava duas marcas d'água que não foram encontradas em outros documentos do *corpus*. Trata-se do desenho de um animal assemelhando-se a um touro e da figura de um cavaleiro montado trazendo uma lança e usando um capacete com chifres. Infelizmente, devido ao bifólio ter sido usado tanto na frente como no verso, não é possível observar com clareza de detalhes esta figura na imagem reproduzida a seguir.

Figura 67 – Animal assemelhando-se a um touro. (Doc. 3)

Figura 68 – Cavalo montado por cavaleiro. (Doc. 3)

Ataíde e Melo (1926, p. 265 e 271) refere filigranas com desenhos de bois, conforme se verifica nas figuras a seguir, porém note-se que o traçado é bastante diferente, sobretudo no desenho da cara e da cauda do animal.

Figura 69 – Boi parado, Lisboa, 1758. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 265)

Figura 70 – Boi andante, Lisboa, 1789. (ATAÍDE E MELO, 1926, p. 271)

A descrição codicológica realizada aponta para uma utilização de papéis com marcas d'água, letras e legendas bastante variadas, o que significaria que o Brasil recebia à época remessas de papel provenientes de lugares distintos, situação parecida àquela verificada em Portugal em período coevo. A semelhança de algumas marcas d'água do *corpus* àquelas descritas por Ataíde e Melo (1926) indica que papéis semelhantes eram utilizados simultaneamente em Portugal e no Brasil. Ademais, a catalogação de filigranas, acompanhada de sua datação, auxilia futuros pesquisadores que venham a trabalhar com documentos originais não datados, na medida em que se alarga o catálogo de papéis setecentistas que circulavam no Brasil.

A descrição codicológica revelou, ainda, que o aproveitamento de papel não era extremo: 69% dos documentos foram escritos apenas no recto do fólio, deixando

o verso em branco, no caso de fólio simples, ou ainda deixando o recto e o verso do outro fólio em branco, no caso dos bifólios. Destes escritos em bifólios utilizando somente o recto, apenas 31% aproveitaram o fólio em branco para o sobrescrito. Cabe ressaltar o levantamento de dados sobre a utilização de sobrescritos e a forma como eram confeccionados, já que não é comum encontrarem-se informações codicológicas a esse respeito.

2.5. Análise paleográfica

Nesta subseção, são apresentadas análises paleográficas, partindo de aspectos mais gerais, concernentes ao *corpus* como um todo, para, a seguir, tratar de algumas escritas particulares, selecionadas por apresentarem especificidades relevantes e/ou representativas do ponto de vista paleográfico. As informações gerais versam sobre a descrição e análise das abreviaturas das formas de tratamento, tema do estudo desta tese. Segue-se um estudo paleográfico sobre algumas cartas do *corpus*, que trazem informações relevantes sobre as práticas da escrita epistolar reveladas pelos escribas. Nesse estudo, são apresentados também exemplos de punhos mais inábeis presentes no *corpus*.

Os documentos apresentam letra característica do período: a humanística. Dentre os modelos de escrita deste tipo, destaca-se no *corpus* a humanística cursiva, que seria "fruto de um desgaste, ao longo do tempo, da [humanística] redonda. É uma escrita inclinada para a direita do escrevente." (RICHTER, p. 17, 2003). A heterogeneidade apresentada pelo *corpus*, que se constitui de cartas produzidas por 55 remetentes distintos — sendo que, em alguns casos, diferentes punhos foram responsáveis pela escrita de cartas de mesma autoria, elevando ainda mais o número de punhos —, traz a possibilidade de se verificar como a escrita já se apresentava individualizada no período. Além da identificação de punhos mais hábeis e inábeis dentro do *corpus*, foi possível também observar como o traçado dos grafemas, as ligaduras e as abreviaturas utilizadas apontam para a presença de hábitos individuais de escrita.

Com relação à acentuação, nota-se variação no traçado dos sinais diacríticos, que ora se aproximam de um acento circunflexo, ora de um acento agudo, ora de um til, e ainda do acento grave. Na transcrição, opta-se por utilizar o sinal gráfico que mais se aproximava daquele utilizado pelo escriba. Nos ditongos nasais, alguns escribas acrescentam um ponto após o sinal diacrítico, como se observa nas imagens a seguir. Como se trata de uma edição semidiplomática, portanto conservadora, optou-se pela transcrição deste ponto, como se observa na edição dos documentos 2, 3, 8, 17, 18, 22, 44, 45 e 81. Ilustram-se na tabela 9 exemplos retirados de alguns desses documentos.

Tabela 9 - Marcação de ditongo nasal com ponto

<p>Doc. 2</p> <p>naõ.</p> <p>Saptisfaçaõ.</p>	<p>Doc. 17</p> <p>Ioaõ.</p> <p>naõ.</p>
<p>Doc. 44</p> <p>naõ.</p> <p>oCaziaõ.</p>	<p>Doc. 78</p> <p>Irmaõ.</p> <p>ponderaçaõ.</p>
<p>Doc. 80</p> <p>Seueriaõ.</p> <p>aminha jurisdiçaõ.</p>	<p>Doc. 81</p> <p>Senaõ.</p> <p>naõ.</p>

Uma questão particularmente interessante quando se trabalha com formas de tratamento presentes em manuscritos é a sua dependência da edição realizada a partir da fonte primária, uma vez que grande parte dos tratamentos aparece

abreviada nos originais. Assim, a observação e a análise detida das abreviaturas utilizadas para representar as formas de tratamento configuram-se como uma etapa de extrema relevância neste estudo. Nesse sentido, a análise paleográfica aqui realizada privilegiará as diferentes maneiras usadas para representar as formas de tratamento, que apareceram abreviadas em 100% das ocorrências.

Não se tem notícia de uma norma dirigida especificamente ao desenvolvimento de abreviaturas de formas de tratamento. A norma de número 2 das “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil” (MEGALE; CAMBRAIA; CUNHA, 2001), por exemplo, recomenda que as abreviaturas em geral sejam desenvolvidas, conservando-se as letras presentes em caracteres normais e as letras inferidas, em caracteres itálicos. Spaggiari e Perugi (2004) indicam o desenvolvimento das formas abreviadas quando se faz uma edição diplomático-interpretativa, e alertam para o fato de que “podem, talvez, subsistir dúvidas quanto ao desdobramento das abreviaturas” (SPAGGIARI; PERUGI, 2004, p. 25).

Na coleção **Documentos Interessantes para a historia e costumes de São Paulo** (ARQUIVO..., 1895, 1902, 1915), as abreviaturas das formas de tratamento, assim como as demais, não são desenvolvidas nos documentos do século XVIII lá editados. Encontram-se algumas variações nos tipos de abreviaturas, como pode ser observado nas figuras abaixo:

Figura 71 – Abreviaturas de "vossa excelência" (ARQUIVO..., 1895, v. 8, p. 93)

Figura 72 – Abreviaturas de "vossa senhoria" (ARQUIVO..., 1895, v. 8, p. 57 e p. 59)

Com relação à forma "vossa mercê"¹⁴⁶, não se nota variação em sua abreviatura transcrita na edição publicada nos volumes pesquisados dos **Documentos Interessantes...** (ARQUIVO..., 1895, 1902, 1915). Esta era frequentemente realizada por meio da apócope de "vossa", somente com o grafema "v" presente, seguida da abreviatura com as letras "ce" sobrescritas para a palavra "mercê".

Figura 73 - Abreviatura de "vossa mercê" (ARQUIVO..., 1895, v. 8, p. 88)

Vale ressaltar que em um documento editado no volume 8 da coleção (ARQUIVO..., 1895, v. 8, p. 79), em que era usada sistematicamente a abreviatura verificada na figura acima ("Vm.ce"), encontrou-se a abreviatura "V.ce", conforme se observa na figura abaixo. Não se sabe se o original traria realmente essa forma de abreviatura para a forma "vossa mercê", ou se foi um esquecimento do editor, que datilografou a letra "m" após o "v". Possivelmente trate-se da segunda hipótese, tanto por ser mais frequente a abreviatura com "m" seguido das letras "ce" sobrepostas, quanto por se tratar de documento em que se utilizou sistematicamente a abreviatura "Vm.ce".

Figura 74 - Abreviatura duvidosa de "vossa mercê" (ARQUIVO..., 1895, v. 8, p. 88 e p. 79)

Um leitor desavisado poderia, no entanto, confundir a abreviatura acima, lendo "você" por "vossa mercê", desconsiderando, primeiro, que a abreviatura frequente de "você" ocorria majoritariamente, nesta época, em documentos de natureza privada, diferentes portanto da natureza dos documentos publicados na

¹⁴⁶ Tendo em vista que este capítulo trata das abreviaturas das formas de tratamento, e que, conforme norma de edição adotada nesta tese, utiliza-se a formatação em itálico para marcar as letras omitidas, optou-se, para evitar confusão, usar aspas duplas ao se referir às formas de tratamento ao longo do corpo do texto deste capítulo. Nos demais capítulos, as formas de tratamento aparecem em itálico, conforme praxe dos trabalhos da literatura especializada.

coleção de **Documentos Interessantes...**, em sua maioria da esfera pública, e, segundo, que a abreviatura de "você" era frequentemente realizada por apócope, grafando-se somente a letra "v", geralmente seguida de ponto (RUMEU, 2004). Daí a importância de se indicar os critérios utilizados na edição, bem como o extremo cuidado na transcrição de abreviaturas das formas de tratamento.

O que se verifica, em grande parte dos *corpora* editados em língua portuguesa atualmente (BARBOSA, 1999; FACHIN, 2011; LOBO, 2001; MEGALE; TOLEDO NETO, 2005; MEGALE; TOLEDO NETO; FACHIN, 2009; RUMEU, 2004), que seguem as “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil” (MEGALE; CAMBRAIA; CUNHA, 2001), é o desenvolvimento das abreviaturas. E a abreviatura “V.M^{ce}.” e suas variantes aparecem desenvolvidas usando-se todas as letras presentes na forma de tratamento original: vossa mercê. Dessa forma, pode-se afirmar que a tradição de edição de textos brasileiros e portugueses realizadas no Brasil opta pelo desenvolvimento da abreviatura correspondente a esta forma utilizando a forma padrão, e não uma forma foneticamente reduzida, como “vossancê”, “vosmecê”, entre outras. Não é possível saber, portanto, como aquela forma seria de fato falada pelo remetente do documento, a não ser que venha escrita por extenso, fato do qual não se encontrou, até o momento, nenhuma ocorrência. Parece aceitável, portanto, que se continue desenvolvendo a abreviatura seguindo a tradição, pois é necessário adotar uma forma de desenvolvimento dentre tantas as possibilidades. Não seria recomendável, no entanto, ao se realizar uma pesquisa sobre tal elemento linguístico em textos em que a forma aparece somente abreviada, deixar de expor esse fato e informar as estratégias utilizadas na identificação e no desenvolvimento dessas abreviaturas.

Em algumas pesquisas que utilizam fontes primárias como base, especificamente cartas setecentistas e oitocentistas, é possível encontrar abreviaturas não desenvolvidas, como se observa em Conceição (2011) e em Salles (2001). Tal opção, de acordo com Castro e Ramos (1981, p. 6), seria reveladora de uma “índole mais conservadora”, apesar de não ser possível encontrar nos trabalhos citados a justificativa para essa escolha. Conceição (2011, p. 354) informa que utilizou as “Normas para a transcrição...” (MEGALE; CAMBRAIA; CUNHA, 2001), porém com

algumas alterações, e, no caso das abreviaturas, afirma que só serão desenvolvidas "quando for extremamente necessário para a compreensão do texto".

Para os trabalhos que pesquisam a história da língua portuguesa, o desenvolvimento das abreviaturas com a marcação das letras inferidas é a melhor opção, conforme consta das "Normas para a transcrição..." (MEGALE; CAMBRAIA; CUNHA, 2001), já que elas indicam claramente, por meio de caractere em itálico, aquilo que foi inferido. Inclusive para as pesquisas em linguística de *corpus*, como é o caso do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, é fundamental que as abreviaturas sejam desdobradas (MENEGATTI, 2002).

As abreviaturas verificadas no *corpus* desta tese foram desenvolvidas, segundo as normas acima mencionadas, marcando-se em itálico as letras inferidas. Para auxiliar a leitura e o correto desenvolvimento de algumas delas, utilizou-se a obra de Flexor (1990). De acordo com Megale e Toledo Neto (2005, p. 120), as abreviaturas podem ser classificadas em seis tipos:

- Abreviaturas por sigla – "aquelas em que letra inicial ou grupo de letras iniciais reduzem o enunciado a poucas letras" (MEGALE; TOLEDO, p. 120);
- Abreviaturas por suspensão ou apócope – aquelas "em que simplesmente se interrompe a palavra com um ponto, sem qualquer recurso que indique o segmento omitido" (MEGALE; TOLEDO, p. 120);
- Abreviaturas por contração ou síncope – aquelas em que se omitem letras do meio da palavra "sem qualquer sinal que denuncie a omissão" (MEGALE; TOLEDO, p. 120);
- Abreviaturas por letra sobrescrita – geralmente combinada à abreviatura por suspensão ou contração, "a palavra é começada e, ao ser interrompida, traz sobrescrita a última letra ou as duas últimas letras" (MEGALE; TOLEDO, p. 121);
- Abreviaturas por sinais especiais "colocados no início, no meio ou fim da palavra denunciando a omissão de uma ou mais letras" (MEGALE; TOLEDO, p. 124).
- Abreviaturas por notas tironianas ou taquigráficas.

No *corpus*, as formas de tratamento foram abreviadas utilizando principalmente o primeiro tipo, por sigla, e o segundo tipo, por suspensão ou apócope, geralmente combinada à abreviatura por letras sobrescritas. Não foram verificadas formas de tratamento abreviadas utilizando-se sinais especiais ou notas tironianas ou taquigráficas.

Encontraram-se as seguintes formas de tratamento no *corpus*, sempre abreviadas: “vossa mercê”, a mais frequente, presente em 63 documentos; “vossa senhoria”, verificada em 9 documentos; “vossa excelência” e “vossa reverendíssima”, presentes em 2 documentos cada uma, e “vossa majestade”, encontrada na única carta do *corpus* dirigida ao rei, D. José I. Para facilitar a formatação gráfica da análise que se inicia a seguir, convencionou-se utilizar, no corpo do texto, as formas de tratamento entre aspas e de acordo com a grafia moderna.

A análise paleográfica será iniciada com as abreviaturas da forma de tratamento “vossa mercê”, cujas imagens são ilustradas na tabela a seguir. Informa-se que foram selecionadas as abreviaturas mais frequentes e representativas do *corpus*, sendo os exemplos abaixo retirados de 30 documentos.

Tabela 10 – Abreviaturas da forma de tratamento “vossa mercê”

Abreviaturas da forma de tratamento “vossa mercê”	
a) Por sigla (vossa) e por suspensão associada a letras sobrescritas (mercê)	b) Por sigla (vossa e mercê)
<p>1a) Doc. 1</p> <p>2a) Doc. 9</p> <p>3a) Doc. 15</p>	<p>1b) Doc. 8</p> <p>2b) Doc. 25</p> <p>3b) Doc. 27</p>

Abreviaturas da forma de tratamento "vossa mercê"

a) Por sigla (vossa) e por suspensão associada a letras sobrescritas (mercê)

4a) Doc. 58

5a) Doc. 76

6a) Doc. 4

7a) Doc. 5

8a) Doc. 6

9a) Doc. 17

10a) Doc. 18

11a) Doc. 19

b) Por sigla (vossa e mercê)

4b) Doc. 27

5b) Doc. 30

6b) Doc. 34

7b) Doc. 40

8b) Doc. 42

9b) Doc. 44

10b) Doc. 49

11b) Doc. 52

Abreviaturas da forma de tratamento "vossa mercê"	
<p>a) Por sigla (vossa) e por suspensão associada a letras sobrescritas (mercê)</p> <p>12a) Doc. 72</p> <p>13a) Doc. 74</p>	<p>b) Por sigla (vossa e mercê)</p> <p>12b) Doc. 57</p> <p>13b) Doc. 81</p>
Variações em um mesmo punho	
<p>14a) Doc. 7</p> <p>15a) Doc. 12</p> <p>16a) Doc. 13</p> <p>17a) Doc. 47</p>	<p>14b) Doc. 7</p> <p>15b) Doc. 12</p> <p>16b) Doc. 13</p> <p>17b) Doc. 47</p>

Como pode ser observado na tabela acima, havia duas maneiras de abreviar a forma de tratamento "vossa mercê": a primeira delas utilizando a abreviatura por sigla para a palavra "vossa" e a abreviatura por suspensão associada à abreviatura por grafemas sobrescritos para "mercê"; e a segunda utilizando a abreviatura por sigla para ambas as palavras: "vossa" e "mercê".

No primeiro tipo, ilustrado na coluna da esquerda da tabela, nota-se regularidade na abreviatura da palavra "mercê": é sempre colocado o grafema¹⁴⁷ inicial *m* e, sobrescritos, os dois últimos grafemas da palavra, *ce*. Nos exemplos 1a) a 5a), verifica-se que os grafemas *ce* foram sobrescritos sem se largar o instrumento de escrita, já que da última haste do grafema *m* inicia-se o traçado contínuo dos grafemas finais da palavra. Já nos exemplos seguintes, de 6a) em diante, o instrumento de escrita foi levantado antes de escreverem-se os grafemas finais. Era frequente o uso de um ponto abaixo dos grafemas sobrescritos, conforme pode ser observado nos exemplos 1a), 4a), 7a), 9a), 10a), 11a), 12a), 14a), 15a), 16a) e 17a). No caso do exemplo 10a), nota-se que o ponto alonga-se, formando o desenho de um traço abaixo dos grafemas *ce*.

No segundo tipo de abreviaturas, por sigla, que podem ser observadas na coluna da direita da tabela, usava-se apenas a primeira letra de cada uma das palavras, "vossa" e "mercê". Era comum o uso de dois pontos sobre o grafema *m* ou ao lado dele, como se verifica nos exemplos 2b), 7b), 16b) e 17b). Em alguns casos, nota-se o uso de dois traços oblíquos sobre o grafema *m*, conforme demonstrado nos exemplos 12b), 14b) e 15b). Os exemplos 1b) e 11b) permitem observar o uso de um ponto após o grafema *v* e um após o grafema *m*. Recurso parecido verifica-se nos exemplos 10b) e 13b), com a diferença de que há um ponto somente após o grafema *m*.

Os exemplos 14 em diante ilustram as variações na maneira de abreviar a forma de tratamento "vossa mercê" em um mesmo punho, que poderia usar ora a abreviatura por suspensão associada à abreviatura por grafemas sobrescritos para a palavra "mercê", verificadas na coluna da esquerda; ora por sigla, grafando apenas o *m*, como pode ser observado na coluna da direita.

¹⁴⁷ A noção de grafema utilizada é aquela trazida por Catach (1980, p. 16): "A menor unidade distintiva e/ou significativa da cadeia escrita, composta de uma letra, de um grupo de letras (digrama, trigrama), de uma letra acentuada ou provida de um sinal auxiliar, tendo uma referência fônica e/ou sêmica na cadeia falada.". Como trata-se de uma realização no plano gráfico, não caberia utilizar a noção com as letras que não foram materializadas no documento, somente inferidas. Neste caso optou-se por utilizar a palavra letras.

Retirados do documento 27, os exemplos 3b) e 4b), reproduzidos novamente a seguir, mostram a importância da análise paleográfica para o correto desenvolvimento de abreviaturas de formas de tratamento.

Figura 75 – Exemplos 3b) e 4b)

No exemplo 3b), é possível observar-se claramente o traçado do grafema *v* e o do grafema *m*, iniciado a partir do final do grafema anterior, no alto do regramento imaginário¹⁴⁸ utilizado pelo escriba. O *ductus* de tal grafema é composto por quatro traços: o primeiro desce em direção à linha inferior do regramento, o segundo torna a subir, formando-se com esses dois traços a haste inicial do grafema *m*; o terceiro traço é composto pela forma de uma letra *u*, descendo do ponto onde termina o segundo traço e subindo novamente à linha superior, onde se inicia o quarto e último traço, que desce em direção à linha inferior. Somente pela observação detida do *ductus* do grafema *m*, é possível compreender o traçado do exemplo 4b): na realização do primeiro traço, o punho desce em direção à parte inferior do regramento virtual, porém de forma a realizar um ângulo mais aberto entre o traço final do grafema *v* e este primeiro traço do grafema *m*; o segundo traço sobe, mas não até atingir o topo do primeiro, terminando na metade deste apenas, de onde já é iniciado o terceiro traço, que não chega a formar a letra *u* como no exemplo anterior, uma vez que o traço desce muito pouco em direção à linha inferior, já subindo novamente para o início do último traço, que também desce pouco.

Se não fosse realizada a análise paleográfica acima descrita, poderia confundir-se tal abreviatura de "vossa mercê" com a abreviatura de "vossa senhoria", já que o traçado inicial do grafema *m* poderia vir a ser interpretado como o desenho do grafema *s* e o último traçado, como um *e*. Conforme será verificado adiante, no entanto, a palavra "senhoria" não é abreviada dessa maneira em nenhuma das ocorrências do *corpus*.

¹⁴⁸ O termo refere-se a "um suporte regrado, senão com linhas visíveis, com a percepção de que o escriba trabalhou com um regramento imaginário" (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005).

Os dois exemplos a seguir, extraídos do documento 29, também demonstram a importância da observação paleográfica cuidada. A primeira forma de tratamento utilizada nesta carta é abreviada da seguinte maneira:

Figura 76 – Abreviatura de "vossa mercê" no doc. 29 – 1ª ocorrência

As demais abreviaturas são realizadas conforme ilustram as imagens a seguir:

Figura 77 – Abreviaturas de "vossa mercê" no doc. 29 – demais ocorrências

Conforme pode ser observado nos exemplos acima, o escriba utiliza sistematicamente os grafemas sobrescritos *ce*, traçados de forma não tão cuidada, com o grafema *c*, sobretudo nos dois exemplos da direita, fazendo uma curva muito tênue e já sendo ligado ao grafema *e*, cujo *ductus* se caracteriza por um traço que sobe e outro que desce, praticamente não se cruzando no topo, diferente do que geralmente acontece à letra *e* moderna minúscula. Observando-se novamente a primeira ocorrência da abreviatura na carta 29 e comparando-a com o desenho das demais ocorrências, chega-se à conclusão de que o traçado sobre o grafema *m* representaria portanto os grafemas sobrescritos *ce*.

Além das abreviaturas da forma de tratamento "vossa mercê", encontram-se no *corpus*, em número bastante inferior, abreviaturas da forma de tratamento "vossa senhoria", presente em nove documentos. Em um deles, a carta 19, o remetente utiliza a abreviatura correspondente à forma "vossa mercê" durante todo o texto, porém, no fecho complementar (parte da saudação final)¹⁴⁹, faz uso da forma

¹⁴⁹ Mais informações sobre o fecho complementar, estrutura largamente utilizada nas cartas, serão referidas na seção 2.6 a seguir.

abreviada equivalente à "vossa senhoria": "DE Vossa Senhoria | Sudito e mais obrigado e criado". Trata-se do único caso do *corpus* de concorrência de formas de tratamento em uma mesma missiva. A tabela a seguir ilustra as ocorrências das abreviaturas de "vossa senhoria" verificadas nos nove documentos.

Tabela 11 – Abreviaturas da forma de tratamento "vossa senhoria"

Abreviaturas da forma de tratamento "vossa senhoria"	
<p>a) Por sigla (vossa) e por letras sobrescritas (senhoria)</p> <p>1a) Doc. 32</p> <p>2a) Doc. 51</p> <p>3a) Doc. 51</p> <p>4a) Doc. 55</p> <p>5a) Doc. 55</p> <p>6a) Doc. 55</p> <p>7a) Doc. 56</p>	<p>b) Por sigla (vossa e senhoria)</p> <p>1b) Doc. 10</p> <p>2b) Doc. 16</p> <p>3b) Doc. 46</p> <p>c) Por letras sobrescritas (vossa e senhoria) e por contração (senhoria)</p> <p>1c) Doc. 19</p> <p>d) Por letras sobrescritas (vossa e senhoria)</p> <p>1d) Doc. 21</p>

As abreviaturas das formas de tratamento "vossa senhoria", conforme se observa na tabela acima, podem ser divididas em três tipos. O primeiro, mais frequente, é a abreviatura por sigla da forma "vossa" seguida da abreviatura por letras sobrescritas da palavra "senhoria", notando-se variação nos grafemas sobrescritos: sobrescreve-se apenas o grafema *a*, como se vê nos exemplos 1a), 4a), 6a) e 7a); ou os grafemas *ria*, como se observa nos exemplos 2a) e 3a), do mesmo punho; ou ainda os grafemas *ia*, conforme exemplo 5a). Nota-se que, à exceção de 5a) e 7a), colocava-se um ponto após a abreviatura por apócope da palavra "vossa". Era frequente também o uso de um ponto abaixo dos grafemas sobrescritos de "senhoria", como se verifica em todos os exemplos, exceto o 3a).

Em alguns casos, observa-se a abreviatura por contração associada à abreviatura por letras sobrescritas, como é o caso dos exemplos 1a), 4a) e 5a). Nesse tipo de abreviatura, por contração ou síncope, são omitidas letras do meio do vocábulo, como ocorre nos exemplos citados, em que há os grafemas *s*, *n* e *r*, omitindo-se as letras "e", "h", "o" e, em 1a) e 4a), a letra "i" também.

O segundo tipo mais comum é a abreviatura por sigla de ambas as palavras, utilizando-se apenas o primeiro grafema das mesmas, *v* e *s*, como se observa em 1b), 2b) e 3b). À exceção do último exemplo, 3b), que só usa ponto após a abreviatura da palavra "senhoria", os demais utilizam ponto tanto após o grafema *v* quanto após o *s*.

O terceiro tipo é a abreviatura com letras sobrescritas tanto da palavra "vossa" quanto de "senhoria", observada em dois documentos, conforme ilustrado em 1c) e 1d). Em ambos os casos, o grafema *a* encontra-se sobrescrito, tanto em "vossa" quanto em "senhoria". É interessante ressaltar que este tipo de abreviatura da palavra "vossa" só se verificou com a forma de tratamento "vossa senhoria", não sendo encontrado com a palavra "vossa" no tratamento "vossa mercê". No exemplo 1c), é utilizada também a abreviatura por contração, já que há a presença do grafema *r* após o grafema *s* inicial, omitindo-se letras do meio da palavra.

Em cinco documentos, foram encontradas abreviaturas de outras formas de tratamento, a saber: "vossa excelência", "vossa reverendíssima" e "vossa majestade". Ilustram-se na tabela a seguir essas ocorrências.

Tabela 12 – Abreviaturas das formas de tratamento “vossa excelência”, “vossa majestade” e “vossa reverendíssima”

Abreviaturas das formas de tratamento “vossa excelência”, “vossa majestade” e “vossa reverendíssima”	
a) Por sigla (vossa) e por letras sobrescritas	b) Por letras sobrescritas
<p>1a) Doc. 36 Vossa Excelencia</p> <p>2a) Doc. 50 Vossa Excelencia</p> <p>3a) Doc. 23 Vossa Magestade</p> <p>4a) Doc. 54 Vossa Reverendissima</p>	<p>1b) Doc. 60 Vossa Reverendissima</p>

O tipo mais frequente foi a abreviatura por sigla da palavra "vossa", indicada somente pelo grafema *v*, e a abreviatura com grafemas sobrescritos da segunda palavra: "excelência", com os grafemas *Ex* acompanhados dos grafemas *ia* sobrescritos (1a) ou apenas do grafema *a* sobrescrito (2a); "majestade", com os grafemas *Mag* acompanhados de *e* sobrescrito; e "reverendíssima", com os grafemas *Rm* acompanhados de *a* sobrescrito. No caso desta última palavra, verifica-se a associação da abreviatura com letras sobrescritas à abreviatura por contração, já que há o grafema *R* inicial e o grafema *m*, omitindo-se diversas letras do meio da palavra.

Observa-se que, abaixo dos grafemas sobrescritos, foi frequente a utilização de um ponto, ou de um traço, como se observa em 1a). No exemplo 2a), nota-se que o

ponto foi colocado ao lado do grafema *x*, e não abaixo do grafema *a* sobrescrito, pelo fato de este ter sido grafado bem acima do grafema *x*. O ponto após a abreviatura de "vossa" só foi verificado em 3a), com a forma "vossa majestade".

Encontrou-se um único caso de abreviaturas com letras sobscritas de ambas as palavras da forma de tratamento, como se verifica em 1b), com a forma "vossa reverendíssima". Observa-se, em ambas as palavras, o grafema *a* sobrescrito, com um ponto abaixo do mesmo. Os grafemas utilizados para abreviar a palavra "reverendíssima" também foram *Rm*, assim como no exemplo 4a), revelando-se a associação de dois tipos de abreviaturas: por contração e por letras sobscritas.

Conforme verificado, em todas as formas de tratamento do *corpus* é bastante frequente a abreviatura por sigla da palavra "vossa", escrevendo-se apenas o grafema *v* inicial da mesma. Foram poucos os casos em que se verificou sua abreviatura com o grafema *a* sobrescrito. A abreviatura de "mercê" foi a mais regular: quando abreviada utilizando-se letras sobscritas, sobscrescia-se sempre os grafemas *ce*¹⁵⁰; quando abreviada por sigla, grafava-se apenas o grafema *m* inicial, que podia vir seguido de ponto ou pequenos traços oblíquos. A abreviatura de "senhoria" apresentou maior variação, tanto nos diferentes tipos de abreviatura usados, quanto nas letras omitidas e nos grafemas sobscritos. As abreviaturas de "majestade" e "reverendíssima" não sofreram variação nos três documentos em que foram encontradas. E, finalmente, a abreviatura de "excelência", verificada em dois documentos, variou apenas nos grafemas sobscritos, ou *a* ou *ia*, sendo sempre escrita com os grafemas *Ex* iniciais.

A análise paleográfica revela-se, portanto, como importante etapa a ser cumprida quando se edita *corpus* com vistas à publicação de lição conservadora para trabalhos de natureza linguística. No caso do desenvolvimento das abreviaturas das formas de tratamento, trata-se de etapa fundamental, visto que os tratamentos aparecem geralmente abreviados. Além disso, são muitas as pesquisas que se debruçam sobre o percurso diacrônico dessas formas. Cabe ressaltar que, nesta pesquisa, opta-se pelo desenvolvimento da abreviatura "V.M^{ce}.", "V.M." e variações

¹⁵⁰ Cumpre ressaltar que, mesmo nos casos da palavra "mercê" isolada, usada como substantivo, a abreviatura por letras sobscritas sempre apresentava os grafemas *ce* sobscritos.

como “vossa merce” ou “vossa merce”, ou seja, utilizando a forma de tratamento original, “vossa mercê”. Não é possível, no entanto, garantir que tal abreviatura não equivallesse, na fala, a uma das formas foneticamente reduzidas da forma original, como “vossemecê”, “vosmecê”, “vassuncê”, só para citar algumas.

2.5.1. Circunstâncias de produção: inabilidade x habilidade no *corpus*

Além da análise das abreviaturas, o exame paleográfico pode auxiliar também no estudo das circunstâncias de produção dos documentos, ajudando a determinar, por exemplo, a autoria material das missivas. Retome-se o caso das cartas 13, 14 e 15, de autoria de Manoel de Almeida, tratadas na seção 2.3. As três cartas foram escritas por punhos distintos. Pode-se eleger como principal indicativo disso o traçado característico de alguns grafemas e o cotejo de palavras que se repetem nos três documentos. Neste caso específico, os traçados mais contrastantes são aqueles dos grafemas *d* e *h*. Observa-se o caso do grafema *d* nas figuras a seguir:

Figura 78 – Doc. 13, reprodução de trecho, "do administrador".

Figura 79 – Doc. 14, reprodução de trecho, "soldado a dragão".¹⁵¹

Figura 80 – Doc. 15, reprodução de trecho, "o soldado a dragão [...] estradã [...]".

¹⁵¹ Leitura e transcrição feitas a partir do original, por conta de o microfilme apresentar imagem prejudicada. De qualquer forma, pretende-se a observação aqui do desenho da parte superior do grafema *d*, cuja reprodução espera-se esteja clara.

Observa-se na carta 13 que o traçado do grafema *d* apresenta a haste subindo verticalmente em direção à pauta superior do regramento, depois descendo, nas duas primeiras ocorrências (do administrador), ou terminando no topo, na terceira (administrador). Já na carta 14, percebe-se que o punho é mais inclinado à direita, e o grafema *d* apresenta a haste subindo verticalmente, fazendo uma curva à esquerda, depois à direita e terminando com o corte nela mesma na parte superior do regramento. No terceiro caso, da carta 15, a haste do grafema *d* faz uma curva e avança para o lado esquerdo do regramento, terminando ascendente, quase paralela a este, ocupando um espaço horizontal equivalente ao módulo de três grafemas.

Na carta 13, encontram-se alógrafos do grafema *d*, como se ilustra a seguir. No entanto, o traçado dos mesmos difere claramente daqueles da carta 14. Com relação ao grafema *d* verificado na carta 15, que não apresenta alógrafos, nota-se semelhança entre este e o alógrafo representado na figura 81 a seguir. A observação atenta do traçado, revela, contudo, que o mesmo é distinto, já que a haste do alógrafo da carta 13 sobe mais do aquele antes de fazer a curva à esquerda, além de ser mais curta, ocupando o espaço equivalente a um ou dois grafemas, no máximo, e terminar com o traçado descendente. Os outros dois alógrafos, ilustrados na figura 82, não são verificados nas cartas 14 e 15.

Figura 81 – Doc. 13, “da dita”

Figura 82 – Doc. 13, “dezertada”

Na carta 14, há apenas duas variantes do grafema *d*, verificadas em início de linha (2 ocorrências) e na abreviatura de *Guarde* (1 ocorrência):

Figuras 83 e 84 – Alógrafos do grafema *d*, Doc. 14

Para não haver dúvida de que se trata de três punhos distintos, analisou-se também o grafema *h*. Na carta 13, encontram-se as seguintes ocorrências deste grafema:

Tabela 13 – Grafema *h* verificado no doc. 13

Grafema <i>h</i> inicial			Grafema <i>h</i> medial	
huã	hua	hé	tenho	SaPucahy

Note-se que, em posição inicial, o traçado do grafema varia pouco, tendo um módulo maior no caso da palavra “huã” escrita na primeira linha da carta. O grafema *h* em posição medial apresenta um traçado distinto: inicia-se na parte médio-superior do regramento, faz uma curva à direita, desce em curva à esquerda até a parte médio-superior, formando um desenho parecido com o grafema em posição inicial (ε), e depois desce em direção à parte inferior do regramento. Observe-se que, no caso da palavra “SaPucahy”, há uma ligadura entre o grafema *a* e o grafema *h*.

Na carta 14, por sua vez, o traçado do grafema *h* é distinto, como se observa na tabela a seguir. A única semelhança é o alógrafo verificado em posição medial na palavra “tinha”, que tem o traçado um pouco parecido com o grafema *h* medial descrito acima. Porém, na descida, não se verifica a formação de “ε”, apresentada pelo grafema da carta 13; a haste sobe, faz a curva à direita e desce em direção à parte inferior do regramento.

Tabela 14 – Grafema *h* verificado no doc. 14

Grafema <i>h</i> inicial		Grafema <i>h</i> medial		
hontem	huã	abacho	Sapucahy	tinha

Na carta 15, o traçado do grafema *h* inicial e medial assemelha-se àquele verificado na carta 14, no entanto, novamente, a observação atenta prova tratar-se de punhos distintos. O grafema ilustrado abaixo tem seu traçado iniciado no topo do regramento, com a haste fazendo uma leve curvatura à esquerda ao descer e, frequentemente, o instrumento de escrita soltava mais tinta no ponto inicial do traçado, como se observa bem na palavra “hum”. No grafema *h* da carta 14, o traçado inicial da haste começa de um ponto inferior e não do topo do regramento. Deste

ponto, o traçado sobe e volta a descer. O alógrafo em posição medial, verificado na palavra “ninhum” já se assemelha mais àquele observado na carta 14, mas seu módulo é maior.

Tabela 15 – Grafema *h* verificado no doc. 15

Grafema <i>h</i> inicial			Grafema <i>h</i> medial

hia	hum	he	patrulha	Sapocahy	ninhum

A análise das assinaturas presentes nas três missivas revela que as cartas foram assinadas pelo mesmo punho, como pode ser constatado nas reproduções a seguir:

Figura 85 – Carta 13, reprodução da assinatura de Manoel de Almeida

Figura 86 – Carta 14, reprodução da assinatura de Manoel de Almeida

Figura 87 – Carta 15, reprodução da assinatura de Manoel de Almeida.

Percebe-se, nos três casos, o traçado praticamente idêntico da abreviatura do primeiro nome do remetente: *Manoel*.¹⁵² Os dois grafemas da última sílaba de seu sobrenome, *d* e *a*, também apresentam traçado característico. Ambos são grafados na parte superior do regramento, com a haste do grafema *d* subindo em direção ao limite superior, e descendo, a seguir, em forma de caracol, em desenho relativamente semelhante ao do alógrafo do grafema *d* verificado em início de linha neste documento:

Figura 88 – Alógrafo do grafema *d*, Doc. 14

A presença do grafema *d* com a haste cortada na preposição “de” das três assinaturas permite a elaboração da hipótese que o punho do remetente seja aquele da carta 14, que apresenta sistematicamente este traçado para o grafema *d*, à exceção, como visto, dos dois alógrafos, que representam apenas três ocorrências. Assim, o documento 14 seria o único autógrafo, e os dois outros, cartas 13 e 15 seriam idiógrafos, ou seja, escritos “por outra pessoa mas com supervisão do autor” (CAMBRAIA, 2005, p. 63).

A análise paleográfica e codicológica do suposto documento autógrafo, a carta de número 14, revela ainda que se tratava de um punho mais próximo da inabilidade, de acordo com os critérios definidos por Marquilhas (2000, p. 239-240):

- Ausência de *cursus*: “o desenho autónomo de cada carácter”;
- Uso de módulo grande;
- Ausência de regramento ideal: “a incapacidade de respeitar um pautado mental manifesta-se sobretudo na tendência descendente do alinhamento”;
- Traçado inseguro, aparência desenquadrada das letras, rigidez e falta de leveza do conjunto: “deteção destas características é [...] subjectiva.

¹⁵² Conforme será explicado na subseção 2.7 adiante, as letras suprimidas nas abreviaturas são transcritas em itálico.

Só o contraste com textos habilmente executados torna possível afirmar que o produto de um principiante as manifesta”.

- Irregularidade da empaginação: “falta proporção entre as margens, as quais podem nem sequer estar definidas”.
- Letras monolíticas: “desconhecimento da alografia combinatória dos sinais em contexto inicial, medial ou final”.

Cabe ressaltar que Marquilhas (2000) trabalhou com textos produzidos por mãos inábeis de fato, que traziam, além das características listadas acima, dados de “natureza supragráfica” (Marquilhas, 2000, p. 240), como um suporte que apresentava vincos devido à forma de circulação, que era privada e secreta, devendo bilhetes, cartas e talismãs ser transportados juntos ao corpo. A associação dos dados gráficos e suprágráficos, portanto, assegurava a natureza inábil das mãos que produziram esses documentos.

No caso das cartas do *corpus*, não se encontra propriamente mãos inábeis, como aquelas verificadas em Marquilhas (2000), mas mãos *pouco hábeis*, expressão usada por Barbosa (1999). Imaginando-se uma linha do grau de habilidade de escrita, encontram-se neste *corpus* documentos produzidos tanto por escribas mais hábeis quanto por aqueles pouco hábeis. O esquema a seguir apresenta-se como uma tentativa de representar o espectro da habilidade/inabilidade das mãos encontrado no *corpus*.

Figura 89 – Habilidade e inabilidade das mãos verificadas no *corpus*

A seguir, são apresentados alguns exemplos de documentos escritos por punhos pouco hábeis, associando a presença de certas características paleográficas

aos critérios sugeridos por Marquilhas (2000). Como pode ser verificado acima, no entanto, a totalidade dos escribas do *corpus* insere-se num amplo espectro, em que se encontram exemplos de punhos bastante hábeis, aqueles menos hábeis e uma grande massa intermediária.¹⁵³

No caso do remetente da carta 14, nota-se a presença de alguns critérios reveladores de inabilidade, como a relativa ausência de *cursus*, a dificuldade de se respeitar um regramento ideal, uma relativa falta de leveza do conjunto e a presença de poucos alógrafos.

Com relação à ausência de *cursus*, ilustram-se abaixo alguns exemplos de palavras em que os grafemas são traçados de forma praticamente autônoma:

Tabela 16 – Exemplos de ausência de *cursus* no Doc. 14

Ex. 1: como hontem

Ex. 2: Sitio dos Barges

Ex. 3: ditriminado,

Ex. 4: os mandei empredri

¹⁵³ Agradece-se a preciosa contribuição do Prof. Dr. Afrânio Barbosa, que sugeriu a utilização da expressão "pouco hábeis", já cunhada em sua tese (BARBOSA, 1999), e a expressão "grande massa intermediária", cuja definição de critérios exatos de classificação fica ainda por realizar.

Os únicos grafemas que apresentam ligaduras são “**ti**” (em “**Sitio**”, no ex. 2), “**os**” em “**dos**” (ex. 2) e “**os**” (ex. 4), e “**em**” (em “**empedri**”, no ex. 4), os restantes são traçados de forma autônoma. Além disso, os exemplos 2, 3 e 4 atestam uma característica patente das mãos inábeis (Marquilhas, 2000, p. 246): “a ortografia irregular de formas com cadeias de consoantes que incluam /r/”, tanto em ataque silábico ramificado, C/r/V¹⁵⁴, como é o caso de “**Barges**” por **Bagres**, quanto na deslocação gráfica de /r/ em posição de coda, como ocorre em “**ditriminado**” por ***ditirminado**¹⁵⁵, e “**empedri**” por ***empedir**.

O segundo critério observado na carta 14 é uma relativa dificuldade de se respeitar um regramento ideal, que se verifica pela irregularidade dos espaçamentos entre as linhas e pela leve tendência descendente observada a partir da metade do texto:

¹⁵⁴ C = consoante, V = vogal.

¹⁵⁵ O asterisco indica forma hipotética de acordo com o sistema de escrita do escriba.

Figura 90 – Reprodução do doc. 14

A observação do conjunto revela uma relativa falta de leveza, ocasionada principalmente pela irregularidade do espaçamento entrelinhas, pela tendência descendente à medida que o texto se aproxima da margem direita do fólio, e pelo traçado autônomo dos grafemas.

Além disso, conforme já verificado para os grafemas *d* e *h*, há baixa presença de alógrafos. Há dois alógrafos do grafema *d*, sendo duas ocorrências verificadas em início de linha, conforme destacado na figura acima, e uma ocorrência na abreviatura

da forma “*Guarda*”. O alógrafo do grafema *h* é verificado sistematicamente em posição medial, acompanhado do grafema *n* (3 ocorrências) ou do grafema *l* (1 ocorrência).

Os grafemas *t* e *r* não apresentam alografia, tendo sido encontrado apenas um caso do grafema *r* com traçado distinto, o chamado *r* dois de conta, representando possivelmente o grafema maiúsculo, como se observa na tabela abaixo. O grafema *s* em posição inicial era sempre traçado da mesma forma, apresentando alógrafos para a posição medial e final, conforme ilustrado a seguir.

Tabela 17 – Grafemas *t* e *r*

Grafema <i>t</i>	Grafema <i>r</i>		Grafema <i>s</i>
<i>t</i> minúsculo	<i>r</i> minúsculo	<i>r</i> dois de conta (Rio)	<i>s</i> inicial (Segir)	<i>s</i> final (ditos)
			<i>s</i> medial (aSim)	<i>s</i> medial (descancado)

Tais dados ilustram que o militar Manoel de Almeida, que teria escrito de próprio punho apenas a carta de número 14, seria um escriba mais próximo da inabilidade do que da habilidade.

O autor do documento 28, Antonio de Siqueira Dias, que escreve uma informação sobre um assassinato no verso da carta de Pedro Frazão de Brito, é o menos hábil do *corpus*, encaixando-se em vários dos critérios referidos por Marquilha (2000): relativa ausência de cursus; uso de módulo grande; ausência de regramento ideal; traçado inseguro, aparência desenquadrada das letras e falta de leveza do conjunto; irregularidade da empaginação e baixo uso de alógrafos. Reproduz-se abaixo o documento para a observação dessas características:

Tabela 18 – Relativa ausência de *cursus* no doc. 28

A única mulher a produzir um autógrafo no *corpus*, Anna Maria Cardoso, remetente da carta 33, também apresenta marcas de inabilidade. A mais clara é a dificuldade de se respeitar a empaginação, que se mostra irregular, como se observa a seguir. Além de as margens não estarem definidas, são bastante variáveis, vão diminuindo de tamanho, de 22 mm na primeira linha a 45 mm na última. Tal é a variação que, ao utilizar a lateral esquerda do fólio, na vertical, para escrever uma observação ao alferes, destinatário da missiva, Anna Maria usa 4 linhas na primeira metade, sobrando espaço para apenas 2 na segunda metade do fólio. Percebe-se também que o regramento é respeitado com dificuldades, havendo variação no espaço entrelinhas, além de algumas apresentarem tendência descendente.

Tabela 19 – Exemplos de ausência de *cursus* no Doc. 33

Nos exemplos 1 e 2, verifica-se o traçado autônomo de cada um dos grafemas; já no exemplo 3, percebem-se ligaduras entre os grafemas “iu”, “an” e “do” (“iurando”), revelando uma agilidade maior dos músculos da mão em relação a um inábil extremo. O mesmo se nota no exemplo 4, em que se observa a ligadura entre os grafemas “to” em “matou”. Neste exemplo, inclusive, verifica-se a repetição do verbo, o que, associado aos outros dados, colabora na atestação de falta de familiaridade com a escrita. A presença da abreviatura “mulher” indica o conhecimento de uma convenção da escrita e, segundo Marquilhas (2000, p. 238), tais convenções “se podem adquirir logo a níveis básicos de familiarização com a escrita [...]”. A presença de abreviaturas não é característica rara nos textos das mãos inábeis seiscentistas [...]. Isso fica comprovado ao se observar as abreviaturas de “vossa mercê” nesta carta, que apresentam algumas variações em seu traçado, conforme ilustrado abaixo:

Figura 94 – Abreviaturas de “vossa mercê” no doc. 33

Em alguns trechos da missiva, notam-se exemplos de hipersegmentação, “a múltipla inscrição de branco gráfico entre grupos pequenos de letras, distintos das palavras gráficas” (MARQUILHAS, 2000, p.243), característica caligráfica dos inábeis.

Tabela 20 – Exemplos de hipersegmentação no Doc. 33

A assinatura de Anna Maria também revela falta de familiaridade com a escrita, conforme se ilustra na figura a seguir. O pautado mental que tinha não era claro o suficiente para advertir-lhe que seu sobrenome não caberia inteiramente no trecho reservado para tal, sendo a remetente obrigada a escrever as duas últimas sílabas na linha de cima.

¹⁵⁶ Sobre a expressão “a talho aberto”, cabe ressaltar que foi encontrada em Silva (1789, v. 2, p. 752) possível significado para a mesma: “Trabalhar nas minas metallicas *a talho aberto*, sem fazer poços, nem galarias, mas abrindo a terra por onde segue a veyra, que fica descoberta ao ar, e horizontalmente.”. Na carta, Anna Maria Cardosa refere que o pai e o irmão abusavam sexualmente dela, das irmãs e também das sobrinhas, não reservando ninguém e levando “tudo a talho aBerto”. Assim, a aproximação semântica estaria na forma como se age: sem preparação, indo direto ao objetivo último.

Figura 95 – Assinatura de Anna Maria Cardoso (Doc. 33)

A outra mulher que assina uma carta (nº 60) do *corpus*, D. Maria Tereza de Nazaré, não é, como no caso de Anna Maria, autora material do mesmo. Assim como verificado no caso das cartas 13 e 15, do militar Manoel de Almeida, neste caso, também se está diante de um idiógrafo.

Nota-se no documento 60 muitos traços de habilidade com a escrita, como o respeito às margens e ao regramento, a presença de *cursus*, a leveza do conjunto ocasionada pelo traçado seguro dos grafemas, além do conhecimento de representativo conjunto de abreviaturas. A assinatura, porém, é feita por punho distinto, apresentando módulo menor, maior desprendimento de tinta do instrumento de escrita, o que ocasiona o serrilhamento observado na imagem a seguir¹⁵⁷, revelando um traçado mais inseguro.

Figura 96 – Assinatura de D. Maria Thereza de Nazare (Doc. 60)

A presença de idiógrafos, revelada pelo exame atento dos documentos originais, que possibilita a observação de aspectos codicológicos, associada à observações de natureza paleográfica, é um dado interessante a ser destacado no *corpus*. Conforme já verificado, os documentos 13, 15 e 60 são exemplos disso.

Além desses, também são idiógrafos os documentos 16, 18, 20, 21, 25, 34, 48, 55, 56 e 74. A comparação do traçado do punho que assina a missiva e daquele que escreve o corpo da carta revela que se trata de punhos distintos. Tal informação é

¹⁵⁷ Infelizmente, devido ao limite de fotografias gratuitas imposto pela BNRJ, não foi possível fotografar este documento, sendo reproduzida aqui a imagem da digitalização do microfilme.

referida em notas de rodapé ao longo da edição. Em alguns casos, como o das cartas 21, 25, 34, 55 e 56, o remetente das missivas, além de assiná-las, escreveu o fecho complementar, colocado imediatamente antes da assinatura. Ilustram-se alguns exemplos a seguir.

No caso do documento 18, nota-se que o punho que assinou o nome Joaquim Bueno de Azeredo, além de ser claramente distinto daquele que escreveu a missiva, conforme se comprova pelo contraste com o fecho complementar (“De vossa merce | O mais amante [Criado] obrigadissimo”), revela marcas de pouca habilidade, como a tendência descendente do alinhamento e a ausência de *cursus*, revelada pelo traçado autônomo dos grafemas.

Figura 97 – Reprodução de parte do doc. 18

O padre Ignácio Rodrigues Barbosa assina a missiva e também escreve o fecho complementar, como ilustrado abaixo. Neste caso, permite-se a comparação do traçado da assinatura com o nome do eclesiástico, escrito logo no início do documento.

Denuncia a V.^a C.^a da I.^a Ignacio Roz.
 Barboza Larach da aldea de Moñas indio Ma-
 noe L. Branco, o qual vive publicam^{te} amancebado
 com Ignacia Roz. ambos casados, de cujo illicito
 ...

Amor de e obediente subdito.

Ignacio Rodriguez Barboza

Figura 98 – Reprodução de trecho do doc. 21

Além da diferença de traçado dos grafemas, sobretudo do R e do B maiúsculos, percebe-se que o padre apresentava um traçado menos seguro do que aquele que escreveu a missiva, comprovado principalmente pela variação no módulo dos grafemas do fecho complementar. A mão mais hábil, apesar de não realizar muitas ligaduras, apresenta módulos mais regulares e uma aparência mais enquadrada dos grafemas. O traçado do grafema *d* também auxilia na distinção dos punhos. Enquanto o padre traça-o em um só tempo¹⁵⁸, o escriba traça-o em dois tempos, fazendo primeiro um semicírculo aberto à esquerda e, depois, a haste do grafema *d*, que toca levemente o semicírculo.

¹⁵⁸ Para noção de tempo e de traços, cf. Fachin, 2008. Em síntese, “as letras são feitas em um ou mais tempos, cada tempo comportando um ou mais traços de acordo com o traçado utilizado” (FACHIN, 2008, p. 83).

Tabela 21 – Realização do grafema *d* no doc. 21

Grafema <i>d</i> – escriba	Grafema <i>d</i> – padre
<p>semicírculo</p> <p>Traçado em dois tempos: semicírculo + haste</p>	<p>traço em um só tempo</p>

O contraste dos punhos também se verifica pelas ligaduras, enquanto o padre Ignácio as utiliza nas três palavras do fecho complementar e em sua assinatura, o escriba apresenta-as raramente. No caso da palavra “aldea”, em que realiza a ligadura “al”, como se ilustra abaixo, nota-se que o traçado da mesma é bastante distinto daquele realizado pelo padre, na ligadura “il” (“Humilde”), em que se nota a presença do mesmo grafema: *l*.

Figura 99 – aldea (doc. 21)

Figura 100 – Humilde (doc. 21)

O documento 25, de autoria de Custódio Barroso Basto, apresenta punho claramente distinto daquele que escreveu a missiva, conforme se observa na imagem a seguir. A diferença se nota principalmente no peso da escrita e na realização do grafema *v*.

Nada mais posso dizer a Vm. (g. S. B. J. P.)
 Comvida eff. S. João 12 de Setembro de 1774
 Primo and. ven.
 Custódia Barroa Bento

Figura 101 – Reprodução de trecho do doc. 25

Enquanto o grafema *v* daquele que escreveu o corpo da carta apresenta-se sistematicamente traçado com um ângulo fechado em sua base, sendo que o grafema *v* maiúsculo cruza os traços em sua base, o traçado do grafema *v* pelo punho do remetente apresenta uma forma abaulada na base. Para melhor ilustrar a diferença, observe-se o quadro a seguir:

Tabela 22 - Realização do grafema *v* no doc. 25

Grafema <i>v</i> - escriba	Grafema <i>v</i> - remetente

Outro documento em que o autor intelectual apenas escreveu o fecho complementar e o assinou é carta 55, cujo remetente é o mesmo da carta 54, escrita inteiramente de seu próprio punho. Neste caso, a observação das imagens permite verificar claramente que se tratam de punhos distintos. Ressalte-se, novamente, os diferentes traçados do grafema *v*.

Eu dezo a pessoa de V.ª. m.ª. e
 Saudes e com que fies de prezente; e sempre os seus porcos
 extimaveij, porque sou
 O maior ven.º. m.ª. f.º.
 e factor do m.ª. f.º.

Figura 102 – Reprodução de trecho do doc. 55

Conforme verificado, portanto, era comum deixar a cargo de outrem a escrita de cartas, tanto no caso de punhos menos hábeis, como aqueles da mulher D. Maria Tereza de Nazaré (Doc. 60) e do Sr. Joaquim Bueno de Azeredo (Doc. 18), quanto no caso daqueles mais hábeis, como é o caso de Manoel Caetano Monteiro Guedes, remetente das cartas 54 e 55.

Informação riquíssima a respeito das circunstâncias de produção dos documentos é trazida pelo juiz de fora de Santos, José Gomes Pinto de Moraes, na carta 36, enviada em resposta ao governador Morgado de Mateus, que havia solicitado investigação a respeito do portador de uma carta da câmara daquela vila. O juiz informa, em detalhes, o processo de escrita dos documentos produzidos por aquela câmara:

Lembro me, Excelentissimo Senhor, | que em acto de Camara se fecharam, e Sellaram as dictas tres | cartas; e se Vossa Excelencia tem ainda os sobrescriptos, veja se saõ | **da minha Letra, ou do Escrivam**, que sobrescreveu as mesmas | cartas, ou **da mesma Letra das cartas**; para assim saber | Vossa Excelencia **por quantas maos paçariam**; porque se os ditos sobrees- | criptos forem da **minha Letra**, ou da do Escrivam, haviam de ser feitos | no mesmo acto da Camara; e pelo contrario **se forem da | mesma Letra das cartas**, havia de faze llos fóra hum | **mullato captivo do Padre Manoel Iorge, de quem vejo ser a le- | tra da carta junta**; porque como o Escrivam fás má Letra, deu se | lhe ||**[[deu se lhe]] o rascunho**, para as mandar fazer por **melhor Letra**, | e levando-as à Camara se assignaram, fecharam, e sellaram; | e podia naturalmente succeder, mandar se lhe, **que lhes fosse pôr | os sobrescriptos da mesma Letras das cartas**, e que depois | as fizesse remeter [...] (Carta 36, l. 55-72, grifo nosso)

Como o escrivão fazia “má Letra”, os camaristas enviavam os rascunhos das cartas para um mulato cativo de um padre, o qual, muito provavelmente, teria sido responsável pela educação do mesmo e pelo ensino das primeiras letras. O nível de instrução teria sido tão bom a ponto de o mulato ser o responsável pela escrita das cartas da câmara dirigidas ao governador, substituindo o funcionário responsável e pago para realizar essa função, o escrivão, que, como se comprova, estava bem menos apto do que o criado do eclesiástico. Tal fato permite levantar a hipótese de que talvez houvesse mais mulatos instruídos nas práticas de escrita que pudessem ser os responsáveis pela escrita de outros documentos da administração colonial e não apenas daqueles produzidos pela câmara da vila de Santos.

2.6. Análise diplomática

A espécie documental mais frequente no *corpus* é a carta, um documento considerado não-diplomático, que apresenta um “desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso” (BELLOTTO, 2002, p. 51). Segundo a autora, na administração colonial, a carta apresentava as três partes constitutivas do documento diplomático – protocolo inicial, texto propriamente dito e protocolo final – organizadas¹⁵⁹ da seguinte maneira:

- o **protocolo inicial** continha a “a **direção** ou endereço (*inscriptio*), parte que nomeia [...] um destinatário individual ou coletivo” (BELLOTTO, p. 39) seguida da **titulação** (*intitulatio*), formada pelo nome próprio do remetente acompanhado de seus títulos;
- o **texto** propriamente dito, que traz o conteúdo, frequentemente de teor administrativo;
- o **protocolo final**, também chamado de escatocolo, continha as datas tópica e cronológica (*datatio*) e a assinatura do autor (*subscriptio*).

¹⁵⁹ Cumpre ressaltar que Bellotto (2002) elege as cartas enviadas pelas autoridades subalternas ou pelos súditos ao rei de Portugal como o modelo para a descrição das partes acima referidas.

Conforme informado por Tin (2005, p. 17), a carta é uma espécie documental bastante antiga: “durante mais de 2 mil anos, escrever cartas foi o principal meio de comunicação a distância. Assim, dizia-se que a carta tornava presentes os ausentes.”.¹⁶⁰ Na esfera da administração pública da capitania de São Paulo, os responsáveis por organizar a população das vilas militarmente e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção da ordem e da lei, escolhiam as correspondências como forma principal de comunicação. Os moradores que desejavam denunciar um crime ou apresentar sua defesa, bem como aqueles que buscavam a concretização de um pedido, também elegiam a carta como o meio para atingir esses objetivos. Além deles, os eclesiásticos, tradicionalmente adeptos desse tipo de comunicação, deixaram registradas narrativas bastante ricas nas missivas que enviaram.

Além das cartas, encontram-se no *corpus*, conforme já citado anteriormente: 2 ofícios (Docs. 53 e 79), 1 informe (Doc. 28), 1 auto de corpo de delito (Doc. 67) e 3 mandados (Docs. 31, 35 e 77), espécies documentais que, ao lado das cartas, representam a forma pela qual a informação circulava à época na capitania de São Paulo e, nas capitanias vizinhas, a saber Rio de Janeiro, Minas e Goiás, datação tópica de sete dos 81 documentos. Os documentos 53 e 79 foram classificados como ofícios, respectivamente, por se tratar de comunicação oficial dirigida ao capitão-mor e aos oficiais militares contendo no próprio documento o despacho do referido capitão-mor e do juiz ordinário da vila; e, no caso do documento 79, por se tratar de comunicação oficial do ouvidor da comarca de São Paulo, uma autoridade, aos camaristas de São Sebastião, seus subalternos, no âmbito do serviço público, em acordo com a definição trazida por Bellotto (2002, p. 76): “meio de comunicação do serviço público. Forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos e autoridades, entre os órgãos públicos e entre estes e os particulares, em caráter oficial.”.

O documento 28, escrito no verso de uma carta, sem datação tópica ou cronológica, foi classificado como informe, por considerar-se que trazia uma “descrição de fato ou fenômeno tal como foi visto” (BELLOTTO, 2002, p. 70) que

¹⁶⁰ Segundo Justo Lísio, autor de um importante tratado epistolar do séc. XVI, a carta poderia ser definida como uma “notícia escrita de um espírito a outro ausente, ou quase ausente” (TIN, 2005, p. 61).

provavelmente alimentaria a elaboração da informação, espécie documental que, por sua vez, caracteriza-se como a parte do processo em que se encontra o depoimento de testemunhas. Por relatar a notícia de ter ouvido a confissão do assassinato de um soldado e informar o paradeiro dos assassinos, supõe-se que tal relato pudesse ser usado em um processo judicial.

O auto de corpo de delito, documento 67, apresenta esta própria nomenclatura no original, além de seguir uma estrutura bastante padronizada, conforme disposto por Bellotto (2002, p. 49): “relato pormenorizado de um acontecimento com a finalidade, em geral, de conduzir [...] um infrator a uma sanção (auto de infração, auto de flagrante, auto de corpo de delito)”.

Os documentos 31, 35 e 77, classificados sob a espécie documental *mandado*, apresentam uma “ordem expedida por autoridade judicial ou administrativa para que se realize determinada diligência” (BELLOTTO, 2002, p. 73). O primeiro, documento 31, é uma ordem do vigário capitular, Manoel José Vaz, ao pároco de São João de Atibaia para que este faça uma inquirição na referida vila a respeito de uma petição. Trata-se de texto bastante breve e objetivo. O segundo mandado, de autoria do governador Morgado de Mateus, ordena ao juiz de fora de Santos uma investigação a respeito do portador de uma missiva enviada daquela vila à cidade de São Paulo. O terceiro mandado, documento 77, traz uma ordem do ouvidor da comarca de São Paulo a remetente não identificado para que este advertisse a um sujeito chamado Caetano, que queria tornar um homem bastante idoso num vendedor de cachaças, que, segundo o ouvidor, era uma bebida “prejudissialissima aoz Escravoz” (Doc. 77 – l. 8).

As cartas perfazem 74 dos 81 documentos editados neste *corpus*. A análise aqui proposta, portanto, estará concentrada nessa espécie documental.

Datam da antiguidade as primeiras referências às cartas, que foram objetos de artes epistolares, que vigoraram até a Idade Média, e, posteriormente, das *artes dictandi* e dos tratados de Erasmo de Rotterdam e Justo Lípsio, sendo esses dois últimos considerados os tratados epistolares mais bem acabados da tradição (TIN, 2005).

Segundo Tin (2005, p. 18), as epístolas de Cícero e de Sêneca tornam-se extremamente interessantes na medida em que foram “eleitas como modelos de escrita epistolar, sobretudo durante o Renascimento, nos séculos XV e XVI”. Em razão do desenvolvimento político e econômico ocorrido nesse período, e do consequente aumento de volume dos negócios públicos, tanto civis quanto eclesiásticos, foi exigido “um estilo formalmente mais rígido” (TIN, 2005, p. 31).

A carta era vista, tanto nos tratados epistolares antigos quanto naqueles escritos posteriormente, do período medievo em diante, como um diálogo entre amigos, ou como parte de um diálogo, devendo ser breve¹⁶¹, clara e adaptada ao estilo mais adequado ao destinatário. Percebe-se nas cartas editadas neste trabalho o quanto esse caráter de diálogo permaneceu, sobretudo nas missivas que retratam situações mais privadas, afastando-se da esfera pública. A carta 3, redigida de uma prisão em Buenos Aires, relatando uma expedição fracassada, e a carta 39, narrando os pormenores de uma briga entre dois sócios do ponto de vista de um deles, são os exemplos mais claros desse caráter dialógico das epístolas.

De acordo com Tin (2005, p. 19), Demétrio, autor de um tratado epistolar escrito provavelmente entre I a.C. e I d.C., afirmava que “cada um escreve a carta como retrato de seu próprio ânimo, sendo ela a forma de composição literária em que mais se pode ver o caráter do escritor”. Esse dado é particularmente observável quando se realiza a edição de um número significativo de cartas enviadas por um mesmo remetente em um período relativamente curto de tempo, como é o caso dos documentos de Domingos Leme do Prado, Salvador Pereira da Silva, Manoel Alvarez de Afonseca, Manoel de Almeida, José Gomes de Gouveia e Jerônimo Dias Ribeiro.

Segundo a forma ciceroniana da carta, uma cortesia habitual seria, em primeiro lugar, responder à carta recebida, seguindo a mesma ordem em que foram expostas e, somente depois, aduzir a motivação da escrita, que seria configurada como um misto entre o relato expositivo, o *docere*, e o *movere*, um meio de persuasão (TIN, 2005). São poucas as cartas do *corpus* a utilizarem esse modelo. Um exemplo é a

¹⁶¹ Tin (2005, p. 53) informa que, segundo o tratado de Erasmo de Rotterdam, “em relação à brevidade, sua pior violação é a saudação pomposa, com o objetivo de bajular o destinatário, ‘comparando-o ao sol, estrela matutina, lâmpada brilhante, espelho, flor, jóia, luz do sol, paraíso, e assim por diante’.”.

carta 47, de autoria do capitão-mor de Guaratinguetá, Antônio Galvão de França, dirigida ao militar Afonso de Botelho de Sampaio e Souza: o relato expositivo feito pelo remetente dá conta de responder às três cartas que lhe haviam sido enviadas pelo destinatário. A organização do texto é tal que as missivas são respondidas na ordem cronológica crescente: primeiramente, responde-se a carta enviada no dia 21 de junho, em seguida, a do dia 25 de junho e, finalmente, a do dia 30 do mesmo mês. Cabe ressaltar que se trata de um raro caso do *corpus* de correspondência trocada entre dois representantes dos mais altos cargos militares da capitania: um capitão-mor e um tenente coronel e/ou ajudante de ordens¹⁶², referido nessa carta simplesmente como capitão. Além disso, o destinatário era primo do governador Morgado de Mateus.

Ainda segundo a análise feita a partir das cartas de Cícero, o formulismo era uma característica da conclusão das epístolas. Tal característica parece permanecer ao longo dos séculos, sendo verificada em modelos de escrita de cartas do século XVIII (FREIRE, 1745) e nos próprios documentos do *corpus*.

Entre os tratados epistolares antigos, predominam as necessidades de concisão e de clareza que deveriam estar presentes em todas as espécies de missivas. De acordo com Tin (2005, p. 29), a obra *Ars rethorica*, de Caio Júlio Victor, aponta que “a clareza deve irradiar da carta, a não ser que se objetivasse o segredo, como alguns homens que costumavam criar entre si um código obscuro, por exemplo César, Augusto ou Cícero”. Na carta 80, encontra-se um exemplo de falta de clareza proposital, já que o remetente denuncia um preso, sem nomeá-lo, pois provavelmente o destinatário já sabia de quem se tratava.

As cartas vão se tornando, do século XII em diante, mais e mais elaboradas, assim como os tratados que lhes fornecem os modelos. Em um importante tratado do século XII, considerado o marco inicial da tradição textual do gênero carta, de autoria de Adalberto Samaritano, são encontrados 34 tipos de saudação, adequados a

¹⁶² Conforme explicado na seção anterior, o remetente da carta 3, datada de 1772, refere-se a Afonso Botelho de Sampaio e Souza como tenente-coronel da vila de Paranaguá. Bellotto (2007) afirma que ele ocupava o cargo de ajudante de ordens, além de informar que era primo do governador Morgado de Mateus. João (2006), refere que ele era tenente-coronel e ajudante de ordens, tendo sido o remetente da carta 3, Antônio da Silveira Peixoto, um dos capitães enviados para as expedições ao Tibagi. O remetente da carta em questão, a de número 47, datada de 1776, refere-se a Afonso simplesmente como capitão.

diferentes destinatários (TIN, 2005). De acordo com Tin (2005, p. 37), “o que se pode depreender de todos esses tratados [...] é uma grande preocupação com a demonstração de cortesia e etiqueta nas cartas”.

Ao escrever seu tratado publicado em 1521, Erasmo de Rotterdam afirma que “a liberdade da carta é tal que ela pode tomar seu ponto de partida não importa de onde” (TIN, 2005, p. 59). Justo Lísio, autor de tratado epistolar de finais do século XVI, explica que a Oratória deveria ser aplicada como um modelo e não como imitação, enfatizando a importância de não se prender a regras rígidas (TIN, 2005). Ainda segundo o autor, a melhor forma de se obter a clareza era observar três condições: “se as palavras são adequadas, se são correntes e se são coerentes” (TIN, 2005, p. 65).

Conforme verificado no capítulo anterior, grande parte das cartas aqui estudadas trata de crimes. Erasmo de Rotterdam, em seu tratado, divide as cartas em três gêneros: demonstrativo, deliberativo e judicial. Ao descrever o último, afirma que o mesmo divide-se em dois tipos: de acusação e defesa, informando que “se estivermos acusando alguém ou o perdão pedindo para alguma falha, dizemos que somos fracos e desiguais contra aqueles que agem contra nós” (TIN, 2005, p. 127). Nas cartas 4 e 5, Manoel Alvarez de Afonseca usa desse expediente para se defender e diminuir a culpa pelo crime de hospedar doentes de bexiga em sua casa: “peso a vossa merce pello amor | de Deos me não de mais moLestia da que te- | nho” (Carta 4 – l. 14-16) e “[[Acho-me]] em huã cáma pasando, sabe Deos como. [...] A minha vontade he que vossa merce não tenha | moLestias” (Carta 4 – l. 30 e l. 40-41).

Após a publicação dos tratados acima referidos, foi comum, durante os séculos seguintes, a saber, do século XVII em diante, a composição de obras com modelos epistolares, como é o caso da obra *O secretario portuguez compendiosamente instruído no modo de escrever cartas. Por meyo de huma instuçam. Preliminar, regras de Secretaria, Formulário de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as espécies, que tem mais uso*, publicada em Lisboa, de autoria de Francisco José Freire (1745).

Segundo o autor, as cartas deveriam ser divididas em quatro períodos: o primeiro conteria a narração do fato; o segundo, os agradecimentos; o terceiro, o oferecimento do préstimo; e o quarto seria dedicado ao desejo de felicidades. Dessas,

aquele que mais se manifesta nas cartas do *corpus* é o último, que se apresenta bastante próximo ao modelo proposto por Freire (1745, p. dii v):

Se a pessoa, a quem escrevemos nos for inferior, ou amiga de confiança, daremos fim à Carta, dizendo:

Deos guarde a V. merce por muitos annos.

O Ceo guarde a V. merce, pelos annos, que desejo.

Escrevendo a estas taes pessoas, poderemos tambem dar fim à Carta, unindo laconicamente com hum relativo este quarto periodo com o terceiro por exemplo:

Fico para servir a V. merce, a quem Deos guarde, etc.

Offereço todo o meu prestimo a V. merce, a quem Deos guarde muitos annos.

Fica prompta a minha vontade, para se empregar no serviço de V. merce, a quem Deos guarde, etc.

Porem, se a pessoa nos for superior, e com ella não tivermos confiança, remataremos a Carta, principiando o quarto periodo desta maneira:

A pessoa de V. Eminencia guarde Deos por felices, e dilatados annos, como todos havemos mister.

A pessoa de V. Excellencia guarde Deos pelos annos, que todos lhe pedimos.

Deos guarde a V. Senhoria por largos annos, como todos necessitaõ, e pedem, etc.

São frequentes no *corpus* as missivas que utilizam tais fórmulas, conforme será ilustrado pelos exemplos dados mais à frente. Por outro lado, não é comum a presença do segundo período referido por Freire (1745), contendo rogo ou agradecimento. Percebe-se, no entanto, em algumas cartas, a presença da captação da benevolência do destinatário, seção que, segundo Anônimo de Bolonha (TIN, 2005, p. 97), conteria “certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do destinatário”, referindo simultaneamente à humildade que deveria ser expressa pelo remetente, aos louvores feitos ao destinatário e à adequação do assunto e do tom. De acordo com Lopes (2012, p. 45), o principal objetivo dessa estratégia é “captar a boa vontade do destinatário com o teor da carta e garantir que o contato seja mantido com eficácia em futuras trocas de correspondência”. O uso desse recurso se verifica nas cartas do *corpus* no momento das saudações iniciais feitas pelo remetente, como será verificado adiante.

Uma importante contribuição para o estudo das partes constitutivas do gênero epistolar é encontrada na tese de Silva¹⁶³ (1988 apud MARCOTULIO, 2008, p. 83-84), conforme tabela a seguir:

Tabela 23 – Partes constitutivas da carta segundo Silva (1988)

1. Seção de contato inicial	1.1 – indicação de tempo
	1.2 – saudações iniciais
2. Núcleo da carta	
3. Seção de despedida	3.1 – saudações finais
	3.2 – assinatura
	3.3 – possível PS

A partir dessa estrutura padrão proposta na tabela acima, que contém nomenclatura clara e objetiva de cada uma das seções e subseções que constituem uma missiva; levando-se em conta os tratados epistolares acima referidos e o manual de análise diplomática de Bellotto (2002); e considerando-se ainda a análise das missivas publicadas nesta pesquisa, propõe-se a seguir um modelo relativo às partes constitutivas observadas nas cartas do *corpus*:

¹⁶³ SILVA, Vera Lucia Paredes Pereira da. **Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988. Cabe ressaltar que a tese de Silva (1988) foi exaustivamente procurada, inclusive com o auxílio da diretora da Biblioteca da Faculdade de Letras da UFRJ, D. Inês, que gentilmente aceitou fazer a busca mesmo com a greve federal por que passava a universidade à época (Julho de 2012). Infelizmente, o trabalho não foi localizado, nem na base de dados eletrônica da biblioteca, tampouco nas fichas topográficas.

Tabela 24 – Partes constitutivas das cartas do *corpus*

1. Seção de contato inicial (Protocolo inicial)	1.1 – Direção: nome do destinatário antecedido pelo cargo e por palavra(s) de tratamento
	1.2 – Saudações iniciais (podem incluir a captação da benevolência)
2. Núcleo da carta (texto propriamente dito)	
3. Seção de despedida (Protocolo final)	3.1 – Desejo de bons votos ao destinatário (<i>valedictio</i>)
	3.2 – Datações tópica e cronológica (<i>datatio</i>)
	3.3 – Fecho complementar
	3.4 – Assinatura (<i>scriptio</i>)

Elegeram-se uma carta (Doc. 9) do *corpus* como modelo para a ilustração das partes constitutivas expostas na tabela acima, conforme figura 102 a seguir.

Figura 103 – Carta modelo do *corpus* e suas partes constitutivas

A seção de contato inicial, também chamada de protocolo inicial, subdivide-se em duas: a direção, com o nome do destinatário, antecedido pelo cargo e pela palavra “Senhor”; e as saudações iniciais, que podem incluir a captação da benevolência e/ou a referência à carta anterior, tanto recebida pelo remetente do destinatário, quanto enviada pelo remetente em ocasião anterior e não respondida pelo destinatário. Algumas cartas, porém, como será visto adiante, não contêm as saudações iniciais, adentrando diretamente no assunto tratado pela mesma.

O núcleo da carta, que traz o assunto propriamente dito, apresenta constituição variável, sendo essa inclusive uma das principais razões para tal espécie documental ser classificada como não-diplomática. Os temas tratados pelas missivas foram referidos em detalhes no capítulo anterior, por isso não serão analisados aqui.

A seção de despedida, que também pode ser referida como protocolo final ou escatocolo, apresenta quatro subseções. A primeira é constituída pelo desejo de felicidades, conforme referido por Freire (1745), ou de bons votos ao destinatário, a

valedictio, conforme aduz o tratado de Justo Lúpsio, que fornece como exemplo dessa subseção a frase “*Peço a Deus que te proteja e favoreça os teus desígnios etc.*”, afirmando que “todos esses dispositivos podem ser judiciosamente imitados ou alterados de acordo com a ocasião e a pessoa” (TIN, 2005, p. 136). Nessa subseção aparece frequentemente nas cartas do *corpus* a fórmula “Deus guarde a vossa mercê muitos anos” e suas variações. A segunda subseção contém as datações tópica e cronológica. O fecho complementar, terceira subseção da seção de despedida, consiste “em uma demonstração de respeito e lealdade” (TIN, 2005, p. 137), feita por meio do uso de frases como “De vossa mercê, certo venerador e criado” e suas variações, que eram colocadas exatamente antes da assinatura, quarta e última subseção da missiva.

Serão analisadas a partir de agora cada uma das partes constitutivas das cartas deste *corpus*, utilizando-se variados exemplos extraídos das mesmas, que representam a totalidade de formas nelas encontradas.

Na seção de contato inicial, como pode ser observado na tabela 25, é frequente a utilização do tratamento “Senhor” acompanhando o cargo e o nome do destinatário. Há apenas um caso de carta em que o nome do destinatário não é mencionado logo no início, e sim no final da missiva, após o nome do remetente. Trata-se da carta 59, enviada pelo governador da praça de Santos ao capitão-mor de Sorocaba.

Tabela 25 – Seção de contato inicial: direção (1.1) - nome do destinatário, cargo e tratamento¹⁶⁴

	Tratamento	Cargo	Nome
Militares	Senhor	Capitam Mor	ManoeL da Silva Reis
	Senhor	Sargento Mor	Manoel Caetano de zuniga
	Senhor	Tenente	Ioze Pirez Roza
	Senhor	Capitam	Leandro de Mello
	Senhor	Cappitam	Afonco Botelho de SamPayo e Souza
	Senhor Doutor	-	Affonso Botelho de SaoP[ayo]
	Senhor	-	Affonso Botelho de SamPayo
	Senhor	Sargento Major	-
	Muito meo Amigo e Senhor	Capitam Mor	Manoel Antonio de Carvalho
	Tratamento	Cargo	Nome
Administração Geral e Local	Senhor	Iuiz Ordinario	Bento Pires de Moraes
	Senhor Doutor	Ouvidor Ieral e Provedor emterino da Fazenda Rial	-
	Senhor	Prouedor da Fazenda Real	Iozé Onorio de valladares e Aboim
	Senhor Doutor	Iuiz de Fora	Ioze Gomez
	Illustrissimo	-	(Governador)
	Excenlentissimo Senhor		

¹⁶⁴ Nesta tabela, optou-se pela transcrição exata, seguindo a lição semidiplomática dos nomes dos destinatários, bem como das palavras que os acompanhavam, tendo em vista considerar-se a informação sobre os desenvolvimentos de abreviaturas, marcados em itálico, essencial para a análise das saudações iniciais das missivas.

	Tratamento	Cargo	Nome
Eclesiásticos	Muito Reverendo Senhor Doutor	-	Lourenço Iozé de Queiros Coimbra
	Reverendissimo Senhor	-	Lourenço de Queirós Coimbra
	Muito Reverendo Senhor Doutor	Vigario Cappitular	-
	Reverendissimo Senhor Doutor	vigario Cappitular	-
	Reverendissimo Senhor	Padre	Ignacio de Azevedo Sylva
	Reverendissimo Senhor	Frei	Ioaquim de Sao Iozé Sylva
	Reverendo Senhor	Frei	Manoel de Santa Anna
	Senhor Reverendo	Padre	Ioze Gonçalves da Costa
	Senhora	Madre	Maria Magdalena da Conceição
	Reverendo Senhor	-	Francisco Xavier Garcia
Outros	Senhor	-	Iacinto Iosé de Abreu
	Senhor	-	Primo

Pela tabela acima, percebe-se que o uso do tratamento “Senhor”, e “Senhora” (Doc. 61), era geral e uniforme, referindo-se a qualquer categoria de destinatário, tendo sido utilizado em 100% das missivas. É possível verificar também que os militares, além do tratamento “Senhor”, eram constantemente referidos pelo posto que ocupavam na hierarquia, precedido pelo seu nome próprio. Essa regularidade — Senhor + Posto ocupado + Nome — foi observada em todas as missivas dirigidas a militares, exceto em cinco delas, sendo duas dessas dirigidas a Afonso Botelho de Sampaio e Souza. Esse militar, conforme já referido, ocupou um alto posto militar, além de tenente-coronel, era ajudante de ordens, sendo provavelmente por isso chamado de “Doutor”, além do tratamento “Senhor”, como se verifica na tabela acima. Para o mesmo militar, em outra missiva, utilizou-se apenas a palavra “Senhor”, por extenso, sem abreviatura, seguida pelo nome próprio, sem a especificação de seu cargo. O mesmo se dá na carta 7, em que só há o vocativo “Senhor” seguido do nome próprio do destinatário. Ocorreu um caso (Doc. 26) em

que não se nomeou o destinatário, referindo-se a ele apenas como “*Senhor Sargento Major*”. O último caso que fugiu à regularidade, aponta para o acréscimo das palavras “*Muito meo Amigo e...*” antes do tratamento “*Senhor*”. A carta 42, dirigida a um militar, apesar de não ser um desvio à regularidade acima explicada, traz a seguinte direção: “*Senhor Capitam Meu Companheiro Manoel Rodriguez Araujo Belem*”, indicando possivelmente uma relativa proximidade entre remetente e destinatário.

A situação com relação aos cargos administrativos em geral já se mostra menos uniforme, conforme ilustrado na tabela acima. À exceção do governador da capitania, referido com a fórmula indicativa de cortesia “*Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor*”, nos demais casos, o cargo é nomeado sempre antecedido do tratamento “*Senhor*”, e algumas vezes das palavras “*Senhor Doutor*”. Apenas o governador e o ouvidor geral e provedor interino da Fazenda Real não tiveram seus nomes próprios escritos na saudação inicial, além do rei D. José I, cuja carta a ele dirigida será referida adiante.

Quanto aos eclesiásticos, nota-se um uso de mais palavras de tratamentos e de palavras que os enfatizam, como “*muito*”. O vigário capitular recebe sempre o tratamento “*Senhor Doutor*”, antecedido pelo tratamento “*Reverendíssimo*” ou “*Muito Reverendo*”, nunca sendo nomeado. Já os padres e os freis recebem apenas o tratamento “*Senhor*” acompanhado de “*Reverendo*” ou “*Reverendíssimo*”, precedidos pelo cargo. Houve apenas um caso em que o cargo não foi referido, conforme se observa no último exemplo da tabela. A madre foi a única a receber apenas o tratamento “*Senhora*”. O nome do destinatário Lourenço de Queiroz Coimbra, vigário colado de Mariana, nas duas missivas que recebe, de remetentes distintos, não é antecedido pelo seu cargo, apenas pelas fórmulas “*Muito Reverendo Senhor Doutor*” e “*Reverendíssimo Senhor*”.

Cabe ressaltar que o vocábulo “*reverendo*” era usado à época como um tratamento, e não como um substantivo, uso mais corrente atualmente. Conforme Bluteau (1720, v. 7, p. 314), “*Reverendo. Titulo honorifico, que se dà a Ecclesiasticos, assim Seculares, como Regulares. Reverendissimo se dà a Cardeaes, a Abbades, & Géraes de Ordens Religiosas, &c.*”. Silva (1789, v. 2, p. 625) refere que reverendo

poderia ser usado tanto como adjetivo, significando “digno de reverencia, acatamento”, quanto como “título honorífico [sic] que se dá aos Sacerdotes [sic]; v. g. o reverendo *Padre fulano*.”.

Os últimos dois exemplos da tabela acima tratam de cartas que usam apenas a palavra “Senhor”: em uma há o nome do destinatário e a outra limita-se a nomeá-lo como “primo”. Esta última carta contempla um assunto bastante pessoal, ainda que envolva situações relacionadas à administração pública, já que um primo, militar, escreve ao outro, também militar, tranquilizando-o a respeito do valor dado a ele pelo ouvidor da cidade de São Paulo.

Há uma única carta dirigida ao rei de Portugal, em que se usa somente a palavra “Senhor”, centralizada no topo da carta. Não há menção ao cargo ou ao nome do rei, que é tratado ao longo da missiva pela abreviatura correspondente à forma de tratamento “vossa majestade”. Tal carta não segue o modelo proposto por Bellotto (2002) para cartas da administração colonial dirigidas ao rei, já que o nome do remetente não é colocado, juntamente com seus títulos, no alto do fólio, conforme disposto pela autora.

A seção de saudações iniciais apresenta-se bastante variável nas cartas do *corpus*. Algumas apresentam uma autêntica captação da benevolência nas palavras de Tin (2005, p. 97) acima referidas: “certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do destinatário”; outras iniciam com menção à carta anterior, recebida ou enviada; outras, tanto mencionam carta anterior, quanto apresentam a captação da benevolência; e algumas simplesmente omitem as saudações iniciais, adentrando diretamente no assunto a ser tratado. Apresentam-se na tabela a seguir alguns exemplos retirados do *corpus*, representativos da totalidade das formas encontradas:

Tabela 26 – Seção de contato inicial: saudações iniciais (1.2)

Saudações Iniciais	
Captação da benevolência	1) Meu estimado <i>Amigo e Senhor...</i> (Doc. 2)
	2) Meu Venerado <i>Senhor...</i> (Doc. 17)
	3) Dinissimo <i>Senhor...</i> (Doc. 22)
	4) Meu muito amado e prezado <i>Senhor...</i> (Doc. 63)
	5) Nesta ocaziaõ y hora tive o gosto de ter novas ou noticia de <i>vossa merce que</i> estava nessa prasa couza <i>para</i> mim de muito gosto por ter a serteza que istava com saúde a qual lhe comserve <i>Deus para</i> mandar me... (Doc. 3)
	6) <i>Amigo e Senhor</i> muito da <i>minha</i> veneraçãõ; obrigado da natural rasão, me ánimo informa lo nesta occasiaõ... (Doc. 7)
	7) <i>Amigo, e senhor</i> da <i>minha</i> mayor veneraçãõ; julgo a <i>vossa merce</i> muito per turbado com tantas cartas... (Doc. 24)
	8) Por conhesser a grandeza de <i>uossa merce</i> me animo a hir por via desta aos sseus pes pedir lhe... (Doc. 9)
	9) Meu <i>senhor</i> muito de <i>minha</i> veneraçãõ por esta vou a seus péz a pedir-lhe... (Doc. 27)
	10) Estimarei <i>que Vossa senhoria</i> Logre boa saude e <i>que</i> da minha se sirva ainda que pouca, e com ella me offereso <i>para</i> lhe obedeser e dar gosto... (Doc. 10)
	11) Bem sey o quanto sou deuedor a <i>Vossa merce</i> e sô <i>Deus</i> como bom Pay lhe poderá pagar tanta onrra que com <i>que</i> senpre dezejou fauorecer me. [espaço] Meu <i>senhor...</i> (Doc. 39)
	12) Recebj as ordeñs de <i>vossa merce</i> com aquella costumada e de= uida veneraçãõ com <i>que</i> custumo receber de meus superiores... (Doc. 62)
	13) Meu Sempre prezado e amado Pr[otetor] e <i>Senhor</i> de <i>quem</i> muito me onrro por fé: com esta vou a Seus pes rogar lhe <i>para que</i> se digne... (Doc. 68)
	14) <i>Amigo do Coração Lembrádo</i> eztará <i>vossa merce</i> que... (Doc. 72)

Saudações Iniciais	
Menção à carta anterior	<ol style="list-style-type: none"> 1) Meu <i>Senhor</i> Escrevi hontem, a <i>vossa merce</i> respeyto, á menina... (Doc. 5) 2) Recebo a carta de <i>vossa merce</i> da dáta de=18=de <i>Dezembro</i>, em a qual me- diz <i>vossa merce</i> (Doc. 6) 3) A vinte de <i>Novembro</i> receby per mam de Lino dos reis huã Carta de <i>vossa merce</i>... (Doc. 13) 4) Recebi a de <i>Vossa Merce</i> que acompanha o recado do <i>Illustrissimo e Excelentissimo Senhor General</i>... (Doc. 30) 5) Tenho recebido algumas Cartas de <i>Vossa merce</i> a que não posso responder o que farey em podendo... (Doc. 25) 6) Meu <i>Senhor</i> Recej a onrozza carta de <i>vossa merce</i> em 12 de Ianeiro com a data de 26 de <i>Dezembro</i> do anno passa do... (Doc. 41) 7) Em doze do corrente ezcrevi a <i>vossa merce</i> a <i>minha</i> ulti= ma carta em resposta das suas... (Doc. 48) 8) Por carta do <i>Illustrissimo e Excelentissimo Senhor General</i> desta capitania de 28 de Junho proximo passado, em que me ordena sarta de <i>Ligencia</i>... (Doc. 53) 9) Hontem receby o escrito de <i>Vossa merce</i>, e por ser me tão necesario tornar hoje a caza, não chego ja aos pes de <i>Vossa merce</i>... (Doc. 57)
Captação da benevolência + Menção à carta anterior	<ol style="list-style-type: none"> 1) Meu amigo, e Senhor Em 5 do Corrente recebi a de <i>Vossa Merce</i> de 27 do pas sado... (Doc. 34) 2) Muito meo Senhor recebi a de <i>vossa merce</i> de 20 de <i>Dezembro</i>... (Doc. 12) 3) Recebi a carta de <i>vossa merce</i>, e estimo a sua boa saude; Deos lh[a] continue para lhe fazer gratos serviços; e mandar a minha obediencia... (Doc. 40) 4) Meu venerado Senhor Reseby a de <i>vossa merce</i> e lo go cuidei... (Doc. 43) 5) O particular amor que consagro a sua pessoa, e com que destingo o seu merecimento, acredita as vi vas significaoens que recebo do seu affecto, na sua carta que muito estimo... (Doc. 54) 6) Aos des do presente, Com devida veneracam, recebj a ordem de <i>vossa merce</i> ordenando pelo <i>Illustrissimo e Excelentissimo Senhor</i>... (Doc. 66) 7) Recebj a de <i>vossa merce</i> aos „23,, do corrente com aquelle amor e fidelidade com que custumo receber prendas de suas Letras com as quais me ordenou... (Doc. 71)

Saudações Iniciais	
Ausência de saudações iniciais	1) <i>Vossa merce</i> Logo que Receber esta fara espedir essas Cartas <i>para</i> o Cajxa do Comtrato... (Doc. 11)
	2) Dou a <i>vossa merce</i> parte em como hontem ii chegou ao sitio dos Barges... (Doc. 14)
	3) Já dice a <i>Vossa Senhoria</i> que vou a <i>Sao Paulo</i> a conduzir <i>Dona</i> Maria Gertrudes criada de <i>Vossa Senhoria</i> ... (Doc. 16)
	4) Torna ese camarada a esa sidade... (Doc. 19)
	5) Dou <i>parte</i> a uossa merce em como Saimoz dezta Povoação a continu= ar a nossa picada... (Doc. 20)
	6) <i>Para</i> esa prasa se Retirou huã AngeLa Ferreira cazada no destrito de sorocaua... (Doc. 26)
	7) Não achei pessoa algua que fizesse certo o reque rimento da peticaõ... (Doc. 32)
	8) <i>Minha</i> Irman Maria pariu de meu pai tirou huã filha dele que esta em caza de catharina cardoza... (Doc. 33)
	9) Nesta mesma folha respondo; porque assim <i>Vossa Excelencia</i> mo ordena... (Doc. 36)
	10) Como me acho só neste Registo e tenho obrigasaõ de dar contas no fim do anno do Rendimento dele... (Doc. 38)
	11) nesta <i>minha</i> fazenda chegaro uinte soldado da gerais... (Doc. 42)
	12) Por ter notícia, <i>que</i> Antonio Diaz Torrez procura o posto de Capitam de Auxiliarez de pê de Mogy Guassu... (Doc. 51)
	13) Em <i>Sao Paullo</i> Se acha hũ filho meu, eztudando filo= zofia dentro do Convento de <i>Sao Francisco</i> ... (Doc. 60)
	14) ALem da grande opreção, e perdição <i>que</i> a quazi dous annos padesso sem poder trabalhar nas <i>minhas</i> Lavras de <i>que</i> estava de posse autual, e pacifica a <u>25</u> annos... (Doc. 61)
	15) A 10 do prezente mez de dezembro chegou a este regizto de Itupeua hum clerigo chamado o <i>Padre</i> Fellis da Sylua... (Doc. 73)
	16) Naó tenho Siencia Sertá Se o fogo que ardia no <i>caminho</i> da aSunc[áo] inda comtinua... (Doc. 74)
	17) Ainda hontem me chegou o ultimo ofiçal <i>que</i> eu tinha man dado <i>para</i> a noua Pouoação a listar os moradores dEla... (Doc. 81)

Conforme a análise realizada a partir das cartas do *corpus*, a extensão da captação da benevolência parece ser proporcional à gravidade do pedido ou da situação narrada na missiva. A carta 50, por exemplo, dirigida ao governador pelo

padre Francisco Xavier Garcia, que estava preso e desejava diminuição de sua pena ou mesmo o perdão do Morgado de Mateus, inicia-se da seguinte maneira:

Naõ tenho palavraz para expresar A *Vossa Excelencia Illustrissima* o quanto agardesso a merce de me mandar | dar mais alguma liberdade e permitir me celebrar, nos sanctos sacrificioz rogarey a *Deus* | Nosso senhor por *Vossa Excelencia* que so elle como remunerador pagara a *Vossa Excelencia* e naõ eu que como ingrato | naõ saberei gratificar a *Vossa Excelencia* de quem naõ esperaua menos compaixam; pois a begni | dade de *Vossa Excelencia* me servio de abono as minhas infelicidadez | Por esta me ponho aos pes de *Vossa Excelencia* a quem quero expresar toda a ven[eracao] | sem discrepar nem acrescentar couza alguma: Bem sei senhor que justamente | estara *Vossa Excelencia* agrauado de mim inquanto [...]

É o caso também da carta 64, em que o alferes Domingos Leme do Prado, da vila de Atibaia, vê-se obrigado a justificar ao capitão-mor de São Paulo a prisão de um sujeito armado e sua posterior remessa àquela cidade:

Meu *Senhor* Recebj as prendas de Suas Letras aos 27,, do corrente | com que *vossa merce* custuma saborear os meus gostos, que por menos | merecidos foraõ sumamente estimados, especialmente pelas ale= | gres noticias da Suas felis saude, a qual lhe prospere o autor | della para que nuca tenha de ocioza a *minha* vontade, e obedien= | cia no Real Seruico, e agrado de *vossa merce*.

Em algumas das cartas, não há a captação de benevolência, apenas a menção à carta anterior, em alguns casos com referência à data de recebimento da mesma ou à data que constava da carta recebida. Tal expediente funciona como introdução ao assunto a ser abordado na carta, normalmente relacionado à missiva anterior. Conforme pode ser verificado na tabela acima, havia também remetentes que misturavam a captação da benevolência e essa referência às cartas anteriores.

A ausência de qualquer tipo de saudação inicial, marcada pela entrada direta no assunto a ser tratado na missiva, foi verificada em 23 cartas. A partir do exame detido desses documentos, pode-se afirmar que tal ausência está condicionada ao remetente da carta e não ao destinatário. Assim, o grau de proximidade entre remetente e destinatário, que provocaria uma menor necessidade de cortesia, ou o fato de o destinatário ocupar um cargo baixo, ou inferior ao do remetente, não são os fatores responsáveis pela omissão dessas saudações.

Exemplos disso são as cartas dirigidas a altos cargos, como ao vigário capitular (Docs. 21 e 46), ao ouvidor e provedor da Fazenda (Docs. 38 e 73), a sargentos-mores (Docs. 26 e 52), a capitães (Docs. 19, 20, 42, 74, 75, 80 e 81) e a sargentos (Docs. 14 e 15), que não trazem as saudações iniciais. Algumas delas foram enviadas pelo mesmo remetente (Docs. 14 e 15; Docs. 74 e 75; Docs. 80 e 81), o que confirma a hipótese de não ser a figura do destinatário o fator que condiciona a omissão de saudações iniciais.

Observando-se os documentos 31 e 32, e 35 e 36, nota-se que outra prática poderia estar ligada à ausência das saudações. Em ambos os casos, os remetentes dos documentos 32 e 36 respondem a solicitações feitas por seus superiores utilizando o próprio fólio em que as ordens foram escritas. Tal prática não deveria ser comum com relação a documentos oficiais dirigidos a superiores, já que o remetente da carta 36 (l. 86-89) desculpa-se com o governador por ter rasurado a mesma em duas linhas consecutivas: “Perdoe Vossa Excelencia esta entrelinha | porque por dever ir esta repos- | ta nesta mesma folha | não a passo a limpo.”.

No caso dos documentos 31 e 32, o vigário capitular Manoel José Vaz solicita ao pároco de Atibaia uma investigação a respeito de petição realizada por um morador daquela vila, alegando ter sido preso por conta do ódio que o alferes Domingos Leme do Prado, produtivo remetente do *corpus*, nutria contra ele. Manoel José Vaz é claro a respeito de onde o pároco deveria responder sua solicitação: “dará sua *particular* informação neste papel | jurando tudo o *que* achar” (Doc. 31 – l. 4-5). Assim o faz o padre, respondendo no verso do fólio utilizado pelo seu superior, dispensando as saudações iniciais e iniciando a resposta da seguinte forma: “Não achei pessoa algua que fizesse certo o reque | rimento da peticaõ” (Doc. 32 – l. 2-3).

Com relação aos documentos 35 e 36, acontece situação semelhante, envolvendo o governador da capitania de São Paulo e o juiz de fora de Santos, José Gomes Pinto de Moraes. O Morgado de Mateus solicita ao juiz que investigue quem havia sido o portador de uma carta da Câmara, enviada de Santos a São Paulo. Ao final, o capitão-general informa que o remetente “responderá nesta propia folha” (Doc. 35 – l. 8, grifo original) e assim ele o faz, iniciando sua resposta com “Nesta

mesma folha respondo; porque assim *Vossa Excelencia* | mo ordena" (Doc. 36 – l. 1-2), sem nomear o governador, nem utilizar nenhuma espécie de saudação inicial.

O que se nota, portanto, é que a ausência de saudações iniciais estaria ligada a dois fenômenos distintos: a própria forma como o documento era constituído, uma vez que se respondia a mandados no próprio fólio enviado pelo superior que solicitou determinada diligência, como é o caso dos documentos 32 e 36; ou a ausência se relacionaria a um estilo particular do remetente, que provavelmente desconhecia os modelos de escrita da época, deixando registrada nas missivas que ditava ou escrevia de próprio punho sua ausência de familiaridade com as práticas de escrita e leitura setecentistas. Dessa forma, enviava cartas a homens que ocupavam altos cargos adentrando diretamente no assunto que pretendia tratar.

As cartas 14 e 15, de autoria de Manoel de Almeida, que, conforme exame paleográfico realizado na subseção 2.5 acima, é um escriba com grau de habilidade menor, são exemplos de missivas que deixam de apresentar as saudações iniciais. A carta 13, também de sua autoria, apresenta somente uma breve menção à carta anterior, já adentrando diretamente no assunto, conforme se comprova pelo trecho a seguir:

A vinte de *Novembro* receby per mam de Lino dos reis huã Carta de *vossa merce* | em que me dis ordena Sua *Excelencia* vâ eu a Sua *prezenca para dar contas* | do rendimento desta pasage do tempo de coatro mezez de 5 de *Setembro* | hé ultimo de *Dezembro* do Anno paçado, as coaiz contas estou | prompto para as dar, só sim me priva da *promptualidade* que deuo ter | em obedecer as ordeînz de Sua *Excelencia* a privaçao do perigo do gentio | em ficar hua caza e esta paçage dezertada [...]. (Carta 13 – l. 2-8)

Nota-se, então, que há uma estreita associação entre a ausência das fórmulas epistolares frequentes à época e a menor habilidade com a escrita apresentada pelo remetente. É interessante observar também que as cartas 13 e 15 foram escritas por punhos distintos do autor, que demonstravam maior habilidade do que este. Mesmo assim, as missivas não apresentam as saudações iniciais, o que revela que essas mãos treinadas e utilizadas pelo militar também desconheciam tais fórmulas epistolares.

É curioso notar que as cartas 73, 74 e 75, de autoria do sargento Jerônimo Dias Ribeiro, destinatário das três cartas acima referidas, 13, 14 e 15, também não

apresentam a seção das saudações iniciais, mesmo sendo dirigidas a um alto cargo da administração local, o provedor da Fazenda Real (Doc. 73), e a um capitão, patente militar dois estágios acima da sua (Docs. 74 e 75). Ora, considerando-se que o conhecimento do modo epistolar que Manoel de Almeida possuía advinha das missivas que recebia no exercício de sua função, e que seu superior, o sargento Jerônimo Dias Ribeiro, costumava lhe enviar cartas que não seguiam o modelo corrente de fazer saudações iniciais ao destinatário, era natural que seu subordinado também não usasse em suas missivas tais saudações. Ressalte-se ainda que as cartas do sargento foram escritas por punhos distintos. A primeira, nº 73, é escrita por punho mais hábil que as outras duas, nº 74 e 75, que revelam ausência de regramento ideal. O alinhamento apresenta tendência descendente, como se observa na imagem a seguir. Assim como aconteceu no caso de Manoel de Almeida, tal fato revela que mesmo as mãos mais hábeis desconheciam as saudações iniciais frequentemente verificadas na correspondência oficial à época.

A questão da ausência dessas saudações nas missivas do superior, sargento Jerônimo Dias Ribeiro, e de seu subordinado, Manoel de Almeida, indica que os militares de patente inferior tomavam conhecimento das práticas de escrita da época, mais especificamente do modo epistolar, por meio das cartas que recebiam de seus superiores.

verificado no quadro a seguir, o remetente optou pelo uso do substantivo "céu" em lugar de "Deus", opção também referida por Freire (1745).

Apresentam-se na tabela a seguir exemplos da primeira subseção da seção de despedida, os desejos de bons votos ao destinatário (*valedictio*), retirados das cartas, que foram selecionados a fim de ilustrar as variações encontradas. A *valedictio* poderia ser estruturada nas cartas de três formas principais:

- Utilização isolada da fórmula "Deus Guarde a vossa mercê muitos anos" e suas variações: a carta apresentava somente esta fórmula ao final, colocada imediatamente antes da datação;
- Uso de uma frase cordial associada à fórmula "Deus guarde a vossa mercê..." e variações. Tal frase poderia fazer menção ao serviço e/ou à obediência devidos ao destinatário, como "de toda a forma fico pronto *para em- | tudo* Servir a *vossa merce* que *Deus Guarde* muitos annos | Com perfeita Saude" (Doc. 2). Nesse caso, era frequente o uso da oração relativa introduzindo a fórmula "Deus guarde...", opção referida por Freire (1745, p. dii v) para ser utilizada com destinatários que ocupassem posição inferior ou fossem amigos de confiança: "Escrevendo a estas taes pessoas, poderemos tambem dar fim à Carta, unindo laconicamente com hum relativo este quarto periodo com o terceiro por exemplo: *Fico para servir a V. merce, a quem Deos guarde, etc.*". Em muitos casos, a frase cordial, além de mencionar a obediência devida ao destinatário, trazia desejo de boa saúde ao mesmo: "Ei de estimar a Saude de *vossa merce* para de | mim ordenar o que for Seruido *Deus Guarde* a *vossa merce* por *muitos | annos*" (Doc. 73). Em algumas cartas, essa subseção trazia outras informações, além da cordialidade, do desejo de bons votos e do uso da fórmula "Deus guarde a vossa mercê..." e variações, sendo referidas como "Outros" na tabela a seguir;
- Em seis cartas, verificou-se o desejo de bons votos sem a utilização da fórmula "Deus guarde...". Tais exemplos são ilustrados no final da tabela a seguir.

Tabela 27 – Seção de despedida: desejo de bons votos ao destinatário ou *valedictio* (3.1)

<p>Utilização isolada da fórmula "Deus guarde a vossa mercê..." e variações</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Deos Guarde a vossa merce muitos anos com saude (Doc. 6) 2) e he o Coanto sse me ofresse dizer a uossa merce que Deus Guarde muitos anos (Doc. 11) 3) Hé o quanto se me Offerece dizer a vossa merce que Deus Guarde por muitos anos (Doc. 12) 4) Nada mais posso dizer a vossa merce que Deus Guarde Com vida etcaetera. (Doc. 25) 5) Deos a vossa merce guarde e conserve com saude muitos anos (Doc. 26) 6) e he o que se me oferece a dizer a parte de vossa merce a quem Deus Guarde por muitos annos. (Doc. 29) 7) e com isto Deus Guarde a vossa merce muitos anos para amparo dos pobres (Doc. 33) 8) Deus guarde a vossa merce (Doc. 35)¹⁶⁶ 9) A Pessoa de Vossa Excelencia guarde Deus muitos annos, como havemos mister (Doc. 36) 10) he o quanto Se me [o]ferece dizer a pessoa de Vossa merce que Deus Guarde com saude boa [c]o aumento na Sua devina grassa (Doc. 38) 11) e a¹⁶⁷ de Vossa merce Deus sempre guarde com vida em sua graça que lhe naó ha de faltar, e asim o creyo (Doc. 39) 12) e se pelo tempo adiante houver algũa novidade certa avizarei á Vossa merce; que Deos Guarde muitos anos (Doc. 40) 13) que por tudo ficarej obregado a pessoa de vossa merce que Deus Guarde muitos anos (Doc. 41) 14) dou esta parte a= vossa senhoria: que o Guarde Deus muitos anos (Doc. 46) 15) DEOS Guarde a Vossa Merce para meu Senhor por muitos anos (Doc. 47) 16) Deos guarde a Vossa Senhoria com saude e felicidades. (Doc. 51) 17) hé o que se me ofrese dizer a vossa senhoria que Deoz guarde muitos anos (Doc. 56) 18) Deus a Vossa merce guarde e as mais minhas manas com muita sau- de para de mim disporem (Doc. 61) 19) que Deos a vossa merce guarde muitos anos (Doc. 64) 20) Deus Guarde a vossas merces por muitos annos (Doc. 79) 21) hê o quanto se me oferece dizer a vossa Merce. Deus Guarde con felis sa udE por muitos anos. (Doc. 81)
--	--

¹⁶⁶ Apesar de o documento 35 não ter sido considerado uma carta, pois sua constituição encontra-se mais próxima à da espécie documental *mandado* (BELLOTTO, 2002), decidiu-se usar o exemplo de *valedictio* nela encontrado por ser o único exemplo do uso dessa fórmula sem a expressão "por muitos anos".

¹⁶⁷ Está implícita aqui a palavra pessoa, que estava expressa na oração anterior, não transcrita neste quadro.

<p>Frase cordial + Fórmula "Deus guarde a vossa mercê..." e variações</p>	<p>Menção ao serviço e/ou à obediência devidos ao destinatário</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Fis para servir a Vossa Merce <i>que Deus Guarde [etcaetera]</i> (Doc. 1) 2) de toda a forma fico pronto para em- tudo Servir a <i>vossa merce que Deus Guarde</i> muitos annos Com perfeita Saude (Doc. 2) 3) Fico como sempre para servir a <i>vossa Merce</i> <i>que Deus Guarde</i> com saude e feLesidades (Doc. 30) 4) no mais eo esto a sua ordens de <i>vossa merce</i> cuja uida <i>Deos guarde</i> muitos [[muitos]] anos (Doc. 42) 5) Fico muito ao dispor de <i>vossa merce</i> a quem <i>Deus guarde</i> muitos anos (Doc. 44) 6) e no mais do serviço de <i>Vossa merce</i> estou prompto, a quem <i>Deus</i> <i>guarde</i> muitos anos (Doc. 57) 7) <i>Vossa Senhoria</i> não tenha osiozo o meu pouco prestimo, <i>que</i> Com <i>elle</i> me ofereso para lhe obedeser em tudo o <i>que</i> me Ordenar. Apesar de <i>Vossa Senhoria</i> <i>guarde Deus</i> muitos annos (Doc. 10) 8) e para tudo o <i>que vossa merce</i> me ordenar fico prompto a cujo nobre [Servi]co <i>Guarde Deus</i> muitos annos. (Doc. 13) 9) e do m[ais] <i>que</i> for da minha obrigacão esteia descancado <i>Deus a vossa merce Guarde</i> muitos annõs (Doc. 14) 10) Por este favor fica- rey a <i>Vossa Senhoria</i> mais obrigado, alem dos muitos <i>que</i> de <i>Vossa Senhoria</i> te- nho recebido, ficando sempre prompto para o ser- viço de <i>Vossa Senhoria</i> <i>que Deus</i> <i>guarde</i> por muitos anos (Doc. 16) 11) fico esperando ocaziõs em <i>que</i> obedesser a <i>vossa merce</i> <i>que Deus Guarde</i> muitos anos em sua grassa. (Doc. 22) 12) ficando sempre sogeito, e prompto para Exzecutar as or= dens <i>que vossa Magestade</i> me determinar; a quem <i>Deus Guarde</i> (Doc. 23) 13) Hé o <i>que</i> de presente se me offeresse dizer a <i>Vossa Merce</i>, a quem dedico <i>minha vontade</i> <i>sugeita</i> ao Seu Serviso. <i>Deos guarde a Vossa Merce</i> feLismente muitos anos. (Doc. 52) 14) E para tudo o <i>que</i> for do agrado de <i>vossa merce</i> acharâ sempre pronta a <i>minha vontade</i>. <i>Deos guarde a vossa merce</i> muitos annos. (Doc. 59) 15) mais ssim para complementar o <i>dezejo</i> <i>que</i> tenho de Servir a EL Rej meo <i>Senhor</i>, e a <i>ssua eExcelencia</i>, e nuca me esque= [co] de vmilde obediencia <i>que</i> deuo, <i>que</i> protesto emquanto me durar a vida estar prompto como sempre para executar as ordens <i>que</i> me for emcarre gado de <i>ssua Excelencia</i>, e de <i>vossa merce</i> a quem <i>guarde Deus</i> muitos anos (Doc. 62) 16) E o <i>que</i> se me offereçe appetecendo occazions de me mos trar no Seu aggrado como tão obrigado a <i>vossa merce</i> a quem <i>guarde Deus</i> muitos anos (Doc. 68) 17) Veja o para <i>que</i> mais lhe presto, <i>que</i> para tudo tem certa a <i>minha vontade Deus Guarde a Vossa merce</i> por muitos anos (Doc. 76)
--	--

<p>Frase cordial + Fórmula "Deus guarde a vossa mercê..." e variações</p>	<p>18) Fico a Sua obrigada para tudo o que for de o servir, e dar lhe gosto, e me recomende a Seu Irmaão. Deus Guarde a Vossa merce por muitos annos (Doc. 78)</p> <p>Menção ao serviço e/ou à obediência acompanhada de desejo de boa saúde</p> <p>1) Estimarey vossa merce Logre saude feliz e me man de occasioins de seu serviso no qual serey promptissimo como devo. Deos a vossa merce guarde muitos annos (Doc. 7)</p> <p>2) Sobretudo saberei apLaudir a boa saude de uossa merce para com ella dispor da que Deus me ffas merce a qual toda dedico no sseu servico a quem Deus Guarde por muitos annos (Doc. 9)</p> <p>3) e o que se me offerese appetecendo a vossa merce saude com os augmentos que lhe dezejo para dispor da minha vontade que offeresso com Leal e obrigado affecto para nao fal[tem] ao seus preciosos. Guarde Deus a vossa merce muitos anos. (Doc. 18)</p> <p>4) eu tanbem fico pronto para dar izcusaõ a tudo o que for por vossa merce detremina do e a quem Deos guarde com saude e felisidades que vossa merce devia (Doc. 19)</p> <p>5) Hé o que por ho= [[ho]]ra posso dizer a Vossa Merce, a quem dezejo assista Sempre fesLis saude, para melhor dispor da minha vontade, que já mais deixará de Ser boa, para Servir, e dar gosto a Vossa Merce a quem Deos Guarde muitos annos (Doc. 34)</p> <p>6) Dezejo desfrute vossa merce vi- goroza saude, e me premita ocazioes de seu çerviço. Deus a vossa merce Guarde (Doc. 37)</p> <p>7) e fico com a v[erdade] pronta para tudo quanto vossa merce me ordenar que he minha obrigação obedeser,, Muito festejei uer na sua desfrutar boa sa ude e deos permita comseruar lhe para maýor gozto meu [ilegível] Deos Guarde muitos annos (Doc. 43)</p> <p>8) Estimarei disfrute Vossa Merce saude feliz para me destribuhir suas ordeins. Deus A Vossa Merce guarde muitos annos (Doc. 49)</p> <p>9) tudo fis olhando para Deos, o mesmo senhor guarde a vossa merce com per feita saude para em par a do Seus Suditos que Sumissos Se mostram na oseruancia do seus precejtos, (Doc. 63)</p> <p>10) e o que se me offerece, offerecendo lhe a minha escravidão que terei Summo gosto Seja aSeito ao Seos preçeitos, a quem dezejo a melhor Saude acompanhada de felecidades. e guarde Deos a vossa merce muitos anos. (Doc. 71)</p> <p>11) E Sobre tudo eztimarey lhe assizta feliz Saude em Companhia de quem vossa merce maiz dezeja para me dár muitas oCazioins de dár quanto a Pessoa de vossa merce que Deus guarde muitos anos (Doc. 72)</p> <p>12) Ei de estimar a Saude de vossa merce para de mim ordenar o que for Seruido Deus Guarde a vossa merce por muitos annos (Doc. 73)</p> <p>13) Mais que tudo hei de dezejar que Vossa Reverendissima passe com boa Saude e livre de tudo o que lhe pode dar aflissam para que me mande os Seus preceitos a Cuja pessoa o Ceo guarde muitos anos (Doc. 60)</p>
--	--

<p>Frase cordial + Fórmula "Deus guarde a vossa mercê..." e variações</p>	<p>14) estimarei a Saude de <i>vossa merce</i> a <i>quem</i> o ceo <i>guarde</i> muitos anos como o meu cordeal affecto <i>lhe dezeja</i> (Doc. 70)</p> <p>Outros</p> <p>1) Com que <i>senhor</i> Iuiz peso a <i>vossa merce</i> pello amor de Deos me não de mais moLestia da que te- nho que eu tambem <i>para</i> o que for dar gosto a- <i>vossa merce</i> estou muito pronto a sua Ordem. Deos a <i>vossa merce</i> <i>Guarde</i> (Doc. 4)</p> <p>2) Fica a minha vontade <i>para</i> agr[a]dar a <i>Vossa Merce</i>, e todo esse Povo, a <i>quem</i> rendo as graças pello gosto; e Deos <i>guarde</i> a tudo em seo serviso, e futuros aug- mentos como <i>dezeja</i> (Doc. 8)</p> <p>3) fazia gosto de beyjar as maons a <i>vossa merce</i> <i>que Deus</i> <i>guarde</i> (Doc. 17)</p> <p>4) <i>Vossa merce</i> perdoe a matraca: quero <i>vossa merce</i> deLigencias, e receba em quantidade e me ordene em <i>que</i> o sirva: a <i>quem</i> Deus <i>Guarde</i> com felis saude por muitos anos (Doc. 24)</p> <p>5) e <i>vossa merce</i> tenha a bondade de me perdoar este meu atrevimento, <i>que</i> o faço a <i>vossa merce</i> pella cauza ja rellatada a sua pessoa, <i>que</i> Deuz conser- ve com saude, e o <i>guarde</i> <i>para</i> meu <i>Senhor</i>, como <i>dezejo</i> por muitos anos. Isto hê por não cahir na censura de omisso sem cul- pa, por não ter vindo thê agora a resposta, <i>que</i> se tem espe= rado. (Doc. 48)</p> <p>6) espero na grandeza de sua pessoa <i>que</i> Sendo protegida por <i>vossa merce</i> esta empreza breuemente se concluirá este tão empor tante Seruiço, <i>que</i> Deos nosso <i>Senhor</i> <i>lhe</i> dara o premio, e eu em recon= heçimento da <i>minha</i> escravidao pella obrigação <i>que</i> <i>lhe</i> fico deuendo deste fauor <i>que</i> espero, acreçentarei mais hú ello a <i>minha</i> corente <i>para</i> não aredar phe nestas partes no <i>que</i> for seu gosto. <i>Que</i> Deos <i>guarde</i> a <i>vossa merce</i> muitos anos. (Doc. 69)</p>
<p>Desejo de bons votos sem a utilização da fórmula "Deus guarde a vossa mercê..." e variações</p>	<p>1) A <i>minha</i> vontade Sempre hé sogeita a sua obe diencia, e <i>lhe</i> <i>dezejo</i> prozpera saude, <i>para</i> em tudo me mandar no <i>que</i> for servido, <i>que</i> eu me promptifico <i>para</i> obedecer <i>qualquer</i> aseno de seo mando (Doc. 20)</p> <p>2) e sobretudo es timarei sua saude, e todo o nobre asseçorio, <i>que</i> / <i>lhe</i> diz respeito <i>etcaetera</i> (Doc. 27)</p> <p>3) <i>dezejo</i> <i>que</i> <i>vossa merce</i> disfrute saude prefeita na nobre companhia de sua Excelencia a <i>quem</i> Deus premita logra la por dilatados annos <i>para</i> <i>vossa merce</i> favorecer a <i>quem</i> for do seu agrado (Doc. 45)</p> <p>4) entregar a <i>Vossa Excelencia</i> Illustrissima a <i>quem</i> <i>dezejo</i> saude felis e <i>que</i> continue Deus prosperidades A <i>Vossa Excelencia</i> como todos havemos mister (Doc. 50)</p> <p>5) Eu <i>dezejo</i> a pessoa de <i>Vossa Senhoria</i> melhor Saude e o m[ais] <i>que</i> fico de presente; e sempre os seus preceitos extimaveis (Doc. 55)</p> <p>6) Estimando muito a sua boa sau- de, <i>para</i> <i>que</i> se sirva da <i>que</i> Deos [a] faz <i>merce</i>, <i>que</i> fico muito a sua ordem. (Doc. 58)</p>

Apenas sete cartas não apresentaram o desejo de bons votos ou de felicidades ao destinatário na seção de despedida, nem utilizaram a fórmula "Deus guarde a vossa mercê..." e variações. Abaixo serão referidos e analisados esses casos.

A carta 3 é encerrada com a frase "fasa vossa merce | o que entender como amigo". Trata-se de missiva escrita da prisão de Buenos Aires, onde Antônio da Silveira Peixoto, seu remetente, encontrava-se preso. Para descrever com todos os detalhes necessários sua situação, Peixoto utiliza ambas as faces do bifólio, tendo, inclusive, de assinar a missiva na margem esquerda do verso do último fólio, por falta de espaço. É possível que essa falta de espaço também tenha sido a responsável pela ausência dos desejos de bons votos, já que o próprio remetente refere nas últimas linhas da carta: "Amigo | o portador não me da más lugâr com a vista lhe contarey | o mais" (Doc. 3 – l. 124-126).

As cartas 15, 54 e 80 não apresentam a *valedictio* na seção de despedida, mas a demonstração de obediência, respeito e/ou louvor ao destinatário em seu lugar. A carta 15 traz a seguinte frase ao final: "he o *que* a vossa merce poco dizer | ficando muito pronto para observar emteiramente o *que* se me or | denar". A carta 54 encerra-se da seguinte forma:

Eu estou certo no sofrimento de Vossa Reverendissima | e que sem desvanescido realce da sua virtude, ac | crescenta mais este meressimento a sua paciencia: | para mayor agrado de Deus. | Não se esqueça vossa Reverendissima | de que sou, e serey | de Vossa Reverendissima | O mais affectivo venerador e criado.

A carta 80 apresenta o seguinte encerramento: "Da *minha* parte agradeço a vossa Merce esta sum[a] | e teuidade e para o *que* couber na *minha* jurisdição terá vossa Merce | senpre pronta a *minha* pesoa".

A carta 74, escrita pelo sargento Jerônimo Dias Ribeiro, resume-se ao encerramento "he | o *que* de prezente poco emformar a uossa merce". Na carta 75, do mesmo remetente, já se verifica o uso da fórmula "Deus guarde a vossa mercê...": "e he o *que* de pronto tenho *que* dar parte a uossa merce que Deus Guarde muitos annos", mostrando que a não utilização da *valedictio* não foi ocasionada por desconhecimento da mesma pelo remetente.

As cartas 21 e 32 são as únicas a serem encerradas abruptamente, não trazendo desejo de bons votos ou de felicidades ao destinatário, não utilizando a fórmula "Deus guarde a vossa mercê..." e variações, nem apresentando demonstração de obediência, louvor ou respeito nessa subseção. Ambas foram escritas por padres. A carta 21 traz uma denúncia feita pelo padre Ignácio Rodrigues Barbosa ao vigário capitular. O documento 32, também dirigido ao vigário capitular, é a resposta a uma investigação solicitada pelo mesmo.

Cabe notar que os documentos do *corpus* não classificados dentro da espécie documental **carta** não apresentaram a subseção 3.1, onde se desejava bons votos ao destinatário. São eles: o auto de corpo de delito (Doc. 67), o informe (Doc. 28), o ofício (Doc. 53) e os dois mandados (Docs. 31 e 77). As únicas exceções foram o documento 35, um mandado, e o documento 79, um ofício, espécie documental cuja estrutura, conforme já referido, é bastante similar à da carta. Nele, encontra-se a fórmula final "Deus Guarde a vossas merces por muitos annos". Nota-se, portanto, que a espécie documental **carta** condiciona o uso de fórmulas finais cristalizadas, ainda que as mesmas apresentem variações.

A subseção 3.2 da seção de despedida, logo após a *valedictio*, traz as datações tópica e cronológica das cartas, que eram normalmente colocadas logo antes do fecho complementar e da assinatura. A ordem frequente em que se apresentavam era a datação tópica, seguida da datação cronológica, que vinha com o dia, muitas vezes sublinhado; seguido do mês, algumas vezes abreviado, tanto com abreviatura por sobreposição, quanto com abreviatura alfanumérica, para os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro; seguido, finalmente, pelo ano, normalmente sublinhado, sempre escrito com algarismos, algumas vezes com o grafema *i* fazendo as vezes do número 1, e em alguns casos acompanhado da palavra "anos", geralmente abreviada. Algumas vezes, antes dos algarismos indicativos do dia, usava-se o advérbio "hoje".

Raras são as cartas que apresentam variação nessa subseção. As cartas 2, 12, 22 e 75 são as únicas que trazem as datações tópica e cronológica no início, logo após o nome do destinatário. Na carta 33 não há datação tópica, apenas a cronológica: "hoie 16 de março | de 1765 anos". Na carta 19, a datação tópica é colocada após o dia e o

mês: "a 9 de Janeiro Povoação de | Nossa Senhora Dos prazeres de santo Antonio de Padua de | Pirasicaba de 1771".

É interessante ressaltar que o auto de corpo de delito (Doc. 67) traz a datação cronológica escrita por extenso, tanto no início, onde se informa apenas o ano antecedido da expressão "Anno do Nascimento de NoSo Senhor JESUS Cristo", quanto no final, onde se apresentam o dia, o mês e o ano.

Quanto à estrutura do fecho complementar, subseção 3.3 da seção de despedida, pode-se afirmar que esse era bastante padronizado. Usava-se uma fórmula iniciada pela preposição "de" seguida pela abreviatura correspondente à forma de tratamento usada ao longo da missiva e por uma expressão de reverência, revelando obediência e veneração, normalmente com abreviaturas.

Figura 106 - Estrutura padrão do fecho complementar

Apenas duas cartas do *corpus*, as de nº 74 e 76, não apresentam o fecho complementar. A única carta que foge à regra de utilizar no fecho a mesma forma de tratamento empregada ao longo da carta é a de nº 19: apesar de se dirigir ao destinatário usando a forma abreviada correspondente ao tratamento "vossa mercê" ao longo de toda a carta, na fórmula final, é usada a abreviatura correspondente à forma de tratamento "vossa senhoria".

As cartas 25, 27 e 30 não apresentam a forma de tratamento, apenas a expressão de reverência, acompanhada, nos últimos dois casos, do possessivo "seu": "Primo amigo e Venerador" (Doc. 25), "De Seu criado muito obrigado e attento" (Doc. 27) e "De seu menor servo e criado muito obrigado" (Doc. 30). A carta 23, dirigida ao rei de Portugal, traz somente a abreviatura correspondente à forma de tratamento "vossa majestade", antecedida pela preposição "de". Na carta 3, encontra-se somente a expressão "Servo de vossa merce *etcaetera*". Conforme já referido, trata-se de missiva escrita da prisão de Buenos Aires, ocupando ambas as faces do bifólio, e

provavelmente o remetente, por não ter tido espaço para escrever a fórmula final, tenha optado pelo uso da abreviatura de "et caetera" representando-a. A missiva 74, que trata da notícia de um incêndio, também já referida, não apresenta a fórmula final: após as datações tópica e cronológica, vem a assinatura. A carta 59 traz uma inversão na fórmula final, com a abreviatura equivalente à forma de tratamento após a expressão de reverência: "Muito amante e venerador de vossa merce". Na carta 42, nota-se a ausência da fórmula final nesse padrão, o remetente opta por utilizar uma expressão de reverência: "Serto amigo seu *companheiro* guarde o ama he venera". A carta 76, que não foi assinada, não traz o fecho complementar.

Os documentos 28, 31, 35, 53, 67, 77 e 79, que não se encaixam na espécie documental "carta", não apresentaram essa subseção. O ofício de número 79 apresenta apenas a frase "Do Ouvidor e Corregedor da Comarca" antes da assinatura, não podendo ser propriamente caracterizado como um fecho complementar. Essa regularidade da presença do fecho complementar nas cartas e da ausência do mesmo nas demais espécies documentais aponta para a importância da observação dessa estrutura nas análises diplomáticas de documentos coloniais, confirmando a afirmação acima realizada de que a espécie documental **carta** condiciona o uso de fórmulas finais cristalizadas, ainda que as mesmas apresentem variações.

A seguir, reproduz-se a totalidade das formas utilizadas no fecho complementar encontradas no *corpus*, divididas pela categoria socioprofissional a que o remetente pertence.

Tabela 28 - Levantamento exaustivo das fórmulas utilizadas no fecho complementar

Categoria socioprofissional do remetente	Fórmulas utilizadas no Fecho Complementar
Militar	<p>Enviadas a militar:</p> <p>Muito Venerador e <i>Servo</i> (Doc. 1)</p> <p>Muito Serto venerador e <i>afectuozo criado</i> (Doc. 2)</p> <p>Amigo e muito obrigado <i>Criado</i> (Doc. 7)</p> <p>seu Venerador e <i>Criado</i> (Doc. 11)</p> <p>Menor <i>Servo</i>, e maior <i>venerador</i> (Doc. 13)</p> <p>Soldado muito attento (Doc. 14)</p> <p>Muito Serto <i>venerador</i> e amigo (Doc. 15)</p> <p><i>Affectuozo</i> Patricio, e <i>Servo</i> muito <i>Amante</i> (Doc. 17)</p> <p>Sudito e mais obrigado e <i>criado</i> (Doc. 19)</p> <p>Eternamente amante e <i>obrigadissimo</i> captiuo (Doc. 20)</p> <p>Õ Mais omilde <i>servo</i> e <i>Criado</i> (Doc. 22)</p> <p>Sudito e <i>Criado</i> (Doc. 26)</p> <p>De Seu criado muito obrigado e attento (Doc.27)</p> <p>Menor e criado (Doc. 29)</p> <p>De seu menor <i>servo</i> e <i>criado</i> muito obrigado (Doc. 30)</p> <p>O maior amigo, e mais fiel <i>Criado</i> (Doc. 34)</p> <p><i>Affetuoso</i>, e obediente <i>Criado</i> (Doc. 37)</p> <p>Menor <i>seruo</i> e obrigado té a morte. (Doc.39)</p> <p>[Esse querido] tio e muito seu <i>criado</i> (Doc. 43)</p> <p>O mais obediente soldado (Doc. 44)</p> <p>muito serto e obediente soldado (Doc. 45)</p> <p>Seu Maior Venerador e <i>Criado</i> (Doc. 47)</p> <p>Seu Maior venerador e Sertto <i>Criado</i> (Doc. 48)</p> <p>O mais obrigado e <i>affettivo</i> criado (Doc. 51)</p> <p>Amigo o mais amante e <i>Criado</i> muito obrigado (Doc. 52)</p> <p>Muito seu venerador e obrigado <i>servo</i> (Doc. 56)</p> <p><i>Affectuozo</i>, e venerador <i>Criado</i> (Doc. 62)</p> <p><i>Seruo</i> muito Seu amante, e fiel Soldado (Doc. 63)</p> <p>Fiel e muito vmilde e obediente soldado (Doc. 64)</p> <p>o mais humilde e obediente <i>Soldado</i> (Doc. 65)</p> <p>o menor criado e major venerador (Doc. 66)</p> <p>Obsequiozo <i>Servo</i> e cordial amigo (Doc. 68)</p> <p><i>Servo</i> e <i>Criado</i> muito amante (Doc. 69)</p> <p>Muito seu amante cativo e Leal amigo (Doc. 70)</p> <p>Muito Seu venerador e <i>obrigadissimo</i> Cativo (Doc. 71)</p> <p>Primo e Leal Amigo venerádor (Doc. 72)</p> <p>o mais obediente (Doc. 75)</p> <p>Criado e muito venerador serto (Doc. 80)</p> <p>Soldado pronto e Venerador <i>Criado</i> (Doc. 81)</p> <p>Enviadas a administrador local:</p> <p>Seo amante venerador e <i>Criado</i> (Doc. 12)</p> <p>Certo <i>Criado</i> e Venerador (Doc. 38)</p> <p>obediente <i>Seruo</i> (Doc. 73)</p> <p>Enviadas a eclesiástico:</p> <p>o Subdito mais reverente e <i>Servo</i> (Doc. 46)</p>

Categoria socioprofissional do remetente	Fórmulas utilizadas no Fecho Complementar
Morador(a)	Enviadas a eclesiástico: O mais obrigado criado, e venerador (Doc. 16) obrigadissimo Servo e muito amante (Doc. 57) Muito seu venerador e Servo (Doc. 58) Muito Veneradora e Criada (Doc. 60) Muito amante Mano, e Servo (Doc. 61) Enviadas a administrador local: Serto venerador e Criado (Doc. 4) O Mais vMilde Servo e obrigado (Doc. 5) O mais amante [Criado] obrigadissimo (Doc. 18) Enviadas a militar: Muito reverente e obrigado Criado (Doc. 6) muito afectuozo criado (Doc. 9) Serua e Criada (Doc. 33) Serto amigo seu companheiro guarde o ama he venera (Doc. 42) Enviada a morador: Primo amigo e Venerador (Doc. 25)
Eclesiásticos	Enviadas a eclesiástico: Humilde, e obediente subdito (Doc. 21) Muito amigo e muito altissimo criado (Doc. 24) Humilde subdito (Doc. 32) Enviadas a militar: Este seo muito obsequiozo Capella[õ] (Doc. 8) OMilde Capelaõ e serto Criado (Doc. 10) Muito venerador, e Capellaó obrigado (Doc. 40) Enviada a administrador local: Menor Servo (Doc. 49) Enviada a administrador geral (governador): obrigado e o mais venerador Servo (Doc. 50)
Administradores locais	Enviadas a eclesiásticos: O mais affectivo venerador e criado (Doc. 54) O mayor venerador e certo Criado (Doc. 55) Amigo e Patricio Muito Amante, e Obrigado Criado (Doc. 78) Enviadas a militar: obezequiozo criado muito venerador (Doc. 41) Muito amante e venerador de vossa merce (Doc. 59) Enviada a administrador geral (governador): reverente e obrigadissimo Criado (Doc. 36) dir. ao governador

Com relação às palavras utilizadas nessa subseção, fecho complementar, nota-se bastante repetição de vocábulos ao longo das cartas, conforme pode ser verificado na figura a seguir, onde o tamanho da fonte é diretamente proporcional ao número de repetições da palavra. Assim, quanto maior a fonte, mais a palavra se repetiu.

cronológica, o remetente ainda insere uma informação, defendendo-se de uma possível acusação de ter agido como omissor: "Isto hẽ por não cahir na censura de omissor sem culpa, por não ter vindo thẽ agora a resposta, *que* se tem espedido.". Essa relativa liberdade na maneira de redigir as cartas e de utilizar fórmulas convencionais parece reveladora de um maior domínio da escrita dessa espécie documental, o que apontaria, por sua vez, para um remetente mais letrado do que os demais. Corrobora-se, portanto, a necessidade de se realizar análise diplomática detida de documentos coloniais, que, revelando indícios sobre a familiaridade dos escribas dos textos com as práticas de escrita da época, trazem dados importantes e difíceis de obter por outro modo para a constituição de *corpora* com vistas à análise linguística. Assim, saber que um remetente escrevia textos mais próximos ou mais distantes do modelo utilizado na época, ou que ele conhecia tão bem o modelo, sendo capaz de alterar suas estruturas, é importante durante o processo de recolha de documentos para a formação de *corpora*.

2.7. Normas de edição

Logo no início do árduo trabalho de leitura, transcrição e edição de documentos, ao editor de textos manuscritos coloca-se a tarefa de planejar a edição que pretende publicar, sendo-lhe necessário fazer escolhas a respeito das estratégias e táticas da transcrição. Segundo Castro e Ramos (1981, p. 3), a transcrição é um fenômeno tático que “depende de razões estratégicas que a transcendem [...] e que se situam essencialmente na esfera da relação de leitura a estabelecer entre o texto e o seu público”.

A pesquisa do campo bibliográfico dos textos, entendido como “o grupo formado pelas edições existentes desse texto” (CASTRO E RAMOS, 1981, p. 18), que auxilia na escolha da estratégia de edição mais adequada, aponta para a existência de

edições conservadoras¹⁶⁹ de apenas três cartas (Doc. 21, 43 e 71), realizadas pela equipe do PHPB-Rio e disponíveis no seguinte endereço: <http://www.letras.ufrj.br/phpb-rj/>. São as cartas 1, 3 e 6 reunidas sob o conjunto “Cartas Oficiais do século XVIII”. Assim, de 78 dos 81 documentos que compõem o *corpus* deste estudo não se tem notícia de edições anteriormente realizadas, o que denota um campo bibliográfico ainda vazio.

A leitura preliminar desses documentos indicou que sua publicação interessaria tanto a linguistas quanto a historiadores. Ao primeiro público, “interessa o conhecimento integral do manuscrito: os hábitos de escrita, os erros, a ausência ou presença de acentos e pontos, a regularidade ou irregularidade deste ou daquele grafo, as correções, as rasuras, etc.” (CASTRO E RAMOS, 1981, p. 23). Ao segundo, interessa sobretudo o conteúdo, de relevância historiográfica, registrado nos textos. Dessa forma, a estratégia mais adequada seria aquela que desse conta desses dois interesses.

Pela leitura das obras da historiografia e pela observação das fontes primárias utilizadas em seu estudo, verificou-se que são usadas edições mais conservadoras, como as realizadas na extensa coleção de **Documentos interessantes para a historia e costumes de São Paulo** (ARQUIVO, 1895-1915), das quais infelizmente não se publicaram os critérios utilizados na edição. Em trabalhos atuais da historiografia que utilizam *corpus* constituído de fontes primárias, como o de Conceição (2011), nota-se a opção pela edição semidiplomática, seguindo as “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil” (MEGALE; CAMBRAIA; CUNHA, 2001), porém há duas alterações importantes: a primeira é que não se desenvolvem abreviaturas, e a segunda é que as fronteiras de palavras são estabelecidas; duas normas também verificadas na coleção de **Documentos interessantes...** acima referida.

¹⁶⁹ A nomenclatura utilizada pelo sítio é “edição diplomático-interpretativa”, sendo composta de 18 normas: “Os critérios aqui empregados resultam da combinação entre a orientação geral do Professor Doutor Ivo Castro e as ‘Normas para transcrição de documentos manuscritos’ definidas por comissão especial sob a presidência do Professor Doutor Heitor Megale do ‘Projeto Para a História do Português Brasileiro’” (Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/phpb-rj/corpora/normas.htm>>, acesso em 16 nov. 2012) .

Em obra dirigida aos historiadores que se debruçam sobre fontes primárias do período colonial, Samara (2005, p. 21) dispõe normas de transcrição que devem ser seguidas pelos pesquisadores: a norma 2.1 anuncia que "serão separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e serão unidas as sílabas ou letras grafadas separadamente, mas de forma indevida (ex.: estandoenfermo = estando enfermo)". A norma 2.7 indica que somente devem ser desenvolvidas as abreviaturas não correntes, marcando-se em *itálico* as letras omitidas, como no exemplo "Cons^o = Conselho" (SAMARA, 2005, p. 21).

Considerando-se esses dados, optou-se por seguir nesta edição as "Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil" (MEGALE; CAMBRAIA; CUNHA, 2001), apenas alterando a terceira delas, relativa ao estabelecimento de fronteira de palavras, e a décima quarta, referente à divisão de linhas e à marcação de mudança de fólio. Tendo em vista que um dos públicos a que se destina a edição ora apresentada é formado por historiadores, a lição no tocante à fronteira de palavras optou por respeitar a atual separação vocabular. Levando-se em consideração que os fac-símiles são apresentando ao lado da edição justalinear, não houve a necessidade de usar as barras verticais (|) para representar a divisão original das linhas, como indicado nas normas, bem como não se verificou a necessidade de marcar a mudança de fólio da maneira prescrita, visto que quando se passa a outro fólio no original, dá-se o mesmo na edição, já que se optou pela lição justalinear. Quando foram usados trechos da edição ao longo dos capítulos da tese, no entanto, indicou-se a divisão de linhas por meio das barras verticais.

Informa-se, ainda, que os documentos foram lidos e transcritos, em uma primeira etapa, por meio da digitalização do microfilme, realizada pela BNRJ, e posteriormente a edição foi relida e revisada diretamente a partir dos originais.

A seguir transcrevem-se as normas, que serão acompanhadas de exemplos retirados do *corpus* editado, como já realizado em Monte (2007).

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em *itálico*, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:
 - a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste

idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “Deos”, que leva a abreviatura “Ds” a ser transcrita “Deos”;

b) no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Sao” e “Sam”, que levam a abreviatura “S.” a ser transcrita “Sao”.

3. Será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, mas não se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver.

4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço]. Exemplo: “nada Veyo [espaço] Vossa merce me mande Soldado” (Doc. 38 – l. 10).

5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: “Meu *senhor* muito de *minha* veneração por esta vou | a seus péz a pedir-lhe, que me queira faser merce” (Doc. 27 – l. 2-3); “sem mais demora mandej notificar aos tres homeñs que na Mostra” (Doc. 62 – l. 4).

6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.

7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: “nota 7. 'repado' por 'reparado'.”; “nota 3. 'Excutar' por 'Executar'.”.

8. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: “por hum calção de pano <azul>, e hum corxa de Algodao <amarela>” (Doc. 66 – l. 14).

9. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: “Pay lhe poderâ pagar tanta onrra ~~que~~ com *que* senpre dezejou” (Doc. 39 – l. 3). No caso de repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser

suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: “como dado recibo de [[de]] 19” (Doc. 55 – l. 11).¹⁷⁰

10. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento informando-se a localização.

11. Intervenções do editor não de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “que teue alg[u]m avizo” (Doc. 70 – l. 4).

12. Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].

13. Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corroídas ± 5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.¹⁷¹

14. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fôlio será indicada por meio de caixa de texto colocada no alto da página contendo o número do documento e a informação “cont.”.¹⁷²

15. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.

16. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes. Exemplo: Domingos Leme do Prado (Doc. 70 – l. 25).

¹⁷⁰ Os colchetes duplos são usados também para indicar os reclames, que, do ponto de vista gráfico, são constituídos de repetições.

¹⁷¹ Informa-se que não se verificaram no *corpus* editado trechos de maior extensão deteriorados, riscados ou anulados.

¹⁷² Utiliza-se aqui o mesmo procedimento referido em Monte (2007, p. 91): “Como se opta no presente trabalho pela lição justalinear, isto é, o manuscrito à esquerda da edição semidiplomática, o fac-símile supre a necessidade de marcação de mudança de linha, com a barra vertical |, como recomenda a norma 13. Porém, ao longo da dissertação, quando são reproduzidos trechos da edição, lança-se mão desse recurso para indicar a mudança de linha.”.